

Moiseis de Oliveira Sampaio | Sandra Fernández
ORGANIZADORES

BRASIL E ARGENTINA NA PESQUISA REGIONAL/LOCAL CONTEMPORÂNEA

Escalas, periodizações e problemas



BRASIL E ARGENTINA NA PESQUISA REGIONAL/LOCAL CONTEMPORÂNEA

Escalas, periodizações e problemas

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Moiseis de Oliveira Sampaio | Sandra Fernández

ORGANIZADORES

BRASIL E ARGENTINA NA PESQUISA REGIONAL/LOCAL CONTEMPORÂNEA

Escalas, periodizações e problemas

Salvador

EDUFBA

2021

2021, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e projeto gráfico

Vânia Vidal

Imagens da capa

Freepick.com

Revisão

Alana Oliveira da Silva

Normalização

Bianca Rodrigues de Oliveira

Sistemas de Bibliotecas – SIBI/UFBA

Brasil e Argentina na pesquisa regional/local contemporânea. Escalas, periodizações e problemas / Moiseis de Oliveira Sampaio, Sandra Fernández, organizadores. – Salvador : EDUFBA, 2021.
316 p.

Textos em Português e Espanhol.

ISBN: 978-65-5630-164-8

1. História regional – Brasil – Bahia. 2. História regional – Argentina.
3. Regionalismo. 4. Historiografia. 5. Pesquisa. I. Sampaio, Moiseis de Oliveira. II. Fernández, Sandra.

CDD – 980

Elaborada por Jamilli Quaresma | CRB-5: BA-001608/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo

s/n – Campus de Ondina

40170-115 – Salvador – Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
História regional no Brasil balanço, perspectivas e alcance	13
<i>Moisés de Oliveira Sampaio</i>	
<i>Bahia and San Francisco Railway,</i> a ferrovia que rasgou o interior baiano impactos econômicos, políticos e sociais nas vilas e povoados do primeiro trecho (1852-1863)	31
<i>Keite Maria Santos do Nascimento Lima</i>	
Histórias e memórias da cidade Alagoinhas nas trilhas da “era das ferrovias” (1856-1896)	55
<i>José Jorge Andrade Damasceno</i>	
“Terá o meu único ferro” dominação senhorial no sertão baiano – Morro do Chapéu, século XIX	91
<i>Jackson Ferreira</i>	
Escala, espaço, lugar reflexões sobre a perspectiva regional/local	121
<i>Sandra Fernández</i>	
La modernidad en escena teatros, consumos culturales y sociabilidad en Rosario (1850-1910)	147
<i>Micaela Yunis</i>	

Entre Rosario y Mar del Plata o el mar mirado desde la llanura... crónicas de sociabilidad y ocio a fines de la década de 1920	183
<i>Aldana Pulido Paula Caldo</i>	
Un balance metodológico y conceptual entorno a los estudios regionales y locales perspectivas comparadas de viajeros sobre el ámbito regional santafesino	209
<i>Ronen Man</i>	
Autoridad criolla sobre moral y civilización el lugar de los comportamientos en las cartas de viaje de Gabriel Carrasco – Santa Fe, Argentina, 1890	239
<i>Paula Sedran</i>	
Las comunidades ferroviarias de San Cristóbal y Laguna Paiva trabajo ferroviario, sociabilidades y prácticas entre 1920 y 1940	263
<i>Luisina Agostini</i>	
La impronta de la cuestión regional en el estudio de las organizaciones armadas durante las décadas de 1960 y 1970 en Argentina	285
<i>Laura Pasquali</i>	
Sobre os autores	313

APRESENTAÇÃO

Na década de 1980 do século XX, a história regional surgiu no cenário historiográfico baiano como consequência direta da expansão das universidades estaduais para o interior da Bahia, fornecendo curso de licenciatura em história para diversos municípios, aumentando consideravelmente as poucas vagas anuais, oferecidas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que formava professores e pesquisadores em história para a capital e interior da Bahia; isso limitava tanto a docência quanto as pesquisas ao olhar da capital.

Consequentemente, a existência de 12 novos cursos no interior gerou a demanda pela pós-graduação *stricto sensu* em história para estudantes que eram graduados no interior, no entanto, estes teriam que disputar as poucas vagas de mestrado com os egressos da UFBA, que rivalizavam com os interioranos tanto em número quanto em perspectiva. Isso começa a ser modificado quando, em 1997, iniciou-se a primeira turma de mestrado em História Regional e Local, oferecida pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na cidade de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo baiano; o que foi o início de uma nova etapa na historiografia baiana.

O início das atividades do programa acima citado iniciou as discussões sob uma perspectiva de análise historiográfica com ênfase na história regional. Assim, essa perspectiva de análise era mais uma necessidade gerada pelas fontes e temáticas no interior baiano do que um novo pensamento teórico e metodológico. Ainda assim, o regional ressurgiu na Bahia, desta vez, visto pelo olhar dos que pesquisavam o tema e conheciam melhor a sua dinâmica.

Ainda que tenha dado um grande salto, a interiorização das universidades baianas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, não foi o início da história regional na Bahia. Antes disso, alguns historiadores baianos desde os anos 1980 se debruçaram em divulgar pesquisas que tinham o regional como condutor da análise histórica, sem, contudo, apresentar de forma mais consistente, com uma forte justificativa teórica para os seus estudos. No geral, assumiam como história regional, mas por falta deste aporte teórico com o que se vinha produzindo no resto do mundo sobre o regional, estavam mais próximos da história agrária ou da história cultural do que propriamente de uma história regional brasileira.

Nos últimos anos, houve avanços, tanto nas temáticas quando na busca de uma forma brasileira e baiana de compreender o regional. Os maiores contatos com historiografias latino-americanas compreendendo o que se faz em outros países direciona vários pesquisadores brasileiros a uma compreensão nativa do que vem a ser a história regional brasileira. Ainda que em estado embrionário, mesmo com uma trajetória que em termos cronológicos não é tão curta, caminha para sua consolidação.

Na Argentina, a consolidação da história regional como campo de pesquisa historiográfica se deu de forma diferente. As constantes relações de intercâmbio comercial, conatural e científico entre os países da América latina – diferente do Brasil que permanecia de costas para o próprio continente – favoreceu que muitas das discussões que estavam acontecendo no México, somente para citar um exemplo, fosse também discutido nas universidades argentinas. Além disso, o contato com historiadores latino-americanos que tinham contatos com historiadores europeus, além da proximidade com a Espanha, fez com que a história regional argentina avançasse a passos mais largos que o seu vizinho na América do Sul.

A introdução de cátedras nas universidades e a formação de pesquisadores na graduação e pós-graduação, valendo-se de uma estrutura universitária consolidada e eficiente, fizeram com que as discussões rapidamente evoluíssem nos anos finais do século XX, de maneira que

desde a compreensão do regional, tal qual se fazia no restante da América Latina, principalmente no México, superassem-se as confusões entre a micro história italiana e a história regional, passado pela discussão entre macro e micro e as suas metáforas de escala. Até os alcances da história regional argentina se deram de maneira a que se formasse um pensamento historiográfico dedicado a pensar o campo da história regional, considerando as necessidades e perspectivas dos pesquisadores argentinos. Assim, nas suas frequentes jornadas, encontros e congressos destinados a pensar o regional e como estava acontecendo na historiografia argentina, fez com que avançasse mais no sul do continente americano, tornando-se referência.

Este livro tem como uma de suas pretensões demonstrar como estão as pesquisas sobre a história regional em ambos os países. Não se trata de comparar o que acontece nos dois países, pois, reconhecidamente, os estágios discursivos, os alcances e as propostas de se pensar o regional são distintos. Entretanto, Brasil e Argentina se aproximam, na tentativa de compreender como o regional pode explicar as suas realidades, partindo de explicações locais, de compreender as suas culturas dentro de uma lógica interna que explique melhor a sua história, consolidando, cada país à sua maneira, a sua história regional.

Assim, este livro está organizado em duas partes: na primeira, historiadores baianos, ligados à UNEB, exprimem em suas pesquisas que abordam temáticas ligadas à história regional, precedidos por um levantamento do panorama historiográfico como se verá a seguir. Da mesma maneira, historiadores ligados à Universidad Nacional de Rosario (UNR), fazem o mesmo, também precedido de uma discussão sobre a temática e como está a discussão na Argentina.

Do lado baiano/brasileiro, os historiadores da UNEB avaliam a história regional baiana e suas perspectivas. Os trabalhos iniciam como uma discussão avaliando a história regional, seus avanços e possibilidades no Brasil, em “História regional no Brasil: balanço, perspectivas e alcance”, escrito por Moiseis Sampaio, docente da UNEB; seguido por Keite Maria dos Santos Nascimento Lima, que em “Bahia and San Francisco Railway, a ferrovia que rasgou o interior baiano: impactos econômicos, políticos

e sociais nas vilas e povoados do primeiro trecho (1852-1863)”, vai discutir as transformações advindas da *Bahia and San Francisco Railway*, a ferrovia que rasgou o interior baiano iniciando no litoral e partindo sertão adentro. A seguir, José Jorge Andrade Damasceno, em “Histórias e memórias da cidade – Alagoinhas nos trilhos da ‘era das ferrovias’ (1856-1896)”, analisa as memórias criadas pela mesma ferrovia na cidade de Alagoinhas, zona que se situa no limite entre o litoral e o sertão; e finaliza com Jackson André da Silva Ferreira, em “‘Terá meu único ferro’: dominação senhorial no sertão baiano – Morro do Chapéu, século XIX”, em que ele analisa as relações de dependência no sertão tendo sempre a perspectiva de compreender estas relações no sertão e suas peculiaridades.

Do lado rosarino/argentino, os historiadores da UNR fazem o mesmo. Sandra Fenández, em “Escala, espaço, lugar: reflexões sobre a perspectiva regional/local”, faz uma breve, mas completa análise do regional/local argentino partindo das premissas iniciais, até as perspectivas mais atuais nas pesquisas sobre a história regional na historiografia argentina; Micaela Yunes, em “La modernidad em escena: teatros, consumos culturales y sociabilidad en Rosario (1850-1910)”, analisa a Belle Époque rosarina que adquire costumes da modernidade europeia no zona central interiorana argentina; o mesmo também é analisado por Aldana Pulido e Paula Caldo, em “Entre Rosario y Mar del Plata: o el mirado desde la llanura...crónicas de sociabilidade y ocio a fines de la década de 1920”, elas ampliam a espacialidade, expandindo a região de análise para além das fronteiras rosarinas, e com isso, fazem um estudo comparativo da modernidade e das classes abastadas nas duas cidades. Ronem Man, em “Un balance metodológico y conceptual entorno a los estudios regionales y locales. perspectivas comparadas de viajeros sobre el ámbito regional santafesino”, analisa os relatos de viajantes descrevendo a região de Rosario no final do século XIX; o mesmo também é feito por Paula Sedran, em “Autoridad criolla sobre moral y civilización: el lugar de los comportamientos em las Cartas de Viaje de Gabriel Carrasco – Santa Fé, Argentina, 1890”, em que a autora analisa as cartas de viagem privilegiando a análise comportamental da região na perspectiva de um viajante. As ferrovias também são tema de pesquisa,

Luisina Agostini, em “Las comunidades ferroviarias de San Cristóbal y Laguna Paiva: trabajo ferroviario, sociabilidades y prácticas entre 1920 y 1940”, analisa as práticas de sociabilidade e o trabalho nas comunidades ferroviárias de San Cristóbal y Laguna Paiva; por fim, um tema que ainda é caro aos historiadores argentinos, Laura pasquali, também pela história regional, em “La impronta de la cuestión regional en el estudio de las organizaciones armadas durante las décadas de 1960 y 1970 en Argentina”, ela analisa como se deu a ditadura Argentina, partindo da perspectiva das organizações armadas que lutavam contra o regime. O diálogo entre historiadores de ambos os países permite ao leitor observar, compreender e até comparar, ainda que não seja este o objetivo deste livro, o que e como estão as pesquisas historiográficas sob o olhar regional. Desejamos a todos uma boa leitura.

Os organizadores

HISTÓRIA REGIONAL NO BRASIL

balanço, perspectivas e alcance

MOISEIS DE OLIVEIRA SAMPAIO

Introdução

Nos últimos anos, o discurso sobre o regional foi fortalecido nos meios não especializados, com o crescimento expressivo de consumo do que se produz em história na forma de livros, biografias, séries, telenovelas e canais de redes sociais. Em paralelo, também houve um crescimento no interesse por temáticas regionais nas pesquisas universitárias. Decorrente desse crescimento, duas questões se sobressaem, referente ao papel do regional na maneira de como a história é percebida, tendo em vista o crescimento do consumo: a primeira decorre do fato de ter um crescimento substantivo entre os leitores especializados, principalmente nos cursos de pós graduação entre docentes e discentes, aumentando o número de citações em livros ou revistas especializadas; e a segunda se refere ao crescimento por parte da sociedade em geral que consome cada vez mais produtos culturais ligados à história, na forma de livros não especializados, *blogs*, vídeos em canais de mídias sociais, séries em serviços de *streaming* etc.

Torna-se perceptível a história regional como uma possibilidade temática, presente tanto nas pesquisas acadêmicas quanto nos resultados veiculados não somente entre o público universitário; ou a história

regional como uma abordagem teórica e metodológica, mais concentrada no ambiente acadêmico, sendo que a última dá suporte à primeira. Diante disso então, temos consumidores¹ distintos da história regional, que se complementam: de um lado de forma mais abrangente que se insere nos ambientes extra universitários, dando suporte a movimentos artísticos, políticos e de identidade regional, ou somente como entretenimento; e de outro a comunidade científica, buscando forte carga de rigor teórico e metodológico para justificar as pesquisas, principalmente na pós-graduação.

Em ambas as possibilidades, torna-se necessário compreender o conceito de região, e, mais especificamente como, historiograficamente, este conceito foi construído e vem se ressignificando, tomando por base as discussões na Europa e na América Latina, onde a discussão está mais avançada com relação ao que se vem discutindo no Brasil, ainda que não seja uma novidade, as discussões conceituais e teórico-metodológicas ainda são pouco discutidas.

O que é história regional?

Segundo o historiador estadunidense Erick Van Young, havia no México da década de 1990 do século XX, uma compreensão pouco clara do que seria uma região. Esta compreensão que não atendia completamente aos pressupostos da historiografia mexicana do período, estendia-se desde o surgimento da história regional nas universidades mexicanas com a publicação de “El Pueblo em Vilo” de Luiz González, em 1968. Sustenta ainda que os historiadores, de maneira geral, compreendiam “região” como uma área que se estava estudando no momento da pesquisa, e isso, remetia mais frequentemente a uma cidade ou povoado e sua circunvizinhança. (VAN YOUNG, 1991)

A falta de clareza conceitual e uma delimitação pouco precisa na historiografia levava prejuízos no tocante ao estudo da história regional. Um destes prejuízos decorrentes desta delimitação pouco eficaz era ser

1 Com referência a consumidores da história, ver: González (1997).

centrada em limites administrativos da atualidade regional. Isso conduziria a um interesse restrito de escritores, normalmente, aqueles com apego sentimental pelo lugar e que seria lido pelos “homens cultos” locais com o objetivo maior de “enfeitar” as estantes das casas ou das sedes de fazenda. A este alcance restrito da história regional, o historiador mexicano Luiz González (1995) caracterizou como “história paroquial”, cujo interesse residia apenas aos “paroquianos” e que frequentemente era escrita por memorialistas locais, despertando pouco interesse nos historiadores enquanto referências, tratando como fontes ou documentos a serem utilizados em pesquisas mais densas.

A ideia de se discutir historiograficamente região partiu dos pressupostos que eram discutidos na geografia, por ser a área que mais se apropriou do conceito de região desde o século XIX, embora, etimologicamente, o termo estivesse mais próximo da astronomia. Região enquanto conceito nasceu originalmente do termo “régio”, que designaria linhas retas traçadas no céu para delimitar as partes, dessa delimitação saíam as fronteiras e limites; a partícula “reg” também teria a acepção de linha reta. (HAESBAERT, 2010) A ideia de região como acepção de limites claramente identificáveis assumiria uma característica militar, referindo-se a um espaço ocupado por uma legião – unidade do exército romano.

Na historiografia, segundo González, existiu em todos os tempos uma predileção pelo regional, desde os primeiros tempos da história, e que foi muito requisitado com o passar do tempo, embora nem sempre fosse identificado com a nomenclatura de história regional. Para ele, a forma como os gregos e romanos antigos, os monásticos medievais até os positivistas passando por iluministas e protestantes buscavam na redução de escala observar em fatos menores algo que identificasse toda a história do lugar e como estava mais forte em alguns estados militar, econômica ou politicamente dominantes, o microlocal se transformava em universal. (GONZÁLEZ, 1997)

Porém, a ideia de região, somente no final do século XX, conseguiu superar a noção de limites ou fronteiras, ainda muito ligado ao sentido etimológico, quando então esquadrinhou-se sentidos mais próximos aos atuais para o conceito de região na geografia, que de manei-

ra geral indicariam três perspectivas, discutidas desde o nascimento da geografia enquanto ciência: a primeira rejeitando as divisões político-administrativas, usando como base as unidades fisiográficas que determinariam as regiões. A segunda definida pelo espaço demarcado pela ação humana ou pelo menos a relação homem-meio. E a terceira que considerava os limites regionais como espaços fluidos tendo a industrialização como principal responsável pela configuração deste espaço. (HAESBAERT, 2010)

Segundo Barros, a relação mais aproximada entre a história e a geografia vem ainda no início do século XX, a partir da atuação interdisciplinar de geógrafos e historiadores de Vidal de la Blache, quando, na França do período, era considerado como um geógrafo e historiador, buscando compreender as ações do homem no espaço e no tempo demarcado teórica e metodologicamente como “tempo geográfico”. (BARROS, 2017) Entretanto, foi com Lucien Febvre e Fernand Braudel que a perspectiva de região se consolidou nos meios historiográficos com a segunda geração dos *Annales*, com a publicação de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo no tempo de Felipe II*, em 1946 por Braudel, quando expressou a noção de geo-história, em que os fatos históricos estavam localizados no espaço e, portanto, passíveis de compreensão na relação íntima entre a sociedade e o espaço geográfico. (BARROS, 2017)

Ainda que não fosse necessariamente a história regional, a geo-história iniciou a aproximação contemporânea da história com a geografia que redundou na que hoje temos como história local, regional, que, em alguns momentos se confundiu com a micro-história, dado que a redução de escala de observação historiográfica foi o primeiro recorte da geo-história rumo à história regional.

Para a América Latina, o marco inicial foi a partir da publicação de *El Pueblo en Vilo*, pelo mexicano Luiz González, em 1968, já que alguns historiadores latino americanos consideram que com este trabalho, emergiu uma nova forma de ver a história, a geografia e a população de um país. (REGUERA, 2007) Neste primeiro momento, a história regional foi intencionalmente confundida com a micro-história e tinha como objetivo compreender a formação do estado mexicano. Para ele,

distinto de outros estados onde os grandes centros promoviam a identidade nacional, e, diferentemente, a história nacional mexicana era constituída por pequenas povoações rurais, agrícolas, inexpressivas em termos de grandes fatos históricos ou de grandes heróis, entretanto, a microanálise possibilitava verificar que os pequenos espaços eram importantes para o México, não por serem únicas, mas por serem representativas.

Para González (1995), a história regional, ainda que tenha uma dimensão geográfica, uma vez que o termo “região”, primeiramente nasce como uma dimensão espacial do domínio militar, intimamente ligada ao território ocupado, posteriormente assumiu a dimensão administrativa e atualmente cultural, não deve estar limitada exclusivamente a somente fronteiras geográficas ou de relevo. O mesmo se pode dizer de “fronteiras” estabelecidas por acontecimentos históricos impactantes, já dimensionados na história oficial, dos grandes marcos como guerras, tratados, pessoas que geraram datas importantes nacional ou localmente. (GONZÁLEZ, 1995)

Ainda para González (1995), o espaço reduzido das observações e análises históricas, tal qual fez na sua região de estudo – San Jose de Gracia – apesar de pequena era típica, e justamente aí estava a sua força como objeto de análise, ou seja, a sua tipicidade levava a tê-la como referencial dentre as muitas comunidades pequenas no interior do México que apesar das suas tipicidades mantinham características em comum que possibilitava entender como foi construído o estado mexicano a partir deste lugar. (GONZÁLEZ, 1995) O que importava não é o tamanho do lugar onde se desenrolam os fatos, e sim a amplitude e coesão do grupo que a estuda, o minúsculo se encontra no que se aproxima do pesquisador e no grau de miopia em que este tem. (GONZÁLEZ, 1997)

González (1997), citando Braudel ([1968]) afirma que não existe uma história, um ofício do historiador, e sim histórias, uma soma de curiosidades, de pontos de vista, de possibilidades. Com isso ele queria afirmar que apenas pelas especificidades com relação ao regional no tocante à pesquisa historiográfica, que a distingue do que tradicionalmente se fazia no México nos anos 1960, por si so não lhe conferiria falta de rigor

teórico e metodológico que tornasse as pesquisas ancoradas no regional como pesquisa menor ou sem as ditas perspectivas.

Cada disciplina recorta do conjunto de realidades um domínio ou campo próprio, no caso do regional, este domínio seria o passado humano, recuperável historiograficamente, irreversível, influente, transcendente ou típico. (GONZÁLEZ, 1997) Dessa forma, o regional estaria interessado mais no que influi ou renasce, o que resiste em cada momento, a tradição ou hábito, o modesto, o cotidiano. (GONZÁLEZ, 1997) Ao se tratar, porém, de apear a história estudando somente questões menores, mas de poder projetar o entrecruzamento do ponto de vista geográfico, econômico, histórico-constitucionais e administrativos com a técnica até os usos e costumes, os fatos populares e as modalidades linguísticas. Com esta amplitude, longe de querer fazer a história total de um lugar pequeno, poderia se abarcar distintas perspectivas, uma vez que nas microrrelações existem elementos que se repetem em macroanálises que abrangem integralmente a vida, pois busca ter como elementos das famílias, os grupos, a linguagem, a literatura, a arte, a ciência, a religião, o bem-estar e mal-estar, o direito, o poder e o folclore, em resumo todos os aspectos da vida humana e alguns da vida natural. (GONZÁLEZ, 1997)

Nessa perspectiva, a historiadora argentina Susana Bandieri (2007), considera que, no primeiro momento, a história regional na América, principalmente no México, estava mais relacionada com a geografia crítica e vinculada à história econômica, preocupada com transformações e continuidades, passíveis de se compreender os processos sociais ocorridos em um tempo e lugar específicos, dessa maneira, a história regional preenche lacunas deixadas pela macroescala uma vez que se entende a região como um processo de estruturação que articula tempo e espaço.

Embora significasse um avanço naquele momento, limitava os estudos sobre o regional aos pequenos espaços, e, com isso, atingiu parcialmente os objetivos, no momento em que as singularidades dos pequenos espaços se sobressaíam, ampliando o que era criticado pelo próprio González. No debate atual sobre o regional, a ideia de espaços que se distinguem por limites ou fronteiras não necessariamente se distancia-

ria na análise macro de construção do estado, assim, um estado não era uma grande região homogênea em si, mas um mosaico de regiões que deveriam ser “reconstruídos” pela pesquisa histórica atendendo a um sistema de relações internas e externas que se modificam com o passar do tempo caracterizando os períodos. Assim, não somente o econômico e o geográfico devem ser considerados, mas também, as relações políticas, econômicas, sociais e culturais. (BANDIERI, 2018)

Essa relação de González do micro, ou a redução de escala com o regional, que para a maioria dos historiadores não tem uma vinculação direta com o regional a não ser a observação em escala reduzida, foi o gatilho para inúmeras críticas sobre a história regional em toda a América Latina. Ainda que o próprio Gonzalez tenha alertado que o que ele chama de micro-história na França, Inglaterra e Estados Unidos é denominada de história local, e, no caso da Alemanha, são utilizados história regional, história urbana e ainda geografia histórica, na mesma perspectiva do que ele chama de micro-história, e que na América Latina se consolidou como história regional. (GONZÁLEZ, 1997) A história regional enquanto perspectiva teórico e metodológica tem sido bastante criticada, não somente no Brasil, mas também na América Latina por conta da falta de discussão em torno da perspectiva, uma vez que dentro meios acadêmicos não existe uma procura por pesquisas declaradamente destinadas ao regional, embora isso apareça nos bancos de teses e dissertações. Essa falta de definição que em grande parte tem gerado estas críticas já foram observadas no México por exemplo.

Os primeiros questionamentos que surgem a partir do que foi acima descrito, partem no primeiro momento do conceito de região, e consequentemente, das possibilidades historiográficas de utilização deste conceito no campo da história nas universidades. Ainda nesta perspectiva, se questiona como o historiador deve tratar a sua documentação, exigindo do mesmo um maior conhecimento não somente dos processo históricos locais, mas de uma apropriação de conhecimentos de outras áreas, que darão suporte a uma análise documental mais concisa, de forma que compreenda a história do lugar e possa traçar relações com outros lugares ampliando o sentido do conceito para outros ambientes

e identidades que farão do regional uma partícula ou uma distorção do que se compreende como macrorregional² ou global.

Além das definições pouco claras de conceitos, somam-se outras críticas à história regional enquanto área de concentração historiográfica dentro do campo da história. Em 2002, em um artigo publicado na revista *História Mexicana*, Manuel Grijalva publicou um artigo que questionava a história regional dentro da historiografia, na tentativa de demonstrar a impossibilidade de se fazer pesquisas nesta perspectiva, tais críticas visavam principalmente os maiores expoentes da história regional do México naquele período, a saber Luís Gonzalez e Erick Van Young. (GRIJALVA, 2002)

Para Grijalva (2002), haviam confusões conceituais no que se compreende por região, uma vez que a apropriação de um conceito adquirido da geografia se demonstrava inapropriado, ou, no mínimo, pouco claro para a história; adicionado a isso, o autor também questiona a viabilidade teórica da história regional, uma vez que a redução de escala demarcada por González frequentemente se confundia com a micro-história, que demarcaria outra perspectiva teórica, que não daria a história regional sustento teórico e metodológico para realização de pesquisas de cunho historiográfico e ainda dentro de várias outras críticas, o autor aponta a inexpressividade do regional no tocante ao interesse historiográfico impossibilitando a síntese histórica.

No Brasil, a história regional também não foi muito bem aceita em um momento inicial, ironicamente, houve críticas à regional em um livro resultante de um seminário de um mestrado em história regional e local. Neste texto, o autor critica a história regional, apoiando-se em Marc Bloch, para Albuquerque (2015), existe no regional uma supervalorização da localidade em detrimento do nacional, isso será

2 Tomado por base um estado das dimensões do estado brasileiro, compreendemos que as múltiplas identidades que formam o Brasil se distinguem por unidades que somam as regiões, daí a opção pelo termo "macrorregional". Isto se dá através de confluências de diversas regiões que, por aspectos econômicos, culturais, políticos, entre outros, uniram-se em torno da construção de uma identidade comum que não se repete de maneira hegemônica em todo o estado brasileiro.

resultado, na história regional produzida no Brasil, de uma reprodução automática e acrítica de recortes espaciais oficializados e oficiais, que estariam presentes na documentação, e que fatalmente produziria análises anacrônicas, delimitando espaços que não existiam no momento descrito, isto também em decorrência da falta de um conceito claro do que seria região. (ALBUQUERQUE, 2015)

Alcance da história regional

Para Carlos Martinez Assad (2006), a história regional é aquela cujo espaço é definido pela pesquisa e permite compreender, a partir da região, que a delimitação espacial é construída, sobretudo em uma questão de perspectiva, que se opõem a um olhar centralista, e observar a sociedade em seu conjunto, dentro de um determinado espaço e tempo, ainda que esse posicionamento vincule o regional às perspectivas da pesquisa, em que o conceito prático da região estaria sempre em construção, dadas as relações que se dão em um dado momento não são necessariamente determinadas apenas geograficamente.

Posteriormente, em outro artigo, Assad (2015) considera que na atualidade, sob uma perspectiva teórica e metodológica, que a compreensão do regional como sinônimo de microespaço é considerado ultrapassado, uma vez que se considera o histórico enquanto dinâmico e que as relações regionais e locais, ainda possam ser analisadas de forma micro na redução de escala de observação, não devem ser herméticas, fechadas na compreensão local, pois, estas relações que podem ser econômicas, políticas ou culturais dentre muitas outras, podem ser relacionadas com espaços mais amplos, e assim compreendendo a região como possibilidade de compreender o nacional e até o internacional.

Sobre a história regional compreendo sobretudo como uma perspectiva de análise, em que o pesquisador situa-se em um lugar, mas tem como propósito captar o conjunto, agregando a esse conjunto uma grande quantidade de elementos que a história nacional havia descartado, não

aproveitou ou simplesmente deixou de lado na tentativa de homogeneizar.³ (ASSAD, 2015, p. 19, tradução nossa)

Dessa forma, a história regional enquanto perspectiva de análise, sob um ponto de vista do pesquisador, de maneira geral define na sua pesquisa os objetivos, metodologia e recorta a temática, obedecendo também aos interesses de quem irá consumir o seu trabalho, seja nos espaços universitários, que culminarão em teses, dissertações, artigos em revistas científicas especializadas, ou como meros espectadores de dentro no novo espectro, ainda pouco confortável aos historiadores da geração anterior, mas que se amplia em termo de alcance na sociedade, no que consideramos como novos consumidores da história atualmente.

Ao se tratar dessas questões, nota-se que, na atualidade, a história, e mais especificamente a história regional, tem sido muito acionada por consumidores que expandem o ambiente da academia. Desde a segunda década deste século, tem-se percebido que temáticas ligadas ao regional receberam um apelo maior dos produtores de conteúdo de entretenimento – televisão, revistas vendidas em bancas de jornais, e com o desenvolvimento e popularização da internet, canais de YouTube e serviços de *streaming*. Para este tipo de consumidor, a temática junto com a narrativa são mais importantes do que a pesquisa historiográfica, o objetivo principal é entreter e oferecer conteúdos que atraiam as pessoas para consumir serviços.

A chamada Revolução Tecnológica deixou suas marcas, o acesso à internet modificou a forma como nos comunicamos, aparelhos celulares que prometiam mobilidade nas chamadas telefônicas, foram muito além disso, transformando a maneira como nos relacionamos pessoalmente, socialmente e até financeiramente. Novos equipamentos surgiram e desapareceram em muito pouco tempo, fitas cassete, *compact disc*

3 Texto original: "En la historia regional concibo sobre todo una perspectiva de análisis, donde el investigador se sitúa en un lugar, pero tiene el propósito de captar el conjunto, desde luego llevando a ese conjunto una gran cantidad de elementos que la historia nacional había deseñado, no había aprovechado o simplemente había dejado de lado en el afán homogeneizador."

(CD), câmeras fotográficas analógicas, deixaram de existir, em compensação, em seu lugar, *smartphones*, somente um entre vários exemplos, sintetizam todos os equipamentos em somente um aparelho, que pode gravar voz e vídeo, acessar textos, e-mails, mensagens, redes sociais, fotografar, filmar acessar bancos etc. Novas profissões desapareceram, enquanto outras deixaram de existir em muito pouco tempo, gerenciadores de redes sociais, *youtubers*, influenciadores digitais, são tão populares quanto jogadores de futebol ou artistas televisivos, por outro lado, sapateiros, afiadores de facas, consertadores de guarda-chuva e, muito recentemente, caixa de banco, são profissões que tenderão a desaparecer, se é que alguma destas ainda existem.

Em suma, o desenvolvimento da revolução tecnológica deixou o mundo menor. As notícias se espalham com mais rapidez e as facilidades das redes sociais levam a uma difusão ainda não experimentada no controle das informações, notícias podem surgir de qualquer lugar e de qualquer pessoa, não mais controladas pelas grandes redes de notícias ou grandes canais televisivos, paralelo a isso, os jornais impressos começaram a não ter mais edições impressas e cada vez mais novos canais de notícias e de entretenimento surgem. Daí, novas perspectivas de pesquisa envolvendo as redes sociais como impulsionador de transformações sociais a exemplo da “Primavera Árabe” com as notícias e imagens não controladas por governos ditatoriais foram divulgadas para o mundo através da internet.

Simples anônimos armados de um *smartphone* conectado à internet se transformam em jornalistas e noticiam em tempo real; professores, estudantes, profissionais, ou simplesmente qualquer pessoa pode criar um canal e, a depender da empatia que transmite aos internautas, discutir sobre qualquer assunto, inclusive a história, muitas vezes, sem compromisso com a pesquisa, baseado somente em opiniões, em boa parte das vezes, de não especialistas.

Todas estas transformações nos levaram a modificar a maneira como víamos a nós mesmos, como nos relacionamos socialmente e também como produzimos documentos e seguramente também como analisar esta nova sociedade que, em um período de pouco mais de 20 anos,

leva-nos a buscar maneiras mais contemporâneas, tanto de compreender como de pesquisar o novo mundo que nos impõe novas formas de saber científico, como também novas formas de interpretar a sociedade. Isso, para historiadores, começa a se tornar um desafio frente a novos objetos, novas perspectivas e também novas fontes documentais.

Contraditoriamente, o mundo também se torna mais regionalizado, ao contrário do que se deveria pensar com o fenômeno da globalização, em que se esperava que a grande “aldeia global” fosse instalada, o que na prática se intensificou na forma dos nacionalismos e dos regionalismos, como espécie de retorno às explicações geográficas de pertencimento local e que impulsionam conflitos e uma nova configuração geopolítica baseada em interesses regionais que tem por catalisador interesses econômicos, políticos, mas também étnicos, religiosos ou culturais. (KAPLAN, 2013)

Por outro lado, a história na academia também tem um viés voltado para o regional. Também em uma pesquisa simples nas páginas dos programas de pós-graduação, observando as temáticas de defesa de teses e dissertações nos últimos anos, tem-se observado que as pesquisas, ainda que não assumidamente, recorrem a recortes espaciais e temporais extremamente demarcados, demonstrando como a temática espacialmente localizada ganha importância dentro do espaço universitário da pós-graduação, entretanto, o debate sobre a demarcação espaço temporal não é debatida na mesma intensidade nos espaços universitários.

Fonte e métodos para a história regional na atualidade

Durante a construção de uma pesquisa em história, deve-se buscar com certo cuidado a escolha do tema e a interpretação que se dará aos documentos, de maneira que seja evitada a folclorização de alguns temas, que recorrentemente se atribui como específico de um determinado lugar ou região. Ficou perceptível no Brasil em algumas temáticas a exemplo do banditismo, mas que poderiam ser uma infinidade de outros, são tratados como especificidades do Nordeste brasileiro, um dos exemplos

disso é de como o cangaço, nome pelo o qual o banditismo nordestino da primeira década do século XX ficou mais conhecido, através da trajetória de bandidos famosos, dentre eles o conhecido “Lampião”, fosse considerado como algo além do fenômeno de banditismo e exclusividade do Nordeste brasileiro.

Da mesma maneira, mas com grau hipertrofiado, o coronelismo nos estudos sobre cultura política no Brasil, também se tornou tema quase que exclusivo do Nordeste, embora tenha acontecido em todo o Brasil. Podemos ainda ampliar o debate, quando o termo “sertão” que originalmente se referia a zona interiorana, passou a se representar exclusivamente a parte do semiárido nordestino. Assim, de maneira muito simplista, convencionou-se, embora ninguém tenha escrito isso diretamente, que o sertão era a parte menos desenvolvida do país, localizada no Nordeste do Brasil e reduto dos coronéis que dominavam e oprimiam as camadas populares da população, e eram, de forma não organizada, combatidos pelos cangaceiros. Essas informações são constantemente contestadas por pesquisas regionais, que, no entanto, não são percebidas dentro de um espectro maior de publicações historiográficas no Brasil. O que acontece frequentemente, é que esta visão do regional e mais especificamente da história regional são divulgadas pela literatura, televisão e cinema, que, por vários momentos refletem muito do que se faz nas pesquisas acadêmicas

Bandieri (2018) sustenta que a única maneira possível de desenvolver pesquisas compreendendo a região e, com isso, fazer a história regional como possibilidade teórico-metodológica, é a sua construção a partir das interações sociais que são definidas como tais no espaço e no tempo. Assim, deve-se evitar qualquer delimitação *a priori* que tenha como pretensão conceber a região em sua totalidade com traços de homogeneidade preestabelecidos. Nesse momento, Bandieri (2018) supera a noção de que a história regional é delimitada no espaço pela redução de escala e neste caso compartilha os mesmos pressupostos com a micro-história. Apesar de região ser um espaço micro, o historiador não deve perceber em sua pesquisa como excessivamente micro, compreendendo os conceitos que norteiam a região e avançando em níveis explicativos de comportamento da sociedade. (BANDIERI, 2018)

Na proposta de análise regional, embora inicie como escolha analítica de um espaço reduzido, possa traçar relações com lugares maiores, sejam eles macrorregionais, envolvendo regiões outras dentro de um espaço próximo, ou em escala nacional e se possível internacional.

Na construção de um projeto de pesquisa, a necessidade de delimitação temática, temporal e espacial se faz indispensável. Conforme o que fora apontado acima por Bandieri (2018), na pesquisa em história regional deve-se evitar uma delimitação apressada, que represente muito mais o desejo do pesquisador em comprovar uma hipótese previamente estabelecida, baseada muitas vezes no posicionamento político, ou em preconceções não raro lastreada em senso comum. Percebe-se, no entanto, que se deve estabelecer um critério de delimitação, e, na pesquisa historiográfica, esta delimitação deve ser feita a partir das fontes, como em qualquer pesquisa desse tipo.

Entretanto, ao se tratar de história regional, não somente a delimitação temporal, mas também, a delimitação espacial, estabelecendo os limites propostos pela pesquisa presente nas fontes, ou seja, estabelecendo uma região, também deve ser determinada pelas fontes as quais se tem acesso, que pode ou não seguir as delimitações administrativas, eclesiásticas, dentre outras, uma vez que dependerá de que tipo de fontes e quais os arquivos estão disponíveis para a pesquisa. A profusão de fontes regionais também deve ser levada em consideração.

Marilican Vargas e Guerra (2018) aponta que em determinados tipos de pesquisa, seja local ou regional, não somente as fontes documentais tradicionais devem ser utilizadas, isso envolve também a metodologia no tratamento destas fontes. Compreendendo a região como uma multiplicidade de fatores que envolvem e por vezes influenciam os fenômenos históricos, mesmo que a história regional tenha relações com instâncias maiores no campo de pesquisa, devemos compreender que algumas peculiaridades por vezes não são repetidas, ainda que enquanto fenômeno histórico seja repetido de maneiras distintas em outros lugares, e, portanto, passíveis de comparação e análise, a forma como se desenvolve alguns acontecimentos, falas, ou elementos são de constituição local e, assim, devem ser interpretado pela lógica em dada

localidade. Com isso, as fontes podem ser imagéticas, paisagísticas, ou monumentais, e obrigam o pesquisador a buscar outros conhecimentos de ciências auxiliares à história para melhor analisar as fontes e compreender a complexidade regional, e assim, poder relacionar com espaços mais amplos.

Nos últimos 20 anos, novos hábitos foram incorporados substituindo antigos costumes com o mesmo objetivo. Não se escrevem mais cartas pessoais, entregues pelos correios, ao invés disso, e-mails e mensagens são trocadas instantaneamente, o crescimento da fotografia digital, substituindo os caros e demorados filmes fotográficos que levavam muito tempo para serem revelados e caros para serem copiados, ajudou a expandir a divulgação de fotos digitais, praticamente gratuitas e que permitem o envio imediato também de momentos em família, reuniões de trabalho, passeios, viagens que são trocadas e na imensa maioria das vezes apagadas para dar mais espaço para novas fotografias, vídeos e imagens. Jornais e revistas publicam cada vez mais em meio digital e documentos oficiais usam cada vez menos papel. À medida em que os anos passam, lastreado no que já acontece nas últimas duas décadas, pergunta-se: onde estarão os arquivos do futuro? E qual o papel da história virtual como campo de pesquisa?

Para compreender este contexto mundial que ora se desenha, as ciências de maneira geral e a história de forma particular também são obrigadas a se adaptar às novas configurações mundiais e às condições de uma sociedade em mutação. Os impactos sobre a historiografia até o momento foram poucos, mas perceptíveis. Como a “matéria-prima” no labor historiográfico é o documento, e que as temáticas hoje em dia ainda estão centralizadas em momentos históricos mais distantes no tempo.

Considerações finais

A história regional no Brasil, e mais especificamente na Bahia, ainda não se estabeleceu plenamente como espaço disciplinar na academia,

como perspectiva de pesquisa historiográfica. Considerando as transformações passada no meio científico e principalmente na expansão da história, subvertendo a noção de disciplina e paulatinamente assumindo a posição de campo disciplinar, com as novas possibilidades de objetos, metodologias e principalmente temáticas que obrigam o conhecimento histórico a buscar novas perspectivas e se aproximar ainda mais de outras disciplinas, se tornando cada vez mais interdisciplinar, em que o conhecimento histórico é auxiliado por conhecimentos, formas e métodos de outras áreas para que se consiga analisar o passado e compreender a sociedade no tempo.

A região, enquanto categoria historiográfica, aproxima-se muito do que foi preconizado pela geografia crítica, agregando-se ainda que além dos aspectos econômicos, estão também em questão as variantes jurídicas, administrativas, e principalmente culturais, que se adequam ou se modificam a partir das condições dadas não somente pelo espaço, mas também pelas relações sócio-históricas construídas em um determinado lugar ou território. Assim, podemos pensar a região como um território culturalmente ocupado, delimitado por fronteiras “porosas”, em que as inter-relações com outras foram ao longo do tempo conferindo características próprias que não as distingue totalmente do nacional, mas lhe dá unidade ao ponto de ser reconhecida. Isso foi evidenciado na prática, quando Luiz Gonzáles (1995, p. 3), ao estudar a pequena San José de Gracia, afirma: “A área estudada não é influente nem transcendente, mas representativa [...] por ser única, por ser um conglomerado de tantos, por representar uma porção ampla do subconsciente nacional”.

Todas estas características próprias de lugares com dimensões reduzidas, diferenciadas das demais por características econômicas, geográficas ou sociais, implicam também em verificar aspectos singulares ocorridos no microespaço em que por vezes permitem análises diferenciadas do que se tem como estabelecido na perspectiva macroanalíticas, fugindo da ideia enclausurada de região enquanto espaço delimitado por limites jurídicos, eclesiásticos ou administrativos, que nem sempre foram estabelecidos pelas características locais nessa perspectiva.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. M. Quase um objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região. In: LEAL, M. D. G. A.; FARIAS, S. O. *História regional e local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino*. Salvador: EdUNEB, 2015. p. 37-61.
- ASSAD, C. M. La región en la nueva historiografía mexicana. *HISTORIARELo: Revista de Historia Regional y Local*, México DF, v. 7, n. 13, p. 14-42, 2015.
- ASSAD, C. M. Los desafíos de la historia regional. *Tzintzun Revista de Estudios Históricos*, Michoacan, p. 213-230, 2006.
- BANDIERI, S. Haciendo historia regional en Argentina. *Revista TEL – Tempo, Espaço e Linguagem*, Irati, v. 9, n. 1, p. 12-31, 2018.
- BANDIERI, S. Nuevas investigaciones, otra historia: la Patagônia en perspectiva regional. In: FERNÁNDEZ, S. *Más allá del territorio: la historia regional como problema. Discusiones, balances y proyecciones*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007. p. 308-310.
- BARROS, J. D. *A expansão da história*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARROS, J. D. *História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BURKE, P. *História e teoria social*. 2. ed. ampl. São Paulo: EdUNESP, 2012.
- GONZÁLEZ, L. *Otra invitación a la microhistoria*. México, DF: Fondo 2000, 1997.
- GONZÁLEZ, L. *Pueblo en vilo: microhistoria de San José de Gracia*. Zamora: El Colegio de Michoacán, 1995.
- GRIJALVA, M. M. ¿Existe la Historia Regional. *Historia Mexicana*, México, DF, n. 4, p. 867-897, 2002.
- HAESBAERT, R. *Regional-global: dilemas da regiões da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- KAPLAN, R. D. *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- MARILICÁN, M. A. G.; VARGAS, E. M.; GUERRA, F. B. M. Estudio reflexivo para abordar la historia local en Chile desde la versión anglosajona. *HISTORIARELo: Revista de Historia Regional y local*, México DF, v. 10, n. 19, p. 199-238, 2018.

REGUERA, A. El significado de la historia regional en la frontera sur. El caso de Tandil. In: FERNÁNDEZ, S. *Más Allá del territorio: La historia regional como problema. Discusiones, balances y proyecciones*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007. p. 73 -94.

VAN YOUNG, E. Haciendo historia regional. In: PÉREZ, P. H. *Región e Historia en México (1700 - 1850)*. Ciudad de México: Instituto Mora: UAM, 1991. p. 99-122.

**BAHIA AND SAN FRANCISCO RAILWAY,
A FERROVIA QUE RASGOU O INTERIOR BAIANO**
*impactos econômicos, políticos e sociais nas vilas
e povoados do primeiro trecho (1852-1863)*¹

KEITE MARIA SANTOS DO NASCIMENTO LIMA

Introdução

Ao longo de nossas pesquisas sobre os impactos dos trilhos da ferrovia *Bahia and São Francisco Railway* na formação e desenvolvimento do núcleo urbano da cidade de Alagoinhas, em fins do século XIX e início do XX, percebemos que os territórios percorridos por essa via férrea, Mata de São João, Pojuca e Santana do Catu, que faziam parte do primeiro trecho, tiveram implicações econômicas, sociais/urbanísticas e políticas significativas.

Ampliando o campo temático e documental durante a escrita da dissertação, notou-se a escassez de estudos a respeito das implicações da ferrovia *Bahia and San Francisco Railway* nas vilas citadas. Destarte, esses territórios que compunham os distritos açucareiros do agreste baiano

1 Este texto é uma versão corrigida, revista e ampliada da comunicação apresentada no VIII Encontro Estadual de História – Espaços da História, realizado de 1 a 4 de novembro de 2016, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) localizada no estado da Bahia. Ver: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org>. As discussões aqui estabelecidas fazem parte de um projeto de doutorado da autora.

passaram a ser objeto de investigação com foco na relação intrínseca entre estrada de ferro, urbanização, poderes e interesses locais.²

Nesse contexto, o presente capítulo tem parte da pesquisa desenvolvida para a escrita da dissertação intitulada *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929)*, defendida em 2010, propondo uma ampliação sobre o tema para ferrovia, cidade e mecanismos de poder engendrados pela implantação da malha ferroviária na Província da Bahia. O foco nas consequências políticas e urbanísticas a partir das leituras e estudos dos maços encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) nos trouxe informações através das falas de presidentes da província e correspondências entre estes e as câmaras das cidades, relatórios de superintendentes das ferrovias e os jornais da época, e nos permitiu traçar um panorama, ainda que restrito, das relações entre ferrovia, cidade e poder nesses territórios.

Em meados do século XIX, a Bahia, seguida pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, era uma das províncias brasileiras que sentia a necessidade de superar a precariedade dos caminhos das estradas de boiadas e incrementar a expansão e circulação dos produtos tropicais. A solução seria investir em obras de infraestrutura que incluíam, principalmente, a implantação de uma rede ferroviária. Segundo Etelvina Rebouças, “[...] dentre as primeiras estradas de ferro a serem construídas no país, idealizava-se uma Estrada de Ferro que, partindo da ‘Cidade da Bahia’, chegasse ao Rio São Francisco”. (FERNANDES, 2006, p. 27)

Interligar as regiões produtoras de gêneros tropicais como açúcar e outros produtos à cidade de Juazeiro – porto estratégico para o escoamento da produção agropecuária, situada a margem direita do Rio São Francisco – passou a ser uma questão prioritária no Brasil. Isso porque, desde o ano de 1846, que essa demanda era discutida pelos presidentes da província baiana, a qual se dividia em 72 municípios, 11 cidades e 61 vilas. As perspectivas dos políticos baianos e dos grandes agricultores da região eram de que a implantação dos trilhos seria a mola propulsora

2 Fala do Presidente da Província – 1 março de 1855. Documento disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). *Contratos do presidente da província (1855-1870)*. Março 1558.

para a circulação de pessoas, ideias e mercadorias daquelas vilas e engenhos localizados nos recônditos da província. Percebe-se que, apesar da importância do tráfego de pessoas e trocas mercantis na viabilização do desenvolvimento local entre o século XVII e a primeira metade do século XIX, foi a ferrovia que desempenhou o papel de força motriz, diversificando as atividades econômicas da Bahia, imprimindo dinamismo, progresso, urbanização e desenvolvimento para o mercado interno.

Nas considerações iniciais do livro *Memórias sobre as estradas de ferro do estado da Bahia*, de Miguel Teive Argolo e Justino da Silveira França, publicado em 1908, os autores salientam que a ferrovia era “[...] um poderoso agente de civilização e de progresso, capaz de modificar até o caráter das nações, pelo prompto e fácil contato que entre elas estabelece [...]” (FRANÇA; ARGOLLO, 1908, p. 3, grifos nosso) Essa visão ufanista também fez parte e estava na ordem dos discursos dos mais ardorosos defensores da construção de uma rede ferroviária na Bahia no século XIX. Os argumentos fundamentavam-se em dois eixos: de ordem ideológica, embasado na ideia de progresso, modernização e civilização; e econômica que enfatizava a necessidade de melhorias no sistema viário da província que se mostrava inadequado e ineficiente para atender à demanda de abastecimento de uma população que não parava de crescer.³

Em meados do Oitocentos, a Província da Bahia tinha quatro estradas que interligavam Salvador às áreas produtoras: a primeira que saía da capital em direção a Inhambupe, Itapicuru, Geremoabo até a margem do Rio São Francisco no termo de Pambú; outra que passando pela Feira, ia até Juazeiro; uma terceira que, passando pelo mesmo ponto, acaba na Vila de Chique-Chique e, por fim, a quarta, de São Félix ao termo de São Isabel, dali ao Rio de Contas, Caetitê e Urubu. Essas vias de comunicação, trilhadas por carros de bois, tropeiros, boiadeiros, que dinamizavam, ainda que precariamente a economia da província, eram insuficientes, “[...] longas e pouco rentáveis, para o transporte, tanto de pessoas como de gado e de mercadorias”. (MATTOSO, 1992, p. 469)

3 A população da cidade de Salvador atingiu 50.000 habitantes no princípio do século XIX, chegando a 108.138 habitantes em 1872, e 144.959 em 1890. Sobre os censos da Bahia no século XIX, ver: Mattoso (1992).

Os impactos econômicos da instalação dos trilhos de ferro para essas regiões, a complexidade das relações de trabalho, as transformações sociais, econômicas e urbanas, as formações da rede de cidades são problematizadas por pesquisadores econômicos e culturais que se debruçam sobre o estudo da ferrovia. Nota-se, contudo, uma diminuta reflexão em torno das relações de poder que permearam todo o processo de instalação dos trilhos na Bahia, pois, pelos caminhos ferroviários também circulou o poder e o mando. Um olhar sobre o processo jurídico-político necessário ao surgimento das estradas de ferro na província; a análise sobre os contratos, ofícios, regulamentações entre o governo da província e a empresa concessionária; as articulações e os conflitos entre a Railway Company e o Governo provincial e entre estes e o poder local dos distritos são questões que devem ser consideradas para compreendermos a intrínseca relação entre transformações urbanas e o reforço da estrutura de dominação que marcou a implantação dos caminhos de ferro no agreste baiano.

Nessa perspectiva, esse capítulo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que visa discutir os impactos políticos, econômicos e sociais da experiência ferroviária nos distritos açucareiros Mata de São João, Pojuca, Santa Ana do Catu e Alagoinhas, que configuraram o primeiro trecho da *Bahia and São Francisco Railway* (1852-1863).

E a ferrovia chega ao interior

Em meados do século XIX, ao acentuar sua função econômica como centro do comércio internacional e distribuidor de mercadorias importadas para as regiões do interior, o rol de influência da cidade do Salvador ampliou-se. Contudo, as más condições dos meios de transporte e de circulação comprometiam tanto a extensão dos bens e serviços para as regiões mais distantes quanto à subsistência da capital. A precariedade das vias de comunicação na Bahia no século XVIII e XIX dificultava a ligação entre o recôncavo, o agreste e o sertão. (MATTOSO, 1992) Enquanto o recôncavo se servia de vias marítimas, fluviais para

escoar mercadorias e abastecer a população da capital e dos povoados próximos, as vilas e arraiais que se distanciavam de Salvador contavam apenas com as trilhas das boiadas e das tropas de mulas para suprir suas necessidades, visto que os portos recebiam mais atenção e investimento do governo.

Contudo, na segunda metade do século XIX, as vias marítimas utilizadas para o abastecimento do mercado não davam conta de uma demanda da população que crescia com rapidez e de forma desigual na capital e no recôncavo, e muito menos dava conta dos

[...] centros agrícolas, criados e suscitados pelos vaqueiros e suas boiadas, lá onde tinham descoberto algum vale úmido capaz de abrigar culturas fornecedoras de víveres, de início para um consumo local e, depois, pouco a pouco, para a venda às regiões costeiras mais populosas, cuja a prioridade era o cultivo de produtos de exportação: açúcar, fumo, cacau, algodão e café. (MATTOSO, 1992, p. 64)

Foi nesse quadro que a precariedade das vias de comunicações internas começou a inquietar os presidentes da província. Essa conjuntura regional exige que o Governo e a Assembleia Provincial, assim como as câmaras de vereadores, atentem para a necessidade de melhorar e criar vias de circulação que interligassem os núcleos de povoação esparsos e isolados.

A construção de estradas de ferro representava a solução para o problema vivido pela província, pois: “[...] a ferrovia, considerada do ponto de vista econômico, era basicamente um meio de ligar alguma área produtora de bens primários a um porto [...]” (HOBSBAWN, 1996, p. 76) e mais

[...] um sistema ferroviário paralelo ao cais, possibilita o transporte mais rápido e com menor perda de mercadorias, sobretudo quando está integrado numa rede ferroviária, possibilitando a montagem de um corredor de exportação/importação [...]. (HONORATO, 2016, p. 192)

E esse foi o objetivo do sistema de transporte ferroviário da Bahia que para visão das elites do século XIX: promoveria a expansão da economia primário-exportadora.

A década de 1850 marca a predominância do açúcar na pauta de exportação baiana, o que intensifica os debates em torno da comercialização desse produto. (MATTOSO, 1992) Nesse contexto, as discussões sobre a viabilidade da instalação de uma ferrovia na Bahia, que tem como marco o ano de 1847, ganha novo fôlego, pois a estrada de ferro se colocava como um meio de transporte essencial para circulação dos produtos voltados à exportação. Soma-se a isso, a possibilidade de lucros e o incentivo do governo central que, através da Lei Imperial de nº 641, de 26 de junho de 1852, dava garantia de juros aos capitais particulares empregados na ferrovia, possibilidade de isenção de impostos, “[...] garantia de juros de 5%, direito de desapropriação de terrenos particulares e apropriação de terrenos públicos, entre outros [...]” (SOUZA, 2011, p. 27) aos futuros investidores.

Como bem acentua José Murilo de Carvalho, apesar de apresentar um déficit crescente em virtude dos gastos “[...] com revoltas internas, com as guerras externas e com os desastres naturais como secas e epidemias [...]” (CARVALHO, 2010, p. 266), o que comprometia o equilíbrio orçamentário, o investimento na construção de estradas de ferro foi uma das prioridades do governo imperial e beneficiava sobretudo aos proprietários de terra. Não é à toa que, na Bahia, uma associação formada por poderosos senhores de engenhos e proprietários de escravos denominada “Junta da Lavoura”, deu o pontapé inicial para a implantação da primeira ferrovia na Bahia e a terceira do Brasil. (FERNANDES, 2006)

Se a ferrovia se configura por um investimento que exige uma vultosa soma de capitais, era necessário torná-la um empreendimento cujo retorno financeiro fosse indiscutível. Apesar da política de incentivo do governo central, os capitais disponíveis na província eram insuficientes para financiar todas as atividades econômicas, em especial as vias de transporte, entretanto:

[...] a Junta da Lavoura conseguiu, da Assembléia Provincial, mediante a decretação da lei 450, de 21 de junho de 1852, a concessão de 2% de juros sobre o capital investido para explorar a construção de uma estrada de ferro que partisse da capital e fosse até o rio São Francisco. (SOUZA, 2011, p. 29)

Através da ferrovia, interligar a capital da província ao porto fluvial do Rio São Francisco foi um projeto defendido a princípio pela Junta da Lavoura que, por meio de relatórios apresentados ao governo provincial, salientava as vantagens de tal empreendimento. Alguns presidentes da província também se mostraram sensíveis à causa. Um registro especial merece ser creditado a João Maurício Wanderley – Barão de Cotegipe –, que ficou à frente do governo da província no período de 1852-1855, e defendia também a necessidade de uma estrada de ferro que atingisse o Rio São Francisco, “[...] principal via fluvial de acesso ao interior da Bahia e meio de interligação entre o sertão baiano, Minas e o Nordeste brasileiro”. (FERNANDES, 2006, p. 86) Entretanto, o processo de concretização dessa via férrea passou por várias fases. Entre concessões, estudos e traçados, um longo caminho foi percorrido.

Um dos primeiros eventos que sublinha as articulações políticas e as tensas relações no processo de construção da linha férrea baiana foi o afastamento da Junta da Lavoura no processo de construção da ferrovia e a entrada dos capitalistas ingleses que, em 1855, assumem o controle da concessão por meio da companhia britânica *Bahia and San Francisco Railway Company*.

O projeto para atingir a região do Rio São Francisco via estrada de ferro tinha sido proposto em 1847 pelo engenheiro polaco André Pzerdowosky, mas somente depois das alterações na rota inicial, em três de outubro de 1855, saiu a permissão da construção. (FERNANDES, 2006, p. 87) A estrada recortou o interior baiano, ou seja, vilas e povoados de economia expressiva em sua grande maioria com engenhos, criação de gados e a indústria fumageira.

Percebe-se que, nos estudos realizados sobre a estrada de ferro *Bahia and San Francisco Railway*, há uma tendência em homogeneizar esse interior baiano que sofre transformações significativas com a instalação

dos trilhos e a construção das estações ferroviárias. Essas pequenas regiões, Mata de São João, Pojuca, Santa Ana de Catu e Alagoinhas, denominados distritos açucareiros em virtude da quantidade de engenhos que possuíam, passaram a ser entrepostos ferroviários e foram inseridos bruscamente em uma nova realidade: limites e fronteiras são revistas, movimento da população, chegada e partida de novos indivíduos à região, conectividade entre comunicação e transporte, novas práticas territoriais e as relações de poder implicaram em transformações para uma região de elevado potencial agropecuário.

A ferrovia potencializou os meios de comunicação e a circulação de mercadorias, o que para os distritos açucareiros do agreste, significou redução de custo no transporte do açúcar e ampliou a abertura de novos mercados. A passagem dos trilhos nesses pequenos povoados era a esperança de aumento da receita da ferrovia, que vinha apresentando déficit desde a inauguração da primeira seção em 28 de junho de 1860. (FERNANDES, 2006) Os relatórios apresentados pelos presidentes da província, entre 1860 e 1862, evidenciam que os resultados financeiros não correspondiam ao que o governo esperava. Entretanto, para o presidente da província Antônio da Costa Pinto:

[...] logo que chegarem os trilhos a Mata de S. João, Pojuca, Santa Anna do Catu e Alagoinhas deve o rendimento crescer muito, em razão da quantidade de engenhos que há por lá, os quais pagam subidos fretes pelos produtos que mandam a este mercado.⁴

Para o governo da província, para a concessionária e os acionistas, o sistema ferroviário era visto como um empreendimento produtivo e de progresso. Contudo, a ferrovia também é um instrumento de dominação, um agente político e de exploração que invade e desestrutura a vida social dos povoados, das cidades. Pode-se afirmar que os caminhos de ferro trouxeram também dissabores, pois, ao mesmo tempo em que simbolizava o progresso e a modernização, implicava mudan-

4 Contratos do presidente da província (1855-1870). Maço 1558.

ças na infraestrutura, novos arranjos políticos que podem ter gerado uma ruptura de equilíbrio das forças sociais e da estrutura do poder político nos distritos açucareiros de Mata de São João, Pojuca, Santa Ana do Catu e Alagoinhas.

Os impactos da ferrovia nos distritos açucareiros do agreste baiano

Se o traçado da ferrovia, ou seja, por onde os trilhos deveriam passar, estava diretamente relacionado às questões geomorfológicas, às condições dos terrenos e ao que era conveniente à companhia inglesa que tinha a concessão para a construção da estrada, a determinação do local para a edificação das estações respondia a outros interesses que não levava em conta as necessidades da população que vivia nesses povoados. Como afirma Deffontaines, em seu estudo sobre a constituição da rede de cidades no Brasil, “[...] as estradas de ferro muitas vezes determinaram no Brasil a ruína de antigas aglomerações da circulação. Antes de serem criadoras de cidades, elas provocaram uma verdadeira hecatome”. (DEFFONTAINES, 1938, p. 146)

Pode-se dizer que a ferrovia não se limitava a transportar o açúcar para o porto de Salvador, sua presença mudou, em alguns casos, a função dos engenhos, que até então promoviam o abastecimento dos mercados para os distritos. Os antigos engenhos passaram a ser vistos como “[...] mera fazenda, quando não eram abandonados, por falta de função dentro do novo sistema”. (SANTOS, 1998, p. 78)

Havia uma expectativa em torno tanto da implantação das linhas férreas quanto da construção da estação. As estações ferroviárias da estrada de ferro *Bahia and São Francisco Railway* tornaram-se a porta de entrada ao interior. O vai e vem dos trens trazendo passageiros, carregando mercadorias e promovendo a circulação de notícias tornava-as centros de lazer, e paulatinamente a vida dos povoados se adequa à nova realidade. (FERNANDES, 2006)

Ao longo da implantação do primeiro trecho da estrada de ferro *Bahia and San Francisco Railway*, dois eventos marcaram a construção

das estações: primeiro a de Feira Velha, localizada no trecho do Rio Joanes até Feira Velha, atual Dias D'Ávila; e depois a Estação de Alagoinhas, última da linha inglesa. Tanto em Alagoinhas quanto em Feira Velha as estações foram erguidas em local ermo, sem população. Em Feira Velha, segundo o engenheiro fiscal, o prédio da estação deveria ser erguido em Mata de São João. Tendo como justificativas a localização estratégica da vila que interligava vários sítios e engenhos de açúcar; água em abundância e uma densidade populacional significativa, essas condições apresentadas fizeram com que o engenheiro fiscal, Firmo José de Melo, defendesse a construção da estação no povoado de Mata de São João. Contudo, para o engenheiro-chefe da companhia, a estação deveria situar-se em Feira Velha. Depois de análises e discussões prevaleceu, “[...] a opinião do representante da Companhia, construindo-se estações menores no percurso, tendo o ponto terminal em Feira Velha, atual Dias D'Ávila, onde foi construída uma estação definitiva, sem levar em consideração os benefícios preconizados pelo engenheiro fiscal”. (FERNANDES, 2006, p. 127)

Ao que tudo indica, para a próspera Vila da Mata de São João, essa decisão desestruturou a economia, comprometeu o desenvolvimento local e promoveu, com a mudança da feira para perto da estação, a migração da população que passou a residir nas imediações da Estação de Feira Velha, localizada a 1 km da antiga povoação. No início da colonização portuguesa, as terras de Mata de São João faziam parte dos domínios de Garcia D'Ávila. Em 1761, configurou-se como freguesia da Mata de São João. Em 1846, o povoado que até então pertencia ao município de Abrantes (Camaçari) foi elevado à categoria de vila e, em 1847, foi sistematizado o Código de Postura do Município.⁵

Dez anos antes da instalação dos trilhos, Mata de São João contava com uma densidade populacional de 5918 cidadãos livres e 1856 escravos. (PEREIRA, 1878) Quando da instalação dos equipamentos ferroviários em 1862, já dispunha de sua câmara e de um povoado organizado.

5 Documento enviado ao governo da província em 26 de abril de 1847 - Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Governo da Província Câmara de Mata de São João, 1847-1887. Maço Colonial, nº 1353.

O núcleo urbano foi projetado por um engenheiro, como atesta ofício enviado para o diretor de obras públicas da província.⁶ Povoado dinâmico e com a câmara atuante, quando ficaram cientes da possibilidade da passagem da estrada de ferro, enviaram um ofício para o governo da província se comprometendo a “[...] fazer os maiores sacrifícios com as suas pessoas e bens para conseguirem este exímio melhoramento [...]”.⁷

As correspondências enviadas para o governo da província demonstram que a elite política do município estava atenta aos trabalhos da via férrea. Em 1861, foi enviado ao presidente da província um documento atestando as vantagens de estabelecer a estação da estrada de ferro na praça projetada no povoado, onde se localizava o comércio:

A Câmara Municipal da Vila da Mata de São João tem a honra de representar a V.Ex^a sobre a vantagem de estabelecer-se a estação da estrada de ferro em frente a praça projetada no povoado desta vila, como o mais favorável ponto para o comércio da vila, e ao futuro engrandecimento, e o mais central aos engenhos, cujo interesses serão atendidos no transporte de seus açucares. A Câmara Municipal, confiada na consideração que V.Ex^a presta a tudo quanto interessa ao bem da província, espera esse benefício para seu município da Ilustrada administração de V.Ex^a.⁸

Durante o ano de 1861, o debate sobre a construção da estação está presente na maioria dos ofícios enviados ao presidente da província. Ao que parece, a demora de uma decisão, por parte do governo, leva ao aumento da pressão através de intensificação no discurso com textos mais incisivos: “[...] A vila da Mata pela sua importância, e futuro próspero, que a guarda da via férrea, sem dúvida tem o direito a esse benefício[...]”.⁹ Por outro lado, a companhia inglesa, através dos enge-

6 Ofício enviado ao governo da província em 6 de junho de 1848. Maço 1353.

7 Ofício enviado ao governo da província em 17 de abril de 1851.

8 Ofício enviado ao governo da Província em, 8 de março de 1861. Maço localizado no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), nº 1241.

9 Ofício enviado ao governo da Província em, 8 de março de 1861.

nheiros, aponta para a inviabilidade de atender aos interesses dos políticos de Mata de São João em virtude do terreno indicado pela câmara ser “[...] um terreno alagadiço e doentio [...] [e reitera as vantagens do local escolhido] [...] julgou o preferível a qualquer outro, não só por ser um terreno arenoso, mais regular, e banhado pelos límpidos córregos [...] próximo do rio Jacuípe, como sem dúvida o mais salubre nas proximidades do povoado”.¹⁰

Apesar dos esforços dos representantes da câmara, a estação é construída afastada do povoado. Com a inauguração da estação ferroviária, em 04 de agosto de 1862, aos poucos, a população abandonou a antiga vila e se estabeleceu próximo à estação. Se em Alagoinhas a construção da estação distante da vila deu origem a uma nova cidade próspera e desenvolvida, em Mata de São João não podemos dizer o mesmo. A quem interessava realmente a construção da estação em um local que não beneficiava a população é um ponto para futuras investigações. É visível o jogo de interesse entre investidores ingleses e o governo provincial, contudo, ainda é prematuro afirmar se ocorreu negligência ou se o planejamento da rota foi um erro, ou se o peso da decisão foi em benefício próprio. O fato é que Mata de São João não logrou seu progresso e desenvolvimento tão almejado com a ferrovia.

No ano de 1893, por ordem do governador Joaquim Manuel Rodrigues Lima, foi elaborado um Almanaque cujo objetivo era coletar informações que permitissem a participação do Estado da Bahia, na Exposição de Chicago (EUA), que se realizaria em 1898. Nele, é possível encontrar um minucioso inventário sobre as riquezas naturais, do espaço geográfico, bem como dos processos políticos/administrativos vigentes no território baiano, no século XIX. No referido documento, Francisco Vicente Vianna apresenta Mata de São João nos seguintes termos:

Mata de São João pequena e decadente villa situada sobre o rio Jacuípe no 60 Km da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, com ruim e dispersa edificação, com insignificante

10 Ofício enviado ao Governo da Província em 31 de julho de 1861. Maço localizado no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), nº 2481.

comércio e pequena feira aos sábados. Sua matriz de Senhor do Bonfim acha-se no antigo povoado um kilometro mais a oeste da estação. Tem três escolas. Além da vila, há as povoações do Assu, Sipó, Sauípe e Praia do Forte, com um porto, que se presta aos navios de grande calado. Os terrenos do município são férteis e possui alguns engenhos muito decaídos da antiga celebridade. Os habitantes plantam fumo, mandioca, cereais e criam alguma gado vacum. (VIANNA, 1983, p. 65)

A análise de Durval Vieira de Aguiar, ao percorrer o interior da Bahia em fins do século XIX, reitera a decadência da Vila: “Fica na margem esquerda (de quem sobe) da estrada de ferro inglesa, no 69º quilometro; de onde o viajante apenas vê uma insignificante edificação ocasionada pela mudança das *feiras*, que são nos sábados, para a estação da *estrada* [...]”. (AGUIAR, 1888, p. 100, grifos do autor)

A descrição de Francisco Vicente Vianna e de Aguiar não deixam dúvidas quanto aos impactos negativos da ferrovia para o próspero povoado que ainda contava com engenhos produtivos e comercializava laranjas de qualidade. Discutir as consequências advindas com a decadência do antigo povoado e emergência de um novo nas imediações da estação faz parte da pesquisa em andamento. Através da análise da documentação da câmara municipal, dos relatórios e ofícios enviados para o governo da província, além da correspondência entre o engenheiro-chefe e o engenheiro fiscal, governo e a companhia, pretende-se entender como a chegada da ferrovia transformou uma vila próspera em uma insignificante passagem de trens.

Passando por Mata de São João, a estrada segue em direção à Pojuca e a Santana do Catu. O vilarejo de Pojuca se constituiu devido, sobretudo, às condições geográficas, por estar localizada próximo a um rio. Em suas terras, estabeleceu-se Garcia D’Ávila, o primeiro dos grandes proprietários de gado da Bahia no início do século XVI. Em 1684, as famílias Freire de Carvalho, Veloso e Saraiva se fixaram às margens do Rio Pojuca, impulsionando o primeiro núcleo de povoação. É importante salientar que quando da instalação da linha férrea Pojuca fazia parte

da jurisdição de Santana do Catu, somente em 29 de junho de 1911 foi criado o município de Pojuca. Segundo Oliveira, o Engenho Pojuca era a propriedade mais antiga da freguesia de Catu.

O Engenho Pojuca (também conhecido como engenho Caboclo), já mencionado em 1757 pela nova divisão que criou a paróquia catuense. O Engenho Pojuca fazia divisa com o rio do mesmo nome e esta serviu de fronteira entre Mata de São João e São Sebastião do Passé. A localização dessa propriedade [...] norteou o processo de ocupação histórica da região. (OLIVEIRA, 2015, p. 29)

Apesar de estar subordinado administrativamente a Santana do Catu, Pojuca era considerada, pelo presidente da província, em 1861, uma região de potencial econômico tão importante quanto Mata de São João e Alagoinhas.¹¹ No entanto, é intrigante o fato do arraial só ter conseguido sua emancipação meio século depois da passagem da ferrovia. Essa situação é singular, levando-se em consideração que a passagem dos trens e a construção das estações implicou em mudanças significativas nas regiões atendidas.

Diferente de Pojuca, a Vila de Santana de Catu apresentava um franco povoamento com a presença de engenhos, sítios e fazendas que dinamizavam a economia da região. Com a produção de farinha, algodão, fumo e cana de açúcar associado à criação de gado, no final do século XVIII, “[...] contribuiu para o abastecimento interno e também para a produção externa, até mesmo para a capital da Bahia”. (OLIVEIRA, 2015, p. 14)

A Vila de Catu originou-se de um povoado formado em terras das sesmarias do Conde da Ponte. Em 1796, foi sua capela elevada à categoria de freguesia. A vila é criação da Lei nº 10.053 de 26 de junho de 1868, instalada, porém a 7 de maio de 1877 desmembrada da Vila de São Francisco.¹² No século XIX, a presença de 47 engenhos e 33 fazendas

11 Fala proferida da abertura na abertura da Assembleia Legislativa em 1º de março de 1861.

12 Ver: IBGE ([1957]).

colocava o distrito como um dos promissores povoados do recôncavo. (OLIVEIRA, 2015)

A penetração dos trilhos em território catuense potencializou o crescimento econômico. Ocorreu um incremento nas relações comerciais com a presença de comerciantes vindos de outras regiões, a construção de um novo cemitério e a reforma da Igreja matriz marca mudanças significativas para o povoado (OLIVEIRA, 2015) que, cinco anos após sua inserção na era ferroviária, conseguiu sua independência política e eclesiástica.

Em 13 de fevereiro de 1863, foi inaugurada a estação ferroviária. Uma questão referente aos impactos urbanísticos para o núcleo urbano se coloca por desafio para novos estudos. Se não está claro como a ferrovia promoveu mudanças na infraestrutura da Vila de Catu, as fontes estudadas e textos lidos até o presente não deixam dúvidas quanto a dinâmica tanto nos grandes quanto nos pequenos negócios. Pitus e camarões pescados no Rio Pojuca eram vendidos aos passageiros na estação ferroviária. Para Aguiar (1988), essa prática dinamizava a economia do povoado e assim a caracterizou por um excelente ramo de negócio.

Do vale do Rio Catu, confluente do Rio Pojuca, a instalação do primeiro trecho ferroviário da Bahia segue em direção ao povoado de Santo Antônio de Alagoinhas. Para Alagoinhas, a implantação dos trilhos e a construção da estação significaram muito mais que uma simples inovação nos meios de transportes e comunicação; foi, na realidade, a mudança na organização econômica, política e cultural da sociedade alagoinhense.

O pequeno povoado fazia parte da estrada de boiadas. Tropeiros e corredores de gado¹³ elegeram a região, que em sua geografia predominava lagoas, para descansar e matar a sede de suas boiadas. Essas características geomorfológicas foram um fator predominante na escolha do

13 Alagoinhas, no início do século XVII, era corredor da principal rota que interligava Salvador a Paulo Afonso. Esta estrada detinha um grande afluxo de boiadas, tropas, mercadorias, andarrilhos e palmeadores. Para um melhor entendimento da importância de Alagoinhas nessa estrada dos bandeirantes nortista ver: Vilas-Boas (1959).

nome do município. A cidade, a princípio, foi denominada de Lagoinha, Lagoinhas e, finalmente, Alagoinhas. (LIMA; MARIA, 2010) O fato de Alagoinhas estar localizada em uma área estratégica, que dava acesso ao sertão, e ter sido incorporada à estrada dos bandeirantes nortistas no início do século XIX, possibilitou sua inserção na rede ferroviária que ligou a Bahia ao Vale do São Francisco.

A passagem do trem e principalmente a construção de uma estação acarretaram inúmeras transformações tanto no que diz respeito às condições econômicas quanto às mudanças sociais. Em 1852, ocorre sua independência administrativa, política e eclesiástica de Inhambupe. Para os alagoinhenses, a possibilidade da chegada dos trilhos gerou ansiedade e expectativas por parte do governo local, dos comerciantes e proprietários de engenhos, que acreditavam na dinâmica das relações comerciais. (LIMA; MARIA, 2010)

Concretamente Santo Antônio de Alagoinhas, em 1852, contava com 17.976 cidadãos livres e 3.763 escravos.¹⁴ A vila tinha alguns sobrados que pertenciam aos proprietários dos engenhos, casas comerciais, casa da câmara, que era usada tanto para as sessões do júri quanto para cadeia. Por fim, a praça e a igreja completavam a paisagem da vila. Dentre todos os equipamentos urbanísticos, a velha capela era o centro de preocupação das autoridades política e eclesiástica em 1852. Segundo o memorialista Américo Barreira (1902), os logradouros principais e o largo da Vila de Alagoinhas foram delineados a partir do prédio da igreja. Os ofícios enviados ao presidente da Assembleia Provincial em 1854, por José Joaquim Leal, presidente da Câmara da Vila de Alagoinhas, evidenciam a situação calamitosa do prédio da Velha Matriz construído em 1816 e reiteram a necessidade de uma reforma.¹⁵ Neste contexto, a perspectiva da chegada da ferrovia daria um novo fôlego, pois,

14 A Província da Bahia. Apontamentos. Manoel Jesuíno Pereira. Publicação Oficial. Rio de Janeiro, 1878.

15 Ofício enviado aos vereadores da Assembleia Provincial, março 1854. Maço colonial 1241. Localizado no Arquivo Público da Bahia (APEB).

Para fazendeiros, comerciantes e os conselheiros, a ferrovia possibilitaria maior rapidez e volume no transporte da produção e no recebimento de mercadorias além de funcionar como fator de atração para a região, graças à facilidade de acessos, trazendo trabalhadores livres e comerciantes. Enfim, a ferrovia criaria condições capazes de estruturar a economia local e viabilizaria o desenvolvimento urbano. (LIMA; MARIA, 2010, p. 20)

Entretanto, uma notícia pouco agradável chega à cidade: em virtude da alteração da trajetória, justificando economia de tempo e questão técnica, o superintendente da obra, o francês, Richard Typlady, informa a necessidade de desviar o curso da estrada em três quilômetros para o nordeste. (SANTOS, 1940) A determinação trouxe preocupações para os moradores da vila, que temiam que a transferência da estação provocasse a estagnação do comércio, já que toda a movimentação se daria em torno da mesma. Os comerciantes, por sua vez, coadunavam do mesmo sentimento enquanto a elite política se dividia entre os que se resignavam e buscavam tirar vantagem, e os que permaneciam indignados e se recusavam a aceitar tal determinação.

Manifestações dos moradores, dos ofícios indignados, dos políticos e dos fazendeiros contrários à mudança dos trilhos não obtiveram êxito.¹⁶ A primeira seção de 123 km da ferrovia *Bahia and San Francisco Railway* alcançou Alagoinhas em 1863. Em 1862, o governo municipal que era presidido pelo Coronel José Emigdyo Leal:

[...] se disponibiliza a organizar a infraestrutura básica para o funcionamento da futura estrada. Portanto, solicita a presença do Engenheiro da Estrada de Ferro para desenhar uma planta que indicasse o lugar no qual seria construído o prédio da estação. A partir dessa referência os habitantes, que

16 Ao longo do capítulo da dissertação, discuto as manifestações que ocorreram na vila de Alagoinhas em virtude da mudança de rota dos trilhos da ferrovia. Ofícios e relatórios do governo municipal foram analisados assim como texto de memorialistas que tratam da questão.

porventura quisessem construir casas de morada ou comércio próximo à estação da estrada, não o fizessem de forma aleatória e sem capricho. (LIMA; MARIA, 2010, p. 41)

Dentre os cidadãos livres, encontraremos proprietários de engenhos, políticos e comerciantes que estavam contando com o crescimento das atividades econômicas e com os investimentos que viriam com a ferrovia. Muitos desses comerciantes, ao tomar conhecimento da mudança de rota dos trilhos, foram estabelecer-se nas imediações da estação. Entre os comerciantes destaca-se: Pedro Rodrigues Bastos – primeiro negociante que se estabeleceu nas imediações da estação e iniciou as construções de casas comerciais –, José Moreira de Carvalho Rêgo – proprietário do Trapiche de fumo, inaugurado em 1864 e dono do Engenho América –, José Camerino Pinto da Silva – dono da Farmácia Modelo, farmacêutico e fazendeiro em Igreja Nova –, Manoel Pinto da Rocha – proprietário da Saboaria Rocha, do Engenho Velho e de fazenda de criação –, José Olympio de Azevedo – sócio da firma Azevedo&C, era proprietário da fábrica Dois de Julho e de um depósito próximo à estação. Abdon Gonçalves Tourinho – negociante – e Pedro Rego (Piroca) – negociante. (LIMA; MARIA, 2010)

O comendador Moreira Rego foi um exemplo de um político alagoanhense que articulou para que a cidade se adequasse para receber os trilhos e sua estação. Segundo Américo Barreira (1902):

Inaugurada estação de Alagoinhas em 13 de fevereiro de 1863, compreendeu Moreira Rego a necessidade de aproveitando a facilidade de comunicação e transporte mudar para aqui o comércio da antiga vila, e ainda hoje se narram com admiração os extraordinários esforços que pôs em prática para realizar esse ideal. Só sua tenacidade e força de vontade poderiam triunfar das dificuldades que o bairrismo da vila lhe opunha.

Enquanto Moreira Rego empenha-se na organização do espaço físico e na instalação de equipamentos que possibilitassem o desen-

volvimento das atividades da ferrovia próxima a estação, o coronel José Joaquim Leal – escravocrata e abastado proprietário do Engenho Ladeira Grande, da fazenda do Poço da Pedra Pindobal e da sesmaria do Madureira, presidente da Câmara Municipal da Nova Vila entre 1853-1856, acionou o governo provincial para atentar para as necessidades da vila – solicitou ajuda para a construção do cemitério, reforma da Igreja Matriz, construção de pontes e estradas. A influência econômica e política da família Leal na região não foi suficiente para manter o crescimento da vila que foi ofuscada pela dinâmica trazida a região pela ferrovia. Assim, em 1863, foi inaugurada a estação numa região pouco populosa, composta de trapiches de fumo e engenhos de açúcar. Nesta nova conjuntura a família Leal perde paulatinamente o controle político e econômico da região. Novas forças se avizinham da cidade de Alagoinhas.

O resultado dessa mudança foi a desestruturação da economia local com a mudança da feira, o abandono dos comerciantes e a formação de um novo núcleo urbano. Na localidade, conhecida por “Estação”, foram construídas casas de moradia, trapiches, casas comerciais, dando início a urbanização. Quanto à antiga vila, restou a estagnação que paulatinamente marcou a sua decadência. Como assevera Lima e Maria (2010, p. 53):

[...] a existência da linha férrea dividiu a Vila em dois lados e estruturou um ‘centro novo’ em oposição a um ‘centro velho’ que sofreu como conseqüências o abandono da construção de sua Matriz, a mudança de seus comerciantes prósperos, a transferência da sede da vila e por fim a alteração do local de sua feira semanal. Aos moradores que resistiram abandonar suas casas e seu velho povoado, restavam-lhes dispor de uma região de ‘clima agradável’ e sua ‘água medicinal’. Enquanto que os moradores que optaram em fixar residência na nova vila presenciaram o crescimento e as rápidas transformações pelas quais passou à cidade no final do século XIX.

Apesar dos transtornos causados pela mudança da rota dos trilhos, em Alagoinhas, a dinâmica trazida pela ferrovia e ação dos novos dirigentes locais articulados com o governo da província e a companhia inglesa, possibilitou que a cidade se tornasse o entroncamento ferroviário mais importante do estado da Bahia. Em 1863, é inaugurada a primeira estação, onde os trens conectavam Alagoinhas a Salvador. O prolongamento de Alagoinhas a Juazeiro, iniciado em 1876, só foi concluído em meados da década de 1890. Em 1884, outra extensão foi construída ligando Alagoinhas a Timbó, neste contexto, e imersa na era ferroviária, Alagoinhas se desenvolve em todos os aspectos:

O crescimento mais acentuado da população - entre 1872 e 1892 o município teve um aumento de 7.503 habitantes. Em 1872, Alagoinhas contava com 21.739 habitantes. Em 1892, esse número, apesar dos contínuos casos de epidemias que vitimavam os moradores, passou a 29.242 - aliado ao aumento de circulação de pessoas e mercadorias e o desenvolvimento dos meios de comunicação, telegrafia, jornais deram um novo impulso à urbanização, que com a abertura de novas ruas e edificação de novas casas comerciais, reforçava a vocação comercial da cidade. (LIMA; MARIA, 2010, p.74)

Novos espaços de sociabilidade, novas formas de fazer política, moradores de outras nacionalidades, uma cidade planejada e voltada para o ir e vir dos trens e a pujança de seu comércio que reverbera nos teatros, nas fanfarras, nos bailes, na ampliação das escolas, enfim, todo esse desenvolvimento encontra seu oposto na antiga e ultrapassada Alagoinhas Velha, que ficou com sua Igreja Inacabada e que, por ironia do destino, hoje é o cartão-postal da cidade.¹⁷

17 Conforme relato da professora Iraci Gama Santa Luzia, esta igreja começou a ser construída por conta da chegada do trem de ferro em 1862, e não foi concluída, razão porque ficou sendo chamada de “ruínas” da Igreja de Alagoinhas Velha. Em 1978, um movimento cultural, nascido na Faculdade de Formação de professores na cidade de Alagoinhas (FFPA), em 1978, questionou essa terminologia que tinha um “tom jocoso”,

Conclusão

Analisar os impactos da implantação dos trilhos de ferro na Bahia e suas respectivas estações nos distritos açucareiros no agreste baiano no século XIX evidencia que a ferrovia apesar de potencializar o crescimento econômico da região, não transformou a realidade do sistema político dessas localidades. Acredita-se que mudaram as peças, mas permaneceu a estrutura, afinal a hipertrofia do poder local sempre foi uma realidade do Nordeste. Os grupos dominantes, senhores de terras, escravocratas dominavam a região com a omissão do governo central. Essa relação de forças foi comum desde a época colonial e se estendeu para o Império. A chegada da ferrovia possibilitou a emergência de novos atores políticos que mantiveram as velhas práticas de dominação.

No que tange aos mecanismos, investimentos e mudanças que ocorreram com a chegada da ferrovia questiona-se sobre o papel da liderança local em relação às implicações e às transformações que ocorreram nos povoados. Acredita-se que muitas decisões que envolviam os distritos “contemplados” com a passagem do trem não levaram em consideração a necessidade desses, por exemplo, a determinação do traçado. Apesar da Companhia Railway ter autonomia em algumas questões, já que os contratos limitavam, ainda que de maneira tímida, o poder da concessionária, acreditamos que ocorreram acordos e troca de favores entre a elite local, o governo imperial e os representantes da companhia, e esses arranjos beneficiaram grupos econômicos em detrimento de outros. De algum modo, a relação paternalista entre Governo provincial e o poder local influenciou nas decisões e práticas em relação às questões de instalação dos equipamentos ferroviários, o que impactou no processo de urbanização nos distritos de Mata de São João, Pojuca, Catu e Alagoinhas.

Nesse sentido, algumas questões nos instigam: quais as relações que se estabeleceram entre a empresa ferroviária e os agentes políticos das vilas e povoados dos distritos açucareiros que fizeram parte do primeiro trecho da ferrovia *Bahia and San Francisco Railway*? Como se deu a

de inferioridade, e sugeriu uma expressão que correspondia à realidade: Igreja Inacabada de Alagoinhas Velha.

configuração do território dessas áreas a partir da inauguração de suas respectivas estações? O que mudou? O que permaneceu? Qual o preço pago por esses indivíduos por uma dita modernização imposta? Por que os engenheiros da estrada de ferro *Bahia and São Francisco Railway* optaram em estabelecer as estações terminais em áreas distantes da organização espacial das vilas e povoados já consolidados, diferente da Estrada de Ferro de Nazaré (ZORZO, 2001) que optou por aproveitar da organização do espaço antecedente e dos fluxos mercantis das cidades por onde iriam passar? Quais práticas políticas e disputas urbanas estão por trás da configuração do território sob o “domínio” da empresa ferroviária? Qual a posição dessas vilas e povoados antes e depois da conexão promovida pela linha ferroviária? Essas e outras inquietações evidenciam que há muito ainda a ser pesquisado a respeito da experiência ferroviária na Bahia no século XIX. Destarte, os silenciamentos a respeito desse “interior” baiano motiva a continuação da pesquisa.

Referências

- AGUIAR, D. V. *Descrições práticas da Província da Bahia*. Com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoados. [Bahia]: Tipografia do Diário da Bahia, 1888.
- BARREIRA, A. *Alagoinhas e seu município*. Notas e apontamentos para futuro. Alagoinhas: Typografia do Popular, 1902.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Bulletin de La Societé de Geographie de Lille*, [s. l.], ano 59, n. 9, p. 146, 1938. Tomo 82.
- FERNANDES, E. R. *Do Mar da Bahia ao Rio do Sertão: Bahia and San Francisco Railway*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.
- FRANÇA, J. S.; ARGOLLO, M. T. *Memórias sobre as estradas de ferro do estado da Bahia*. Salvador: Typografia e Encadernadora Reis, 1908. Apresentado ao Instituto Polytechnico da Bahia.
- HOBSBAWN, E. *A era do capital, 1848-1875*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- HONORATO, C. *O polvo e o porto: a CIA Docas de Santos (1888-1914)*. 2. ed. Curitiba: Hucitec, 2016.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, [1957].
- LAMONUEIR, M. L. *Ferrovia e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: EdUSP, 2012.
- LIMA, K.; MARIA, S. *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- MATTOSO, K. M. Q. *Bahia século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- OLIVEIRA, M. S. *A Imperial Vila de Santana do Catu*. Histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo Baiano. Salvador: Quarteto, 2015.
- PEREIRA, M. J. *A Província da Bahia*. Apontamentos. Manoel. Publicação Oficial. Rio de Janeiro: [s. n.], 1878.
- PINHO, J. R. M. *Açambarcadores e famélicos: fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 a 1878)*. Salvador: EdUNEB: Câmara Municipal de Salvador, 2016.
- SANTOS, M. A. *Monografia do município de Alagoinhas*. Alagoinhas: IBGE, 1940.
- SANTOS, M. A. rede urbana no recôncavo. In: BRANDÃO, M. A. *Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia de transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 66.
- SOUZA, R. S. *“Tudo pelo trabalho livre!”: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: Edufba; São Paulo: FAPESP, 2011.
- SOUZA, R. S. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2015.
- VIANNA, F.V. *Memória sobre o estado da Bahia*. Auxiliado pelo amanuense José Carlos Ferreira. [Bahia]: Tipografia e encardenação do “Diário da Bahia”, 1983.
- VILAS-BOAS, N. *Traços da vida de Inácio Pascoal Bastos (1860-1942)*. Salvador: [s. n.], 1959.
- ZORZO, F. A. *Ferrovia e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do recôncavo e sudoeste baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: UEFS, 2001.

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA CIDADE

*Alagoinhas nas trilhas da “era das ferrovias” (1856-1896)*¹

JOSÉ JORGE ANDRADE DAMASCENO

Introdução

Ao conseguir a publicação, em 1852, do Decreto provincial que a emancipava da jurisdição de Inhambupe e tendo dado posse à sua primeira Câmara em 1853, Alagoinhas ganha não só a condição de vila, mas, sobretudo, é levada a entrar na “era das ferrovias a vapor”, no momento em que sua disseminação se faz necessária à reprodução dos capitais resultantes dos elevados lucros auferidos pela industrialização nascente no norte da Europa.

Não obstante, o seu potencial geopolítico, fundamentado não só em possibilidades consubstanciadas na sua localização geográfica e na abundância de seus recursos naturais, a vila nascia sob o peso de uma mentalidade provinciana e ruralista, estruturada sobre a grande pro-

1 Este texto é uma versão corrigida, revista e ampliada da comunicação apresentada no XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, realizado de 27 a 31 de julho de 2015, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no simpósio temático coordenado pelo seu autor, intitulado *Cidade: histórias, memórias e fontes orais – desafios, limites e possibilidades*.

priedade agropecuária, e a exploração do trabalho escravo, como de resto, em toda a província baiana.

Talvez se possa inferir, a título de hipótese que, ao mesmo tempo em que as lideranças locais se batiam pela obtenção da emancipação política, sobretudo, à medida em que grandes quantidades de capital eram potencializadas pelo fim do tráfico de escravos, é provável que já se pensasse em dar à nova vila feições de desenvolvimento econômico e social, uma vez que a elite baiana em geral e da região de Alagoinhas em particular certamente não ignorava o ímpeto do capitalismo nascente em se fazer reproduzir fora das fronteiras europeias.

Etelvina Rebouças Fernandes, através de uma citação da época, informa que

O Presidente da Província em 1846, Francisco José de Sousa Soares D'Andréa, declarou que a estrada da capital até a Vila de Juazeiro seria importante para facilitar as comunicações das Províncias do Norte com o Piauí, além de incentivar a navegação do rio São Francisco. (D'ANDREA, 1846 apud FERNANDES, 2006, p. 85)

Ainda com base no que levantou Magalhães (1848 apud FERNANDES, 2006, p. 85):

[...] mais tarde, em 1848, João José de Moura Magalhães, também presidente da Província, refere-se à estrada de ferro da Bahia ao São Francisco, como uma obra necessária para o desenvolvimento social e econômico da região do São Francisco, e, conseqüentemente, da então província da Bahia.

Portanto, depreende-se que as lideranças econômicas, políticas e sociais da nova vila, ao se defrontarem com a necessidade de efetivar sua posição nas novas conjunturas que se lhes apresentavam, já dispusessem de conhecimentos do surto ferroviário, bem como das discussões por ele suscitadas, acreditando haver grande possibilidade de inserir

Alagoinhas em uma rota desenvolvimentista, puxada precisamente pela abertura dos caminhos de ferro, então o setor mais moderno e lucrativo do industrialismo nascente.

É neste sentido, que o historiador britânico Eric J. Hobsbawm (1996, p. 61), a quem se dará a palavra, pôde afirmar que:

Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. Mal tinham as ferrovias provadas ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-30) e planos para sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental, embora sua execução fosse geralmente retardada. [...]. Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era; a revelação fez-se ainda mais surpreendente pela incomparável maturidade técnica mesmo das primeiras ferrovias.[...] A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia.

A despeito dessa longa citação referir-se aos anos iniciais da primeira metade do século XIX, chama a atenção o fato da Vila de Alagoinhas ter sido inserida no contexto da “era ferroviária” ainda em sua plena efervescência. Apenas três anos após a sua elevação à condição de vila, são levados a bom termo os processos de criação da companhia inglesa que executaria as obras de construção da ferrovia destinada a partir “do mar da Bahia”, atravessar riachos, rios e maciços, cruzar tabulei-

ros e cortar caatingas, para chegar “ao Rio do Sertão”,² que daria os contornos sociais, urbanísticos, arquitetônicos, políticos e econômicos indissociáveis no trabalho de formação das concepções de mundo e do cotidiano de Alagoinhas.

Uma vez inserida no contexto da “era das ferrovias a vapor”, a cidade de Alagoinhas chega nas décadas finais do século XIX, com seus contornos urbanos já bem delineados, estruturados em torno do eixo traçado pelas trilhas abertas, e pelos trilhos que deram forma e balizaram os processos de urbanização, levados a efeito nos anos posteriores.

Neste sentido, se apresenta um elemento diferenciador na orientação do processo de ocupação dos espaços fundiários da nova cidade, artificial e astuciosamente imbricada aos leitos ferroviários que foram tomados como marcos definidores da configuração espacial urbana.

Contrariando a tradição colonial, da qual ela mesma fora signatária na sua configuração inicial – então já abandonada pelos principais membros da nova elite local –, a cidade de Alagoinhas estava construindo sua paisagem urbana, não mais em torno da igreja, da casa da câmara e da cadeia, erguidas em uma praça, a partir da qual escorregava o casario no qual se abrigava tanto a fração da elite comercial – nos primeiros e mais bem acabados – quanto o restante da população – nas choupanas mais distantes da praça da feira. Desde a Resolução de nº 1.013, de 16 de abril de 1868, que oficializou a transferência da povoação inicial para cerca de três quilômetros abaixo da velha praça principal, a estação ferroviária, ou melhor dito, as estações ferroviárias, passariam a ser os eixos a partir dos quais seriam feitos os arruamentos, o ordenamento do solo, a ocupação dos espaços que funcionariam como núcleos formadores dos futuros bairros residenciais e das áreas comerciais.

2 Em 2006, vem a público o livro de Etelvina Rebouças Fernandes *Do mar da Bahia ao rio do sertão: Bahia and San Francisco Railway*, escrito a partir de suas pesquisas para o Instituto do Patrimônio Histórico (IPHAN), que tem se tornado referência para outros estudos que pretendam dar conta de uma parte do processo histórico envolvendo os espaços criados e/ou modificados pela passagem das primeiras ferrovias que cortaram o território baiano, criando nos seus moradores e nas suas elites, a expectativa de grande desenvolvimento econômico e de melhorias urbanas e sociais.

Aqui, convém mencionar as impressões de um visitador da província baiana, encarregado de constituir uma espécie de relatório sobre o território provincial, afim de informar como se encontravam as vilas e cidades implantadas, talvez com o objetivo de se fazer saber, as reais dimensões e o estado das coisas, a milhares de léguas da capital. Durval Vieira de Aguiar (1979, p. 86), em suas “Descrições práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações”, publicada no final da década de 1880, logo no início de suas considerações acerca de Alagoinhas, afirma que

Até o ano de 1866 a atual cidade constava apenas de umas quatro casas de telha junto ao rio, de um trapiche, das acomodações da estrada de ferro e de uma meia dúzia de casas de palha perto do barracão da dita estrada. Chamavam a esse insignificante lugar simplesmente — a Estação. (AGUIAR, 1979, p. 93)

Não se perca de vista que o arrazoado em apreço se refere a um momento situado a apenas três anos depois da inauguração da estação terminal da estrada inglesa.

Mais adiante, ainda descrevendo a vila onde fora iniciado o povoamento, Aguiar (1979, p. 94) assegura que:

[...] A edificação sólida e numerosa, continha também bons sobrados; a praça comprida e larga era, nos sábados, ocupada por uma grande e abundantíssima feira, em volta da qual, tanto em lojas como em botecos (toscas barracas volantes), se achava o comércio, que então fazia avultados negócios.

Tendo em conta a descrição do “visitador”, quiçá se possa inferir que, para além da apazibilidade geral do espaço então ocupado pela Vila de Alagoinhas, tratava-se de um lugar relativamente desenvolvido, nos termos da realidade temporal em que estava inserida. Talvez por isto, Durval Vieira de Aguiar apresente em seu relatório um posicionamento favorável ao antigo lugar da povoação, lamentando o deslocamento do

núcleo urbano inicial para o espaço denominado “estação”, sem, contudo, deixar de reconhecer as motivações que emprestaram sucesso à operação. Diz ele:

Hoje acha-se essa vila injustamente quase desabitada, e as casas em ruínas por não encontrarem valor senão para as telhas; sendo tal o seu estado que nem merece o nome de Alagoinhas Velha que lhe dão, não obstante ser moradia mais agradável, salubre, fértil e de melhor clima do que a da cidade, que de pobre estação, apenas amparada pelo capricho partidário local, conquistou, embora à força, a felicidade de ser escolhida para o mercado da feira, a despeito da oposição de quase a população inteira. Apesar dos protestos dos negociantes e moradores da vila, uma vez mudada a feira, foi logo esta disputada por uma enorme emigração que lhe chegava aceleradamente de toda a parte, edificando irregularmente lojas e domicílios, à revelia, sem dúvida, da municipalidade, no lugar que a cada um mais convinha, de forma que em pouco tempo achava-se construída uma praça rodeada de casas comerciais, pois que os negociantes da vila, vendo-se prejudicados com a invasão de estranhos, haviam, sucessivamente, também se estabelecido no novo mercado, conservando, porém, na vila suas residências, algumas até em magníficos sítios, que por duplo interesse não queriam perder [...]. (AGUIAR, 1979, p. 94)

Ainda jovem vila, Alagoinhas vivenciara nos 40 primeiros anos posteriores à sua emancipação político-administrativa uma luta entre as velhas estruturas agrárias, fundamentadas na posse da terra e na utilização da mão de obra escrava, como elementos síntese de seu *modus vivendi*, e as novas estruturas de caráter urbano-capitalistas, fundamentadas na subordinação dos meios de produção e das forças produtivas, aos elementos norteadores da obtenção de lucros consubstanciadas pelos elementos do modal ferroviário que se impusera à vontade manifesta

por grande parte das antigas lideranças locais; a primeira e mais significativa destas estruturas capitalistas acabava de se instalar em terras alagoïnenses, passando a dar forma à sua tessitura social, e estabelecendo os parâmetros sobre os quais aquela cidade nasceria, cresceria e se desenvolveria dali em diante.

Assim, como se pode concluir a partir das observações de Aguiar, entre outros observadores de então, prevaleceram os interesses interpostos pelas lideranças vinculadas à nova configuração urbana, não obstante terem permanecido na tradição oral os sinais das resistências oferecidas pelos moradores da vila, localizada no espaço geográfico em que se desenvolveu o primeiro núcleo de povoação, indicando seu descontentamento pelo abandono dos lugares de habitação e dos “lugares de memória”, provocado pelo deslocamento das atividades administrativas e comerciais, para um núcleo populacional artificialmente plantado nas cercanias da estrada de ferro.³

Com o fito de viabilizar o novo núcleo de ocupação da vila, estruturado a partir dos trilhos que lhe serviriam de “eixo” norteador, como já se disse, as novas lideranças políticas e sociais do lugar precisaram valer-se das ferramentas jurídico-administrativas de que dispunham e, até mesmo criá-las, conforme as circunstâncias o exigissem.

Este capítulo é fruto de reflexões em torno do processo histórico relacionado ao desenvolvimento econômico, político, social e urbanístico de Alagoïnhas. Inicialmente escrito para ser uma série intitulada “De volta ao século XIX”, sem maiores pretensões que não a de provocar os leitores, no sentido de despertar em algum deles o interesse em aprofundar o tema em uma eventual pesquisa histórica e concomitante produção historiográfica, ele foi publicado entre agosto e setembro de 2013 no periódico eletrônico “Alagoïnhas Hoje”. Depois que foram feitas adequações a fim de ganhar caráter acadêmico, foi apresentado em forma de comunicação no XXVIII Simpósio Nacional de História da

3 Apenas resistiu ao passar do tempo, uma Igreja católica cuja construção não foi concluída. Aquele logradouro foi então erigido à condição de “lugar de memória”, reforçando lendas, mitos, acorrendo para as suas cercanias um grande número de curiosos visitantes e, sobretudo, suscitando grande número de estudos e pesquisas, nas diversas áreas do saber, tais como arquitetura, sociologia e história.

Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), realizado em Florianópolis, Santa Catarina, no ano de 2015. Nas páginas que se seguem, se trará ao leitor um conjunto de textos a partir do qual se procurará indicar alguns dos momentos históricos da cidade de Alagoinhas, nos quais pretende-se fazer uma aproximação dos processos de ingresso no surto de urbanização desencadeado no século XIX – sobretudo nas suas últimas quatro décadas –, quando se inicia nas paragens alagoinhenses, “[...] O aperfeiçoamento do sistema de transportes (substituição do transporte em lombo de burro e carro de boi pelas ferrovias, [...]).” (COSTA, 2007, p. 254) Na expressão da historiadora Emília Viotti da Costa (1928-2017), o ingresso da cidade na onda de urbanização que caracterizou o Oitocentos poderia resultar no rompimento da “[...] estreita autossuficiência do latifúndio, o que estimularia o comércio interno, permitindo uma relativa distribuição de riqueza”. (COSTA, 2007, p. 254)

Em sete curtos arrazoados que abarcarão um tempo histórico marcado pelas mudanças quase abruptas do modo de viver e pensar na cidade que seria transformada em cabeça de região, visto estar situada logo após o recôncavo baiano e um pouco antes do grande sertão que alcança o São Francisco, este autor pretende apresentar Alagoinhas ao leitor que não a conhece e rerepresentá-la a tantos quantos já tiveram algum contato com ela e com sua história. Em largos traços e em rápidos passos, se quer que os cerca de 40 anos aqui atravessados deem um panorama bem amplo do percurso que precisou ser feito até se fazer real o ideal de lideranças alagoinhenses de transformar a sua acanhada vila em cidade “próspera” e “moderna”.

Estrada de ferro Bahia *and* San Francisco

Corria o século XIX, pleno de novidades em todas as áreas. No campo político, o século teve seu início marcado pelos auspícios da emancipação da colônia francesa no Caribe, depois foram os tempos da emancipação das colônias espanholas e portuguesa. Esta última, após enfrentar algumas intempéries políticas e sociais, como ações políticas e militares,

no sentido de consolidação do processo independentista, movimentos separatistas – como a “Guerra dos Farrapos” no Rio Grande do Sul, entre 1835-1845 –, rebeliões escravas – como a dos “Malês”, ocorrida em 1835 na cidade de Salvador – e “revoluções” – como a comandada por Sabino Silva na Bahia entre 1837-1838; ou ainda a “Revolução Praieira”, em Pernambuco, em 1949, entre outras –, o Império acabara por se fortalecer enquanto forma de governo, após rearranjos das suas forças de sustentação.

No campo econômico, o XIX assistia a consolidação da Revolução industrial iniciada em torno das quatro últimas décadas do século anterior, ao mesmo tempo em que via desencadear-se a assim chamada “segunda revolução industrial”, marcadamente representada pelo advento e desenvolvimento do transporte ferroviário, que seria a marca dos grandes surtos de desenvolvimento e da aceleração das velocidades e quantidades dos deslocamentos de pessoas e mercadorias, bem como, propiciando o crescimento substancial dos volumes de acumulação de capital e, sobretudo, da expansão do capitalismo, para além das fronteiras europeias e norte-americanas.

No Brasil, só após ver controlados os últimos focos de resistência separatista, a antecipação da “maioridade” do herdeiro do trono e, principalmente, a proibição efetiva do tráfico negreiro, com a liberação dos capitais para investimentos, o capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico, pôde dar início ao processo de expansão das forças produtivas e expropriação dos meios de produção, sem as amarras que dificultavam as transformações das características agrário-escravistas da economia nacional.

Portanto, grosso modo, pode-se dizer que é a partir da década de 1850, que o Brasil começa a ingressar no mundo capitalista moderno, no sentido mais amplo da palavra. É naquela época que surgem os primeiros bancos, as primeiras experiências de industrialização, as primeiras linhas telegráficas e, dentre outros empreendimentos, aquele que aqui mais de perto interessa considerar: os primeiros investimentos em abertura, construção e operação de estradas de ferro.

Desde o agigantamento da ocupação portuguesa, promovido pelas tão decantadas e/ou detratadas “entradas e bandeiras”, cedo se compre-

endeu a necessidade de integração das hiperbólicas distâncias, entre as províncias, as povoações e as áreas produtivas, aos portos e aos centros de poder do Império. Até então, tal integração, fora feita pelas tropas de burro, pelos rios navegáveis e pelo mar, evidentemente expondo os grandes e quase insolúveis problemas provocados pelos gargalos estruturais, no que diz respeito ao abastecimento de gêneros de primeira necessidade, bem como do escoamento dos produtos agrícolas e manufaturados, até os locais de distribuição e comercialização.

Assim, a abertura de estradas de ferro, em diversas áreas do Império, se apresentara às lideranças e produtores locais, como uma forma encontrada para resolver, a um só tempo, dois problemas cruciais: o da integração interprovincial e nacional, bem como o da distribuição de produtos. Na esteira de tal solução, surge, inapelavelmente, a propiciação da circulação das mercadorias, das riquezas, das pessoas e das ideias. Junto com elas, a cultura, a notícia, a moda, que permitiria a diversas populações, nos mais distantes e diferentes lugares, se apropriarem e promoverem mudanças nos hábitos, nos usos e costumes e, sobretudo, nas formas de compreender o mundo, então restrita aos ditames das tradições e das prédicas, deliberadamente filtradas por lideranças políticas, culturais e religiosas, regionais e locais.

É precisamente naquele contexto de desenvolvimentismo e modernização propiciado pela liberação dos capitais até então presos no processo de financiamento do tráfico de escravos, que se faz sentir a necessidade de escoamento da produção agrícola e pecuária, das diversas regiões da província, até o porto da sua capital.

Conforme assegura a Mestre Etelvina Rebouças Fernandes (2006, p. 84)

A ideia de uma estrada de ferro que saísse da capital da então Província da Bahia e alcançasse a margem direita do rio São Francisco, com ponto final na cidade de Juazeiro, era defendida por políticos influentes que tinham interesses políticos e comerciais na região, e pelo povo esclarecido, para o qual alcançar o rio era uma questão de importância nacional.

Na obra intitulada *Do mar da Bahia ao rio do sertão: Bahia and San Francisco Railway* (2006. p. 88), a autora que por anos foi responsável por atividades relacionadas à restauração do patrimônio histórico baiano, pessoa ligada ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), assegura que:

A proposta para a construção de uma ferrovia baiana para atingir o rio São Francisco tinha a importante função social de integrar os sertanejos com a capital, tirando-os do isolamento a que foram condenados por três séculos. Para as indústrias, principalmente inglesas, criava um novo mercado, facilitando a distribuição de suas manufaturas. Para os políticos, representava um instrumento de poder na região mais árida do Estado da Bahia, com uma população castigada pelas secas constantes que assolavam periodicamente o sertão e que foram, com frequência, utilizadas em campanhas eleitorais. O trem levava para aquela região sofrida, a esperança de vida, cumprindo um papel humanitário. Por isso, as ferrovias, mesmo com intenções político-partidárias, eram tão importantes para o povo do sertão.

Após a “Junta da Lavoura” não lograr êxito no intento de empreender a primeira ligação ferroviária baiana, é lançado em Londres um consórcio de capitais ingleses, com o objetivo de fundar a *Bahia and São Francisco Railway Company*, que abriria e construiria a estrada de ferro, que ligaria a capital da província baiana até a margem direita do Rio São Francisco, na divisa com a Província de Pernambuco.

Devido a uma série de fatores, que aqui não cabe discutir, dado aos limites deste arrazoado, a companhia de capital inglês acabou sendo substituída pelo governo provincial, afim de que pudesse tornar-se realidade, a ideia inicial de tamanha magnitude para a época: uma ferrovia que colocasse o sertão em contato com o litoral da capital provincial, o que seria de grande valia para a população em geral, na medida em que poderia se deslocar com mais rapidez e conforto, entre as estações intermediárias e a da Calçada, ganhando acesso a tudo aquilo que a

“Bahia” lhe pudesse oferecer e, os produtores em particular, na medida em que viabilizaria a circulação da produção com mais rapidez e menor custo, aumentando o acesso aos pontos de comercialização.

Segundo pesquisas que vêm se desenvolvendo em programas de pós-graduação nas universidades estaduais e federais, sobretudo no campo da história. O traçado idealizado pelo consórcio inglês para a estrada de ferro na Bahia não incluía a cidade de Alagoinhas entre os locais que comporiam a rota ferroviária. Ela acaba por ser incluída no traçado construído a partir de 1858, conforme constatou a professora mestre Keite Lima, em texto ainda inédito, defendido no programa de pós-graduação em história da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2010.

Conforme assinala Keite Lima (2010, p. 39), alguns fatores foram determinantes para propiciar a inserção de Alagoinhas no contexto dos transportes ferroviários modernos, em franco desenvolvimento no Brasil imperial. Entre eles, a autora destaca que:

[...] o povoado, graças a sua localização geográfica, era considerado além de pórtico do nordeste baiano, uma área estratégica que encurtava as distâncias entre a província da Bahia e o porto fluvial de Juazeiro. [A professora segue dizendo que] [...] somam-se a isso a perspectiva do tabaco produzido em Inhambupe, ser transportado para Alagoinhas pela ferrovia [...], fato que ampliaria o rendimento da via férrea.

E Keite Lima (2010, p. 39) conclui afirmando que “[...] esses fatores aliados a riqueza econômica que se baseava no gado, tabaco e açúcar, possibilitou a Alagoinhas fazer parte da Era ferroviária do século XIX”.

O primeiro e único trecho da ferrovia efetivamente executado pela companhia inglesa, de 123 km, foi aquele compreendido entre a estação da Calçada em Salvador e a estação de Alagoinhas, na vila do mesmo nome. Visto que a empreitada consumiu todo o capital disponível pelo consórcio para o empreendimento, fez-se imperiosa a efetivação de algumas mudanças em seu “plano” original de construção.

Nessa perspectiva, a mais substancial das mudanças no processo de implantação da estrada de ferro Bahia e São Francisco, que partiria de Salvador com destino a Juazeiro, foi a realizada no seu traçado inicial, na altura da Vila de Alagoinhas. Por motivos ainda não explicados satisfatoriamente pelos estudiosos do tema, ao aproximar-se da vila, a ferrovia sofre um desvio considerável, tendo seu leito sido definitivamente implantado um pouco abaixo do local por onde se acreditava que passariam os trilhos pelos quais circulariam as alegrias das viagens experimentadas por gerações de alagoinhenses e a expectativa da realização de avultados negócios, alimentadas e em muitos casos concretizadas, pelos comerciantes e produtores da região.

Ao que parece, a esperança da passagem de uma estrada de ferro no território alagoinhense criou nas elites dirigentes locais a motivação de que precisavam para sair do marasmo econômico que parecia estar mergulhada a vila. Recorre-se uma vez mais ao texto dissertativo da professora Keite, para dar suporte à assertiva ora explicitada. Diz a mestre:

A desestruturação vivida pela economia da vila gerou ansiedade e expectativa por parte do governo local para a chegada da linha férrea. Para fazendeiros, comerciantes e os conselheiros, a ferrovia possibilitaria maior rapidez e volume no transporte da produção e no recebimento de mercadorias além de funcionar como fator de atração para a região, graças à facilidade de acessos, trazendo trabalhadores livres e comerciantes. Enfim, a ferrovia criaria condições capazes de estruturar a economia local e viabilizaria o desenvolvimento urbano. (LIMA, 2010, p. 41)

A alteração do ponto no qual passariam os trilhos da ferrovia Bahia e São Francisco modificou profundamente a estrutura urbanística e populacional de Alagoinhas, na medida em que a povoação que já ali se encontrava instalada, há alguns séculos, acabou por ser deslocada cerca de três quilômetros, produzindo uma completa reorientação espacial, ao se criar uma espécie de “nova Alagoinhas”.

A área até então tida como sede da Vila de Santo Antônio das Alagoinhas, situada mais ou menos entre a fonte dos Padres e a fazenda Ladeira, pouco a pouco viu a feira fugir da sua Praça para perto da via férrea e dos rios Catu e Aramari, sofrendo uma sangria de “almas” e “fogos”, o que acabou provocando o seu quase total despovoamento. Transformada no bairro de Alagoinhas Velha, a antiga povoação se tornou uma área de grandes chácaras e sítios, região “aprazibilíssima” e de excelentes ares, que, mais tarde, acaba por se tornar o paraíso das famílias afortunadas da cidade.

O bairro de Alagoinhas Velha só volta a ter uma ocupação maciça a partir da década de 1980, quando são instaladas nas suas cercanias a Estação Rodoviária Cleriston Andrade, a Rodovia BR-101 e, mais recentemente, a fábrica de bebidas da Brasil Kirin, anteriormente conhecida como Schincariol. Dalí em diante, inúmeros condomínios, conjuntos habitacionais, universidades, clube de campo, empreendimentos comerciais, cemitério, equipamentos administrativos, do executivo e do judiciário, passam a fazer parte da paisagem urbana da antiga povoação alagoinhense, por muito tempo, lembrada apenas pelo “pau pintado” e por sua Igreja Inacabada, em ruínas.

A Vila de Alagoinhas quase saiu da trilha dos trilhos

Alagoinhas se caracteriza por ter sido uma povoação que cresceu e se desenvolveu a partir de eventos externos, uma vez que a estrada de ferro que provocou a mudança do seu núcleo inicial para cerca de 3 km de onde se encontrava instalado, fora forjada afastada dos seus limites espaciais, forçando suas elites dirigentes a adaptar seu traçado urbano, aos desígnios do traçado ferroviário, fazendo com que fosse deslocada a população e suas insipientes estruturas sociopolíticas, (re)instalando-as no novo espaço, como que demarcado pelas atividades demandadas pela estrada de ferro que ligaria Salvador às margens do Rio São Francisco.

Plantada sobre uma pequena elevação, a vila começa a estender seu casario rústico e esparso no sentido norte/nordeste de seu vasto tabuleiro,

de luxuriosa vegetação e rico em areia e barro, que lhe servirá como material básico para as edificações. Como boa parte das urbes coloniais, invariavelmente tinha como eixo central do povoamento, um quadrilátero formado por uma Igreja Católica, uma edificação onde se instalavam a câmara municipal e a cadeia, o mercado ou galpão da feira e as casas dos cidadãos mais abastados, tendo no centro uma pequena praça, que servia como local de aglutinação dos moradores, com o objetivo de prover-lhes dos serviços e dos folguedos religiosos, momentos nos quais eram forjadas a identidade e a ideia de pertencimento. Um pouco mais adiante, complementando o cenário das aglomerações proto-urbanas daqueles tempos, encontrava-se o cemitério dos pobres e/ou indigentes, visto os clérigos e homens importantes ainda serem sepultados nas igrejas.

Até a implantação da estrada de Ferro Bahia e San Francisco, o Arraial de Santo Antônio das Alagoinhas tinha mais ou menos a configuração acima descrita, conforme os memorialistas anotaram nos seus trabalhos de construção da história da cidade, a partir de material por eles recolhido. Portanto, era uma localidade que tendia a ter um desenvolvimento lento e uma ocupação espacial bem rarefeita, como se deu na maior parte das localidades suas congêneres.

No entanto, já pelos meados da década de 1850, as lideranças políticas e econômicas locais passaram a se movimentar, no sentido de trazer para próximo de suas áreas de influência o empreendimento ferroviário que começava a se esboçar na cidade da Bahia, cujo objetivo era ligar o litoral da antiga capital à vizinha Província de Pernambuco.

Ao que parece, teria chegado ao conhecimento das autoridades municipais, informações que dariam conta de alterações no traçado inicial da estrada, que tiraria Alagoinhas dos planos de seus construtores. O empenho da liderança alagoinhense se deu no sentido de fazer com que o traçado inicial daquela estrada fosse retomado, com o fito de Alagoinhas voltar a ser incluída como um dos lugares por onde a ferrovia viesse a passar, visto que, conforme aponta Keite Lima, parecia que foram introduzidas modificações nos primeiros esboços do empreendimento, que indicavam a região então pertencente a Santo Amaro, como local designado para a construção ferroviária.

Nesse sentido, os vereadores da Vila de Alagoinhas produziram um documento para a presidência da província, se posicionando nos seguintes termos:

Contestando o plano de passar a estrada de ferro desta vila, como antes tinha deliberado pelo recôncavo de Santo Amaro, reprovamos tal mudança de planos. Não podemos deixar de expor nossa opinião a esse respeito apresentando as grandes utilidades públicas, que resultarão do interior da província, passando esta estrada por essa vila [...] Será enfim muito mais conveniente ao bem público à passagem da estrada por estes lugares que pelo recôncavo que, sendo quase perto do mar é inacessível em tempos de chuvas. Nós apresentamos essas ideias avulsas à consideração de V. Ex^a *para transmitir a companhia dignando-se V Ex^a pelo melhoramento dos que, habitam tão distante da capital e dos portos marítimos.* (OFÍCIO ENVIADO AO GOVERNO DA PROVÍNCIA EM 28 ABR.1855. MAÇO COLONIAL, 1241 apud LIMA, 2010, p. 40, grifos do autor)

Em gestação desde os meados da década de 1840, a ideia de uma ferrovia para escoar a produção agropecuária da região por onde passariam os seus trilhos torna-se concreta no início dos anos 1850, com o decreto provincial que dá autorização para a captação de recursos que viabilizassem a sua construção, já produzindo os primeiros embates entre aqueles que a ela se opunham, por julgar pouco lucrativas, e aqueles que a defendiam, por entender que traria desenvolvimento àquela região na qual seria implantada. De igual modo, a estrada, cuja viabilidade econômica e a construção ainda se encontravam em efervescente debate, também trouxe alguma dissensão entre as localidades que a desejava ver passar nos seus limites territoriais, entendendo, com isto, ter maior valorização de suas terras.

Foi com este espírito combativo, que a Câmara de Alagoinhas se manifestou no documento acima transcrito. Não só indicava sua insatisfação pela possibilidade de ver frustrada a esperança de passar pelas

terras desta vila, a tão desejada estrada de ferro, como salienta os inconvenientes de sua implantação se dar em outro local, que não aquele que inicialmente fora indicado pelos projetos de que já se tinha conhecimento, ao que tudo indica.

Como já se sugeriu acima, ao que parece, Alagoinhas é uma cidade que tem como uma de suas principais características o fato de ter seus avanços e/ou recuos diretamente relacionados a eventos políticos e econômicos, cujas iniciativas não dependem de fatos ou fatores que estejam sob o controle de suas forças sociais e em consonância com suas potencialidades econômicas. Via de regra, aqui, ali ou alhures, suas lideranças políticas são empurradas pelos eventos externos para a corrente da história, como as areias e os detritos são arrastados pelas enxurradas, resultantes de chuvas torrenciais.

Foi assim que em 1856, ao ser feito o lançamento oficial da construção da ferrovia Bahia e São Francisco e, no início efetivo das obras em 1858, é que ficou definido que a Vila de Alagoinhas seria confirmada como aquela que receberia os trilhos que comporiam os primeiros 123,13 km da estrada que ligaria o porto da capital da Bahia às margens do Rio São Francisco em Juazeiro.

Embora não se possua elementos para mensurar qual tenha sido o impacto do documento enviado pela câmara da vila ao governo provincial, cujo teor, duro e incisivo, foi reproduzido acima, infere-se, no entanto, que as ponderações ali contidas podem ter sido tomadas em consideração por aqueles que detinham o poder de decidir qual seria a trilha sobre a qual seriam assentados os trilhos, a partir dos quais o “progresso” e o “desenvolvimento” percorreriam o sertão baiano.

O referido documento apresenta o receio da liderança local, que temia perder a oportunidade de alavancar seus negócios, na medida em que a possibilidade de ser um dos pontos de passagem da ferrovia, seria de grande importância econômica, social e política. Tendo aquele meio de transporte como a forma mais barata e rápida para fazer escoar suas mercadorias e, ao mesmo tempo, lhes propiciar acesso aos bens e serviços, a liderança local seria a maior prejudicada, caso fosse aquela expectativa frustrada.

A tal propósito, observe-se que, entre os argumentos apresentados pelos líderes alagoanhenses para se posicionarem contrários à especulada mudança do traçado inicial da ferrovia, estão na mesma ordem, a viabilidade e a inviabilidade daquela estrada passar por outro lugar, que não Alagoinhas. Veja-se como se expressaram os Edis de então:

Não podemos deixar de expor nossa opinião a esse respeito apresentando as grandes utilidades públicas, que resultarão do interior da província, passando esta estrada por essa vila [...] Será enfim muito mais conveniente ao bem público à passagem da estrada por estes lugares que pelo recôncavo que, sendo quase perto do mar é inacessível em tempos de chuvas. (OFÍCIO ENVIADO AO GOVERNO DA PROVÍNCIA EM 28 ABR.1855. MAÇO COLONIAL, 1241 apud LIMA, 2010, p. 40)

É também possível inferir-se que, ao sentirem a iminência de perder para outra vila a ainda planejada estrada que ligaria o mar ao sertão, a liderança local, ao elaborar o mencionado documento, procurava dar a si mesma a chance de passar para a “história”, como tendo sido aquela que trouxera o desenvolvimento econômico, a modernização urbana e o fortalecimento político da vila, com o fito de ser lembrada, estabelecendo assim um lugar de memória, a partir do qual pudessem dar a conhecer às gerações futuras a sua capacidade de perceber o momento de tomar em suas mãos os “destinos” da cidade que nasceria a partir da efetivação da cobiçada estrada de ferro.

Alagoinhas vai ao encontro dos trilhos

Entre o tempo de sua emancipação de Inhambupe (1852-1853) e a entrega da estação Alagoinhas, da estrada de ferro Bahia e San Francisco (1863), a vila talvez contasse cinco ou dez mil almas, se muito, dispersas pelos arredores das suas edificações principais. Marcada por uma farta vegetação e grande presença de material propício às construções

simples e frágeis, Alagoinhas apresentava solo fartamente agricultável, o que indica ter tido forte inserção na produção agropecuária. A partir de sua boa localização geográfica, a vila acabara por se constituir em ponto de interseção comercial, a despeito das dificuldades inerentes à falta de meios de transportes que dessem a ela a possibilidade de melhor desempenhar o papel de “entreposto comercial”, se a expressão não for anacrônica.

Com a passagem dos trilhos da estrada de ferro por aquelas paragens, grandes mudanças eram esperadas pelas lideranças locais, na medida em que, de acordo com o pensamento corrente no século XIX, sobretudo, no Brasil de sua segunda metade, aquele era um empreendimento que traria, no seu bojo, os germes do progresso e da modernização, tão desejados pelos homens que lideraram as tratativas de emancipação política e, sobretudo, se ergueram contra a possibilidade de perder aquilo que entendiam como o que seria o elemento fundamental para alavancar a economia da vila.

Ver a estrada de ferro passar por outro local que não Alagoinhas, segundo se presume ter sido o entendimento dos líderes locais de então, significaria condenar a vila ao atraso econômico, social e cultural. A rápida e enérgica reação da câmara de vereadores da vila deixa entrever ao observador distante a ideia de que os edis temiam ter diante de si uma indicação de que, se não houvesse resposta favorável ao pleito de manter a estrada de ferro passando pelas terras alagoinhenses, significaria uma perda substancial de prestígio político daquela liderança, junto às autoridades provinciais.

Embora ainda não se tenha informações que indiquem a continuação da troca de ofícios entre os líderes locais e as autoridades provinciais, o certo é que, no início de 1863, os trilhos da estrada de ferro acabam de ser implantados na vila e a estação Alagoinhas é entregue para fins operacionais, dando início aos tempos “modernos” de Alagoinhas, quando é ligada à cidade da Bahia, pelo meio de transporte mais rápido e eficiente de então.

Entretanto, a trilha dos trilhos da Bahia e San Francisco acaba frustrando as expectativas das autoridades locais, na medida em que faz um traçado não esperado ou não desejado por aqueles que batalharam

para ter suas terras valorizadas e seus empreendimentos comerciais beneficiados pela tal estrada. Sua trilha passa a cerca de 3 km do núcleo urbano da vila, em terras ainda pouco ocupadas, marcadas por uma vegetação larga e vasta.

As dificuldades de drenagem dos muitos alagadiços existentes no trecho percorrido desde o Riacho do Mel, até o local onde foi construída a estação dá um indicativo das dificuldades de ocupação da área, sem que antes fossem realizadas intervenções urbanísticas que permitissem níveis aceitáveis de habitabilidade. Sem as obras de infraestrutura como a construção de pontes, que permitissem atravessar o Rio Catu, a execução de aterros de áreas de alagamento constante impediria a população comum ocupar as áreas no entorno da estrada de ferro.

Por outro lado, não seria conveniente do ponto de vista político, manter o núcleo populacional a tão grande distância do equipamento urbano mais moderno e importante da vila, sob pena de fracassarem os esforços envidados, para que a Vila de Alagoinhas se tornasse social, econômica e culturalmente avançada, na medida em que toda a movimentação das pessoas, das mercadorias e das ideias, a partir de então, se faria sobre aqueles trilhos.

Visto que a passagem da estrada de ferro em Alagoinhas já estava consolidada e o seu leito foi implantado há uma distância razoável do núcleo inicial da povoação, restava à municipalidade providenciar convencer aos cidadãos da necessidade de irem todos ao “encontro dos trilhos”, a partir dos quais a ocupação populacional seria refeita e a estrutura urbana seria redesenhada. Não sem grande resistência, o mercado, a câmara, a feira e a Igreja, foram os primeiros elementos urbanos a serem deslocados para a nova Vila de Alagoinhas.

Uma vez que os homens de negócios eram os principais interessados na mudança e, quiçá, os mais beneficiados por ela, foram eles que logo se apressaram em fazer valer a autoridade que o seu prestígio lhes conferia, tratando de conseguir que o governo provincial desse caráter legal à mudança da sede da Vila de Alagoinhas, para o local onde estava plantada a estação ferroviária. É nesse sentido que, para consubstanciar sua legitimidade, eles ganham do governo da província o decreto com o qual a parcela resistente à transferência do núcleo populacional para a

nova vila é enfraquecida e isolada, mas não vencida, embora subjugada, não convencida. Só a força policial e legal fez com que a querela fosse sufocada. Aquelas autoridades talvez não imaginassem que hábitos, modos de ser e pensar, não podem ser modificados por decreto nem são removidos pela força, quer da lei, quer da espada.

Desde então, o eixo a partir do qual a urbe seria constituída estava posto naquela trilha por onde passavam os trilhos da ferrovia, que vai desde uma acentuada curva para a direita, no ponto onde se localiza o Riacho do Mel, se estendendo até a estação final do trecho. A partir de tal eixo, a urbanização da nova vila se fez, no primeiro momento, vindo ao seu encontro, deixando para trás todo espaço urbano já iniciado; depois de ocupar a área próxima da estação e parte de suas adjacências, prosseguiu a ocupação urbana, ora seguindo-o paralelamente; ora dando-lhe as costas e subindo até encontrar o Rio Aramari; ou uma vez mais dando-lhe as costas, fazendo o caminho de volta ao ponto de partida. Este último movimento só se dá com vigor e consistência, mais de cem anos depois do quase total abandono da primeira povoação.

Os trilhos na trilha de avultados negócios

Depois de discorrer resumidamente sobre o processo de implantação da estrada de ferro que moldou a então Vila de Santo Antônio das Alagoinhas, talvez coubesse aqui um pequeno parênteses, para que se possa analisar um pouco o perfil daqueles edis que se levantaram contra a ideia que circulara e chegara até os egrégios senhores, não se sabe se concreta ou presumida, que dava conta da possibilidade daquela estrada não passar pelas terras da vila alagoinhense.

As lideranças do então distrito de Alagoinhas, que se empenharam pela sua emancipação, tinham diante de si o desafio de fazer desenvolver a nova vila, de modo a sustentar o pleito pelo qual se bateram durante algumas décadas, envidando todos os esforços no sentido de aproveitar cada oportunidade que se lhes oferecesse, no sentido de alavancar o crescimento da vila, inserindo-a no contexto econômico que permitisse o estabelecimento de meios que ensejasse a nova urbe vida

própria e próspera, com o que pudesse vir a justificar o empenho feito para obter a emancipação.

Desmembrada há pouco tempo da Vila de Inhambupe, Alagoinhas experimentara o estabelecimento de algumas famílias, cujo prestígio político estava diretamente relacionado à posse de terras e escravos, o que permitiu ascender aos cargos político-administrativos mais relevantes, a partir dos quais puderam consolidar sua posição de liderança/mando, estreitando suas relações socioeconômicas com lideranças regionais, entrelaçando os interesses comuns, de modo a garantir o atendimento de suas demandas, junto ao governo provincial.

É assim que, em 1852, oito ilustres proprietários de terras e comerciantes da jovem Vila de Santo Antônio de Alagoinhas, são eleitos para a sua primeira câmara, demonstrando a sincronia entre eleitores e eleitos, na construção do principal órgão administrativo e legislativo que tomaria posse em 1853 e que constituiria as feições que a nova vila viria a ter a partir de então. Portanto, em dois de julho de 1853, assumem a tarefa de dirigir os destinos da nova vila, os cidadãos Cel. José Joaquim Leal – 950 votos; Capitão Manoel Ferreira Cana Brasil – 805 votos; Capitão Pedro da Silva Mattos – 610 votos; Capitão José Moreira de Carvalho Rego – 505 votos; Reverendo Estêvan dos Santos Cerqueira – 500 votos; Capitão Francisco da Silva Mello de Andrade – 405 votos; João Batista Benevides – 400 votos; João Ramiro Machado – 356 votos.

Conforme constatou Keite Lima (2010, p. 20), em dissertação defendida “os primeiros vereadores eram proprietários das terras que pertenciam à circunscrição territorial do povoado”, tendo assumido o processo de estruturação da vila, trataram de buscar criar as condições que permitissem o desenvolvimento social e econômico da nova urbe, iniciando o ordenamento jurídico do lugar, implementando as primeiras “posturas” municipais.

Ainda conforme a professora Keite Lima (2010, p. 41):

Para os fazendeiros, os comerciantes e os conselheiros, a ferrovia possibilitaria maior rapidez e volume no transporte da produção e no recebimento de mercadorias,

além de funcionar como fator de atração para a região, graças à facilidade de acessos, trazendo trabalhadores livres e comerciantes.

É nesse sentido que surge a necessidade de se dar a Alagoinhas, um lastro sobre o qual se estabeleçam as bases de crescimento econômico, a partir do qual a nova vila passe a ser interessante ao investidor, no sentido de fomentar o comércio e a agricultura, de modo a valorizar as terras adjacentes àquela circunscrição. Era assim que as notícias circulavam, dando conta da pretensão de se construir a estrada de ferro que ligaria a cidade da Bahia ao sertão do São Francisco, vinham como uma grande esperança para aqueles proprietários de terras, que se encontravam à frente do legislativo municipal.

Talvez atentos às circunstâncias que se lhes apresentavam desde a capital, que davam conta das tratativas em torno da construção daquela estrada de ferro, que levaria mercadorias, ideias e pessoas, em um vai e vem constante entre seus pontos iniciais e terminais, quem sabe já conhecedores dos processos que nortearam a formação da Junta da Lavoura e, a posterior transferência do controle acionário para a companhia inglesa, que viria a empreender e construir a dita estrada; os edis perceberam, na possibilidade do desvio do seu traçado, uma ameaça real e, se não combatida em tempo, irreversível às suas pretensões de tomar parte no processo de modernização econômica, social e política, então em curso na Bahia do início da segunda metade do século XIX.

Entre os signatários do documento enviado ao governo provincial, já transcrito em páginas anteriores, acham-se os nomes de alguns cidadãos que não constam da lista dos empossados, o que poderia sugerir uma suplência. Mas também pode sugerir a existência de outros cidadãos, com interesses e preocupações idênticas às apresentadas pelos edis em seu postulado, podendo ter sido convidados a subscrevê-lo. Logo, é de se presumir que as preocupações por eles dadas a conhecer no áspero e contundente ofício dirigido ao governo provincial, direta e subliminamente, estavam relacionadas à valorização das suas terras, à consolidação das suas posições de liderança junto à população e aos demais grupos que eventualmente viessem a contestar-lhes o poder local e, so-

bretudo, estavam aquelas preocupações relacionadas com o intensificar dos seus lucros e o crescimento dos seus haveres, na medida em que seriam diretamente beneficiados pela implantação e operacionalização da moderna estrada, que substituiria aquela que por tantos anos e, quicá séculos, servira de elo entre o sertão e a cidade da Bahia.

Rumo à estação Alagoinhas

Cerca de três ou quatro anos antes que a freguesia de Santo Antônio das Alagoinhas fosse elevada a vila, pela Resolução Provincial de 16 de junho de 1852, grandes expectativas fervilhavam no meio das elites políticas e econômicas locais, no sentido de dar impulso aos processos de crescimento das oportunidades de negócios, que viessem a promover o desenvolvimento social e econômico, tanto da nova vila, quanto da região formada por outras vilas e freguesias com as quais mantinha relações políticas e comerciais.

A partir das posições sociais e econômicas que ocupavam aqueles que lideraram o processo de elevação da freguesia à condição de vila, talvez seja possível depreender-se que, a primeira câmara legislativa, instalada em dois de julho de 1853, tivesse em sua composição, indivíduos conhecedores das discussões correntes na praça da Bahia, em torno das ideias e propostas diversas, inclusive encabeçadas por cidadãos de regiões circunvizinhas, no sentido da implantação de uma estrada de ferro que ligasse “O mar da Bahia ao sertão do São Francisco”.

Ao que parece, as tratativas em torno da construção de uma estrada de ferro que viesse a ligar “o mar ao sertão”, já se encontravam em processo bem adiantado, na medida em que o decreto que elevava a freguesia e o que concedia os direitos de construir a dita estrada de ferro à Junta da Lavoura apareceram em datas bem próximas um do outro. Segundo Etelvina Rebouças Fernandes (2006, p. 90),

A primeira concessão para a construção da Estrada Bahia ao São Francisco foi dada à Companhia composta por membros da Junta da Lavoura e outros proprietários desta

Província, com privilégio exclusivo de exploração da estrada por quarenta anos, através da Lei Provincial n. 450, de 21 de junho de 1852.

Tão ousado quanto dispendioso, o empreendimento ferroviário trazia no seu bojo grande quantidade de expectativas de desenvolvimento econômico para a Vila de Alagoinhas, na medida em que seus líderes se empenharam no campo político, com o objetivo de garantir a implantação dos trilhos sobre os quais, acreditavam, viria a modernização dos meios de circulação de mercadorias e recursos, bem como grande impulso nas oportunidades de auferir maiores lucros, valorização das propriedades rurais e elevação da qualidade da vida urbana.

A julgar pela disposição com que o Conselho Municipal se empenhou junto ao governo provincial, no sentido de evitar que a estrada de ferro passasse por outro lugar, que não a Vila de Santo Antônio das Alagoinhas, infere-se que era de grande valia a concretização daquilo que já estava plantado nos planos das lideranças locais, pois seria o ponto de largada para alavancar a viabilização da vila, sob o ponto de vista do progresso, do crescimento e do alargamento de seus horizontes socioculturais.

Nesse sentido, Alagoinhas e a ferrovia se fazem pele e carne, na medida em que o primeiro trecho construído e parcialmente entregue e, o prolongamento que veio alguns anos mais tarde, moldaram a urbe, estabelecendo seus contornos, delinearão suas vias de circulação e firmaram as bases sobre as quais se estabeleceu, cresceu e desenvolveu, toda a vida política, social e econômica do lugar.

Quase dez anos após a instalação do primeiro Conselho Municipal, em 31 de janeiro de 1863, a companhia inglesa *Bahia and San Francisco Company* dava por concluído o trecho ferroviário, que tornava concreta a antiga ideia de uma ligação entre a capital provincial e a Vila de Alagoinhas, 20% do projeto original, cujo ponto final seria a margem direita do Rio São Francisco, na Vila de Juazeiro.

Em busca de uma pretensa viagem inaugural, que teria se dado em uma sexta-feira, 13 de fevereiro de 1863, cerca de 15 dias após a entrega do trecho entre Santana de Catu e Alagoinhas, não se encontrou relato

de qualquer tipo de cerimônia na data aludida. Algumas dissertações e obras consultadas, simplesmente ignoraram tal evento, a despeito de referirem-se a eventos de lançamento da construção; pedra fundamental da estação da Calçada; inauguração da referida estação e viagem inaugural dali até Aratu; lançamento da pedra fundamental, relativa à construção do “prolongamento”, ocorrido cerca de nove anos depois; festa de inauguração da primeira e mais imponente estação do “prolongamento”, a São Francisco; entrega festiva da obra, ao finalmente chegar até Juazeiro. No entanto, não se viu qualquer menção a algum tipo de cerimônia oficial, ou mesmo a tal viagem inaugural, que teria se dado na data acima mencionada.

Algumas hipóteses foram levantadas, na tentativa de explicar, qual o motivo de não aparecer nas fontes consultadas pelos pesquisadores visitados qualquer alusão a um evento de tamanha importância para a história da vila, na medida em que passava a receber com regularidade os trens que traziam as mercadorias, as ideias, as novidades no campo da cultura, as notícias e as pessoas vindas da capital.

Uma primeira explicação poderia ser encontrada na resistência do governo provincial, em receber a obra, com apenas 20% de seu trajeto construído. A companhia inglesa, não tendo mais interesse em continuar a estrada, uma vez alcançada a Vila de Alagoinhas, tenta entregá-la como acabada. Tal intento, leva a uma longa alteração com as autoridades provinciais, que só aceitam receber, ainda assim, em caráter provisório, duas semanas após a suposta viagem inaugural, tornada definitiva apenas em dezembro de 1866. Recorrendo-se uma vez mais a mestre E. R. Fernandes (2006, p. 133), sabe-se que

Em 27 de fevereiro de 1863, foi assinado um termo de recebimento provisório da obra das primeiras vinte léguas da estrada Bahia ao São Francisco, estabelecendo condições para o recebimento definitivo da obra, assinado no Palácio do Governo pelo Presidente da Província, António Coelho de Sá e Albuquerque e o representante da Companhia Bahia and San Francisco Railway, o engenheiro Alfredo C. Dick [...]

Informa ainda a mesma autora que

Entre as condições estabelecidas, estavam os reparos necessários, na ponte da Jequitaia, ao sistema de drenagem, o revestimento em alvenaria das pontes e os aterros adjacentes aos rios, para proteção da linha; a substituição dos postes do telégrafo por outros de seção mínima de cinco polegadas; plantações junto às cercas, de arbustos para formar cercas vivas; os reparos na estação da Jequitaia e no armazém de Mata de São João; a contenção de terras junto à entrada dos túneis, e, nos cortes a céu aberto, a execução das drenagens necessárias; taludar os terrenos sustentando a base com alvenaria de pedra seca, corrigindo os defeitos do túnel de Pojuca. (FERNANDES, 2006, p. 133)

Prossegue Rebolças Fernandes (2006, p. 134), dizendo que:

a 9ª condição constante do termo estabelecia que o pagamento da garantia dos juros seria suspenso se não fossem atendidas, até o dia 31 de dezembro de 1863, as condições estabelecidas para que a obra fosse definitivamente aceita pelo Governo [...], o que aconteceu por ato da Presidência, em 20 de fevereiro de 1866 [...], três anos após a assinatura do termo, deixando claro o desinteresse da Companhia em cumprir as determinações no prazo estabelecido pelo Governo da Província.

Ora, não aceitando a obra como pronta, a presidência da província não realizaria uma cerimônia de inauguração oficial, embora o trecho já passasse a ser trafegado normalmente, visto ser de interesse da empresa que detinha os direitos operacionais do empreendimento. Parece claro que, desde o início do processo de construção, à medida em que cada trecho ficava pronto, era colocado imediatamente em operação, sem a necessidade de cerimônias de inauguração, visto que, a estação

da Calçada, a primeira e mais imponente do trecho, já houvera sido inaugurada, com pompa e circunstância, em 1860.

Uma segunda explicação para as pesquisas já realizadas não mencionarem a pretensa viagem inaugural de fevereiro de 1863, pode ser encontrada no caráter modesto e dimensões acanhadas da estação construída em Alagoinhas e posta em operação naquele ano, indicando não só a interrupção da obra, mas também sua transitoriedade, na medida em que a execução do projeto entregue pela companhia às autoridades provinciais exigiria um aporte maior de recursos financeiros, do que o capital já empregado pela companhia. Àquela altura, o que estava concluído era um trecho de 123 km construídos, não a obra, que ainda tinha 450 km por construir. Portanto, não poderia haver viagem inaugural, simplesmente pelo fato de que a companhia pretendia reorientar financeiramente o contrato com a província e, por sua vez, a província exigiria o cumprimento integral do contrato em vigência. Isto demandaria, como demandou, longo embate entre as autoridades provinciais e os construtores da ferrovia Bahia e San Francisco.

Prova disto é o fato de que a construção do “prolongamento”, que nada mais foi do que a continuação da estrada, apenas interrompida no trecho que chegara até Alagoinhas, só vai se dar em 1878, sob a responsabilidade financeira da Província da Bahia, em consórcio com outros empreendedores locais.

Talvez venha daí a constante confusão encontrada nas diversas publicações alusivas a história de Alagoinhas, que muitas vezes indicam ser a Estação São Francisco, a mesma cuja operação se dá em 1863, tratando-se, na verdade, daquela que é construída em concomitância com o prolongamento da estrada de ferro até Juazeiro, inaugurada, solenemente, em 1880.

E a pretensa viagem inaugural de 13 de fevereiro de 1863, onde está? Está no *Diário Oficial do Estado*, em uma publicação comemorativa do centenário da Independência da Bahia, em 1923. Ali, tal viagem inaugural aparece, pela simples razão de já ter se passado 60 anos dos eventos brevemente acima aludidos, havendo já sido resolvida a querela entre a companhia construtora da estrada de ferro Bahia e San Francisco e a então Província da Bahia.

Assim, em uma espécie de “rearrumação da história”, aquele diário oficial,⁴ comemorativo da Independência da Bahia, se reporta a uma “viagem inaugural”, que é bem provável que não tenha existido.

Os trilhos na trilha do “prolongamento”

Concluídas as tratativas em torno da implantação da estrada de ferro Bahia e San Francisco, aos poucos ia ficando claro para as lideranças da vila, que ao se completar a construção do trecho de 123,7 km, Alagoinhas seria sim, alcançada pela dita estrada. E mais: se tornaria por cerca de 17 anos, ainda que involuntariamente, o ponto final do trajeto iniciado em Salvador, uma vez que aquele era um pequeno trecho da grande ferrovia que se anunciara, cujo ponto final seria a Vila de Juazeiro, onde a província baiana fazia divisa com a pernambucana.

Portanto, parada em Alagoinhas, a estrada de ferro da Bahia e San Francisco não cumpria nem um terço do percurso pretendido, visto que a Vila de Juazeiro distava dali, pouco mais de 450 km, que a companhia inglesa não se dispôs a construir. Segundo já disse Etelvina Rebouças Fernandes, estudiosa do tema, na obra *Do mar da Bahia ao rio do sertão: Bahia and San Francisco Railway*, já evocada em outros momentos neste texto, o trajeto implantado pela iniciativa da companhia corresponderia exatamente aquele coberto pela garantia dos juros de 7%, acordada com o governo provincial. Ao que tudo indica, conforme as observações feitas por Rebouças Fernandes, as quebras de contrato produzidas pela companhia inglesa não se limitaram ao não cumprimento do plano de obra, ao dar por terminados os trabalhos com a entrega da estação Alagoinhas.

Utilizando-se de relatórios técnicos para sustentar sua argumentação, a autora, citando um deles, indica que, em uma inspeção na estrada, em 1873, o engenheiro fiscal, Dionísio Martins, informa que “[...] a linha foi quase completamente reconstruída nos pontos mais importan-

4 Ver: Pinho (1923) Trata-se de edição especial e comemorativa, na qual se faz longo relato sobre a malha ferroviária baiana. 100 anos depois da independência e 60 anos após a abertura da estação Alagoinhas para fins operacionais.

tes, tal foi o desleixo e a incúria da primitiva construção”. (BENÉVOLO, 1953, p. 326 apud FERNANDES, 2006, p. 134)

Rebouças Fernandes (2006, p. 134) prossegue sua análise asseverando que,

esta observação do engenheiro fiscal sobre a estrada, após treze anos de inaugurada e ainda sob os cuidados da companhia inglesa, que a administrava, só vem ratificar as observações dos fiscais da obra com relação à qualidade duvidosa dos materiais, contrariando o que o País esperava da atuação dos ingleses, que já haviam construído ferrovias desde 1825, e do engenheiro Vignoles, profissional conhecido por sua experiência na Europa.

Ela segue seu arrazoado, lançando mão de um outro relatório, assegurando que “[...] havia uma agravante, pois o contrato celebrado entre a companhia e o empreiteiro John Watson deixava clara a exigência de [...] execução de uma excelente estrada”. (PENNA, 1860 apud FERNANDES, 2006, p. 134)

Fica claro então que o desinteresse da companhia inglesa em levar a cabo o projeto inicial da estrada, além de frustrar as expectativas criadas e as apostas econômicas feitas pelos elementos diretamente interessados na sua efetivação, produziu um hiato no processo de desenvolvimento econômico e social da região por onde passaria, estabelecendo o retardamento da modernização das comunicações terrestres e da permanência das dificuldades enfrentadas pelos produtores locais, em fazer chegar sua produção ao porto de Salvador. É nesse sentido que Rebouças Fernandes assegura que, mesmo a companhia podendo ter usado a finalização precoce da construção da estrada em Alagoinhas, com o objetivo de pressionar o governo brasileiro a conceder maiores garantias para o emprego do seu capital, acaba fazendo com que

[...], toda argumentação para a construção da estrada, que tinha como pressuposto chegar às terras férteis e produtivas do ‘Alto Sertão ou Bacia do Rio São Francisco’,

tornou-se vazia e aquela ferrovia foi considerada concluída a uma distância de 452 Km do seu objetivo. (FERNANDES, 2006, p. 139)

Assim, a Vila de Alagoinhas é parcialmente beneficiada com a chegada da estrada de ferro que a liga à cidade de Salvador, na medida em que não se concretiza a expectativa de ganhos com a obtenção de facilidade de acesso à circulação das mercadorias que seguiriam com destino ao porto fluvial de Juazeiro e que de lá viriam, resultando em mudança apenas parcial da situação econômica e social da região.

Para a Alagoinhas *de per si*, a reestruturação do cotidiano é substancial, pelo fato de ter promovido uma reorganização das estruturas urbanas em torno da estrada de ferro, o que demandou a revisão do processo de ocupação inicial da urbe, levando ao estabelecimento de novas bases sobre as quais o povoamento da vila se consubstanciou.

No entanto, fazia-se necessário dar curso ao processo de construção da ligação ferroviária, inicialmente proposta no projeto da companhia inglesa, para que as outras vilas e “microrregiões” por onde passaria, viessem a ser beneficiadas com a reestruturação da vida social e econômica, com o fito de permitir às suas populações serem alcançadas pela ampliação das oportunidades de modernizar e desenvolver polos produtivos, constituindo o avultamento das possibilidades de escoar para uma gama maior de mercados, os frutos das safras agrícolas e da atividade pecuária.

É nesse contexto que se dá início à segunda etapa do empreendimento viário que rasga as veredas por onde passará a estrada de ferro, conectando vilas e populações ao meio mais rápido de transportar pessoas, ideias e mercadorias, que o século XIX conhecia: o trem. Depois de serem estabelecidas as bases financeiras e legais que permitiriam à Província da Bahia assumir o prosseguimento da implantação da ferrovia que partiria de Alagoinhas e chegaria à Vila de Juazeiro, 17 anos depois da entrega da última estação do primeiro trecho, dá-se a entrega da estação inicial do trecho que ficou conhecido como “prolongamento”, fazendo com que Alagoinhas vivenciasse as segunda e decisiva etapa de sua reestruturação urbana, na medida em que novos bairros começam a se formar ao longo

do novo traçado, à medida em que os trilhos avançam pelo tabuleiro, em direção ao então distrito de Aramari. Conforme informa Rebouças Fernandes (2006, p. 145), [...] “A linha foi aberta ao tráfego definitivo em 24 de fevereiro de 1896, [salientando ela que, finalmente] estava concluída a ferrovia que partia da Capital e chegava ao rio São Francisco”.

Assim, talvez aqui se pudesse deduzir que houvesse um sentimento de euforia das lideranças políticas e econômicas, de parte das populações das cidades e vilas atravessadas pelos trilhos que repousaram nas trilhas que os levaram à margem direita do grande rio do sertão, uma vez que a ferrovia efetivamente começava a se tornar concreta, atendendo parte das expectativas de desenvolvimento e modernização, alimentadas desde os anos em que começaram a circular na região as primeiras notícias, dando conta da introdução de novos conceitos de transporte de pessoas, de modos de pensar, de mercadorias e de ideias.⁵

Conclusão: Alagoínhas, transformações em curso

Retomada a construção da segunda etapa da ferrovia que ligaria “o mar ao sertão”, a partir do ponto onde a companhia inglesa não mais considerou rentável o empreendimento, pouco a pouco ia se tornando concreto o sonho acalentado por diversos anos, por aqueles indivíduos que viam grandes possibilidades de realizar avultados negócios, na medida em que a circulação de bens e serviços teria grande incremento, quando o caminho de ferro entrasse em funcionamento pleno.

5 Talvez seja interessante realizar uma pesquisa nos periódicos de então, com o fito de se perceber os reflexos produzidos pelo estabelecimento efetivo da ligação entre a “Bahia” e o “São Francisco”. É possível que haja grande profusão de opiniões de pessoas direta ou indiretamente “beneficiadas” pela abertura do tráfego e, haja grande número de matérias/artigos expressando o pensamento da sociedade alagoínhense e/ou de outras municipalidades percorridas pelo novo traçado ferroviário. No período coberto por este arrazoado, há uma grande profusão de pequenos jornais produzidos na cidade, grande parte deles ainda acessível em arquivos e bibliotecas de Salvador, além de se poder encontrar alguns deles no acervo da Fundação Iraci Gama (FIGAM) instalado no prédio onde funcionou a Estação São Francisco.

Nesse sentido, grandes esforços vinham sendo desenvolvidos pelo governo provincial, na medida em que assume o ônus financeiro da obra, que, por seu tamanho e pela envergadura técnica, exigia grandes somas de capital monetário, na medida em que, boa parte do material utilizado no empreendimento era importado, além do material rodante, necessário para o funcionamento da estrada de ferro. Por certo, não havia empreiteiro local que dispusesse sozinho dos meios financeiros e técnicos que permitissem custear os desenvolvimentos indispensáveis para a conclusão dos trabalhos, sem a participação da província baiana.

Portanto, depois de se terem passados 17 anos do início das operações comerciais na estação de Alagoinhas, tem prosseguimento o trabalho de construção do “prolongamento”, que precisará esperar outros 16 anos para chegar a termo, na Vila de Juazeiro. Transcorreram-se 40 anos, desde o lançamento do capital da companhia Bahia e San Francisco na Bolsa de Londres e a entrega da estação de Juazeiro, permitindo enfim, a ligação entre o porto da Bahia no litoral atlântico, ao porto fluvial do Rio São Francisco. Assim, abria-se, enfim, um acesso a partir do qual pudesse fazer sair daquele vasto sertão os seus produtos agropecuários, bem como, dessa oportunidade de desfrutar de bens, serviços e ideias, vindos da capital.

Já se disse neste espaço, que nos 30 primeiros anos de efetivo funcionamento do caminho ferroviário, a Vila de Alagoinhas foi a mais alcançada por desdobramentos advindos de tão grande alteração na paisagem econômica, social e política, relacionados à implantação de uma ferrovia. Desde a elevação de Alagoinhas à categoria de vila, ocorrida em 1853, apenas 30 anos foram precisos, para que ela galgasse a condição de cidade, com todos os ônus e bônus, inerentes a tão grandes e rápidas transformações.

O processo de transformações vivenciado por aglomerações urbanas impactadas pelas modificações promovidas pela chegada de algum elemento novo na sua estrutura, via de regra, sempre se faz acompanhar de profundas marcas na tessitura social, além de exigir uma reconfiguração estrutural do lugar em causa. A chegada dos trilhos do caminho de ferro partido de Salvador e a saída daqueles outros rumo a Juazeiro, redesenha o tecido social de Alagoinhas, sobretudo, no que diz respeito

ao processo de reconfiguração da “paisagem” urbana; do reflexo político e do desdobramento econômico produzido pelo abandono da área onde já estava estabelecida a povoação inicial.

Com efeito, impulsionada pela mudança no traçado da estrada de ferro vinda de Salvador e pela construção daquela que seguiria desbravando o sertão, Alagoinhas precisara ser reconfigurada, não só sob o ponto de vista da ocupação urbana, como também sob o ponto de vista das novas oportunidades de trabalho que precisariam ser criadas, na medida em que a demanda por ocupação laboral seria pressionada, não só pelos filhos da terra, como pelos que para cá viriam, atraídos pelos empregos diretos, que passariam a ser trazidos pelo setor de transportes.

Paralelamente a isso, acresce salientar que, no período que vai entre 1863, quando tem início a operação da estrada de ferro e 1888, quando a escravidão é legalmente extinta, havia uma convivência concorrencial entre as formas de utilização da mão de obra, então em curso no Brasil: a livre e a escrava. Desde o momento em que a mão de obra é legalmente livre e o mercado passa a regular mais esta atividade da economia, os processos de absorção se fazem mais complexos, na medida em que aqueles que até então eram escravos, não foram capacitados para desenvolver novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, resultando em um grande número de atividades informais, sendo desenvolvidas, precisamente por aqueles que outras formas não possuíam de bastar-se a si e aos seus.

Muitos são os indivíduos que, excluídos da possibilidade de ascender aos postos de trabalho criados pelo setor mais moderno da economia urbana de então, momento em que são lançados na faina de ganho incerto, no labor árduo e permeado das incertezas quanto a existência nos dias seguintes e quanto ao amparo em caso de doença e/ou velhice. Assim, tem-se figuras que povoam um imaginário coletivo, cada vez mais distantes das novas gerações, que são muito importantes do ponto de vista da construção memorialística, levando a efeito suas atividades de jornaleiros, aguadeiros, vendedores de guloseimas, frutas e produtos sazonais, carregadores de bagagens e/mercadorias, que formavam o mundo do trabalho informal, que fervilhava nas estações, sujeitos ao ritmo das chegadas e partidas dos trens.

Referências

- AGUIAR, D. V. *Descrições práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília, DF: INL, 1979.
- BARROS, J. D'A. *Cidade e história*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BARROS, S. A. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979.
- CARPINTERO, M. V. T.; CERASOLI, J. F. A cidade como história. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 61-101, 2009.
- COSTA, E. V. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- DAMASCENO, J. J. A. Histórias e memórias de Alagoinhas pelos escritos de Maria Feijó –1972-1988. In: BATISTA, E. E. (org.). *Alagoinhas: histórias e historiografia*. Alagoinhas : Quarteto: FIGAM, 2015. p. 115-130.
- FERNANDES, E. R. *Do mar da Bahia ao rio do sertão: Bahia and San Francisco Railway*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LIMA, K. M. S. N. Alagoinhas no século XIX: configuração e ordenação dos espaços de uma nova cidade (1868-1880). In: BATISTA, E. E. (org.). *Alagoinhas: histórias e historiografia*. Alagoinhas: Quarteto: FIGAM, 2015. p. 23-37.
- LIMA, K. M. S. N. *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e Vida Urbana em Alagoinhas (1868-1929)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Departamentos de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- OLIVEIRA, L. L. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2002.
- PINHO, J. W. A. Aviação na Bahia. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 132-143, 1923. Edição do Centenário da Independência da Bahia.
- SANTOS, J. C. *Traços de ontem*. Belo Horizonte: Graphilivros, 1987.

“TERÁ O MEU ÚNICO FERRO”

dominação senhorial no sertão baiano – Morro do Chapéu, século XIX

JACKSON FERREIRA

Introdução

O testamento é um dos mais ricos documentos utilizados pelos pesquisadores das mais diversas correntes historiográficas. Mattoso (2004, p. 173) o definiu como um “[...] ato pelo qual o indivíduo lega aos seus herdeiros obrigatórios, ascendentes ou descendentes, ou, na falta destes, a terceiros, os bens que possuía quando vivo”. Ainda segundo a autora, quando não havia bens a legar, testava para expressar sua espiritualidade e determinar suas últimas vontades, às vezes, em relação a seu sepultamento.

Partindo da etimologia da palavra, Furtado (2015, p. 94, grifos da autora) escreve que

Segundo o primeiro dicionário português, publicado em 1739 pelo padre Raphael Bluteau, *testamento* vem das palavras latinas *testatio mentis*. *Testantio* significa a ação de atestar ou testemunhar, sendo *mentius* ou *mens*, a mente, o espírito, a intenção, a capacidade intelectual, a disposição do espírito, um plano ou projeto. Da conjugação dos

dois termos evidencia-se o significado originário contido na palavra testamento que designa uma vontade atestada e testemunhada, segundo um plano ou intenção prévia do autor dotado de suas faculdades mentais.

Aos testar, o indivíduo expressava sua vontade, legava seus bens, planejava seu sepultamento. Às vezes, admitia-se pecados carnis esperando o perdão para a alma. Esses eram alguns dos objetivos do testamento. Ao transformar o documento em fonte, o historiador busca não apenas o que salta aos olhos, mas o que está nas entrelinhas. Aqui reside a riqueza do testamento e a dor e delícia do trabalho do historiador: revelar o que foi dito e possibilitar pensar ou conjecturar sobre o não dito, o sussurrado nas palavras do testador sobre ele, sobre os outros e sobre o mundo em que estava imerso.

É o que fizeram e fazem historiadores que trabalham com concepções sobre a morte e o morrer. (ARIÈS, 1981, 1982; REIS, 1991) Outros, não tendo o testamento como fonte primordial, usam-no para os mais diversos fins. Alguns perceberam sua riqueza em breves comentários. Chalhoub (2003, p. 20), em seus estudos sobre o paternalismo presente nas obras de Machado de Assis, afirmou que o testamento era um recurso usado pelos senhores para perpetuar seu poder e sua vontade após a morte:

[...] o testamento é a máxima de uma vontade senhorial, sendo ao mesmo tempo o encaminhamento da continuidade de uma política de domínio que precisa sobreviver ao ato derradeiro daquela vontade específica. Por outro lado, a situação do testamento, e posterior inventário, apresenta sempre um potencial de tensão e conflitos: os herdeiros defendem seus interesses, e frequentemente se desentendem, no processo de partilha dos bens; os agregados e dependentes em geral vivem a incerteza da permanência de arranjos passados; e os escravos, via de regra o elo mais frágil, enfrentam o risco de ver suas famílias e comunidades divididas entre os herdeiros ou bruscamente destruídos por transações de compra e venda.

Neste texto, uso o testamento do coronel Quintino Soares da Rocha, homem mais rico da Vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, localizada na Chapada Diamantina, para compreender como a ideologia senhorial e a política de dominação pautada no Paternalismo estiveram presentes no sertão baiano no século XIX.¹ Nesse período, Morro do Chapéu tinha uma economia baseada na criação, recriação e comércio de gado vacum destinado especialmente para Salvador, capital da Província da Bahia, e seus arredores, e na mineração, inicialmente com o diamante e depois com o carbonado, cujo destino era o mercado externo. Utilizei procedimentos da trajetória e da micro-história, sem me prender a uma corrente.² Resumi informações sobre personagens ou coloquei em notas explicativas. Isso ocorreu com pessoas que mantiveram ligações com os principais personagens cujas trajetórias foram usadas para exemplificar meus argumentos. Mesmo assim, peço, antecipadamente, paciência pela profusão de nomes que emergirão nas páginas seguintes.

O casal Soares da Rocha

Quintino Soares da Rocha nasceu por volta 1814 e 1815 na Vila de Santo Antônio de Jacobina. Era um dos quatro filhos – dois casais – do capitão mor Manoel Soares da Rocha e dona Maria Dormente do Rosário.³ Quin-

1 Esse texto é o primeiro de outros que pretendo escrever sobre temas que dizem respeito às relações de dependência pessoal no sertão baiano. Ele é resultado de uma pesquisa que venho desenvolvendo dentro do projeto “Senhores e subalternos: trajetórias e relações de dependência pessoal nos sertões baianos (Comarca de Jacobina, séc. XIX)”.

2 São muitas as obras que utilizam a micro-história e a trajetória como procedimento de análise. Cito aqui apenas algumas: Ginzburg (1989), Levi (2000), Revel (1898), Davis (1987), Silva (2007), Graham (2005), Reis, Gomes e Carvalho (2010), Mamigonian (2010).

3 Até o momento não localizei seu registro de batismo. Presumi as possíveis datas do seu nascimento a partir de alguns documentos. Na Lista de Qualificação da Guarda Nacional de 1856, Quintino informou que teria 42 anos de idade. No registro de óbito de 1880 consta que teria 65 anos. Conferir Revisão da qualificação da Guarda Nacional da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu do Município de Jaco-

tino se casou com Umbelina Adalaide de Miranda em 13 de setembro de 1834.⁴ Umbelina nasceu em 1815, era filha do major Manoel Joaquim da Silva Miranda e dona Izabel de Souza Lemos.⁵ O casal não teve filhos, os pais de Quintino e Umbelina eram brancos, grandes criadores de gado *vacum* e cavalariço, donos de extensas propriedades fundiárias e senhores de escravos na Vila de Santo Antônio de Jacobina, a qual Morro do Chapéu pertencerá até 1864.

O pai de Quintino se envolveu, em 1838, em uma disputa judicial com a Companhia de Carne Verde da Bahia, empreendimento sediado em Salvador, encarregado de abastecer a capital da Província da Bahia. O capitão mor e a companhia assinaram contrato no qual aquele investiria cinco contos de réis em reses, criaria em suas fazendas e enviaria boiadas para Salvador sempre que a companhia solicitasse. Essa pagaria por cada boiada remetida. Todavia, em razão da Sabinada, duas não concluíram o trajeto para o litoral, motivando a recusa da empresa em efetuar os pagamentos. As partes chegaram a um acordo que pareceu bom para ambos. A briga judicial é apenas um pano de fundo para mostrar que o pai de Quintino tinha cabedal e poder suficiente para acionar, na justiça, grandes empreendedores baianos.⁶ Sei pouco sobre dona Maria Dormente. Ela residia na freguesia de Jacobina, onde falecera em sua fazenda Alagoas em 11 ou 12 de maio de 1861, deixando bens avaliados em 29 contos, 521 mil e 620 réis para dividir entre seus filhos, netos e bisnetos. Na partilha, coube a Quintino a quantia de 6 contos, 523 mil

bina, 1856, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Qualificação da Guarda Nacional – correspondência, mapas de quarteirões, com números de moradores, doenças, etc), 1843-1869, maço 3510; Registro de óbito do coronel Quintino Soares da Rocha, 02/05/1880, IMNSGMC, Livro de óbito 1839-1880, fl. 292v.

4 Registro de Casamento de Quintino Soares da Rocha e Umbelina de Souza Miranda, 13/09/1834, Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina (IMSAJ), Livro Casamento 1825-1841, fl. 82v-83.

5 Registro de Batismo de Umbelina [Adelaide de Miranda], 22/10/1815, IMSAJ, Livro de Batismo 1815-1818, fl. 17v.

6 Libelo civil do capitão mor Manoel Soares da Rocha contra a Companhia de Carnes Verdes da Cidade da Bahia, 1838, Arquivo Público da Bahia (APEB), Seção Judiciária, class. 79/2815/04; e Ação de conciliação entre a Companhia de Carne Verde da Bahia e o capitão mor Manoel Soares da Rocha, 1838, APEB, Seção Judiciária, class. 12/604/05.

e 606 réis em terras, bois, éguas, jumentos, escravos, faqueiro prata, imagem do Senhor Crucificado de latão, móveis e algumas dívidas que pessoas tinham com sua mãe.⁷

O major Miranda e dona Izabel não eram menos influentes e endinheirados. Em 1850, na partilha amigável de dona Izabel, foram arroladas 1.300 cabeças de gado vacum de criar, 250 éguas, 35 bestas, 30 cavalos de serviços e 6 jumentos pastores. Esses animais tinham a capacidade de cruzar com éguas para gerar muarens.⁸ Concluiu que além de bovinos, os pais de Umbelina produziam mulas que certamente eram vendidas para tropeiros e comerciantes, os quais desciam e subiam levando e trazendo mercadorias do sertão para o litoral, e vice-versa. Ou mesmo, que Major Miranda, além de criar gado, era tropeiro.

A trajetória de Quintino e Umbelina se mistura com a da própria vila que escolheram viver e morrer. Quando nasceram, Morro do Chapéu não passava de uma povoação localizada na Chapada Diamantina (CUNEGUNDES, 1981; PEREIRA, 1919), mas já com destaque dentro do processo produtivo e da rota comercial de gado.⁹ Muitas fazendas e sítios da localidade ainda pertenciam aos Guedes de Brito, famoso morgado da Casa da Ponte, uma delas, inclusive, fora comprado por pelo casal, como mostrarei mais adiante.¹⁰ Antonil (1982) fez menção aos currais de Morro do Chapéu no capítulo que trata da produção de gado. A importância de Morro do Chapéu para o abastecimento da Província da Bahia só aumentaria desde então.

Em 1838, quatro anos depois da união entre Quintino e Umbelina, Morro do Chapéu foi elevada a freguesia, deixaria de ser um arraial atre-

7 Inventário de Maria Dormente do Rosário, 1861-1862, APEB, Seção Judiciária, Testamentos e Inventários, class. 02/596/1050/08.

8 Partilha amigável de Izabel de Souza Lemos, 1850-1851, APEB, Seção Judiciária, Testamentos e Inventários, class. 03/1334/1803/04.

9 Sobre caminhos comerciais do gado, conferir Neves e Miguel (2007) e Lopes (2009).

10 As vendas das propriedades dos Guedes de Brito em Morro do Chapéu ocorreram nos finais da década de 1830 e alguns registros de compra e venda dessas terras estão nos livros de nota. Até 2010, estavam no Fórum Clériston Andrade, do atual município de Morro do Chapéu. Mas, com as privatizações dos cartórios, não tenho certeza se ainda estão naquele arquivo.

lado à freguesia de Santo Antônio de Jacobina, sede da vila e comarca de mesmo nome, passando a ser chamada de Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu. A emancipação ocorreu em 1864, com a criação da Vila de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu.¹¹ Nessa época, Morro também se destacava como área de mineração de diamantes, cuja descoberta na Chapada Diamantina ocorreu duas décadas antes.¹²

Nesse intervalo de tempo, o coronel Quintino, como passarei a chamá-lo, ocupou o posto de subdelegado da freguesia. Foi exonerado das funções após acusação de acoitar em sua casa um facinoroso da Província do Piauí.¹³ Mas foi na Guarda Nacional que se destacou, assumindo os principais postos do oficialato, chegando a comandante superior em 25 de novembro de 1853. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1853) Em novembro de 1859, entrou para a reserva da milícia cidadã. (CORREIO DA TARDE, 1859) Em 14 de março, foi condecorado pelo Imperador D. Pedro II, quando de sua passagem pela Bahia, com a medalha Imperial Ordem da Rosa. (MEMÓRIAS..., 1961) Se essa condecoração não estava entre as mais valorizadas no Império, como afirmou Mattoso (1997), agregava um grande valor simbólico em uma freguesia cuja população total não deveria chegar, na época, a 10 mil pessoas, entre livres, libertos e escravos.¹⁴ O simbolismo da honraria aparece na abertura de um documento de 1864: “Quintino Soares da Rocha oficial da Imperial Ordem da Rosa, Comandante Superior Reformado com patente [doada] pela [Majestade Imperial D. Pedro II].¹⁵ Na falta de um título nobiliárquico, a condecoração, a patente militar e o posto de comando

11 Ver: Cunegundes (1981) e Ferreira (2018).

12 Sobre mineração na Chapada Diamantina baiana, ver: Mattoso (1992), Pina (2000) e Sampaio (2017).

13 Correspondência enviada pelo Chefe de Polícia da Província da Bahia, João Maurício Wanderley, ao Delegado de Jacobina, 03/01/1851, APEB, Seção Colonial e Provincial, *Polícia*. Registro de Correspondência Expedida, 1851-1852, maço 5709.

14 Vieira Filho (2009, p. 82) afirma que “em 1856 a população livre da freguesia de Morro do Chapéu era estimada em 9.190 almas, sendo 8.450 livres (aqui, possivelmente incluía libertos) e 740 escravos”.

15 Processo de cumprimento de sentença contra Andreza Maria do Espírito Santo, 1864, FCA, Processos Criminais, Sala dos Processos Criminais, cx. 1840-1869, fl. 44. Posteriormente, o coronel Guilhermino, então comandante superior, também receberia

se uniam para dar um caráter nobre ao coronel e, por tabela, a dona Umbelina, naquela paragem sertaneja.

Mesmo reconhecendo a importância da origem familiar nessa sociedade rural, patriarcal,¹⁶ clientelista¹⁷ e de forte predomínio das relações de dependência pessoal, atrevo-me a afirmar que entre 1837 e 1864, anos correspondentes à elevação de Morro do Chapéu à freguesia e sua transformação em vila, respectivamente, o coronel Quintino e dona Umbelina já não eram apenas os filhos do capitão mor Manoel e dona Maria Dormente e do major Miranda e dona Izabel, eram o casal Soares da Rocha. A denominação não aparece nas fontes, mas usarei de agora em diante sempre que me referir a ambos conjuntamente. Faço isso por acreditar que mesmo em uma sociedade em que o homem era o cabeça do casal,¹⁸ a mulher, esposa em especial, tinha algum poder decisório e conquistaram espaços de barganha diante do homem. O casal era o membro mais destacado, próspero financeiramente e o maior proprietário de escravos dentro de suas famílias e em Morro do Chapéu. Mesmo não tendo dados, suspeito que estivesse entre os mais ricos senhores da comarca de Jacobina – divisão jurídica que englobava as Vila de Santo Antônio da Jacobina, sede da comarca, Vila Nova da Rainha e Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu; e mesmo da Chapada Diamantina.

A exceção do posto de subdelegado, citado anteriormente, não encontrei o coronel ocupando funções na Câmara Municipal ou na Justiça, com a de procurador *ad hoc* ou juiz substituto, cargos traziam benefícios para o ocupante e seu grupo político, pois permitia influenciar, manipular e dominar decisões como absolver aliados e apadrinhados nos

a mesma condecoração, demonstração da tradição e orgulho dos Soares da Rocha. Processo crime contra Germano José dos Santos, 1869.

16 O uso do termo “patriarcal”, não na concepção freyreana de poder absoluto e incontestável do chefe de família, refere-se notadamente à figura masculina. À vista disso, não há como negar que o chefe tinha poder em seus domínios, mas que esse não era incontestável e absoluto.

17 Sobre Clientelismo, conferir Graham (1997) e Vellasco (2009).

18 A expressão “cabeça do casal” aparece em diversos inventários e processos judiciais para se referir ao marido e seu direito de tomar decisões, assinar documentos em nome da esposa etc. Para se aprofundar no tema da condição feminina no sertão baiano, indico a leitura de Ferreira (2008).

tribunais. O fato de não encontrar o coronel nesses cargos não significa inexistência de sua influência nesses espaços de poder. Em consulta a documentos legislativos e judiciários morrenses, identifiquei seus aliados e apadrinhados nos cargos de juiz substituto, escrivão, procurador *ad doc*, vereador e como membro de diversas comissões. Era por meio deles que exercia sua influência na política local e regional. Sua atuação ia além. Através das eleições imperiais estabeleceu e fortaleceu alianças com lideranças imperiais. Na sessão do Câmara dos Deputados de 30 de abril de 1857, o coronel Quintino e seu irmão foram citados como autoridades que eram procuradas por candidatos à procura de votos na Comarca de Jacobina. (ANNAES ..., 1873)¹⁹

O casal adquiriu fortuna com a criação de gado, empréstimos a juros e por meio de heranças. Enquanto estivera junto, mais de uma centena de escravos e dezenas de homens livres e libertos estiveram em sua órbita de poder e influência, alguns como agregados. Entre 1838 e 1880, encontrei 46 propriedades fundiárias, na forma de fazendas, sítios e posses de terras. A maioria estavam localizadas em Morro do Chapéu, mas havia algumas fora do município, como as posses de terras na Vila de Campo Largo, margem esquerda do Rio São Francisco, adquirida através de quitação de dívidas; e até mais distante, como um terreno na Vila da Conceição do Norte, Província de Goiás, conseguida por compra.²⁰

O coronel Quintino faleceu em 1º de maio de 1880.²¹ Logo em seguida, dona Umbelina mandou registrar uma carta de alforria coletiva

19 A citação ao coronel Quintino e seu irmão Guilhermino Soares da Rocha ocorreu em um debate sobre fraude eleitoral. Na ocasião o deputado José Antônio Saraiva fora acusado por outro deputado baiano de fraudar as eleições. O deputado Saraiva era compadre do irmão do coronel Quintino, vínculo que possivelmente foi firmado quando ocupou o posto de juiz na Comarca de Jacobina. Antônio José Saraiva é nacionalmente conhecido como um dos coautores da Lei dos Sexagenários, também chamada de Saraiva-Cotegipe, lei abolicionista que permitia a alforria dos escravos sexagenários.

20 Para melhor detalhe dos bens, ver: Ferreira (2018).

21 Na tese e no livro que resultou dela (FERREIRA, 2018) informei que o coronel Quintino Soares da Rocha haveria falecido em 2 de maio. Essa foi a data do sepultamento. Relendo a abertura do processo onde o testamento do coronel está em anexo, notei o

libertando sob condição todos seus escravos.²² Não localizei o inventário do coronel, razão pela qual não tenho como ter uma precisão sobre fortuna do casal. Mas fiz um exercício de estimativa da fortuna do casal antes da morte do coronel. Tomando por base as médias dos valores de gado vacum, cavalar, muar, escravos – desconsiderei a carta de alforria coletiva, listei os possíveis escravos que ainda estariam em posse do casal –, possíveis posses de terra ainda existente em 1880, soma da meação presente na conta testamentária e outras coisinhas mais, suspeito que na data do falecimento os bens do casal chegassem a mais de 120 contos de réis. Comparei esse valor com os obtidos em inventários e partilhas de bens de Morro do Chapéu entre os anos de 1842 e 1888, excluindo o casal Soares da Rocha. Conclui que os 10% mais ricos, 18 pessoas ou casais da amostra, possuíam montes mores entre seis contos e dois réis e 52 contos e 670 mil réis. A média desses 10% foi de 15 contos 373 mil 786 réis. O casal Soares da Rocha teria mais que o dobro da fortuna do mais ricos e quase oito vezes o valor da média dos mesmos.

A comparação da fortuna do casal e as dos demais moradores de Morro do Chapéu pode ser feito também pela sua renda anual. Na Lista de Qualificação da Guarda Nacional de 1856, o coronel Quintino se declarou proprietário, único por sinal, e com uma renda anual de 12 contos de réis. Os mais próximos desse valor foram quatro negociantes com renda de dois contos de réis. Três deles tiveram suas vidas interligadas com a do casal Soares da Rocha. Um era o major Miranda, pai de dona Umbelina; o segundo um ex-cunhado do coronel, e "..., o terceiro era um primo de dona Umbelina e futuro marido de uma sobrinha de Quintino, a qual seria incluída por ele na lista de herdeiros."²³

erro e admito aqui. O falecimento foi em 1º de maio. Testamento de Quintino Soares da Rocha, 1874-1880, FCA, Sala do Cível, Processos Cíveis, cx. 1880-1882.

22 Carta de alforria coletiva dos escravos do casal Soares da Rocha, 12/03/1880, FCA, Sala do Tabelionato, Livro de notas 1878-1880, fl. 94-95.

23 Matrícula dos Guardas Nacionais alistados para o serviço ativo pelo Conselho de Qualificação da Paróquia de Nossa Senhora do Morro do Chapéu, Jacobina, 28/06/1856, APEB, Seção Colonial e Imperial, Militares: Qualificação da Guarda Nacional 1843-1869, maço 3510. O ex-cunhado do coronel era o major Carlos Lopes Cesar – mais informações sobre ele no corpo do texto. O outro negociante com ligação com o coronel Quintino foi José Florêncio Bagano de Miranda, primo de Umbelina. Ele casaria com

Por essa e outras razões seus desafetos políticos e pessoais – não sei se eram, necessariamente, de dona Umbelina – chamavam-no de riquíssimo coronel, acusando-o fazer uso do poder financeiro e da influência na Província para ganhar as disputas judiciais nas quais se envolveu direto ou indiretamente. Em uma delas o advogado do réu acusou o coronel manipular os autores da ação e o chamado de “Senhor do fogo”, afirmando ser o método operacional dele atear fogo na vegetação para se apossar de terras que não eram suas.²⁴ Motta (2008) relata que a prática de se apossar de terras alheias e devolutas era comum no Brasil oitocentista. A Lei de Terras de 1850 tentou coibi-la, sem muito sucesso. No mesmo processo, o advogado do réu afirmou que seu cliente sofreria consequências se atraísse o ódio do coronel. Era uma forte insinuação e me faz pensar que algumas das práticas tidas como características do Coronelismo tiveram suas origens antes mesmo do período republicano. Aliás – perdoem-me pelo desvio de rota nesse parágrafo – a tendência autoritária daqueles que estavam no poder se assemelha aos discursos dos atuais ocupantes do executivo federal. Sigo em frente.

A autoridade do casal Soares da Rocha emanava de sua principal propriedade, a fazenda Gurgalha. Comprada em 1837 do 7º Conde da Ponte e de sua mãe, a Condessa, por 600 mil réis, a fazenda tinha uma extensão de terra. O casal a dividia com um sócio, Luís Malaquias de Miranda, tio de dona Umbelina.²⁵ Apesar de legalmente unificada, na prática, a Gurgalha estava dividida em três partes: a sul, chamada de

uma sobrinha do coronel Quintino, filha de seu irmão, o coronel Guilhermino Soares da Rocha. Os filhos dessa sobrinha foram designados, com a morte da mãe, coerdeiros dos bens deixados pelo coronel, cabendo ao capitão Bagano, como é conhecido nas memórias do atual município de Morro do Chapéu, cuidar dos bens dos órfãos. Com mais detalhes, discutirei a herança do coronel mais adiante. Caso o leitor deseje saber um pouco mais desse cipoal de relações familiares, tramas e costuras matrimoniais no sertão baiano.

- 24 Processo de Ação de Força Nova movido por Francisco Xavier Machado e outros contra José Ribeiro da Cruz e Felicidade Maria do Espírito Santo, 1872-1888, FCA, Sala do Crime, Processo Criminal, cx. 1872-1873.
- 25 Traslado da escritura de compra e venda da fazenda Gurgalha. Ação de embargo de obra nova de Francisco Luiz de Miranda contra Quintino Soares da Rocha e outros, 1870-1875, APB, Seção Judiciária, cx. 47/1664/8, fl. 24-26.

Cercado, foi ocupada por Luís Malaquias e sua família; o norte, com o mesmo nome da propriedade, Gurgalha, pelo casal Soares da Rocha; já o meio, Palmeira, parecia ser de uso comum.

Além do casal Soares da Rocha e da família do sócio, na Gurgalha moravam escravos, livres e libertos, alguns parentes consanguíneos que estavam na condição de agregados. Apesar da existência da família do sócio, quando os moradores de Morro do Chapéu se reportavam à Gurgalha e sua gente ligavam diretamente ao casal Soares da Rocha. Isso ficou claro no processo em que o coronel Quintino foi chamado de “Senhor do fogo”. O advogado do réu, ao questionar os depoimentos das testemunhas dos autores, afirmou que três delas seriam da “Casa Gurgalha”.²⁶

Premiar e punir

Segundo as concepções em torno da morte, a boa morte (REIS, 1991) era aquela anunciada, preparada, rodeada por familiares e amigos, e com o sacramento católicos recomendados. De preferência a morte deveria chegar de forma tranquila e natural. Esse, talvez, foi o único requisito que não estava presente na morte do coronel Quintino, pois desde, pelo menos, fevereiro de 1880, o senhor da Gurgalha estava acamado. A enfermidade o impedia de assinar documentos, fazendo-o recorrer a pessoas de sua confiança, como o vigário colado da Matriz.²⁷ O padre era a pessoa certa para aqueles momentos de agonia e incertezas cristãs. Se seus membros superiores não atendiam a seus comandos, suas faculdades mentais estavam em boas condições, permitindo-lhe tomar algumas decisões, suponho que em conjunto com dona Umbelina, que afetariam a vida de muita gente. No entanto, as deliberações mais gerais foram tomadas em 1874 quando o redigiu seu testamento.

26 Processo de Ação de Força Nova movido por Francisco Xavier Machado e outros contra José Ribeiro da Cruz e Felicidade Maria do Espírito Santo, 1872-1888, FCA, Sala do Crime, Processo Criminal, cx. 1872-1873

27 Trata-se do padre Joaquim Ignácio de Vasconcellos.

Pressuponho que entre a doença que o acamou e sua morte, moradores da Casa Gurgalha já soubesse ou conjecturassem da existência do documento. Afinal, como mostrei no início, testar era um ato senhorial importante feito para traçar os desejos religiosos/espirituais, como as cerimônias fúnebres, admissão de pecados, números de missas e para determinar as últimas disposições sobre os bens materiais que mexeriam na vida de alguns.

O testamento do coronel Quintino tinha os dois elementos, o religioso/espiritual e o material. Das 19 verbas, classifiquei cinco no primeiro aspecto. Duas se mesclam com a questão material: uma destinava 20 reses para a Igreja Matriz e outra mil réis para reparo do Santíssimo Coração de Jesus. Justificam-se as doações por ser N.^a S.^a da Graça a padroeira da freguesia e o Santíssimo Coração de Jesus seria, possivelmente, a evocação de Jesus Cristo da qual o coronel seria devoto. Talvez esperasse que ambos advogassem pela sua salvação.

Se nas verbas anteriores podemos conjecturar que uma das intenções seria a salvação da alma, as 12^a, 13^a e 15^a já não há suspeita. Na 12^a, o coronel determinou que seu testamenteiro mandaria “dizer uma capela de missa por minha Alma, uma capela por Alma de meu pai, outra capela por Alma de minha mãe, e meia capela pelas almas do purgatório”. Cada herdeiro teria de mandar rezar missa, anualmente, é o que estipulava a 13^a. Não satisfeito, talvez por suspeitar ou mesmo saber que muitos beneficiados descumpriam tal regra, estabeleceu que os herdeiros deveriam apresentar recibo ao testamenteiro como prova do cumprimento da obrigação. Na 15^a, o coronel deixara “duzentos mil réis para se repartir com os pobres de esmola de um a dois mil réis, sendo a quanta de 100\$ para os pobres desta Vila de Morro do Chapéu, e 100\$ para os de Jacobina”. A prática era comum e representava humildade e piedade. Praticava-se o bem para purgar os pecados da alma.

Para compreender como em seu testamento o coronel Quintino expressou claramente o pensamento senhorial e as ideias de dominação, é preciso entender que a ideologia paternalista, na ótica do senhor, girava em torno na noção de gratidão e ingratidão, dom e contradom, favores

e retribuições.²⁸ Em jogo estava a ideia de superioridade, respeito e a concepção dos senhores de que tinha, ou que deveriam ter, o controle de tudo, a autoridade absoluta e incontestável. Qualquer ato contrário a essa lógica era tido como traição, ingratidão e cabível de punição. Os ingratos e desafetos eram ignorados ou, o que era pior, caíam no ódio do senhor. Algumas ações do coronel operavam nessa linha de pensamento e aparecem nas verbas em que institui aos seus herdeiros, tais como: deserda três sobrinhos, lega quantias para algumas afilhadas e filhas de seus afilhados e amigos, e liberta quatro escravos.

Como o casal Soares da Rocha não tivera herdeiros ascendentes e descendentes obrigatórios, o coronel Quintino dispôs livremente da metade dos bens. Na 3ª verba, instituiu treze herdeiros, com nove tinha laços consanguíneos e as demais relações de amizade, proteção e parentesco simbólico. Dos consanguíneos, três eram sobrinhos e uma sobrinha. A lista é composta ainda por cinco sobrinhos netos, sendo quatro filhos de uma sobrinha já falecida e instituídos como coerdeiros da mãe – portanto, dividiram a parte da herança que caberia a ela – e uma sobrinha neta, filha de um sobrinho, também já falecido. Essa era Laura da Rocha Cesar.

Citei o nome de Laura, porque essa herdeira tivera uma trajetória interessante e na qual me propus seguir. Era filha de um sobrinho do coronel com uma escrava do casal. Em 1856, aos dois meses de vida, fora alforriada na pia batismal após o padrinho pagar 200 mil réis, valor equivalente a oito ou dez bois na época. Em 1860 foi perfilhada pelo pai, que viria a falecer no mesmo ano. O ato permitiu seu ingresso formal em uma família de elite, branca, e herdar parte dos bens que caberiam a seu pai em alguns inventários. Com a morte do pai, Laura foi tutelada pelo coronel. Suspeito que mesmo com a existência da mãe, ainda escrava do casal, Laura tenha sido criada na casa do coronel ou em

28 Sobre isso ver: Chalhoub (2003), Libby (2008), Thompson (1987, 1998), Slenes (1997), Genovese (1988).

residência separada. O tio-avô administrou seus bens até seu casamento ocorrido em 24 de janeiro de 1873, aos 17 anos.²⁹

O marido de Laura era um dos dez filhos perfilhados, em 1867, do major Carlos Lopes Cesar. Era fruto de uma união consensual com uma mulher “de cor”. O major Carlos era ex-cunhado do coronel Quintino. Era casado com uma irmã desse, falecida em 1844. Dessa união tivera seis filhos.³⁰ Não tenho dúvida que o enlace matrimonial, praticamente endogâmico, foi obra do coronel Quintino. Laura estava, então, casada com um parente não tão distante, filho de seu tio avô por parte paterna, e agora sogro. Laura teve dois filhos e ficou viúva em 1877.³¹ Enfim, entre o coronel e Laura havia relações de confiança, respeito, proteção e outros sentimentos afetuosos que não consigo mensurar pelo silêncio total da documental.

Escolher parentes consanguíneos como herdeiros era uma tática para reproduzir e perpetuar o poder familiar. Mas, o que levou o coronel a instituir como herdeiros indivíduos que não comungavam com ele o mesmo sangue? Para responder essa questão foi necessário seguir a trajetória deles. Só a partir disso pude chegar a algumas conclusões e conjecturas. Citarei muitos nomes, peço paciência antecipada por isso. Começarei pela primeira herdeira listada pelo coronel, Luduvina Rosa Pinto.

Dona Luduvina era prima de dona Umbelina. Apesar de ser comum os parentescos através dos casamentos endogâmicos na elite local, até o momento, não encontrei laços consanguíneos entre ela e o coronel Quintino. A partir de alguns fatos, conclui que era ela gente de grande confiança e influência na Casa Gurgalha, suspeito até que residisse com o casal Soares da Rocha ou em habitação própria dentro da Gur-

29 Registro de Casamento de Theodorico Laurindo Cesar e Laura da Rocha Cesar, 24/01/1873, IMNSGMC, Livro de Casamento 1867-1874, fl. 73v.

30 O major é o mesmo que citei como um dos negociantes com renda anual de 2 contos de réis. Inventário de dona Galdina Cândida da Rocha Cesar, 1847, APEB, Seção Judiciária, Testamentos e Inventários, class. 03/1086/1555/07.

31 Inventário de Theodorico Laurindo Rocha, 1876-1886, FCA, Sala do Cível, Processos Cíveis, cx. 1872-1873, fl. 4. Um dos filhos de Laura e Theodorico, com o mesmo nome do pai, faleceu logo após a pai. Registro de óbito de Theodorico, 06/04/1877, IMNSGMC, Livro de Óbito 1838-1880, fl. 253v.

galha. A certeza de sua influência se alicerça primeiro no número de afilhados que possuía. Ainda não cheguei a mensurar todos, mas em um levantamento ainda em andamento, ela aparece por diversas vezes apadrinhando filhos de escravos, libertos e agregados do casal Soares da Rocha. Algumas vezes compareceu diante da pia batismal como procuradora de dona Umbelina.³²

Trabalhos sobre compadrio mostram ser raro um senhor batizar seus escravos e crias. Como estratégia, recorria-se a parentes ou alguém de confiança do amo, estabelecendo parentesco simbólico visando proteção em momentos de dificuldades, como nos castigos ou vendas, no caso dos escravos.³³ Agregados se valiam de caminhos semelhantes, mas com outros objetivos, como evitar expulsão das terras ou para estreitar e fortalecer laços de dependência. Nunca é demais lembrar a importância do sacramento do batismo. Ao aceitar a tarefa de apadrinhar alguém, os padrinhos e madrinhas se comprometiam em proteger e contribuir para a educação do afilhado. Em uma sociedade escravista, paternalista e clientelista, era fundamental estabelecer vínculo para cima ou entre iguais. A terceira e última evidência de que dona Luduvina era gente de confiança do coronel está na 4ª verba testamental. Nela estão listados os testamenteiros, sendo, na ordem, dona Umbelina, dona Luduvina e o irmão desta.³⁴ E um bônus que reforça a estreita relação de confiança e gratidão do casal Soares da Rocha. Em seu testamento, aberto em 1892, dona Umbelina colocou a sua prima como sua primeira herdeira.³⁵

Os outros três herdeiros não consanguíneos tinham uma relação ainda mais interessante com o coronel. Cito o que o coronel colocou para eles: “A *meu predileto* Lídio Soares da Rocha, e a *meu predileto* Manoel Lídio Soares. A Raimunda minha afilhada filha legítima de Lídio Soares

32 Trabalho de iniciação científica desenvolvido por Wagner Santos.

33 Sobre batismo ver: Brügger (2007), Hameister (2012), Mota (2016) e Farinnati (2016).

34 Trata-se de Friandes Olegário Pinto. Assim como a irmã, Friandes aparece constantemente na condição de padrinho de escravos e libertos da Casa e como procurador do coronel. Foi vereador em alguns mandatos. Com dona Umbelina e dona Luduvina desistiram da testamentaria. Coube a ele conduzir a partilha e administração.

35 *Testamento de Umbelina Adelaide de Miranda*, 1893, FCA, Sala do Cível, Processos Cíveis, cx. 1890-1891.

da Rocha”.³⁶ Observem que o testador usou para dois deles o adjetivo “meu predileto”. Lídio e Manoel Lídio eram irmãos, filhos de uma escrava do casal Soares da Rocha.³⁷ Foram alforriados gratuitamente antes de um ano de idade – Lídio em 1847 e Manoel Lídio em 1849 –, com a condição de ficar com o casal até os 21 anos, período em que receberiam a devida educação.³⁸

Lídio se casou em 1866.³⁹ Dessa união nasceu, em 31 de julho de 1868, uma menina que recebeu o mesmo nome da mãe, Raimunda. No dia primeiro de agosto, sua esposa morreu, concluiu que por complicações do parto.⁴⁰ Raimunda foi batizada no dia dois do mesmo mês, e seus padrinhos foram o coronel e dona Umbelina.⁴¹ A importância de Lídio dentro da Casa Gurgalha pode ser medida pela responsabilidade que o coronel delegou a ele: administrar uma das principais fazendas e cuidar do Livro de Rol de Chiqueiro. Também chamado de Caderno, Livro de Rês ou Livro de Gado eram uma espécie de livro em que se registravam as produções, partilhas, juntas e vendas de gado *vacum* e cavalos ocorridas a cada ano nas fazendas de criação. (IGLESIAS, [2010]) Lídio casou novamente em 1879 e morreu em 1884, deixando dois filhos menores.⁴² Após disputa judicial ocorrida anos depois por conta da administração dos rendimentos da herança do coronel, seu sogro passou a reclamar para os netos alguns

36 Testamento de Quintino Soares da Rocha, 1874-1880, FCA, Sala do Cível, Processos Cíveis, cx. 1880-1882, grifos nosso.

37 Registro de batismo do escravo Lídio, 04/04/1847, IMNSGMC, Livro de Batismo 1839-1860, fl. 64; Registro de batismo do escravo Manoel, 14/07/1849, IMNSGMC, Livro de Batismo 1839-1860, fl. 85v

38 Carta de alforria do escravo Lídio, 24/12/1847, FCA, Sala do Tabelionato, Livro de Notas - Escritura 1832-1848 - Livro A, fl. 282 e 282v; Carta de alforria do escravo Manoel, 24/12/1849, FCA, Sala do Tabelionato, Livro de Notas de 1849-1852, fls. 18v -19v.

39 Registro de Casamento de Lídio Soares da Rocha e Raimunda Maria da Silva, 07/01/1866, IMNSGMC, Livro de Casamento 1839-1867, fl. 180v e 181.

40 Registro de óbito de Raimunda Maria da Silva, 1º/08/1868, IMNSGMC, Livro de Óbito 1839-1880, fl. 143v.

41 Registro de batismo de Raimunda, 02/08/1868, IMNSGMC, Livro de batismo 1868-1871, fl. 4v.

42 Registro de Casamento de Lídio Soares da Rocha e Maria Francisca de Oliveira, 11/05/1879, IMNSGMC, Livro de Casamento 1877-1882, fl. 63 e Inventário de Lídio Soares da Rocha, APEB, Seção Judiciária, Testamentos e Inventários, class. 05/2113/2582/01.

bens, entre eles uma casa dentro da fazenda Gurgalha. Nessa querela, contra dona Umbelina, a viúva de Lídio afirmou que seu

finado marido era o ídolo da casa chamada – Gurgalha [que não tinha despesas porque] ‘protetores’ [não deixavam, e] para maior garantia lhe entregaram uma das maiores fazendas para ele ser vaqueiro e auferir lucros, ou quando não poucas cousas se movia nestas sem ciência dele [...]⁴³

Tenho poucas informações sobre Manoel Lídio. Desconheço se igualmente administrasse alguma propriedade do casal, mas suspeito que por ser chamado de predileto sua importância não era menor. Também seria outro ídolo da Casa. Ele teve um filho ainda solteiro, o qual perfi-lhou antes de se casar com uma também tutelada pelo coronel.⁴⁴ A cerimônia ocorreu no mesmo dia do de Laura da Rocha Cesar e ambas na fazenda Gurgalha. Dessa união tivera outros filhos. Já Raimunda Soares da Rocha, filha de Lídio, não era protegida apenas do coronel Quintino, mas também de dona Umbelina. Como disse, era afilhada de ambos. Assim como dona Luduvina, Raimunda foi instituída como uma das herdeiras no testamento de dona Umbelina. Aliás, a segunda da lista.

Como não havia herdeiros obrigatórios, bastava escolher algumas pessoas para excluir outros. Bastava para muito, mas não para quem operava dentro da lógica da dominação senhorial como o coronel Quintino. Na 11^a verba, temos uma demonstração do que poderia ocorrer com quem desagradava sua vontade. Por ingratidão, o coronel puniu três parentes: dois sobrinhos e uma sobrinha.⁴⁵ Justiça se faça, essa fora incluído no rol dos deserdados em função do marido, ele

43 Inventário de Lídio Soares da Rocha, APEB, Seção Judiciária, Testamentos e Inventários, class. 05/2113/2582/01, grifos nosso.

44 Registro de Perfilhação de Belarmino feito por Manoel Lídio Soares, Sala do Tabelionato, Livro de nota, 1869-1877, 2^a Parte, fl. 58v-59; Registro de casamento de Manoel Lídio Soares e Guilhermina Gomes de Araújo, 24/01/1873, IMNSGMC, Livro de Casamento 1867-1874, fl. 73-73v.

45 Salustio Graciano da Rocha era um dos seis filhos que o major Carlos Lopes Cesar teve com Cândida Galdina da Rocha Cesar, irmã do coronel Quintino. Joaquim da Rocha Cesar era filho de Antônio Lopes Cesar com Presilina Soares da Rocha, também irmã

sim o terceiro ingrato. Como na sociedade oitocentista o marido era o responsável legal do casal, quaisquer bens que fosse destinado à sobrinha, cairia no colo do ingrato. Não conheço o que os deserdados fizeram para o coronel, mas na ótica do senhor a falta foi muito grave. Mesmo com danos no documento é possível ler que os sobrinhos netos, filhos dos ingratos, teriam direito aos bens nos mesmos termos dos herdeiros instituídos na 3ª verba, mas isso somente “*por morte dos ingratos*”. O coronel tinha tanto receio das ações dos ingratos que se resguardou deles na última verba. Prevendo a possibilidade de redigir documentos com ações contrárias ou adicionais àquelas que tomava no ato de testar, afirmou que os mesmos valeriam “*como se neste testamento tivesse declarado, por ser esta minha vontade a fim de prevenir o futuro, e livrar dos ambiciosos e ingratos*”.⁴⁶

Usufruto

As verbas que tratam explicitamente dos bens permitem compreender um pouco mais a cultura da dominação senhorial. Elas impuseram limites às posses dos escravos, gado *vacum* e cavalariagem, e terras. Isso reforça a ideia de que eram essas as três principais riquezas do casal Soares da Rocha e, material e sentimentalmente, aquelas que mais se apegavam. Duas tratam dos escravos, a 5ª, mais geral, e a 17ª, mais específica. Classifiquei ambas no rol da ideia de gratidão, retribuição, proteção e premiação. Na 17ª, o coronel alforriou quatro “*escravinhos*”, três deles irmãos. Começo por essa última:

Declaro que por minha morte ficam forros como se nascessem do ventre livre, os *escravinhos* José, Cirillo, e Alexandrino filhos de minha escrava Damasia Claudiana. Hermito filho da liberta Punticiana e a cada um deles se

do coronel. Já Ana Benedita Rocha Barreiros era filha de Presilina da Rocha Cesar com seu segundo marido, Luís Manoel Fernandes Barreiros.

46 Testamento de Quintino Soares da Rocha, 1874-1880, FCA, Sala do Cível, Processos Cíveis, cx. 1880-1882, grifos nosso.

dará cem mil réis, que meu testamenteiro empregará em criação para ser entregue a eles quanto tiverem a idade de emancipação.⁴⁷

Para entender os benefícios a esses escravinhos, busquei conhecer quem eram suas mães e pais. Penso que filhos de escravos se favoreciam das relações que seus pais teciam com seus senhores. Alento, entretanto, que não excluo a possibilidade de haver relações entre o senhor e as suas crias, apenas advogo que ao libertá-los o coronel premiava as mães e os pais pelos bons serviços prestados. E mais, afirmo categoricamente que as duas famílias escravas citadas estavam entre as privilegiadas da Casa Gurgalha.

Pode parecer estranho que em um sistema opressor como a escravidão houvesse privilégios, mas favores e benefícios faziam parte dela para dividir e dominar. Ofertar benefícios aos obedientes e bons servidores e castigar os desobedientes e os rebeldes eram estratégias amplamente usadas pelos senhores, fossem os subalternos escravos, libertos ou livres. Com isso, mostrava-se ao demais o caminho que deviam seguir. Mostrar-se bom e justo nos benefícios e nos castigos era o motor da dominação. Mas, detalhes, os escravos obedientes de hoje podiam ser os rebeldes no dia seguinte. (SILVA; REIS, 1989) Dito isso, vamos para algumas informações sobre as genitoras para chegar a seus filhos.

Damásia, mãe de três dos escravinhos, nasceu em 11 de dezembro de 1841, era filha legítima do casal de escravos.⁴⁸ Seu pai faleceu em 24 de janeiro de 1842.⁴⁹ Sua mãe tivera filhos antes de depois de Damásia. Entre seus irmãos mais novos estavam Lídio e Manoel Lídio, os prediletos e herdeiros do coronel Quintino. Damásia ainda era escrava quando o coronel escreveu seu testamento, razão pela qual foi assim designada. Mas, em 1880, data da morte do coronel, já havia se libertado. Comprou

47 Testamento de Quintino Soares da Rocha, 1874-1880, FCA, Sala do Cível, Processos Cíveis, cx. 1880-1882

48 Os pais de Damásia eram Claudina e Luís. Livro de Batismo 1838-1860, fl. 31

49 Registro de óbito de Luís, 24/02/1842, IMNSGMC, Livro de óbito 1839-1880 fl. 10v.

sua alforria em 1875 por 800 mil réis.⁵⁰ Esse valor era suficiente para adquirir entre 32 e 40 cabeça de gado vacum.

Talvez essa síntese trajetória de Damásia não seja suficiente para convencer de que seus filhos foram beneficiados pela relação tecidas pelos pais e que eram membros de famílias privilegiadas dentro da Casa Gurgalha. Prossigo, agora incluindo aquele que acredito ser o pai das crianças. Damásia tinha uma relação consensual com o escravo Clemente, oficializada na igreja em 29 de janeiro de 1876.⁵¹ Localizei nove filhos de Damásia, seis naturais, incluindo aqui os três escravinhos libertos em testamento, e três legítimos. Pelo intervalo dos nascimentos, a maioria, senão todos os naturais, seriam filhos de Clemente. Comprar a alforria da mulher antes do homem era um artifício empregado por casais de escravos.⁵² Clemente e Damásia usarem-no, por essa razão seus três filhos legítimos nasceram livres. Assim como sua esposa, Clemente também era filho legítimo e tinha irmãos. Ele, seus pais, irmãos e irmãs foram para o poder do casal Soares da Rocha com a morte dos pais de dona Umbelina.⁵³ Clemente era vaqueiro, ocupação muito, ou a mais, valorizada em um espaço dedicado à pecuária.

Antecipo a 5ª verba, sem analisá-la, para chegar mais rápido ao meu destino. Nela o coronel declarou que seus herdeiros não poderiam “vender escravos algum dos que lhes couberem por ventura do presente Testamento, e nem mesmo por dívidas poderão ser penhorados, apenas poderão passar carta de liberdade aos que lhes convier.” A determinação não foi cumprida e não por conta dos “ambiciosos e ingratos” ou por negligência do testamenteiro. Ela perdeu o sentido com a própria

50 Carta de alforria da escrava Damásia Claudiana, 20/04/1875, FCA, Sala do Tabelionato, Livro de Notas 1869 – 1877, 2ª Parte, 104-104v.

51 Registro de Casamento de Clemente, escravo, e Damásia Claudina, 29/01/1876, IMNSGMC, Livro de Casamento, 1874-1877, fls. 38v.

52 Conferir Bellini (1988); Almeida (2012); Guedes (2008); Soares (2009); Pires (2009); Chalhoub (2012).

53 Partilha amigável de Izabel de Souza Lemos, APEB, Judiciário, Partilha Amigável de Izabel de Souza Lemos, 1850-1851, Class. 03/1334/1803/04; e, Inventário de Manoel Joaquim da Silva Miranda, 1865, APEB, Seção Judiciária, Testamentos e Inventários, class. 03/1313/1782/06.

vontade do casal Soares da Rocha. Logo após a morte do coronel, dona Umbelina mandou publicar carta de alforria coletiva libertando condicionalmente todos os escravos.⁵⁴ Foi uma decisão de ambos e, suspeito, tomada durante a doença do chefe da Gurgalha. A condição estipulada era que os escravos, agora libertos, permanecessem na Casa Gurgalha cuidando da parte do casal que ficasse viva, no caso, dona Umbelina.⁵⁵

E onde entra Clemente e o argumento de que sua família era uma das privilegiadas na Gurgalha? E onde está a ideia de dominação e ideologia senhorial? A carta coletiva foi redigida em 12 de março de 1880. Quase um mês depois, em 2 de abril, o coronel resolveu alforriar, incondicionalmente, Clemente “pelos bons serviços que me tem prestado, e pela fidelidade, com que me tem servido”.⁵⁶ Era a recompensa senhorial para um escravo que chegou ainda criança em poder do casal, e que tinha dois dos requisitos valorizados pelos senhores: fidelidade e bom servidor. Leia tudo isso como um escravo obediente e multiplicador, como vaqueiro que era, dos bens que tornaram o casal riquíssimo.

O quarto escravinho, Hermito, era filho da escrava Punticiana. Aqui é um terreno ainda mais catíngueiro, com muitos espinhos, algumas incertezas e por isso requer maior atenção na leitura. Tentarei ser o mais claro possível. Hermito também viria de uma família escrava favorecida na Gurgalha, mas não por conta da sua mãe, ou não apenas por ela. Fortes indícios me levam a crer que ele fosse irmão de Laura, a sobrinha neta e uma das herdeiras do coronel Quintino. Ponciana, mãe de Laura, Punticiana, de Hermito, e outra escrava de nome Putriciana seriam a mesma pessoa. Vou direito às pistas que me levam a crer nisso. Primeiro, se não era impossível, acho difícil que em uma mesma escravaria

54 Carta de alforria coletiva dos escravos do casal Soares da Rocha, 12/03/1880, FCA, Sala do Tabelaionato, Livro de notas 1878-1880, fl. 94 – 95.

55 A condição utilizada pelo coronel Quintino e dona Umbelina visava garantir que a parte que permanecesse viva não ficasse sem alguém para servi-la e cuidá-la na doença e velhice. Essa regra se tornou ainda mais importante nos últimos anos da escravidão no Brasil. Buscava-se garantir certo controle e mão de obra, agora com novas regras, dos ex-escravos. Sobre isso, ver: Fraga Filho (2006) e Mendonça (2008).

56 Carta de alforria do escravo Clemente, 02/04/1889 FCA, Livro de Notas 1878- 1880, fls. 92-92v.

ter três escravas com nomes tão parecidos, sendo eles incomuns. Segundo, as corruptelas dos nomes eram frequentes e aparecem nas fontes. Terceiro, em 14 de abril de 1873, o coronel passou carta de alforria, no valor de um conto de réis, a Putriciana, “recebido em dinheiro, e o restante da criação de gado vacum, e cavalar”.⁵⁷ Meses antes, em janeiro, Laura se casou e em seguida seu marido reivindicou a administração dos bens que couberam a ela nas partilhas do pai, avôs e bisavó. Parte dessa herança era em bois e cavalos. Putriciana pagou parte de sua alforria em gado. Claro que os animais poderiam ser dela, mas é muita coincidência. Enfim, ao fechar essa profusão de suspeitas, mesma sabendo a possibilidade de erro, julgo que Laura ajudou sua mãe, Ponciana/Putriciana/Punticiana a comprar a alforria.

Alforriar em testamento os filhos de Damásia e Clemente, e o de Ponciana/Putriciana/Punticiana, irmão – ou quem sabe até primo – de Laura, ainda deixando para cada um a quantia de 100 mil réis para ser aplicada em criação vacum, era uma recompensa àqueles escravos, cujos pais foram obedientes e fiéis e mais um benefício para sua sobrinha neta. Com a morte do coronel esses indivíduos poderiam viver em liberdade, como se de ventre livre fosse, pois não haveria condições de servir a dona Umbelina. Alforria, além de conquista escrava, era uma prerrogativa senhorial e fazia parte da política de dominação. Infelizmente Hermito não chegaria a gozar da liberdade, pois morreu em 5 de maio de 1877, aos 12 anos de idade.⁵⁸

Mesmo a 5ª verba tendo ficado sem efeito com a carta de alforria coletiva, a tomarei no bojo da análise da dominação senhorial. Ao estipular que seus herdeiros não poderiam vender ou hipotecar os escravos, mas apenas passar alforriar aqueles que lhes conviessem, o coronel Quintino determinava o destino dos bens tão importantes. Segundo, mesmo com o impedindo, reconhecia a prerrogativa dos novos senhores e senhoras de escolher quem mereceriam a liberdade. Por fim, ao

57 Registro de carta de alforria de Punticiana, 14/04/1873, FCA, Sala do Tabelionato, Livro de Nota 1869-1877, fl. 65.

58 Registro de óbito de Hermito, 05/05/1877, IMNSGMC, Livro de Óbito 1838-1880, fl. 254v.

perpetuar seu poder após a morte, acabou por preservar famílias escravas e negras que se formaram antes, durante e dentro da Casa Gurgalha.

Recuarei alguns anos antes da redação do testamento do coronel para entender um pouco mais a importância do ato. Em 1850, o Brasil aboliu, em definitivo, o tráfico atlântico de escravos. Estava extinta o principal meio de fornecimento e reprodução de mão de obra escrava. Isso ocorreu concomitante ao crescimento da cafeicultura no Centro-Sul. Para suprir a falta de braços em uma produção em expansão, cafeicultores recorreram a tráfico interno, comprando escravos das províncias no Norte – atual Nordeste. Muitos foram vendidos tanto para trabalhar nos cafezais quanto para as áreas internas de cada província ainda economicamente ativa. Na Bahia, (SILVA, 2007) o tráfico intra e interprovincial se intensificou nas décadas seguintes à Lei de 1850. Independente do destino, para os escravos era um trauma, pois representava a quebra dos vínculos que criaram. No caso dos escravos africanos, era a segunda vez que isso ocorria. (GRAHAM, 1997) Nesse contexto, ao proibir a venda e hipoteca dos escravos, o coronel garantia uma maior estabilidade para as famílias. Mesmo que algum dos herdeiros não morassem em Morro do Chapéu e sim em Jacobina ou em Vila da Chapada Diamantina, seriam grandes as chances de reencontros entre os membros de uma família escrava. Maiores dificuldades teriam caso esses escravos entrassem na rota do tráfico interno.

A ligação entre bens e domínio sobre os vivos também consta nas 6ª e 10ª verbas. O coronel determinou que seus herdeiros não poderiam se apossar “por forma alguma” desses bens e impediu de agregar pessoas nas terras sem o consentimento expresso de todos os herdeiros. Agregar era um importante requisito no Brasil oitocentista. Além de estabelecer vínculo de relações de subordinação, funcionada como mecanismo para aquisição de trabalhadores já que o agregado e sua família poderiam prestar serviços ao proprietário em troca do uso da terra. Se não comum, havia casos em que o dono da terra cobrava renda aos agregados. Inclusive, no mesmo processo em que foi chamado de Senhor do Fogo, o coronel foi acusado de cobrar renda desses.⁵⁹ Ao determinar

59 Processo de Ação de Força Nova movido por Francisco Xavier Machado e outros contra José Ribeiro da Cruz e Felicidade Maria do Espírito Santo, 1872-1888, FCA, Sala do Crime, Processo Criminal, cx. 1872-1873.

que o vínculo de dependente entre senhor e agregado somente poderia ocorrer com o consentimento de todos os herdeiros, o coronel limitou a atuação dos mesmos. Em uma situação hipotética, caso algum dos herdeiros tivesse inimizade com um candidato a agregado, o vínculo poderia não ser concretizado. Ao estabelecer a cláusula, o coronel talvez pensasse não apenas na dissolução do patrimônio que adquiriu durante toda a vida por compra, herança e cobranças de dívidas, mas também imaginasse preservar o direito de seus eleitos na escolha do usufruto dos espaços mais férteis e com água, itens importantes em uma região de estiagens anuais e secas periódicas. De toda forma, dificultava o uso de seus bens por pessoas não escolhidas por ele.

As regras sobre os bens semoventes eram semelhantes e ainda mais claramente vinculadas à perpetuação do poder e da memória senhorial. Os herdeiros também não disporiam livremente do gado *vacum* e cavalar, apenas dividiriam a produção, “anualmente, ou sempre que” fosse possível. Conforme a 7ª verba, a administração caberia a um dos testamenteiros ou “na falta destes os herdeiros na ordem de escala apontados” no testamento. O administrador, como recompensa, receberia 10% dos rendimentos dos “bens vendidos”. Antevendo conflitos, o coronel permitiu que alguém poderia ser tirado da administração, desde que fosse provada, em juízo, a má fé do administrador. O conflito por conta da administração ocorreria quatro anos depois, na conta testamentária, mas isso é outra história.

A regra não apenas impedia de dispor livremente dos bens semoventes. Os herdeiros não saberiam nem mesmo quais cabeças de gado bovino, equinos e asininos lhes pertenceriam após partilha, pois os rebanhos seriam ferrados com as marcas do coronel: “Declaro que o gado *vacum*, e cavalar, e jumentos que deixo, e houver de pertencer aos meus herdeiros aqui instituídos, terá o meu único ferro sem diferença alguma para este, ou aquele herdeiro e da produção só serão vendidos os machos”. Os únicos gados que escaparam dessa regra foram os destinados à Nossa Senhora da Graça e, possivelmente, a parte dos escravinhos.

Claramente o coronel pretendia perpetuar sua memória ao mesmo tempo em que, possivelmente, considerava alguns herdeiros incapazes

de gerir a produção. Vender somente os machos, da produção, deixando as fêmeas era uma garantia de longevidade da criação, mesmo que houvesse a diminuição do rebanho, algo que possivelmente ocorreria decorrente da mortalidade provocada pelas secas, doenças, ataques de animais peçonhentos e onças. Não sei ao certo por quanto tempo a memória do senhor se perpetuaria através do gado, mas para termos uma ideia, em 1933, portanto 53 anos depois da morte do coronel, o professor Antônio Gabriel de Oliveira, ao escrever sobre a história de Morro do Chapéu, anotou sobre os benfeitores da Igreja Matriz de N. S. da Graça, que o “Coronel Quintino Soares da Rocha [que] legou em testamento 20 reses de criar como patrimônio da Igreja de N. S^a da Graça, o que ainda subsiste”.⁶⁰

Domínio dos vivos, perpetuação da memória. Mesmo não sendo uma ideia amadurecida, permita-me suspeitar que com essas ações o coronel parecia quer criar um “semi morgado”. Lembro que a sua principal fazenda, a Gurgalha, havia pertencido ao antigo morgado da Casa da Ponte. Recordem, também, que o próprio domínio do casal Soares da Rocha era chamado de Casa Gurgalha. Outra consideração que acho importante é que em momento algum eu usei a palavra sucessor para me referir a herdeiros, mesmo sendo eles sinônimos. Não a usei por suspeitar que em nenhum momento o coronel Quintino convenceu-se que alguém poderia sucedê-lo tão perfeitamente na administração do seu legado e de sua Casa. Quiçá passasse pela sua cabeça em deixar tudo ou a maior parte dos bens para um ou dois herdeiros. Possivelmente os prediletos? Se assim fosse, o ato seria uma demonstração de uma concepção de absoluta autoridade. Mas, principalmente, seria uma ingratitude dentro do seio de sua família mais ampla.

60 Notas históricas e religiosas da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, a pedido dos Reverendos Vigários da dita Freguesia, e Colecionadas pelo Professor Antônio Gabriel de Oliveira, natural do Morro do Chapéu, firmado em documentos autênticos e na tradição de antigos moradores, 1933, IMNSGMC, Secretaria, Livro de Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, fl. 35-59.

Referências

- ALMEIDA, K. L. N. *Alforrias em Rio de Contas-Bahia: século XIX*. Salvador: Edufba, 2012.
- ANNAES do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados, Primeiro Anno da Décima Legislatura, Sessão de 1857. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1873. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=HTZXAAAAMAAJ&pg=PA141&lpg=PA141&dq=%22guilhermino+soares+da+rocha%22&source=bl&ots=Vav4EficWI&sig=rAB4MmvQLYDELNAkjVxZiAJt6QM&hl=pt-BR&sa=X&ei=rWRQU_GBHfHQsQTH_YGIBg&ved=0CDoQ6AEwAw#v=onepage&q=%22guilhermino%20soares%20da%20rocha%22&f=false. Acesso em: 16 jan. 2014.
- ARIÈS, P. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. v. 1.
- ARIÈS, P. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. v. 2.
- BELLINI, L. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, J. J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CASTRO, J. B. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- CHALHOUB, S. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, S. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CORREIO DA TARDE. [Rio Grande do Norte]: [s. n.], ano 5, ano 5, 23 nov. 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090000&PagFis=5042&Pesq=Quintino soares>. Acesso em: 11 jan. 2014.
- CUNEGUNDES, J. *Morro do Chapéu*. Morro do Chapéu: [s. n.], 1981.
- DAVIS, N. Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], ano 32, n. 116, 27 nov. 1853. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=39239&Pesq=Quintino soares. Acesso em: 11 jan. 2014.

FARINNATI, L. A. E. Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845). In: GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (org.). *História social e registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 121-144.

FERREIRA, E. O. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FERREIRA, J. *Gurgalha: um coronel e seus dependentes no Sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)*. Salvador: EdUNEB, 2018.

FRAGA FILHO, W. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

FURTADO, J. F. Testamento e inventário. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 93-118.

GENOVESE, E. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GINZBURG, C. *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GRAHAM, S. L. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GUEDES, R. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.

HAMEISTER, M. D. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. In: XAVIER, R. C. L. (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 97-121.

IGLESIAS, F. A. Chapadas e Chapadões. *Brasíliana*, São Paulo, [2010]. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/caatingas-e-chapadoes/pagina/200/texto>. Acesso em: 22 jan. 2014.

LEVI, G. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- LIBBY, D. C. Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas. In: PAIVA, E. F.; IVO, I. P. (org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: UFMG; Vitória da Conquista: EdUNESB, 2008. p. 27-39.
- LOPES, R. F. *Dos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- MAMIGONIAN, B. G. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. *Topoi*, [s. l.], v. 11, n. 20, p. 75-91, 2010.
- MATTOSO, K. M. Q. A opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, L. F. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 143-79.
- MATTOSO, K. M. Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, K. M. Q. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrúpio, 2004.
- MEMÓRIAS da viagem de S.S. Magestades Imperiais às Província da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe, e Espírito Santo. Rio de Janeiro: Tipographia e Livraria de B. X. Pinto de Souza, 1961. Tomo 1. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242431>. Acesso em: 11 jan. 2014.
- MENDONÇA, J. M. N. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.
- MOTA, A. S. Batismo, família e escravidão no Maranhão Colonial. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 55, p. 9-34, 2016.
- MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: EdUFF, 2008.
- NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (org.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Bahia: Arcadia, 2007.
- PEREIRA, H. S. Descrição da Villa do Morro do Chapéu feita por Honório de Souza Pereira antes alguns dias de sua morte. In: PEREIRA NETO, H. S. (org.). *Pequena descrição do Morro do Chapéu*. Morro do Chapéu: Typographia do Correio do Sertão, 1919. p 1-16.

PINA, M. C. D. *Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PIRES, M. F. N. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos 'sertoins de sima' – Ba (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, J. J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. p. 73-86.

REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, J. J.; GOMES, F. S.; CARVALHO, M. J. M. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822 – c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escala: as experiências da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 17-38.

SALDANHA, F. H. D. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.

SAMPAIO, M. O. *Francisco Dias Coelho: o coronel negro da Chapada Diamantina*. Salvador: EdUNEB, 2017.

SILVA, E.; REIS, J. J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, R. T. C. *Caminhos e descaminhos da abolição na Bahia: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SLENES, R. W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, L. F. (org.). *História da vida privada no Brasil: império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.

SOARES, M. S. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELLASCO, I. A. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (org.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 71-100.

VIEIRA FILHO, R. R. *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009.

ESCALA, ESPAÇO, LUGAR

reflexões sobre a perspectiva regional/local

SANDRA FERNÁNDEZ

Em busca de um caminho

A perspectiva dos estudos regionais e locais na historiografia argentina é suficientemente importante para considerá-la como um enfoque de interesse. O retorno ao “regional” na pesquisa histórica pode ser datada no segundo quinquênio da década de 1980, quando foram iniciadas as cátedras em boa parte dos cursos de história nas universidades nacionais dedicadas à história regional, à pesquisa regional etc. Mas, tal retorno também obedece à apresentação e execução de projetos de pesquisa que trabalhariam com problemáticas derivadas das diferenças e/ou excepcionalidades regionais e locais com relação aos processos históricos como: a organização e consolidação do estado nacional, a gestação de um modelo agroexportador, as origens do movimento operário, dentre outros. A necessidade de justificar o recorte e dotar de entidade aos pressupostos sobre o que se desenvolveu nas propostas de exame empírico, levou a uma preocupação por tentar delimitar a referência ao regional, e evidentemente também ao local, avaliado ademais pela influência da historiografia europeia e latino-americana, e a já conhecida história urbana, dentre outras.

A ampliação no cenário argentino do conhecimento sobre realidades “regionais” que podiam confrontar, acompanhar e ainda contraditar com as interpretações tradicionais em torno do fato nacional foi um elemento articulador de aproximações analíticas, que começaram a se diferenciar de uma historiografia dominante. Nos anos 1990, então, a vasta produção empírica se agregaria a uma discussão surda sobre a pertinência e alcance da chamada história regional. Assim, como um franco choque com as linhas de força propostas a partir dos aportes realizados pelos historiadores do fato nacional, concentramo-nos muito mais na discussão sobre as linhas historiográficas e teóricas que resultavam fundamentais para prosseguir com os estudos regionais e locais.

A historiografia argentina iniciou sua etapa de maior produção, em quantidade e qualidade, mas de forma sistemática, recusou-se a enfrentar reflexivamente sua própria dinâmica de ação. O marco do estado nacional onipresente não foi somente uma desculpa editorial para satisfazer o mercado, mas também uma pressão da gestão do campo historiográfico profissional, que para certos “espaços” e “lugares” tiveram atributos nacionais, e outros somente “delimitações” regionais, provinciais ou locais, com a conseqüente hierarquização de tais estudos. “Se no melhor dos casos implicitamente estas pesquisas exploravam os campos semânticos e teóricos do uso de escalas”, (FERNÁNDEZ, 2015, p. 192) a conceitualização do espaço e a justificativa da delimitação do lugar nunca chegaram aos limites de um intercâmbio de ideias generalizado, que causará um saldo posterior. Em paralelo, a partir dos estudos regionais e locais se iniciou um processo que levou a enunciar e definir quais eram os alcances e perspectivas de pesquisa, e ali sim, buscaram-se variáveis interpretativas para explicar como se gestava e produzia a pesquisa de cunho regional e local.¹

O debate mostrou que o tema dos estudos regionais e locais era uma preocupação central da historiografia argentina. Reivindicá-los e pô-los entre parêntesis também implicava em uma posição política acadêmica, o interesse por começar a discutir a importância da busca de seu status teórico metodológico, em um contexto onde a produção escrita

1 Um balanço da situação, pode ser observado em Fernández (2015, 2018).

expressava as transformações que os pressupostos interpretativos dominantes estavam naquele momento. Também estava em questão o enfoque regional/local e seus representantes na condição de explicitar qual era a definição, os alcances, os limites, as contradições que tinham as análises realizadas; assim como se fez evidente a escassa sistematização da bibliografia proposta a partir dos estudos regionais e locais, e de maneira concomitante a impossibilidade de estabelecer os pontos de contato e divergência para o interior de tal produção. Também em comum, foi exposto a integração das discursões que estavam suscitando na Europa e os Estados Unidos, sobre o global, o nacional, o regional, e o local nas mãos da *Global History* [história global, a história conectada, a história local, a micro-história... ² Linhas ao fim que introduziam formas de aproximação ao objeto e que envolviam questões de índole metodológica em torno da definição da escala de análise, o recorte territorial, assim como, e isto não é menor, o descobrimento, a seleção, o tratamento de fontes para abordar o local e o regional. A aproximação a velhas fontes na proposição regional /local, a recuperação de coleções privadas, arquivos de matriz institucional local entre outras mediadas, todas por uma ótica nova para abordá-las em uma proposta que não pretendia generalizações forçadas.³

Por isso se escolheu uma estratégia de apresentação, que mais que propor uma definição sobre os estudos regionais e locais, pretendeu transitar sobre alguns tópicos que considero ser solidários a história regional e local. Na busca desse caminho, creio então que se deve examinar ao menos três problemas recorrentes na literatura da história regional e local, em particular nas suas considerações metodológicas: a escala, o espaço, e o lugar; e solidariamente também a reflexão sobre

2 Talvez esta última foi a que mais impacto teve em nossa historiografia, uma vez que se conheceram amplamente suas produções; mas em paralelo discutiu-se muito pouco sobre a aplicação de sua metodologia na análise histórica.

3 Boa parte destas reflexões foram publicadas ao longo da primeira década deste século. Compilações e artigos se esforçaram por elaborar estados da arte sobre o tema, que ao fim, posicionaram a discussão em torno do regional/local em uma escala superior ao que se poderia observar 20 anos atrás. Como referência pode se consultar a menos três coletâneas que sintetizam: Fernández e Dalla Corte (2001), Fernández (2007), Bandieri, Blanco e Blanco (2008).

as fontes. Estas perspectivas servem de referência não somente para encontrar respostas, mas também para propor novas problemáticas e buscar soluções analíticas que permitam ao fim melhorar nosso marco de pesquisa.

Ver de perto, ver o pequeno, ver o diferente

Seria extenso nos deter no debate historiográfico em torno da escala, mas é importante esboçar algumas das amarrações que a problemática estabelece. Primeiro, a questão sobre o micro e o macro; segundo a tensão entre o global, o nacional e o regional ou local, e ainda que pareça óbvio a questão do pequeno e do grande.

Os usos das escalas de análise se adapta muito bem às abordagens que rompem com o paradigma do Estado nacional como horizonte onipresente da pesquisa. A frase feita “quanto menor, melhor” diz muito sobre a intensidade de que a escolha da escala propõe ao momento de levar adiante a recompilação da informação, a formulação de hipóteses, e o processo de interpretação e elaboração de resultados. Por isso, não é de se estranhar que nos últimos 20 anos a pesquisa regional/local se nutriu bastante tanto dos estudos que tentam superar o marco das histórias nacionais, como dos aportes de historiografias que durante os anos 1990 do século passado e a primeira década do século XXI, esforçaram-se por discutir e elaborar estados da arte e justificativas metodológicas em torno da escala. (FERNÁNDEZ, 2018)

As influências foram muitas, em particular a historiografia europeia a partir da apresentação de dois tópicos sobre os quais é necessário enfatizar. No princípio, a ideia da escala, desde a mais ingênua ideia do microscópio, passando pela metáfora da rede de pesca, até a mais complexa concepção de Bernard Lepetit (2015). Sobre a escala arquitetônica, os micro-historiadores europeus foram muito influenciados sobre o referente da escala de tratamento como problema, tanto a partir de um plano metodológico como instrumental; há mais de 20 anos, Jacques Revel organizou uma coletânea em um texto único intitulado

*Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience.*⁴ O texto propunha um debate sobre a relação dos enfoques micro e macroanalíticos, estabelecendo ao longo de suas páginas duas visões do conjunto; um olhar que colocava em um plano superior a dimensão micro, outra que sem privilegiar uma sobre a outra, enfatizava no “jogo” de escala ou a consciente variação entre as escalas. Em ambas, prima a consideração de que o ajuste da escala é fundamental para abordar um objeto de estudo; que entre o particular e o geral existe um vínculo; e que tal vínculo pode estabelecer-se a partir da paridade ou da hierarquia.⁵

Aproximar o olhar, enfocar, ajustar a lente, foram expressões emanadas a partir da corrente, para demarcar as formas de pensar o problema de estudo e a delimitação dos *corpus* documentais. A micro-história articula muito bem as duas primeiras metáforas, em particular nos marcantes textos da corrente: Revel (1995, 2015), Grendi (1977, 1996), Levi (1993, 2018), Ginzburg (1995, 2004), e Ginzburg e Poni (1991), e evidentemente a coletânea já citada organizada por Revel assim como as análises sobre a corrente explicitadas por Serna e Pons (1993, 2000). Se o microscópio insere a ideia de um olhar intenso sobre o que a simples vista não pode se ver e se reconhecer, a rede o faz em especial para impor um recorte associado a uma quantidade, pertinência e qualidade das fontes a examinar. A adequada seleção das fontes para a aproximação historiográfica é o gesto metodológico essencial para levar adiante a pesquisa tanto micro-histórica como regional/local. (FERNÁNDEZ, 2015)

Também, o que a questão da escala propunha era algo que estava nas proposições microanalíticas de Edoardo Grendi (1996), a radical oposição à escala de observação macro, que se pensava mais que nenhuma outra como a variante adequada para fazer frutificar analogicamente no trabalho histórico. Ângelo Torre (2018, p. 39) define com clareza: “nesta

4 A versão em idioma original é do ano de 1996, a tradução para o castelhano foi publicada pela Universidade Nacional do General San Martín (UNSAM) em 2015 e em português pela Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1998.

5 É importante recorrer aos diferentes textos publicados por Quaderni Storici, que mostram o percurso nos primeiros anos de gestação desta proposta historiográfica. Em espanhol é inevitável citar textos mais significativos sobre o tema que o de Serna e Pons (1993, 2000).

configuração resultam inapropriadas tanto a equação (micro igual local) como a contraposição (pequeno vs. grande). Ambas esquecem que não se trata de objetos, e sim de escala: o local e o micro, não são ‘pequenos’ ‘se observam de perto’, assim como o global e o macro ‘se observa de longe’”. Diz Levi (2018, p. 22)

Se quisermos entender a micro História, podemos dizer que parte de uma imagem da História não como ciência dos questionamentos gerais, mas das respostas ‘locais’, quer dizer, não aponta a generalizar respostas, e sim, através de um fato, um lugar, um documento, um acontecimento – li-dos graças a uma ampliação de escala em um microscópio –, quer identificar questionamentos que tem um valor geral, porem, que dado lugar a um amplo espectro de respostas diferentes. Empregam-se, enfim, como método, modelos generalizantes, elaborados a partir do exame minucioso de uma realidade para gerar e identificar uma pergunta relevante para muitas realidades e que permita e preserve, no entanto, diversas soluções para casos específicos.

O ambiente historiográfico onde se desenvolve todo este aparato de justificativa teórica e metodológica tem um marco historiográfico que questiona profundamente a visão da história total e em particular o horizonte da história nacional como marco descritivo fundamental. É por ele, que em simultâneo às discussões sobre escala, é importante fazer referência à problemática do Estado nacional como único cenário para a perspectiva de pesquisa historiográfica. As nações são artefatos que estão muito ligados ao surgimento da história como disciplina científica, e no caso da América Latina constituiu uma ferramenta fundamental para definir identidades e outorgar argumentos para a consolidação do estado-nação.⁶ Entretanto, a perspectiva do “nacional” em muitos espaços, e sobretudo na Argentina, rapidamente justificou de uma forma

6 Não se pode deixar de enunciar que boa parte desta produção se consolidou sobre a base de um financiamento acadêmico que teve como meta a consolidação de tal perspectiva.

simplista a questão da escala de análise, introduzindo de forma acrítica categorias com global, nacional, regional, local, semelhante a uma “boneca russa” historiográfica. Também é importante assinalar que esta aproximação nacional não convence aos que sustentam por um lado que o arquivo é sempre local, e que a textura metodológica de tratamento dos documentos deve adequar-se à unidade de análise.

Muitas são as referências que devemos assinalar para justificar uma aproximação metodológica. A crise dos paradigmas da história total fez com que se agravassem os olhares para interpretar realidades que estavam opacas na historiografia dominante. Por exemplo, a historiografia espanhola não somente questionou profundamente a impronta que o *annalismo* teve sobre ela, e que se permitiu de maneira mais livre dialogar com tradições consolidadas, como o marxismo e a *Local History* britânica,⁷ e outras em pleno processo de eclosão, como a volúvel micro-história italiana, gestando uma posição muito interessante sobre o local. Os pressupostos vertidos por Casanova, Terradas, Serna y Pons, sintetizam os delineamentos gerais da história local espanhola, que mais tributaram o espaço acadêmico vernáculo.

A disjuntiva da historiografia espanhola neste sentido é que a aproximação regional/local não confirma processos gerais como reflexo do macro, e sim, a partir de interpretação do específico, questionando as afirmações produzidas a partir da história nacional. Se Casanova (1999) enfatiza a tensão metodológica em torno da generalização e na questão da história nacional como fórmula preponderante; Terradas (2001, p. 183), por sua parte, acentua na compreensão a partir do local e do regional de que sucede em um nível maior, “através de uma sociedade, um país, uma cultura, um mundo [...]”. Serna e Pons (2002, 2007), talvez oficializando quase como uma síntese, ao propor um olhar mais teórico-metodológico ao assunto, assinalam com muita clareza que o local e o regional, enquanto categorias socialmente especializadas, tem a importância compreensiva, paradoxalmente, a partir da consciência de sua artificialidade, e, portanto, o peso dos conceitos

7 Podemos mencionar três textos ilustrativos deste diálogo Thompson (1992), Tiller (1993) e Phytians Adams (1993).

se encontra não somente em um espaço físico, como também no desenho de um tipo de pesquisa específica – história regional e local. Desde esta última perspectiva, o macro também pode ser estudado a partir do local. A meta de toda pesquisa regional/local, para estes autores não foi somente analisar a localidade, a comarca, a região, sobretudo, pôde estudar determinados problemas nesses espaços, com uma linguagem e uma perspectiva tais que a transposição do objeto implique em uma verdadeira tradução, a superação do âmbito identitário. (FERNÁNDEZ, 2015)

Porém, o nacional também havia sido posto em xeque por uma corrente que escassamente transitava no cenário argentino, tem uma relevância muito importante em nível internacional: a *Global History* [história global]. Este enfoque é tributário dos questionamentos da hegemonia do enfoque estado-nação na historiografia, mas também do contexto acadêmico pós-queda do muro de Berlim. Tal qual afirma Jeremy Adelman (2017), desde o fim do século passado, os pesquisadores, em especial de fala anglo-saxã, embarcaram oficialmente em uma nova perspectiva de análise que tinha como uma das metas eclipsar o núcleo nacional das abordagens.

História significava história da nação, seus povos e suas origens, apesar da forte irrupção da história social e cultural em torno de compor novos universos analíticos, o marco continuou sendo principalmente nacional; os historiadores ainda escreviam livros sobre a construção da classe trabalhadora inglesa, ou a conversão dos camponeses em cidadãos franceses. A noção de divisões que não se tocam, não obstante, parecia incessantemente estranha, como o presente e com tendência de fusão; e mobilizou a uma nova geração de historiadores para ir além do antigo marco comparativo com base em civilizações que enfatizava no tecido de intercâmbios e encontros, já que o eixo sobre o que se instalava a história global era a dependência entre as sociedades, enfatizando os estados-nação. A globalização abriu suas fronteiras aos ocidentais e àqueles provenientes do resto do mundo, os historiadores globais não estavam tão somente interessados nos contatos, mas na forma em que

os países se delineavam uns com os outros (POMERANZ, 2012).⁸ Por outro lado, a história global não significava contar tudo o que ocorria no mundo. O que era global não era objeto de estudo e sim a ênfase nas conexões, a escala e acima de tudo, a integração.⁹

Expressões como as vertidas pelo *Journal of Global History* – uma das mais prestigiosas revistas da área –, para justificar a perspectiva, insistem em que é uma meta abordar os principais problemas das transformações globais ao longo do tempo, junto com as diversas histórias da globalização; assim como também examinar as contracorrentes da globalização, incluídas aquelas que estruturaram outras unidades espaciais: “a revista busca transcender a dicotomia entre ocidente e o resto, sobrepassar as fronteiras regionais tradicionais, relacionar o material com a história cultural e política e superar a fragmentação temática na historiografia”.¹⁰

Sinteticamente, a história global nos remete a interações, a transformações das unidades espaciais que se vinculam. Favorece uma história que se centra em relações, interações e interdependências suprarregionais e transfronteiriças de todo tipo, suas repercussões nos diversos ambientes locais e regionais, como se desbarataram e se reconstruíram ao longo do tempo. Mas, construiu narrativas que explicam a organização do mundo em centros e periferias. Para simplificar, podemos dizer que o global não é a soma dos infinitos locais dos que se compõem espa-

8 Em *The Great Divergence: China, Europa, and the Making of the Modern World Economy* (2000), Kenneth Pomeranz demoliu a tese dos europeus como os autores da sua própria milagrosa decolagem. O livro revelou quanto da acumulação e empreendimento dos europeus compartilhavam com a China. E como o distanciamento da Europa do cinturão maltusiano da Eurásia, começou com a peculiaridade interna da região com o acesso e conquista dos que Adam Smith chamou de o “firmamento das Américas”. De igual modo, os historiadores globais demonstravam quanto das iniciativas de banco, seguros e transportes deviam ao tráfico escravista da África. O milagre europeu era, em resumo, uma colheita global. (ADELMAN, 2017)

9 Uma obra muito interessante para ter em conta é *Textures of Time: Writing in South India 1600-1800* de Rao, Shulman e Subrahmanyam.

10 Ver: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-global-history/article/abs/scarcity-and-frontiers-how-economies-have-developed-through-natural-resource-exploitation-by-edward-b-barbier-cambridge-cambridge-university-press-2011-pp-xviii-748-hardback-6500-isbn9780521701655/40133F27886BF1E462AF260623D9A50D>.

cialmente, e sim algo mais complexo, com capacidade de plasmar cada um deles. (HAUSBERGER; PANI, 2018) Se infere assim, que os espaços não são “iluminados” da mesma forma; e suas fontes são relevadas em chaves universais, em geral recortadas em matrizes ocidentais ou de “zonas de contato”.¹¹ O opaco, o que não se move, o que não se registra na fonte hegemônica, fica em estado de ausência ou latência.

Concordando com as falas de Christian De Vito (2015), esta perspectiva acaba por impedir a exploração das relações entre lugares em espaço acidentado da história, solapando irresponsavelmente o nível de análise (micro/macro) com a extensão espacial da busca (local/global) e a postular a subdivisão das tarefas entre um nível macroanalítico, capaz de compreender as estruturas, e um nível microanalítico, dirigido a compreender a *agency*. O que De Vito marca é a oposição entre quem defende a história global e os praticantes da micro-história: as aproximações largas dos primeiros, os pequenos objetos dos segundos, seriam um obstáculo.

Sobre este último aspecto, Romain Bertrand (2015) alerta-nos sobre a retórica que o tamanho dos objetos esconde algo fundamental: a medida está na mão do historiador e não na do ator. A questão da articulação do macro e o micro não é insolúvel, mas em um nível elevado de generalização em que se acredita em uma realidade objetiva, totalmente exterior à fonte, das etapas da análise. Ao contrário, sempre se encontra uma saída para tal articulação, cada vez que é tratada em nível da experiência dos atores: “quando o historiador ou o sociólogo não delimita de antemão os ‘mundos vividos’ dos atores, mas, que os deduz das práticas que os constituem, dotando-os de uma pertinência para a ação”. (BREREND, 2015, p. 18)

A assimilação simplista do micro com o local, e o macro com o global, é a mesma questão que se apresentava com o local e o regional *versus* o nacional. A definição de escala, a delimitação do objeto, o compromisso textual, a conceitualização adequada, a instrumentalidade

11 Mary Luise Pratt (1997) define as “zonas de contato”, como espaços sociais nos que culturas díspares se encontram, chocam e se enfrentam, *a priori* em relações de dominação e subordinação fortemente assimétrica: colonialismo, escravidão.

metodológica sobre o uso das fontes deve ser no âmbito do projeto de pesquisa e onde se define o tema do espaço e lugar.

Do espaço ao lugar

A ideia de escala não deixa de nos incomodar, porque exige que definamos a noção de espaço que implica em uma escolha metodológica. Em princípio, porque o que habitualmente enunciamos como espaço, pode ter tanto a ver com uma construção simbólica, definida em termos muito amplos com uma dimensão concreta, jurisdicional ou territorial. As historiografias que fazem referência ao “micro” e ao “macro” utilizam categorias espaciais; mas as “formas” desse espaço referenciado são comparáveis? O espaço é conceituado *a priori* ou responde a resultados da pesquisa? É evidente que não, e por isso a importância da delimitação.

A esquecida expressão, “construção social do espaço”, marca uma tendência em que pensa espaço como relacional, como o cenário onde as relações sociais se desenvolvem, com seus conflitos e desacordos. Como afirma Torre (2018), o espaço a partir de uma aproximação construtivista e a análise simbólica é entendido não tanto como um dado objetivo, absoluto, mas como um meio comum para a construção do sentido, e deste modo se apresenta com uma dimensão comunicativa: são as ações e as práticas que o preenchem de conotação e o faz existir. De tal forma o espaço das micro-história, por exemplo, poderia ser em palavras de Torre (2018, p. 40)

o de uma comunidade (Levi), o de uma cidade (Cerutti), o de um vale (Ramella y Mezario), o de uma família (Modica), o de uma pequena cidade (Gribaudi), o de uma instituição (Cavalo, Guarnieri), mas se trata sobretudo de um âmbito de relações, talvez localizado com precisão.

Pode-se explicar em termos de redes, de árvores, de classes, de mobilidade social, mas, não se trata tanto de espaço físico como da extensão de uma mobilidade: é uma “construção lógica”.

Aqui estamos em um terreno “antropológico”: a reconstrução histórica através da exploração das práticas sociais, onde é possível recuperar, por exemplo, as formas que traduzem a competência territorial (confinis); as variadas formas que expressam tanto a pertinência como a micro conflitividade territorial, e assim sucessivamente, por ele é interessante dar relevância, como todas estas formas de expressivas, que postulam esquemas de valores compartilhados socialmente, estão estreitamente ligados ao espaço, ao lugar, ao território a que este é referente a princípio descuidados pela tradição historiográfica. (GRENDI, 1996)

A dimensão do “lugar” parece constituir o desafio mais exigente: se há uma palavra chave no surgimento do *spatial turn*, é que o lugar que explica qualquer nível semântico a importância da dimensão local.¹² É justamente considerando este aspecto da discussão, que nos damos conta de como a localidade não tem nenhuma analogia com a localização: lugar tem uma relação problemática com o espaço. O *spatial turn* privilegia um espaço abstrato, figurado, metafórico, visual, e perde de vista o espaço concreto, vivido e denso de práticas, que é o objeto de estudo nas tradições precedentes. Quando se pensa o espaço em termos metafóricos, é possível limitar-se a imaginar que a interação com o exterior produz o lugar, enquanto que, no caso de um espaço concreto o procedimento requer fatigantes percursos analíticos entre as fontes de arquivo – jurisdicionais, cartoriais, cartográficos, observacionais –, e sobretudo, exige uma aproximação interdisciplinar com a localidade, pelas múltiplas competências necessárias para compreender todas as dinâmicas presentes em um lugar. (TORRE, 2018)

É possível então inferir que o espaço pode ser claramente uma abstração que nos guia na organização de uma pesquisa, ou pode estar “localizado” em termo de corporização territorial. O lugar adquire outra relevância, porque também explica a delimitação do objeto de estudo, e deste modo guarda uma vinculação substancial com o espaço simbólico, que recortamos em uma pesquisa. De alguma maneira, o

12 Como referência para aproximarmos de um balaço desta corrente, pode-se consultar o clássico texto de Edward Soja (1989, 2010), a coletânea de Warf e Arias (2009), e o recente artigo de Marramao (2015).

lugar adquire, ou melhor ainda, identifica-se com a acepção concreta do espaço. Por outro lado, o termo lugar não se pode empregar simplesmente para designar um ponto no espaço. Os lugares são cenários de interação, e por sua vez os cenários de interação são essenciais para especificar a sua contextualidade. O “estar junto” da co-presença exige meios que permite aos autores coincidir. A corporeidade do agente, ainda neste mundo marcado pela virtualidade, é uma exigência para a ação social. As normas e o poder operam em um plexo complicado de relações sociais localizadas. (GIDDENS, 1995)

Essa consideração satura entre função e significado, em que o espaço dos lugares também enfrenta o exercício de dominação, a partir da territorialidade em termos jurisdicionais, estatais e administrativos; e deste modo nos põem na disjuntiva do recorte conceitual e concreto de temas e problemas de estudo a partir de perspectivas especializadas ou localizadas.

Essa configuração figura entre função e significado, em que o espaço dos lugares também enfrenta o exercício de dominação, a partir da territorialidade em termos jurisdicionais, estatais e administrativos; e deste modo, nos põe na disjuntiva do recorte conceitual e concreto de temas e problemas de estudo a partir de perspectivas espacializadas ou localizadas.

Por outro lado, qualquer perspectiva que se tenha tomado como referência um espaço concreto é, na realidade, uma análise de relações sociais produzidas em uma conjuntura concreta determinada, para a história, as unidades espaciais não tem sentido em si mesmas, mas enquanto prática sociais e culturais, particulares e específicas que se conjugam em uma temporalidade que ajusta seus alcances explicativos. (DALLA CORTE; FERNÁNDEZ, 2001) As diversas unidades dirigem nossa atenção para processos distintos; isto é, as diversas unidades não são meras janelas abertas para o mesmo objeto, mas que cada janela nos permite ver processos que talvez fariam ocultos a partir das demais. Nenhuma unidade, pois, é superior por si mesma, algumas simplesmente nos permite generalizar, enquanto outras, nos estimulam a ser mais específicos. Isto também significa que nossa escolha final – o que incluímos e o que deixamos de fora – dependerá das unidades

escolhidas. Em todos estes níveis, se vislumbram dimensões distintas do problema e isto equivale a uma exigência de estudar todos os possíveis níveis distintos ao mesmo tempo. (CONRAD, 2017) O resultado de nos deter nessas argumentações leva a que não somente devemos nos preocupar com as unidades de análise, mas por seus contextos históricos de produção. A própria existência de uma região ou localidade leva a pensar no caráter construído de uma entidade territorial, e, portanto, sempre é necessário estudar os processos que fizeram possível a sua existência. Por exemplo, a concepção convencional das unidades nacionais se baseia em imagens de autossuficiência e autarquia, mas o estudo da longa duração da aparição histórica de tais entidades espaciais desafia tal autonomia.

Devemos pensar então que a tensão entre o lugar e o espaço não leva consigo problemas de escala, mas de aproximação, de acessos para a observação. A partir desta perspectiva abonada pelos colegas valencianos Serna e Pons (2002, p. 125):

[...] estudar não é mais confirmar processos gerais. Daí não aceitamos aquela afirmação, segundo a qual, o local é um reflexo de processos mais amplos [...] se estudamos este ou aquele objeto nessa ou naquela comunidade não é porque seja um pleonasma, uma tautologia ou uma prova mais repetida e que confirma o que já se conhece, mas, porque tem algo que o faz irrepitível, que o faz específico e questiona as evidências defendidas a partir da história geral.

A partir desta afirmação, insiste que partindo do mais próximo se pode formular questões gerais. A redução do objeto define um processo de pesquisa e de escolha de dados, assim, optamos por uma determinada escala porque cremos que oferecerá resultados mais significativos, isto não quer dizer que ao usar distintas escalas trataremos coisas diferentes, porque o historiador não captura, mas representa. (SERNA; PONS, 2007) Serna e Pons (2007) seguem de alguma maneira os pressupostos de Geertz (1994), que atende a que o importante não é “fixar” um caso particular nas páginas de um livro que não supere os limites de uma

localidade, mas “ir além” e contrastar, quando é possível em termos de comensurabilidade, casos diferentes. Assim, não se renunciará à generalidade, mas que se poderia explicar grandes texturas situando-as em marcos locais de conhecimento, oscilando entre “os pequenos imaginários do conhecimento local e os grandes de todo o propósito cosmopolita” (GEERTZ, 1994, p. 23), iluminando em um contínuo equilíbrio dialético o local e o global.

Casanova (1999) assinala que nenhum dos grandes temas que presidiu a evolução da história social – desde os movimentos sociais, a demografia, passando pelas análises de classes – pode escapar dessa redução do campo de observação e da escala, a essa necessidade de limitar a medida do tempo e do espaço para explicar melhor as transformações históricas. Supõe-se que o âmbito local é o espaço realmente vivido, o terreno “conhecido e pisoteado” (FONTANA, 1991, p. 66), ao que é necessário conhecer para poder entendê-lo – e que o assunto “costuma ser de espaço curto, de tempo longo e de ritmo muito lento”. (GONZÁLEZ, 1997, p. 27)

Existem outras fronteiras, não propriamente físicas nem psicológicas, que nos permitem delimitar o espaço social? Aqui, tropeçamos outra vez com uma barreira intransponível: quando aludimos a fronteiras administrativas, o local varia em função de o atribuímos ao município, à província ou à região. Neste caso, posto que não há uma somente, nem sequer a barreira administrativa é um critério universal que permita designar de comum acordo. Devido a isso, os historiadores podem estar tentados a impor categorias espaciais contemporâneas a nossos antepassados indefesos. Nesse sentido, é necessário ser conscientes de como se elabora um determinado referencial de espaço para assim relacionar com a percepção que desse mesmo espaço teriam aqueles que são objetos do nosso estudo. (SERNA; PONS, 2002)

O lugar nesse cenário privilegiado como âmbito de identidade, como espaço de resistência e de petição de direitos, de conflito, com continente de expressão privilegiado da sociabilidade em suas múltiplas formas. Nesse franco processo de construção social da recuperação do território levanta o debate dos espaços e lugares, jurisdicionalmente delimitados

como cenário das práticas e as ações. Este é um atributo que não pode escamotear-se na pesquisa histórica, e os estudos locais e regionais, ainda com deficiências e de forma parcial, contribuem para completar um panorama, que se adverte com fundamental na composição de uma historiografia no século XXI.

O poder do arquivo

“O arquivo é um ato de poder”, enunciou Anacleto Pons faz pouco tempo.¹³ A frase foi dita em um debate em torno da quantidade de fundos documentais locais e regionais, mas também, condensa uma realidade: que os arquivos, os fundos documentais são parte de uma estrutura metodológica que sustenta a pesquisa. Sua busca, tratamento, sistematização, e sobretudo, sua interpretação, são parte essencial daquilo que responde à escala, o recorte do objeto de estudo, e a delimitação das unidades de análise.

As fontes são um ponto sensível para a perspectiva local e regional, em um dado da importância de uma multiplicidade de corpus e coleções que nutrem a pesquisa apegada a questões relativas ao “local”, ao “regional” e ao “micro”. Ademais, porque a perspectiva local e regional muda a maneira de ler os documentos. Enquanto uma história institucional – econômica, jurídica ou política etc. –, privilegia uma leitura tipológica das fontes, a história local e regional exige uma perspectiva topográfica ou, para dizer melhor, a faz possível. A leitura topográfica das fontes permite restituir a espacialidade, o pragmatismo que outras perspectivas restam, no sentido de que sublinha a copresença no espaço de fenômenos. (TORRE, 2018)

13 No início de novembro de 2018, no marco do “I Taller de Investigación: los estudios locales en perspectiva”, realizado em Benos Aires, Anacleto Pons assinalou que a perspectiva de Torre, muito próxima aos pressupostos de Edoardo Grendi, circunscrevem a aproximação do global e o macro somente no olhar “geral”, afirmando que o global e o macro também podem olhar-se como problemas “de perto” a partir do local como unidade de análise.

Os espaços e lugares dotam de sentido as fontes, as fazem marcos para compreender processos, comparar eventos e estabelecer sequências de sentidos. Torções idiomáticas, normas administrativas, disposições legais, tradições consuetudinárias, estilos literários – poderíamos seguir enunciando –, marcam diferenciações e particularidades, com coleções que aportam olhares generalizantes o pretensamente superiores em termos de dimensão – macro, nacional, global.

Também, porque as fontes de caráter local e regional apresentam um matiz que as faz particular, não somente porque nos oferece a possibilidade de refletir sobre um problema, mas por sua estrutura interna e sua contextualidade ambiental, entendendo este último, como a forma de elaboração primária do sentido dessa informação: a horizontalidade construtora da trama fenomenológica que organiza tal relato. Levi (2018) falará da “textura” das fontes, construída a partir, tanto de uma cultura historiográfica ocidental de métodos de leitura e aproveitamento do material documental com uma longa tradição, como os próprios modos de construção e conservação das fontes. Isto expõe como uma mostra de fatos que poder ser lida pelo pesquisador através de distintos tipos de textos, como habitual informação que nos oferecem, mas também, como apropriada dinâmica desse tecido documental, que se expressa de forma gramatical, lexical, contextual, mas que puramente linguística, e ajudam ao leitor ou ao ouvinte para que seu ouvido e seus olhos se familiarizem com o relato e o texto, e reconheçam a verdadeira intenção do que o documento expressa.

A partir deste modelo de interpretação documental, os resultados que se podem obter são de grande interesse, episódios mínimos resgatados das fontes ativam a reflexão e mudam a “paisagem” interpretativa. A documentação totalmente nova, como a que trabalha a história regional e local também nos desafia a utilizar essas fontes, interpretá-las em um contexto particular e definido a partir deste horizonte metodológico. Estes “novos documentos” – no sentido de descobrimento – interrogam na abundância e na escassez, corpus documentais preexistentes – casos de estudo com uma precisa informação documental prévia, ou outros com ausência de coleções para que possa ser

indagados – já que pretendem obter respostas com modelos diferentes de problematização.

A história local e regional sempre ativeram sua comunicação com as fontes e com os arquivos, já que utiliza não somente os arquivos institucionalmente existentes, mas que liga aos que ainda estão por ser recuperados. A recuperação documental é abundante, podem ser coleções particulares, fragmentos esquecidos, materializados em fotografias, cartas, rastros fragmentados em forma de folhetos, pequenas publicações de vizinhança, comunitárias, fundos de empresas abandonadas em sótãos e casas esquecidas, são alguns dos muitos exemplos de busca e resgate documental fundamental e apropriado para a pesquisa regional e local.

Não é menor a tarefa que se impõe para trabalhar com fontes a partir do local e regional. O descobrimento de documentos que se encontravam fora do radar dos pesquisadores, que não são parte dos arquivos institucionais e públicos consolidados, já é em si mesmo um gesto metodológico de exceção. Se soma a outra característica: muitas vezes esses corpus não somente devem ser descobertos para ser usados, mas que devem ser recuperados, e tal recuperação se pensa em primeiro lugar a partir da própria utilidade para o pesquisador, mas excede, porque a maioria dos casos se realiza para outorgar-lhe a essas coleções uma utilidade pública, que se traduz no uso por parte de outros profissionais do campo e da comunidade.

A recuperação que se realiza é vinculada de forma direta com os fundos econômicos que se disponham, assim como, de compromisso de entidades de caráter público ou privado que se mantenham inalterados com a conservação desses fundos por ele, desde conseguir um espaço físico para resgatá-los, até a substancialização de operações de guarda e de digitalização e, no melhor dos casos, posta em linha, os caminhos imperfeitos de resgate levam a multiplicar as fontes e socializá-las. A guarda de coleções implica em processos iniciais de interpretação para sua catalogação e referenciação, tarefas estas que na maioria dos casos se encontram juntas com a predisposição metodológica prevista pela história local e regional. O exercício de contextualização, ao fim, permite outorgar às fontes

segundo o grande gesto metodológico: localizar a fonte numa cadeia de significados que nutre não exclusivamente a produção de conhecimento final, mas a construção de um “arquivo” que rompe com a definição clássica do espaço físico de guarda e conservação; assim como consideração de símbolos da supra organização estatal.

Sobre a questão das fontes, descansa boa parte da originalidade dos enfoques inovadores da história social. Esta inovação cobre não somente a questão clássica de recuperação de *corpus* que permite visibilizar aos sujeitos sociais, opacitados, escondidos, executados por um relato historiográfico que prioriza um olhar a partir de “cima dos processos”; mas de contemplar, como dissemos acima, a textura, o âmbito não somente de produção, mas de sentido, que esse documento contém. A qualidade do pesquisador é, claro, de “salvar” um *corpus*, mas assim mesmo, a de compreender a plástica desses textos com impressões das tramas sociais do passado; ou seja, construídas com categorias que pertenceram a quem as usou, e em que o espaço e o lugar tiveram muito a ver.

Justamente Sanjay Subrahmanyam, um referente da história conectada, observa a partir da sua experiência com todos os historiadores se encontram ligados aos lugares aos espaços particulares, e que, portanto, seu saber é resultado direto de uma formação na leitura de textos, de arquivos e de imagens situados e construídos nessa dimensão existencial. Subrahmanyam está propondo a partir da sua expertise que sublinha o estreito vínculo entre a documentação, assim como, a importância das marcas e eventos locais para compreender eventos estendidos no tempo e no espaço.¹⁴

Para finalizar, nunca é demais considerar outro elemento substantivo: a hierarquização e isolamento dos documentos. Os arquivos são horizontais na sua conformação e pontos de vista? Evidentemente não. Eles são lidos através de um cristal que impõe medidas na hora de pensar e apresentar a informação. Ainda assim, limites linguísticos e culturais, a

14 Para mais informações sobre Sanjay Subrahmanyam, ver: <http://clionauta.wordpress.com/2012/03/02/las-otras-historias-de-sanjay-subrahmanyam-entrevista/>, tradução da entrevista realizada por Anne-Julie Etter e Thomas Grillot ver: <http://www.laviedesidees.fr/Le-gout-de-l-archiver-est.html>.

questão da perspectiva de escala, do espaço e do lugar impõe referências que não são possíveis ignorar e que somente o exercício metodológico de interpretação acerca de uma compreensão mais próxima e perceptível da problemática.

Um caminho imperfeito

Desde meados da década de 1980, a historiografia argentina retomou vários dos delineamentos historiográficos traçados durante o século XX. A questão do Estado nacional voltou para hegemonizar a delimitação do campo de estudo. O resultado foi por um lado a insistência com o paradigma nacional como variável interpretativa, mas, em paralelo, se iniciou uma perspectiva, a história regional e local, que ocupando um lugar marginal, começou a delinear uma aproximação com o conhecimento histórico desfocado da explicação generalizante.

A partir do olhar nacional, a história argentina não se construiu sobre preceitos metodológicos de interconexão, integração e/ou comparação. Pelo contrário, o fez na base de uma forte verticalização dos resultados historiográficos. Isso nos fala de duas dúvidas: a primeira, na necessidade de realizar uma forte sistematização dos aportes historiográficos dos estudos locais e regionais, na base da sua leitura e posterior incorporação a um debate de caráter integrador. A segunda, deve se estabelecer sobre a base de elaboração de esquemas de conexão, comparação e síntese entre estudos com eixos problematizadores comuns, que se realizaram a partir de aportes microanalíticos, sobre espaços e lugares particulares.

As dívidas sempre são parciais, porque talvez esse caminho comum que propúnhamos somente pode realizar-se com base em uma volta metodológica que tenha o gesto de pensar reflexivamente, mas também, com humildade, a integração dos trabalhos de uma historiografia que se demonstrou ser voluptuosa nestes últimos anos, embora com escassez de recursos comuns para discutir de forma coletiva uma nova agenda.

A tarefa tem dois pontos de inflexão: primeiro, tem a ver com a escala que os estudos regionais e locais permitem decolar a partir de um ponto de vista metodológico, que une a exploração intensiva das fontes, com a atenção ao particular, sem esquecer nunca o contexto, entendido com as coordenadas espaciotemporais que delimitam um fato, que o convertem em um elo de uma cadeia de significados, que permitem definir objetos e problemas de estudo, fugindo da cômoda justificativa do nacional para circunscrever uma abordagem historiográfica. Segundo, com modelos de pesquisa que resgatam uma grande quantidade de corpus, que desconhecidos ou escassamente transitados expõem e traduzem novos dados que são postos em perspectiva, com fontes mais tradicionais e recorrentes. Deste modo, estas premissas permitem superar a definição destas categorias, simplesmente sobre a base da exposição e recorte dos objetos de estudo, insistindo na transversalização das problemáticas tratadas e dando um pontapé inicial na proposta teórica metodológica. (FERNÁNDEZ, 2018)

Aqui a questão de escala é um dos valores deste enfoque regional/local que formula muito explicitamente a questão, por um lado, das escalas entrelaçadas, e por outro, as perspectivas espaciais mais apropriadas, com o que obriga ao historiador a refletir sobre suas decisões. Que a questão de escala comporta é, em palavras de Ricoeur (2000), a ausência de comensurabilidade das dimensões. Modificando a escala, não se veem as mesmas coisas maiores ou menores. Se veem coisas diferentes. Não se pode enunciar simplesmente a redução de escalas, se trata de encadeamentos diferentes na configuração e em causalidade.

Em muitas ocasiões, falar de escala nos põe frente ao uso de metáforas. As metáforas foram e são fundamentais no campo científico, condensam em formulações simples de um pensamento complexo, que levaria a um esforço maior de explicações. A metáfora seleciona, enfatiza, suprime e organiza certas características, mas a metáfora não se reduz a mudar de sentido certas palavras, pois, poderia ter também outro efeito: modificar nossa maneira habitual de ver as coisas. Existe também, por conseguinte, não somente uma função substitutiva da metáfora, mas também, uma função interativa. As metáforas científicas em um plano didático comunicam rapidamente um nó construtivo de

uma interpretação ou explicação científica; mas também, pelas metáforas se convertem em partes insubstituíveis do mecanismo linguístico da ciência: metáforas utilizadas constantemente pelos cientistas para expressar a tese. (FERNÁNDEZ BUEY, 2004)

No fim, as metáforas do microscópio, o ajuste da lente, a intensidade do olhar, a precisão para focar o que não se observa de um simples olhar; a da malha de rede de pesca, com sua amplitude e dimensão que arrasta mais ou menos material, conforme a unidade de análise nos prescreve, o jogo de medidas da escala arquitetônica, tomando a perspectiva humana como central, a metáfora do enquadramento cinematográfico, onde o plano curto não prologa o plano longo: diz outra coisa, do mesmo modo que a sequência e o *travelling* não se articulam, não fazem mais do que por em cena que a questão da escala é um problema crucial da pesquisa histórica, é este último sobre o que se insistiu nestes últimos anos, a perspectiva dos estudos historiográficos regionais e locais. Seguir sistematizando as produções, refletindo sobre os gestos metodológicos apropriados e fomentando o diálogo é um caminho e também um desafio.

A questão fundamental é, a partir de onde levantamos as explicações e interpretações da problemática abordada em termos locais e regionais. Podemos propô-las a partir do fornecido pela conexão com o todo, nacional ou global, renunciando à análise concreta desse espaço em tempo histórico, e explicando a partir de tal conexão os fenômenos; podemos hierarquizar a partir da análise particularizada, e que esse espaço localizado é fruto das ações e das práticas que lhe outorgam entidade e o faz existir; e também podemos recortar o lugar e fazê-lo eixo, ainda com suas conotações jurisdicionais, e fazendo delas também foco de construção deste espaço. Fazer uma leitura da localidade em termos de um processo de construção social e cultural diretamente vinculado às conexões de dimensões maiores, as define como espaços produzidos subjetivamente, onde não são construídas através de ações concretas, mas, marcadas por referenciais maiores. Voltando à Torre (2018), o local e o regional não são dimensões subjetivas, mas “êmicas”, ou seja, construídas como práticas e como categorias que pertencem a quem as usa:

se interpreta e representa através de categorias que são específicas da localidade e de seus protagonistas.

A resposta para o correto uso dos aportes instrumentais da perspectiva regional e local é saber o que pretendemos pesquisar, e como, mas também por quê. É extremamente importante entender o que é o micro, o particular, a definição do espaço que propomos, a categorização do lugar sobre o qual estendemos nossas interpretações. Não existe um manual. Por fim, não é nada mais e nada menos que “voltar a dar sentido a uma narrativa do passado múltiplo, não linear e não exclusivamente fático”. (LEVI, 2018, p. 29)

Referências

ADELMAN, J. ¿Qué es la historia global hoy en día?. *Historia Global On Line*, [s. l.], 2017. Disponível em: <http://historiaglobalonline.com/2017/03/10/que-es-la-historia-global-hoy-en-dia-por-jeremy-adelman/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BANDIERI, S.; BLANCO, G.; BLANCO, M. (comp.). *Las escalas de la historia regional comparada: empresas Empresarios. La cuestión regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. Tomo 2.

BERTRAND, R. Historia global, historias conectadas: ¿un giro historiográfico?. *Prohistoria*, Rosário, v. 24, p. 3-20, 2015.

CASANOVA, J. Historia Local, Historia Social y Microhistoria. In: RÚJULA, P.; PEIRÓ, I. (coord.). *La Historia Local en la España contemporánea*. Barcelona: Universidad de Zaragoza, L'Avenc, 1999. p.17-28.

CONRAD, S. *Historia Global*. Una nueva visión para el mundo actual. Barcelona: Crítica e-book, 2017.

DALLA CORTE, G.; FERNÁNDEZ, S. Límites difusos o géneros confusos: variaciones sobre la historia local. In: FERNÁNDEZ, S.; CORTE, G. D. (comp.). *Lugares para la Historia, Espacio, Historia Regional e Historia Local en los Estudios Contemporáneos*. Rosario: UNR Ed., 2001. p. 209-245.

DE VITO, C. Verso una microstoria translocale (micro-spatial history). *Quaderni storici* 150, (23- 26). In: FERNÁNDEZ, S.; CORTE, G. D. (comp.). *Lugares para la Historia, Espacio, Historia Regional e Historia Local en los Estudios Contemporáneos*. Rosario: UNR Ed., 2001. p. 815-833.

- FERNÁNDEZ BUEY, F. *La ilusión del método*. Barcelona: Crítica, 2004.
- FERNÁNDEZ, S. (comp.). *Más allá del territorio*. La historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007.
- FERNÁNDEZ, S.; DALLA CORTE, G. D. Límites difusos en la historia y el espacio local. In: FERNÁNDEZ, S.; DALLA CORTE, G. D. (comp.). *Lugares para la Historia*. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los Estudios Contemporáneos. Rosario: UNR Editora, 2001. p. 209-245.
- FERNÁNDEZ, S. El revés de la trama. Contexto y problemas de la historia regional y local. In: BANDIERI, S.; BLANCO, G.; BLANCO, M. (comp.). *Las escalas de la historia regional comparada: empresas Empresarios*. La cuestión regional. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. p. 233-247. Tomo 2.
- FERNÁNDEZ, S. La perspectiva regional/local en la historiografía social argentina. *Revista Folia Histórica del Nordeste*, Corrientes, v. 24, p. 189-202, 2015.
- FERNÁNDEZ, S. La historia regional y local y las escalas de investigación. Un contrapunto para pensar sobre desafíos historiográficos. *Quinto Sol*, Santa Rosa, v. 3, n. 3, p. 13-51, 2018.
- FERNÁNDEZ, S. Los estudios de historia regional y local de la base territorial a la perspectiva teórico-metodológica. In: FERNÁNDEZ, S. (comp.). *Más allá del territorio*. La historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007. p. 31-45.
- FONTANA, J. L'espai viscut i la fi de la història. *L'Avenç*, [s. l.], v. 147, p. 66-68, 1991.
- GEERTZ, C. Desde el punto de vista del nativo. In: GEERTZ, C. *Conocimiento local*. Ensayos sobre la una interpretación de las culturas. Barcelona: Paidós, 1994. p. 79-92.
- GIDDENS, A. *La constitución de la sociedad*. Bases para la teoría de la estructuración. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.
- GONZÁLEZ, L. *Pueblo en vilo, Microhistoria de San José de Gracia*, México, DF: El colegio de México, 1979.
- GRENDI, E. Micro-analisi e storia sociale. *Quaderni Storici*, Bologna, v. 35, p. 502-520, 1997.

- GRENDI, E. Repensar la microhistoria. *Entrepasados*, Bologna, v. 10, p. 7-21, 1996.
- GINZBURG, C. Huellas. Raíces de un paradigma de inferencias indiciales. In: GINZBURG, C. *Tentativas*. Rosario: Prohistoria, 2004. p. 185-239.
- GINZBURG, C. Microhistoria: dos o tres cosas que sé de ella. *Entrepasados*, Buenos Aires, v. 10, p. 51-73, 1995.
- GINZBURG, C.; PONI, C. El nombre y el cómo: intercambio desigual y mercado historiográfico. *Historia Social*, Valencia, v. 10, p. 63-70, 1991.
- HAUSBERGER, B.; PANI, E. Historia Global. Presentación dossier. *Revista Historia Mexicana* 68, [México, DF], v. 1, p. 177-196, 2018.
- LEPETIT, B. De la escala en Historia. In: REVEL, J. (dir.). *Juego de escalas. Experiencias de microanálisis*. Buenos Aires: UNSAM Edita, 2015. p. 87-114.
- LEVI, G. Sobre Microhistoria. In: BURKE, P. (comp.). *Formas de hacer historia*. Madrid: Alianza Universidad, 1993. p. 119-143.
- LEVI, G. Microhistoria e Historia Global. *Historia Crítica*, [s. l.], v. 69, p. 21-35, 2018.
- MARRAMAO, G. Spatial turn: espacio vivido y signos de los tiempos. *Historia y Grafía*, México, DF, v. 45, p. 123-132, 2015.
- PHYTHIAM ADAMS, C. Local History scope and agenda. In: AGIRREZKUENAGA, J.; URQUIJO, M. (ed.). *Perspectives on english Local History*. Bilbao: Univ. del País Vasco, 1993. p. 23-36.
- POMERANZ, K. *La grande divergenza*. La Cina, l'Europa e la nascita dell'economia mondiale moderna. Roma: Il Mulino, 2012.
- POMERANZ, K. *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PRATT, M. L. *Ojos Imperiales*. Literatura de viajes y transculturación. Buenos Aires: UNQ, 1997.
- RAO, V.; SHULMAN, D.; SUBRAHMANYAM, S. *Textures of Time: writing History in South India 1600-1800*. Nueva York: Other Press, 2002.
- REVEL, J. *Juego de escalas. Experiencias de microanálisis*. Buenos Aires: UNSAM Ed., 2015.

- REVEL, J. Microanálisis y construcción de lo social. *Entrepasados*, Buenos Aires, v. 9, p. 141-152, 1995.
- RICOEUR, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.
- SERNA, J.; PONS, A. *Cómo se escribe la microhistoria*. Madrid: Cátedra, 2000.
- SERNA, J.; PONS, A. El ojo de la aguja. ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria?. *Ayer*, London, v. 12, p. 93-133, 1993.
- SERNA, J.; PONS, A. En su lugar. Una reflexión sobre la historia local y el microanálisis. *Prohistoria*, Rosário, v. 6, p. 109-132, 2002.
- SERNA, J.; PONS, A. Más cerca, más denso. La historia local y sus metáforas. In: FERNÁNDEZ, S. (comp.). *Más allá del territorio*. La historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007. p. 17-31.
- SOJA, E. W. *Postmodern Geographies*. The Reassertion of Space in Critical Social Theory. Londres: Verso, 1989.
- SOJA, E. Tercer Espacio. El alcance de la imaginación geográfica. In: ALBET, A; BENACH, N. (ed.). *Edward W. Soja*. La perspectiva posmoderna de un geógrafo radical. Barcelona: Icaria, 2010. p. 181-209.
- TERRADAS, I. La historia de las estructuras y la historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de relacionar la historia local y la historia general. In: FERNÁNDEZ, S.; CORTE, G. D. (comp.). *Lugares para la Historia, Espacio, Historia Regional e Historia Local en los Estudios Contemporáneos*. Rosario: UNR Ed., 2001. p. 179-208.
- THOMPSON, E. Folklore, antropología e historia social. *Entrepasados*, Buenos Aires, v. 2, p. 63-86, 1992.
- TILLER, K. English Local History: The community perspectives. In: AGIRREZKUENAGA, J.; URQUIJO, M. (ed.). *Perspectives on english Local History*. Bilbao: Univ. del País Vasco, 1993.
- TORRE, A. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada. *Historia Crítica*, [s. l.], v. 69, p. 37-67, 2018.
- WARF, B.; ARIAS, S. (ed.). *The Spatial Turn: interdisciplinary perspectives*. Londres: Routledge, 2009.

LA MODERNIDAD EN ESCENA

*teatros, consumos culturales y sociabilidad en Rosario (1850-1910)*¹

MICAELA YUNIS

Introducción

El teatro como actividad de esparcimiento y ámbito de sociabilidad ha ocupado un lugar preponderante en casi todas las sociedades occidentales a lo largo del siglo XIX y principios del XX, en particular por su ligazón con el género lírico. La ópera italiana dominaba el gusto del público mundial y, de acuerdo con esta tendencia, comenzaban a formalizarse circuitos culturales de grandes compañías de cantantes líricos – en su mayoría italianos –, que salían de gira a presentar obras paradigmáticas de la lírica italiana – Verdi, Puccini, Mascagni, Rossini, Wagner también – incluyendo en sus itinerarios las principales salas teatrales de latinoamérica. La ciudad de Rosario, a pesar de no ser una ciudad capitalina, no quedó fuera de esta tendencia.

A partir de esta premisa, este trabajo se propone lograr un acercamiento a la problemática del rol de los teatros como espacio de sociabi-

1 Para la elaboración de este capítulo se consultaron los archivos: Archivo Biblioteca General San Martín (ABGSM), Rosario; Hemeroteca de la Biblioteca de la Asociación del Consejo Mujeres (HBACM), Rosario; Colección Histórica Digitalizada de la Biblioteca Argentina (CHDBA), Dr. Juan Álvarez, Rosario; Hemeroteca de la Biblioteca Argentina (HBA), Dr. Juan Álvarez, Rosario; Museo Histórico Provincial Julio Marc (MHPJM), Rosario.

lidad y consumo cultural² en una coyuntura de crucial transformación urbana y social como lo fue la segunda mitad de siglo XIX, desde un estudio de caso local, poco abordado hasta el momento a pesar de haber sido Rosario la segunda ciudad de Argentina con mayor cantidad de salas y variedad de espéculos en el momento de su cénit teatral.

Desde un enfoque histórico socio-cultural, este apartado se estructura principalmente en torno a tres objetivos. Primero, dar cuenta del derrotero de las distintas salas destinadas al arte lírico y dramático que se sucedieron – y convivieron en muchos casos –, animando la vida cultural rosarina desde mediados de siglo XIX y principios del siglo XX. Un segundo objetivo tras esta contextualización, es ahondar sobre la agencia de los actores involucrados en tanto público y consumidores de bienes culturales, empresarios y/o propietarios teatrales, o miembros de la élite burguesa interesados en el desarrollo cultural de su ciudad. Finalmente en tercer lugar – aunque en estrecha articulación –, profundizar el análisis sobre el teatro más allá de su rol ligado al entretenimiento, abordando su funcionalidad como uno de los principales espacios de sociabilidad y de consumo cultural en una urbe con pretensiones de modernidad.

Los primeros teatros 1854-1870

Siguiendo una línea cronológica similar a las ciudades de mayor importancia en la región,³ la primera sala teatral de relevancia que surge en

2 Indagar acerca de las problemáticas y características relacionadas a los consumos culturales implica partir de una conceptualización ampliada y superadora del carácter económico de la noción de consumo. En este sentido adscribimos en principio a definiciones como la de por Michel de Certeau, quien al estudiar las prácticas cotidianas del hombre común, toma en consideración los procesos subjetivos de apropiación de los objetos y la poética oculta que impregna las distintas maneras del hacer – la cual muchas veces se aparta del fin con el que los objetos son producidos – de Certeau 1979, XLIII. O en un sentido similar, a la de Marie Françoise (2015) quien liga la noción no solo a la adquisición y provecho de bienes tangibles, sino también a las prácticas, usos, costumbres, sistemas de valores etc.

3 Si atendemos a la genealogía de las primeras grandes salas dedicadas al arte lírico y dramático en Argentina, sus fechas de inauguración atestiguan y acompañan la creciente

Rosario fue el Teatro Olimpo en 1871. Sin embargo, habrá que esperar hasta 1904 para la inauguración de sus dos teatros líricos emblemáticos, el teatro Colón y La Ópera – actualmente, Teatro El Círculo. No es de extrañar entonces que algunos cronistas coincidieran en señalar, incluso bien entrado el siglo XX, que la palpable pujanza y prosperidad económica de la ciudad no se traducían en un desarrollo cultural equiparable.⁴ Sin embargo, si nos atenemos a la descripción brindada por uno de los primeros autores que se enfocaron en analizar la historia de la música en Argentina, desde mediados de siglo XIX, podían detectarse ya entusiastas impulsores que anhelaban ver florecer el acervo cultural latente en la ciudad, más allá de las usuales reuniones en salones y cafés para escuchar música o disfrutar de algún espectáculo. (GESUALDO, 1961) La ciudad-puerto en ciernes comenzaba así a sentir la carencia de espacios culturales “modernos” con los que canalizar tal impulso, en particular salas teatrales, que le permitieran ponerse a tono con los principales núcleos culturales de la época.

Ahora bien, la vida teatral rosarina tuvo sus comienzos y se desarrolló en el marco de una dinámica urbana movilizadora al ritmo de la actividad portuaria y la gran cantidad de inmigrantes que arribaban a la ciudad desde mediados de siglo XIX. A un importante flujo de migración interna, le sucedió en pocos años la masiva llegada de inmigrantes europeos, fenómeno que no tardó en expresarse en el vertiginoso ritmo del aumento demográfico que se experimentó en la ciudad. Es más, planteado en cifras podemos observar que hacia 1900 el 41% de la población era extran-

tendencia operística observada para Latinoamérica. Así en 1857 surgió en Buenos Aires la primera gran sala de Argentina destinada al arte dramático musical, el Teatro Colón; en la misma capital pero en 1872, abrió sus puertas el Teatro La Ópera, seguido en 1879 por el Politeama Argentino y en 1887 el primer Teatro San Martín; asimismo en 1886 y en 1890 se inauguraron en La Plata el Teatro Politeama Olimpo y el Teatro Argentino respectivamente, mientras que en la ciudad de Córdoba el Teatro Rivera Indarte – hoy, Teatro del Libertador General San Martín –, inició sus temporadas en 1890.

- 4 En *Un viaje al Plata* de Santiago Rusiñol, por ejemplo, podemos entrever las apreciaciones que este intelectual catalán ha formulado con respecto a la ciudad de Rosario durante su viaje a la Argentina en 1910. Según este cronista, a pesar del dinamismo económico y comercial de la ciudad, fundado en la agricultura de cereales y en su puerto, la ausencia de arte en ella es notable y si bien contaba con grandes salas teatrales, éstas no se llenaban. (RUSIÑOL, 1911)

jera, y de ese porcentaje, el 55% era de origen italiano – principalmente del norte – y un 25% de origen español, aunque este porcentaje se irá incrementando durante principios del siglo XX. Estos datos que pueden parecer accesorios no lo son en absoluto. Esta composición tendrá claras y decisivas influencias en la vida cultural de Rosario: la ópera y la zarzuela se consolidaron pronto como las expresiones musicales representativas de las dos comunidades extranjeras predominantes, y los empresarios teatrales locales, con la misma rapidez, supieron hacer correcta lectura de los que esos públicos potenciales estaban demandando y comenzaron a erguir, bajo ese incentivo, los primeros teatros. (COZZI, 2007)

El musicólogo John Rosselli (1990),⁵ en su ya clásico trabajo sobre la ópera y los inmigrantes italianos en América Latina, resaltó el importante rol de dichos empresarios – sobremanera italianos – como determinantes en la preponderancia que cobró la lírica italiana y respecto a los circuitos que las compañías teatrales recorrían en el continente. Interesa recuperar en particular aquel que abarcaba varias localidades costeras de Brasil, ya que solía extenderse hasta Montevideo, Buenos Aires y en ocasiones, llegar hasta Rosario – a partir de principios de siglo XX – y La Plata. (ROSELLI, 1990)

En Rosario, esta premisa se confirma con algunos matices si tomamos en cuenta algunos de los nombres más representativos vinculados al negocio teatral hacia fines de siglo XIX. Andrés González – dueño del Nuevo Politeama –, José Olmos – Teatro El Litoral, Teatro Olimpo –, Eugenio Pérez – Teatro Olimpo –, Luis Carpintero – Teatro Colón y luego también El Odeón – eran todos empresarios, en su mayoría inmigrantes, que supieron ver las posibilidades comerciales que se presentaban en una ciudad poblada mayoritariamente por italianos y españoles, actuaron en consonancia a ellas y colaboraron así, a consolidar en la ciudad un nicho

5 Explorar el fenómeno lírico teatral en latinoamérica ha sido una temática que ha cobrado relevancia apenas desde la última década del siglo pasado, y con mayor énfasis en los últimos años. El análisis de Rosselli citado fue en cierta medida uno de los primeros antecedentes en abrir un horizonte luego explorado por distintos trabajos sobre la temática que se realizaron a nivel regional como los son el Patricia Fumero Vargas (1996) para Costa Rica, Ricardo Pasolini (1999) y la tesis doctoral de Annibale Centrangolo (2010), para Buenos Aires.

de consumo cultural muy rentable para la inversión de capitales vinculados al negocio del espectáculo.⁶ Cabe señalar que en definitiva dichos empresarios eran quienes, centrados principalmente en la demanda de novedad y cambio constante del mercado, diseñaban las nuevas políticas del espectáculo. (MONTALDO, 2016) Sin embargo, no fue sino a partir de estas iniciativas y del espíritu de algunos aficionados preocupados por impulsar el desarrollo cultural de una ciudad tachada hasta entonces de “fenicia”, que surgieron las primeras salas teatrales y las compañías líricas extranjeras comenzaron a frecuentar la ciudad.

No obstante, los primeros teatros de la ciudad distaban mucho de las imponentes salas líricas que encontramos a principio del siglo XX. Más bien, se trataban de establecimientos muy precarios, por lo general contruidos puramente en madera, y muchas veces provisorios. Del mismo modo, sus primeras temporadas buscaron atender los gustos más generalizados y variados de la sociedad local – desde obras teatrales hasta espectáculos de estilo circense, pasando por fragmentos de obras líricas⁷ –, dado que sobremanera sus empresarios dependían de los estrechos márgenes de rentabilidad que dejaran tales espectáculos.

Concretamente, la primera sala teatral de la que hay registro en la ciudad es el Teatro Nacional, inaugurado en junio de 1854. Ubicado en calle Córdoba entre Comercio y Aduana – en la actualidad, Maipú y Laprida respectivamente –, desde el principio su emplazamiento fue pensado como un recinto provisional que funcionó solo hasta enero de 1856, ofreciendo funciones de dramas teatrales, demostraciones de prestidigitación, fragmentos líricos, entre otros, algunos de dudosa cali-

6 Cabe destacar que hacía principios de siglo XX, cuando dicha actividad ya se encontraba prácticamente asentada, estos empresarios no se encontraban solos al frente de estos teatros, sino que en general una Sociedad Anónima, compuesta por reconocidos miembros de la burguesía local, los respaldaba y tomaban asimismo parte de las ganancias de las temporadas líricas. Es así que encontramos nombres como el de José Arijón, Bernardo y Alfredo Rouillón, Lisandro de la Torre, Ciro Echesortu, Eloy Palacios, o Emilio Schiffner entre la nómina de accionistas de las distintas salas teatrales rosarinas.

7 En este momento inicial de la actividad teatral el hecho que se presentaran algunos actos y no las obras líricas en su totalidad se debía, además de las carencias en infraestructura, a la escaza cantidad de músico e intérpretes disponibles en la ciudad para poder montar los espectáculos.

dad. Es destacable además que en un periódico local de la época como *s*, se ocupara de registrar la concurrencia de un público que por momentos, según la crónica, hizo muestras de excesiva efusividad.⁸ La descripción de este acontecimiento permitiría interpretar, entonces, que los primeros espectadores rosarinos se hallaban poco acostumbrados a los espectáculos teatrales – menos aún, a las galas líricas –, posiblemente debido a que las buenas maneras en los hábitos culturales señalados por Pasolini (1999), no habían permeado todavía en este público primigenio. Al poco tiempo que el mismo periódico anunciara la demolición del Teatro Nacional,⁹ la ciudad vio surgir la primera sala construida con el objetivo expreso de albergar funciones teatrales; la misma luego se la conocería como La Esperanza.

En los meses que intermediaron entre el cierre de una y la apertura formal de esta nueva sala, se brindaron algunos espectáculos y visitaron a la ciudad artistas foráneos, los cuales obligadamente tuvieron que presentarse en recintos tanto o más precarios. La carencia era tal que la prensa local advertía que de no concretarse la construcción de un nuevo teatro en la ciudad, los artistas de renombre no permanecerían en ella.¹⁰ La respuesta llegó a los pocos días por el mismo medio; los editores de *La Confederación* aplaudieron la iniciativa: “[...] Merced al interés de la Comisión y á las buenas disposiciones del empresario primitivo, del Rosario podrá ofrecer en breve un Teatro à los artistas que con tanta frecuencia visitan este país”.¹¹ Concluidas las obras, La Esperanza se inauguró formalmente con una gala lírica el 21 de junio de 1857, en su nuevo recinto

8 “Fue acogida con vivo interés [la representación de la Cía. Dramática] [...] la concurrencia y los aplausos fueron el mejor y más elocuente estímulo [...] sensible fue que algunos individuos excediéndose de los límites del buen humor, causaron un estrépito que privó al concurso de gozar de muchas de las bellezas del drama. Así como es bien conmensurable que no faltase alguno que prendiera su cigarro cerca de la platea, u otro que llevase allí su botella de refresco”. (ENSINCK, 1973, p. 299)

9 “Habiendo terminado el curso de las representaciones, comensóse ayer la demolición del Teatro, que estrecho y provisional como era ha ofrecido a esta población un recinto bien grato, para dar goces al espíritu y al contacto á una sociedad que cuenta con pocos objetos de recreos”. (LA CONFEDERACIÓN, 8/1/1856)

10 CHDBA La Confederación, 5/3/1857.

11 CHDBA La Confederación, 7/3/1857.

ubicado en la calle Puerto – actualmente San Martín – a pocos metros de Santa Fe. Por las programaciones que publicitaba en la prensa, sabemos que su sala contaba ya con una estructura diferenciada para el público que se dividía en los sectores entrada, luneta, palcos altos y bajos siendo estos últimos los de mayor costo.¹² A partir de entonces, las temporadas desarrolladas en este teatro fueron mucho más nutridas y de mayor calidad que las de su antecesor; así lo atestigua la oferta de entretenimientos teatrales y líricos – ocasionalmente se presentaban compañías extranjeras – que pueden observarse en las publicidades de la época aparecidas en la prensa local.

Una particularidad sobre esta sala que merece ser destacada, es haber sido la primera en aparecer retratada fotográficamente, y no de manera aislada, sino como parte de una colección especialmente dedicada a retratar la ciudad hacia 1866. Se trata del álbum fotográfico de George Alfeld, titulado *Recuerdos de Rosario de Santa Fe*,¹³ con el cual su autor pretendía ofrecer panorámicas de lo que él consideraba, eran las principales tomas para reflejar el progreso emergente de un Rosario que se esmeraba por dejar de ser aquella pequeña villa. (DÓCOLA, 1995; GALASSI, 2012) Encontramos así entre imágenes del puerto, del ferrocarril y de los principales bancos, la del teatro La Esperanza (Figura 1) como símbolo del desarrollo cultural que toda urbe moderna debía poner de manifiesto ante el resto del mundo occidental.

12 CHDBA La Confederación *Gran Concierto. Para el domingo 2 de agosto de 1857, 26/5/1857.*

13 George Alfeld era un fotógrafo de origen alemán que se instaló en Rosario para ejercer su profesión, en el contexto de la Guerra del Paraguay. El álbum citado consta de 31 tomas en las que se retratan el puerto, calle Córdoba, las principales plazas, el mercado, edificios aislados como la casa de Woods, una fábrica y los galpones del Ferrocarril Central Argentino, e instituciones que formaban parte de la planta urbana además del teatro: bancos, tiendas y el hotel. En conjunto, el álbum busca proyectar una imagen de ciudad deseada más que la Rosario real de aquellos años; una suerte de invitación para los inmigrantes que necesita para seguir desarrollándose como ciudad. Ver: Dócola (1995) y Galassi (2012).

Figura 1. Teatro La Esperanza



Fuente: MHPJM – Colección “Recuerdos del Rosario de Santa Fe” (1866), George Alfeld.

Sin embargo, esta nueva sala tampoco estaba destinada a perdurar; un incendio fue el fin abrupto de la temporada que La Esperanza venía desplegando durante los últimos meses de 1868. Aparentemente, pese al infortunio, la necesidad de un espacio de sociabilidad y espectáculo se había afianzado en la sociedad rosarina a tal punto que casi de inmediato, respondió favorablemente a la solicitada en prensa de su empresario en la que se convocaba a los vecinos a colaborar adquiriendo acciones para levantar un nuevo teatro.¹⁴

Así, pocos meses más tarde – febrero de 1869 –, por medio de las suscripciones de acciones un nuevo teatro se inauguraba en el mismo predio, esta vez, rebautizado como Teatro Litoral. Aunque en los meses subsiguientes dicha sala fue reparada y embellecida, hacia 1871 el periódico La Capital hacía notar las importantes deficiencias edilicias que aún padecía – falta de revoque y letrinas, puertas mal colocadas, suciedad etc.¹⁵ Podemos confirmar entonces que a pesar de la mayor variedad de espectáculos ofrecidos – zarzuelas, conciertos de cantantes reconocidos, pequeñas operas – e incluso su funcionalidad como espacio para la realización de eventos públicos, la precariedad y provisionalidad de sus instalaciones era un elemento común que caracterizaba a los primeros teatros de la ciudad, durante esta etapa.

Nuevas salas teatrales 1871-1900

Hacia la década de 1870, la ciudad de Rosario comienza su proceso de crecimiento más vertiginoso, que cristalizará durante esa década y las siguientes en la expansión territorial de su área urbanizada, la mayor complejidad y ampliación de su sistema de transportes y el incremento creciente de su población.¹⁶ Consecuentemente, por estos años la actividad teatral y los espectáculos líricos se hallaban notablemente más consolidados: la ciudad contaba ahora con dos núcleos culturales

14 La Capital, 21/9/1868, citado por Ensínck (1973).

15 La Capital, 26/9/1871, citado por Ensínck (1973).

16 Ver: Man y Alvira (2012), Falcon y Stanley (2001).

relevantes: el anteriormente citado teatro El Litoral y el flamante Teatro Olimpo. Respecto a este nuevo coliseo cabe rescatar las elocuentes palabras que Juan Álvarez le dedicó en *Historia de Rosario (1689-1939)*, publicada en 1943, ofreciéndonos una retrospectiva resignificada por el prestigio social con la que se identificó a esta sala y en la que nuevamente pesa la importancia del teatro como elemento modernizador.

Así como el desorden político no impidió prosperasen los negocios, tampoco fue obstáculo para que se elevara también el nivel de la cultura. Montevideo y Buenos Aires tienen ya dos grandes teatros, y los han bautizado con nombres de navegantes: Solís y Colón. Rosario logra el suyo en 1871, e inspirándose en la mitología griega, lo denominaron "Olimpo". Bello gesto para ciudad tachada de mercantilismo. Allí aplaudieron los vecinos a Tomás Salvini, Adelaida Ristori y otras grandes figuras del arte dramático; diéronse allí cita conferenciantes, concertistas y hombres políticos; allí, los bailes de gala y las grandes fiestas de caridad. (ÁLVAREZ, 1943)

Emplazado en la calle Progreso, entre San Lorenzo y Urquiza, esta sala surgió por impulso del Dr. Eugenio Pérez y por el respaldo de un círculo de amistades entre quienes podemos citar nombres como Francisco de Paula Puig, Engelberto Tietjen, Pascual Páez, José y Francisco Machaín y Francisco Weldon (ENSINCK, 1973), pertenecientes todos ellos a la incipiente burguesía rosarina que se estaba conformando. Apelando a sus numerosas influencias y la intervención del arquitecto Antonio Soler, el proyecto constructivo del teatro pudo concretarse, contando una vez finalizada la obra con una sala que podía albergara mil trescientas personas aproximadamente, distribuido su cupo en 43 palcos altos y bajos, 64 tertulias de balcón, 320 lunetas de platea, 153 tertulias altas y 500 asientos de platea.¹⁷

Aunque encontramos contradicciones en cuanto a la fecha y la ópera puesta en escena durante la apertura de la primera temporada, podemos confirmar que en junio de 1871 una compañía de lírica italiana lo inauguraba con un repertorio que incluía obras como *Il trovatore*, *Norma*. Este dato no es menor, en tanto nos permite suponer que desde sus

17 ABGSM Primer Censo Municipal de Población con datos sobre edificación comercio e industria de la ciudad del Rosario de Santa Fe, Teatro Olimpo, 1902.

inicios fue pensada y presentada como una sala de gran importancia y a la altura de obras líricas y figuras de gran prestigio internacional. Consecuentemente, abrir sus funciones con ópera italiana era casi como un simbolismo, un ritual obligado para todo coliseo que aspirara a ello.

Conviene detenernos también en la descripción sobre la capacidad del teatro más allá de su exhaustividad porque si latrasponemos, por ejemplo, con los avisos publicitarios de la prensa local en los que se promocionaban los valores de las entradas, vemos que tanto el Olimpo como en El Litoral ofrecían butacas con precios diferenciados según su ubicación en la sala.¹⁸ Esto confirma que ambosteatros ya habían sido estructuradas en función a la necesidad de segmentar y diferenciar los públicos de manera jerarquizada. Observamos así que, aunque de manera embrionaria, esta separación espacial va de la mano con la diferenciación socio económica de los asistentes, como ya lo identificara Ricardo Pasolini en el caso del Teatro Colón de Buenos Aires, al hablar de la “mise en scene” al interior de la sala que a la vez imponía un modelo global de hábitos culturales. (PASOLINI, 1999) Así, para este autor, cuando las galas líricas eran de calidad reconocida y acudían a ella las diferentes audiencias, la platea y los palcos eran los lugares desde donde se articulaba la experiencia teatral de los sectores más prestigiosos de la élite local. La cazuela, por su parte, era un lugar asignado casi con exclusividad al público femenino y en él se ritualizaba la posibilidad de la carrera matrimonial: las damas porteñas disputaban entre sí por conquistar un puesto que las colocara en primera fila ante los ojos de los hombres solteros que concurrían al espectáculo.

El paraíso en cambio, albergaba en general un público socialmente más modesto y heterogéneo, incluyendo no solo a miembros de las clases populares, sino también aspirantes a intelectuales, bohemios, e hijos de inmigrantes más o menos prósperos para quienes el gusto por la ópera se enraizaba en su identidad étnica; de tal modo, predominó en el imaginario como un espacio sombrío o, en los peores casos, poblado por multitudes poco ilustradas y de modales groseros.¹⁹ (PASOLINI, 1999)

18 CHDBA La Época, avisos publicitarios Teatro Litoral y Teatro Olimpo, 19/7/1871.

19 Más allá de la estratificación social citada al interior de la sala, Pasolini advierte además, que la asistencia a tal o cual teatro permite también establecer una aproximación

Ahora bien, podemos constatar cómo estas tipificaciones se estructuraban en el público rosarino y atravesaban este particular espacio de sociabilidad, realizando un salto cronológico que nos lleve a 1902. Ese año encontramos en una revista de variedades local un artículo firmado por el escritor y periodista Carlos Lac Prugent, que se dedica especialmente en recrear una función de domingo en el Olimpo, pero enfocado en lo que sucede en su público. El autor comienza su descripción considerando que es casi un hecho dado que la gente vaya ese día al teatro, poco importa el género de la puesta en escena, lírica italiana, comedia francesa o teatro nacional. Este público de domingos bastante poco sensible para “[...] apreciar los defectos y bellezas de la obra ni distinguir el arte de las payasadas de los actores”.²⁰ Los que ocupan primero los extremos de la platea y las gradas son los,

[...] buenos burgueses que han pagado su asiento para no perder una sílaba, un gesto de los actores [porque definitivamente] [...] tienen que recrearle por su plata. [Por eso mismo, chistan y murmuran protestas cuando la] gente aristocrática [llega después de horario, molestando con el ruido las puertas de sus palcos] – [...] de preferencia los de balcón.²¹

Para llamar la atención. Los miembros de este otro grupo, son fácilmente identificables por sus “esplendidas *toilettes*” y por su actitud de aburrimiento ante la obra, mientras comen bombones y sondan la

al origen de clase diferencial en las audiencias: en los teatros periféricos encontramos públicos compuestos mayoritariamente por sectores populares que concurrían atraídos por una oferta teatral más diversificada y una lírica presentada en forma fragmentada. En la Buenos Aires de fines de siglo XIX era mucho más valorado socialmente ser parte del público del antiguo teatro Colón, que ocupar las tertulias del Teatro Nacional, del Teatro la Ópera o del Politeama Argentino. El espectáculo circense contrariamente, se convertía en un reducto cultural casi exclusivo para los sectores populares que en vez de diferenciar públicos significó una instancia de integración acercando experiencias teatrales y símbolos culturales, que les permitió crear una identidad propia. (PASOLINI, 1999)

20 HBA. El Cronista. Semanario Ilustrado, *Croquis Rosarino*. En *el Olimpo*, 26/4/1902, énfasis del autor.

21 HBA. El Cronista. Semanario Ilustrado, *Croquis Rosarino*. En *el Olimpo*, 26/4/1902.

conurrencia. Claramente, asisten para ser vistos, no para presenciar una obra. Con el mismo objetivo y método, algunas bellas artistas, que por esos días se presentan en otras salas de la ciudad, se aseguraban las miradas generando agitaciones e inquietud tanto entre las damas como los caballeros presentes. El espectáculo llega a su fin cuando

[...] la *claque* entra en acción aplaudiendo con furia al final del acto y de la obra. [Solo entonces, el público abandona la sala y allí también notamos las diferencias: el del paraíso, lo hace con prisa] [...] silbando o cantando el *motivo* de la pieza; [el de la platea y los palcos, se abriga con cuidado y desfila lentamente] [...] sin fijarse en las manos descarnadas que tienden los miserables implorando la caridad [...]²²

La mordaz perspectiva de Lac Prugent, nos permite así observar como en el principal coliseo de la ciudad se replicaban aunque con matices locales, lógicas sociales presentes también en la capital del país. La sala teatral se transformaba, más allá del espectáculo ofrecido, en una vitrina social, a la que los espectadores acudían con distintas motivaciones que justificaban este consumo: los aficionados acudían por el mero placer de disfrutar de una obra, los inmigrantes por la necesidad de reencontrarse con su identidad étnica en una ópera o una zarzuela, algunas personalidades de los sectores más acomodados en busca de mayor reconocimiento social, los miembros de la burguesía para cumplimentar una especie ritual propio de su idiosincrasia. Indudablemente asistir a una gala lírica de una compañía con reconocimiento internacional en el Olimpo, constituía un signo sensible de prestigio y alta cultura; pero aún sin importar demasiado la calidad y el género de la puesta en escena, al Olimpo se concurría ya sea para disfrutar de un entretenimiento ameno, o para hacerse visible y cumplir con las normas implícitas de sociabilidad propias de la época.

Más allá de estas cuestiones, cierto es que el Teatro Olimpo conservó un importante rol simbólico para la élite rosarina – incluso luego que

22 HBA. El Cronista. Semanario Ilustrado, *Croquis Rosarino*. En *el Olimpo*, 26/4/1902, énfasis del autor.

se inauguraran salas de mayor importancia – gracias a las múltiples representaciones musicales y la diversidad de actividades sociales que en él tenían lugar: casi todas las celebraciones de la “haute”, mítines políticos, ceremonias corporativas, eventos de beneficencia. En ese sentido, el aporte de Hernán Vázquez (2007) permite vislumbrar la trascendencia social que este teatro tenía hacia 1902, siendo el espacio elegido para la celebración de los festejos por la aprobación de los pliegos licitatorios para la construcción del nuevo puerto de Rosario.²³

Por otro lado, el trabajo de este autor también resulta significativo en tanto se ocupa de contrastar los comentarios aparecidos en la prensa de dos de los principales periódicos locales del momento, *La Capital* y *El Municipio*, sobre la misma presentación y los acontecimientos desarrollados durante esos días. Como resultado de tal contraposición observamos que mientras el periodista de *El Municipio* – publicación de carácter bastante combativo e independiente – se esforzaba en demostrar gran conocimiento técnico musical, centrándose en el hecho artístico y su desarrollo, el cronista de *La Capital*, fiel al perfil editorial oficialista del periódico, se ocupaba principalmente en dar cuenta de los “humores”

23 Cabe señalar que el autor recorta su análisis solo a dos publicaciones, *La Capital* y *El Municipio*, y al mes de abril de 1902, para centrarse en la peculiar coyuntura de los festejos por la aprobación desde el estado nacional del pliego licitatorio para la construcción definitiva del puerto de Rosario, obra que quedó finalmente en manos de la firma franco-belga Hersen et Fils et Schneider, luego de numerosos trámites y presiones por parte de los representantes de las principales asociaciones comerciales de la ciudad como la Bolsa de Comercio, la Cámara de Comercio y la Cámara de Cereales. Para dicho mes el teatro había anunciado la apertura de la temporada lírica con la puesta en escena de diversas obras operísticas – *Aida*, *La Forza del Destino*, *Il trovatore* e *Rigoletto* (Verdi), *Lucia di Lammermoor* (Donizetti), *La Bohème* (Puccini), *Cavalleria Rusticana* (Mascagni), entre otras – a cargo de la Compañía Lírica Italiana dirigida por Tito Poggi. Una vez dada a conocer la noticia sobre el nuevo puerto, la Comisión Popular Propuerto solicitó a la compañía que brindara una función de gala el día 16 en honor a sus integrantes y el espacio de la sala para celebrar allí un lujoso banquete el 2 de mayo al que asistiría los sectores más encumbrados de la sociedad rosarina; por tal motivo y para no entorpecer las tareas de acondicionamiento de la sala, la compañía debió suspender sus funciones previstas para el jueves previo y el viernes del banquete. Este cambio imprevisto evidencia para Vázquez, que el Olimpo era disputado como espacio privilegiado tanto para espectáculos de gran prestigio artístico como para celebrar los logros de la “sociedad elegante”. (VÁZQUEZ, 2007) Para una contextualización más detallada sobre la modernización y construcción del nuevo puerto de Rosario, ver: Hourcade (2001).

y la aceptación de la obra en el público, y de detallar, con nombre y apellido, los asistentes de las familias más renombradas que presenciaron la función. (VÁZQUEZ, 2007) Estas reflexiones permiten leer desde otra perspectiva y contrastar con atención los comentarios y apreciaciones que estos periódicos publicarán no solo referidos a los espectáculos acontecidos en el Olimpo, sino también los referidos a los nuevos teatros que se inaugurarán en la ciudad en los años siguientes. Incluso obliga a interrogarnos sobre los por qué se explayan respecto a un espectáculo u otro, privilegian la propaganda de un teatro sobre otros u omiten determinadas informaciones relativas a la actividad teatral.

Para cerrar esta etapa sin embargo, resta hacer mención por sus particularidades de dos salas contemporáneas al Olimpo, el teatro La Comedia y el Nuevo Politeama, las cuales además permiten repensar la diversidad de consumos culturales presentes en la ciudad en función del gusto de sectores populares, y en los que nuevamente pesa mucho su identidad de origen.

La Comedia desde sus inicios fue concebida como un templo del género chico español – pequeñas zarzuelas – en la ciudad. La iniciativa surgió de Manuel Galván, inmigrante catalán afincado en la ciudad, y un grupo de compatriotas entre los que se pueden citar Pedro Mayor, Andrés Arrigoni, José Arijón, Joaquín Lejarza, Natalio Ricardone, y Ovidio Lagos (h). (ENSINCK, 1973) Ubicado en calle Progreso en la intersección con la cortada que hoy recibe el nombre de Ricardone, en 1894 inició sus presentaciones en un improvisado galpón con la presentación de compañías de zarzuelas y género chico español. Hacia principios de siglo XX, se registran diversos cambios de nombre y de propietarios²⁴ e incluso, importantes obras de reforma para acondicionarla con comodidades y medidas de seguridad para el público que hoy pensamos como básicas – sala de espera, aseos, palcos, plateas.²⁵ Finalmente en 1902

24 En el Censo Municipal de 1900 este teatro aparece nombrado como “Casino”, afirmando que se trata de una sucursal del Casino de Buenos Aires. Otra pequeña sala mencionada aquí es el Cómico, reabierto recientemente pero con condiciones de seguridad “apenas apreciables”; ofrecía funciones principalmente de zarzuela española de un solo acto. ABGSM Primer Censo Municipal de Población con datos sobre edificación comercio e industria de la ciudad del Rosario de Santa Fe, Cómico y Casino, 1902.

25 La Provincia 1/7/1902, citado por Ensínck (1973).

también, tuvo lugar aquí un acontecimiento que redefiniría la identidad de esta sala y del espectáculo teatral rosarino: el estrenode la “zarzuela local” – o sainete – *Canillita* de Florencio Sánchez.²⁶²⁷ Dicha obra fue muy bien recibida por la crítica, por representar con gran claridad las costumbres locales a pesar de la sencillez de su música, contribuyendo asimismo a la consolidación del sainete nacional y obras costumbristas en el gusto del público rosarino.²⁸

Por su parte, el Nuevo Politeama era una sala más cercana a un teatro-circo que a un coliseo para obras líricas. Emplazado sobre calle Progreso entre Córdoba y Santa Fe, su estructura no dejaba de ser la de un galpón muy grande, con precarias instalaciones para el público, en las cuales “[...] con frecuencia la platea era levantada – sillas comunes y muy modestas- y se levantaba también un dilatado círculo en su centro para dar lugar a un gran picadero de circo”.²⁹ (ENSINCK, 1973, p. 316) En esta sala a pesar de su estructura un tanto improvisada, el teatro rosarino puede rememorar espectáculos de gran trascendencia – como los ofrecidos por los hermanos Podestá, Parravicini, Guillermo Bataglia –, que pueden rastrearse en la asidua publicidad aparecida en la prensa local. Así, hasta 1917 – año de su demolición – el Nuevo Politeama dio lugar a una gran variedad de espectáculos – fiestas circenses, géneros líricos, sainetes, comedias, dramas teatrales – para un público muy variopinto, quizás con menos poder adquisitivo pero sin ser excluyente para los sectores de la burguesía más acomodada, que también las solían frecuentar. Años más tarde, en el mismo terreno, se

26 CHDBA El Municipio, 2/10/1902.

27 Dicha obra del dramaturgo y periodista uruguayo cobró gran trascendencia a nivel regional. Tal es así que a ella se debe el lunfardismo “canillita” para nombrar a los vendedores de periódicos.

28 Entre vaivenes y cambios en la dirección empresarial que se sucedieron a lo largo del siglo XX, esta sala es la más antigua de la ciudad que aún continúa en funcionamiento, actualmente bajo gestión de la Municipalidad de Rosario.

29 Con estas características, la capacidad de este teatro-circo, era alrededor de unas mil setecientas personas, con 70 palcos, 615 lunetas, 700 asientos del paraíso, y su empresario el señor Andrés González – ABGSM Primer Censo Municipal de Población con datos sobre edificación comercio e industria de la ciudad del Rosario de Santa Fe, Teatro Nuevo Politeama, 1902.

construirá una sala teatral mucho más moderna, proyecto de Enrique Astengo: el Teatro Odeón.³⁰

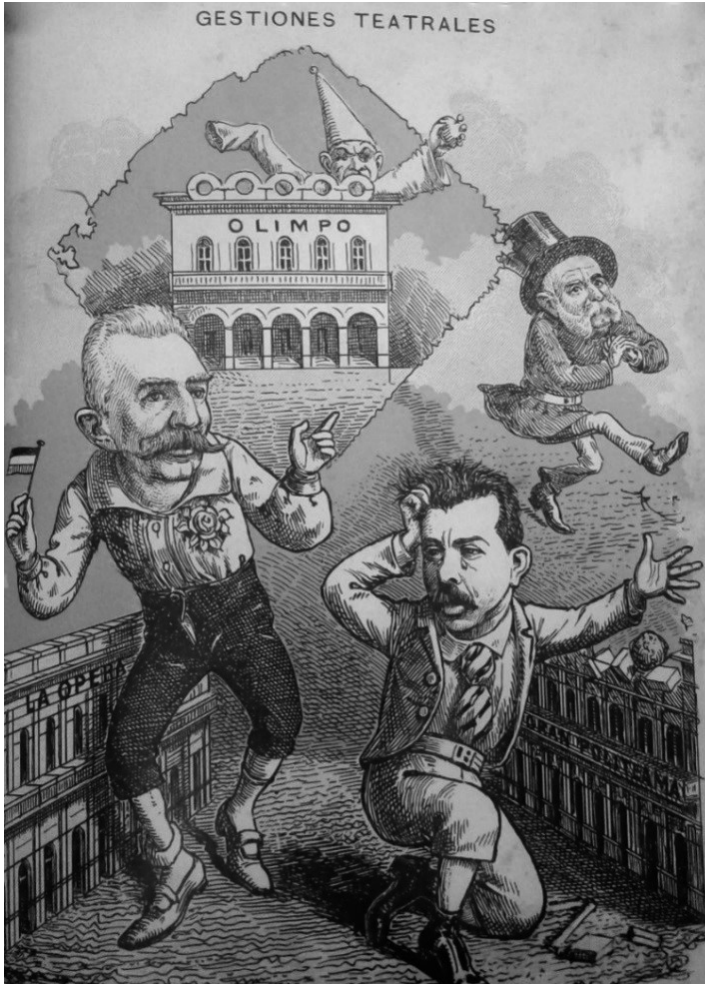
El empresariado teatral y la competencia por el público

Habiendo analizado hasta aquí las primeras décadas de actividad teatral en la ciudad, podemos considerar casi un factor común el hecho que estas salas no surgían de una iniciativa individual, dada la magnitud de la inversión necesaria para llevarla a cabo. De hecho, era usual que se adoptara la de Sociedad Anónima y la venta de acciones como modalidad empresarial, para asegurar la responsabilidad limitada. Asimismo, el o los propietarios del inmueble podían cumplir el rol o no de administradores o “empresarios teatrales”, a cargo de tratar con las compañías líricas y teatrales y asegurar temporadas atrayentes para el público rosarino. Esto dificulta con frecuencia distinguir quién es en cada momento la figura representativa con la que se identificaba públicamente a cada sala teatral, más aun considerando lo cambiante que solían ser estas administraciones, y las sucesivas disoluciones asociativas que las tenían en propiedad. Aunque, como ya mencionamos anteriormente, es recurrente y casi una constante, la presencia de reconocidos apellidos de la burguesía rosarina en la composición de las asociaciones de esta naturaleza.

Sin embargo, lo que resulta mucho más claro hacia principios de siglo XX es como la competencia entre estas distintas administraciones teatrales se ha intensificado de manera notoria. Nuevamente el año 1902 emerge al respecto como coyuntura de cristalización de estas tendencias, las cuales pueden descifrarse por ejemplo, a partir de la siguiente muestra de humor gráfico:

30 Esta sala será posteriormente recuperada en la década de 1960 por su hijo, Héctor Astengo, para ser reabierto como Auditorio Fundación Astengo, actualmente en funcionamiento.

Figura 2. Humor gráfico de tapa



Fuente: HBA El Cronista. Semanario Ilustrado (1902).

Como pie de ilustración puede leerse:

Desde el Olimpo las piedras
Caen sobre el Gran Politeama

Y Emilio ríe gozoso
Mientras el suyo levanta³¹

Cabe aclarar, que para ese momento los dos coliseos representados en la parte inferior, el Gran Politeama – inaugurado finalmente como Teatro Colón – y La Ópera, aún estaban en construcción y no abrían sus puertas al público hasta dos años más tarde. Los dueños de ambos teatros estaban sumidos en una reñida competencia por completar las obras, mientras el Olimpo aún continuaba defendiendo su posición de sala teatral privilegiada de la ciudad. Ubicados en este contexto y con la información de la que disponemos, no es posible determinar con certeza si existió un incidente concreto que motivara tal caricatura, pero sin embargo, es posible identificar con bastante certeza quiénes son los personajes representados: en principio, y guiándonos por el pie de ilustración, quien aparece al lado del Teatro la Ópera no es otro que el reconocido empresario Emilio Schiffner,³² para entonces único propietario y administrador del proyecto de esta sala y que posteriormente analizaremos más en detalle. El personaje apedreado de la derecha, por el parecido físico con fotografías de la época, se trata de David Gianelli, en ese momento gerente a cargo de la Sociedad Anónima “Gran Politeama” y principal impulsor del coliseo en construcción a pesar de los numerosos contratiempos, que se vieron obli-

31 HBA El Cronista. *Semanario Ilustrado*, Tapa 18/10/1902.

32 Emilio Schiffner es un notable ejemplo de inmigrante alemán, que asentado en Rosario, logró consolidar su posición económica con considerable rapidez desarrollando múltiples actividades empresariales, entre ellas la inversión en el proyecto de una nueva casa teatral para Rosario. Más allá de su relevancia para el caso como uno de los primeros accionistas de teatro de la Ópera SA, se trataba de un personaje muy reconocido ante la burguesía regional: llegó a ser presidente del Centro Comercial – luego Bolsa de Comercio –, director del Banco Provincial de Santa Fe, presidente de la Compañía Nacional de Petróleo de Buenos Aires y de la Compañía Nacional de Seguros. En el plano político ocupó la banca de concejal municipal en diversas oportunidades y llegó a desempeñarse como vicepresidente del Concejo Deliberante de Rosario; estos cargos le permitieron desplegar una extensa red de influencias que fueron cruciales a la hora de concretar el dilatado proyecto del Teatro La Ópera.

gados a sortear. Por último, la ilustración de los personajes en la parte superior relacionados al Olimpo, podrían estar representando uno a su propietario, el Dr. Eugenio Pérez y a su empresario el señor Andrés González, según los datos que pueden extraerse de esta sala teatral del Primer Censo Municipal realizado en Rosario, ya citado.³³

En definitiva, y más allá del hecho concreto que haya dado origen a la caricatura, la ilustración no deja de dar cuenta de las tensiones y la competencia existente en el acotado campo teatral de la ciudad en esa coyuntura, el cual a pesar de estar directamente asociado al desarrollo de actividades culturales, no dejaba de ser pensado en términos de inversión y ganancia por sus dueños y empresarios. La presencia permanente de avisos publicitarios anunciando los diversos espectáculos presentados en las salas activas en casi todos los periódicos locales, confirma asimismo esta preocupación de los empresarios por garantizar la afluencia del público y con ella, incrementar sus ganancias.

Sin embargo, en el caso de Schiffner debemos resaltar que por aquellos años ocupaba además el cargo de vicepresidente del Concejo Deliberante y desde allí, como propietario un proyecto de una nueva sala lírica pugnaba ya a favor de sus propios intereses sobre la actividad teatral.

En su sesión del 27 de junio el Concejo Deliberante trataba y aprobaba un extenso y detallado Reglamento para Teatros y Salas de Espectáculos, en el cual entre otros aspectos se prefijaban las cuestiones básicas relativas a la seguridad e higiene de los edificios, las secciones, salones y accesorios requeridos, la venta de localidades, la prohibición para cualquier empresario de brindar espectáculos sin previo permiso otorgado por la Municipalidad y la creación de una Comisión Censora con atribuciones para prohibir representaciones.³⁴ En apariencia, esta

33 ABGSM Primer Censo Municipal de Población con datos sobre edificación comercio e industria de la ciudad del Rosario de Santa Fe, Teatro Olimpo, 1902.

34 ABGSM Digesto Municipal 1901-1903, *Teatros y Salas de Espectáculos. Su Reglamentación*, 28/06/1902. p. 214. En una de las modificaciones posteriores que sufrió la ordenanza en el año 1904, fueron derogados los artículos 90, 91,92 y 99 en los que se determinaba concretamente el funcionamiento de la Comisión Censora y la aplicación

medida pareciera responder a la necesidad de garantizar la comodidad y seguridad del público y los actores, pero también al mismo tiempo comprometía el funcionamiento de muchas de las salas en actividad al verse obligadas a adaptar sus instalaciones a los nuevos requisitos, con las considerables inversiones de capital que ello implicaba. El proyecto constructivo de La Ópera en cambio, tenía previsto contar con una amplia y confortable sala que se ajustara completamente a estas disposiciones. Probablemente las tensiones que originaron la caricatura en octubre de ese año, mucho tengan que ver con las intervenciones de Schiffner, desde su cargo público, para generar un contexto normativo lo más propicio posible a sus propios intereses.

Figura 3. Aviso publicitario sobre programación teatral. "Teatro Olimpo"

Teatro Olimpo

GRAN COMPANIA DRAMATICA ITALIANA
TERESA MARIANI

Hoy, viernes 27 de Junio de 1902

1ª función del 1º abono.
1º. El juguete cómico en un acto, *CHI non prova non crede*.
2º. Estreno de la comedia en 3 actos, *La Primitiva*.

PRECIOS DE LAS LOCALIDADES

Palcos bajos y balcon de entrada.....	\$ 15,00
Id altos.....	\$ 8,00
Tertula de balcon con entrada.....	\$ 4,00
Id de orquesta.....	\$ 4,00
Luneta pista.....	\$ 2,00
Tertulas altas.....	\$ 2,00
Entrada a palco.....	\$ 1,00
Paraiso.....	\$ 1,00

A las 8 1/2 en punto.

NOTA—Desde la fecha queda abierto un unico abono de 9 funciones con la rebaja del 20 que cubre los precios de boletería, comprendido en dicho abono las fiestas juiles y el beneficio de la señora Mariani.

OTRA—A los señores abonados al primer abono se les reservará sus localidades hasta hoy a las 12 H.

272 27 ju

Fuente: CHDBA – El Municipio (1902).

de la censura previa. A.B.G.S.M. Digesto Municipal 1904 y 1905, *Derogando los artículos 90, 91, 92 y 99 de la Ordenanza de Teatros y Salas de Espectáculos*, 15/11/1904.

y representaban un gran peligro para la seguridad pública. Asimismo se preveía la instalación obligatoria de un pararrayos, una disposición de puertas y escaleras y un ancho mínimo para los pasillos de manera tal que se garantizara la rápida evacuación en caso de emergencia, y la presencia de un médico en la sala durante las representaciones, entre otras disposiciones. Por otro lado, toda sala teatral al menos debería contar con las siguientes secciones bien diferenciadas: a) Sala de espectáculos y sus pasillos, vestíbulos, b) Escenario con sus maquinarias, etc. c) Camarines de artistas, oficinas, etc. d) Depósito de decoraciones, vestuarios y guarda muebles; también debería contar con un salón de fumar, dada la prohibición de hacerlo en la sala, un salón toilette para señoras, un guardarropa, y letrinas y mingitorios.³⁵

Ahora bien, lo expresado en esta ordenanza tampoco puede ser pensado de manera descontextualizada del ideal arquitectónico que se aspiraba a alcanzar para una sala teatral, y para ello tenemos que tomar en consideración las consideraciones proyectivas documentadas de las dos grandes salas líricas que estaban en construcción hacia principios de siglo XX, entrando en juego así la concepción social que los arquitectos de La Ópera y del Gran Politeama tenían sobre el teatro.

Para referenciarlos brevemente, tanto la construcción del teatro Gran Politeama como el de La Ópera, surgieron como proyectos de sendas Sociedades Anónimas creadas entre fines de la década de 1880 y los primeros años de 1890; el primero a erguirse en un solar casi sobre la esquina de las calles Corrientes y Urquiza, y el segundo en un lote adquirido en la intersección de Comercio (hoy, Laprida) y Mendoza. Del mismo modo, ambas SA tuvieron que enfrentar graves contrariedades económicas – entre ellas las consecuencias de la crisis financiera de 1890 –, e incluso quiebras y disoluciones de sus firmas. Recién a principios del siglo XX, ambos proyectos volvieron a reanudarse para luego finalmente, concretarse: Gran Politeama a cargo de una nueva Sociedad Anónima cuyo presidente ya citado era David Gianelli, y La Ópera a cargo de Emilio Schiffner como único propietario desde 1902.

35 ABGSM Digesto Municipal 1901-1903. *Teatros y Salas de Espectáculos. Su Reglamentación*, 28/6/1902.

Sin embargo, es en estos primeros años en que el accionar de nuevos agentes demostraron ser determinantes para la concreción del ideal del teatro moderno: los arquitectos. Cayetano Rezzara en el caso del Gran Politeama y los italianos Víctor Cremona y Silvio Contri para La Ópera, fueron contratados expresamente para trazar e imaginar salas líricas a la imagen y semejanza de las europeas.

A diferencia del proyecto de Rezzara – luego modificado sustancialmente por el ingeniero Augusto Plou –, el de Cremona y Contri determinó la impronta que aún hoy conserva La Ópera y la cual se encuentra expresada por escrito en un documento de febrero de 1889 – *Relación respecto de la construcción de un teatro en el Rosario de Santa Fe* –, elaborado para presentarse conjuntamente a una serie de cálculos y planos ante la Comisión Evaluadora. Tomando como ejemplos teatros de primer orden como la Ópera París proyectada por Garnier, Della Scala en Milán o la Ópera de Viena, este documento expresa la preocupación de sus arquitectos por diseñar un “teatro moderno”, que respondiendo a preceptos rigurosamente científicos, dé respuesta a los problemas de acústicos y al mismo tiempo, los de higiene y seguridad (BRARDA et al., 2007) que vemos cristalizados luego, en la Ordenanza Municipal de 1902. Consideraron así, los últimos avances en técnicas de ventilación, materiales constructivos incombustibles y un extenso sistema de cañerías conectado a depósitos de agua de emergencia ubicados en la futura terraza, pero sin dejar de considerar que el eje fundamental del proyecto era la funcionalidad de la sala, su belleza y armonía.

Hacia 1900, año en el que se ordena el Primer Censo Municipal ya citado, el proyecto tan minuciosamente ideado para La Ópera llevaba varios años paralizado. Tal es así, que en el reporte censal, bajo el apartado “Teatros en construcción”, encontramos solo una escueta descripción con datos de su superficie, capacidad estimada de público e inversión necesaria para concluirlo.³⁶ Por el contrario, al respecto del Gran Politeama la descripción es notablemente más detallada a pesar de encontrarse también en un impase. El reporte censal aclara que las obras iniciada en 1899 debieron suspenderse antes de llegar al techado, debido a la escasez de

36 ABGSM Primer Censo Municipal de Población con datos sobre edificación comercio e industria de la ciudad del Rosario de Santa Fe, Teatro de la Gran Ópera, 1902. p. 558.

fondos con los que contaba la SA, sin embargo se hace hincapié en que prontamente, con nuevas inversiones. Según el mismo documento se preveía que la Provincia y la Municipalidad participaran con partes iguales del monto necesario para concluir la obra, lo que nos permite inferir nuevamente el juego de los intereses económicos de los principales representantes de la burguesía rosarina por sobre las decisiones políticas tomadas en el Concejo. Luego de la reforma de los planos, la obra continuaría reorientándose hacia una sala lírica, según el nuevo proyecto presentado por Plou:

[...] aprovechando solamente los muros levantado, demoliendo algunas galerías y cambiando la decoración interna del Foyer ya revocado, como también la distribución de la sala, puede asegurarse que este teatro ofrecerá al público todas las ventajas de los teatros más modernos. La disposición y decoración interna y externa, lo colocará entre los primeros de Sud-América.³⁷

La descripción continúa reseñando el amplio vestíbulo, la disposición de las escaleras y algunos detalles previstos en cuanto a los revestimientos y la ornamentación, pero vale la pena detenerse en uno de los elementos mencionados que hace a la “modernidad” de estas dos nuevas salas de la ciudad: el *foyer*. Hasta ese momento, este espacio sería una novedad dentro de los coliseos ya que no hay evidencia que las salas anteriores tuvieran más que, en ocasiones, una pequeña cafetería anexada. Tanto el Colón como La Ópera contaban con un foyer cuidadosamente decorado y amueblado a fin de servir como ámbito de sociabilidad y dispersión en los entreactos de la funciones. Allí, el público de los sectores más acomodados – se encontraban comunicados directamente a los pasillos que daban acceso a los palcos – podía disfrutar entre 15 y 20 minutos, de un agradable clima de encuentro y conversación antes de retornar a la sala a presenciar la segunda parte de la obra. Recuperando las definiciones de Maurice Agulhon, se trataba de uno de los es-

37 ABGSM Primer Censo Municipal de Población con datos sobre edificación comercio e industria de la ciudad del Rosario de Santa Fe, *Gran Politeama*, 1902. p. 558.

pacios predilectos de la burguesía rosarina en los que podían entretejer ese entramado relacional propio de la sociabilidad informal, que propiciaban luego otros lazos asociativos formalizados institucionalmente. (FERNÁNDEZ, 2012)

Siempre en competencia, ambas salas finalmente fueron inauguradas en 1904 con muy pocos días de diferencia. La SA Gran Politeama fue la primera en concretar su cometido: el Teatro Colón, abrió sus puertas el 19 de mayo iniciando su temporada lírica con la puesta en escena de una clásica ópera italiana, bien conocida ya por el público rosarino: Tosca. Según *El Municipio*, al momento de función inaugural podía evidenciarse que las tareas constructivas y dedecoración no se hallaban concluidas, incumpliendo la majestuosidad prometida por sus dueños; el cronista señala además una acústica aceptable y ciertas deficiencias como la relativa estrechez del escenario y pasillos difíciles de transitar.³⁸ Sin embargo, no escatimaron gastos para contratar al maestro Giovanni Zuccani, como director y concertador, ni en organizar una compañía lírica italiana expresamente para cubrir el primer mes de funciones, aunque esto le causara un importante déficit a los propietarios. (ENSINCK, 1973) Durante varios días la prensa rosarina hizo eco de la calidad de la obra, de los artistas, del teatro y de su público, sobremanera *La Capital*, que fiel a su estilo periodístico, unos días más tarde publicó un detallado listado de los asistentes más destacados con la descripción de los atuendos que habían vestido en la ocasión.³⁹ Vemos aquí nuevamente reflejada la importância social de asistir al teatro, más aun al tratarse de la inauguración de una gran sala y de una función de ópera italiana que prometía ser memorable. Para la elite rosarina era casi una cita obligada.

La compañía lírica del maestro Zuccani, prosiguió las funciones poniendo en escena Rigoletto, Mefistófeles, Aída, y el estreno en Rosario de la ópera de Wagner, Lohengrin.

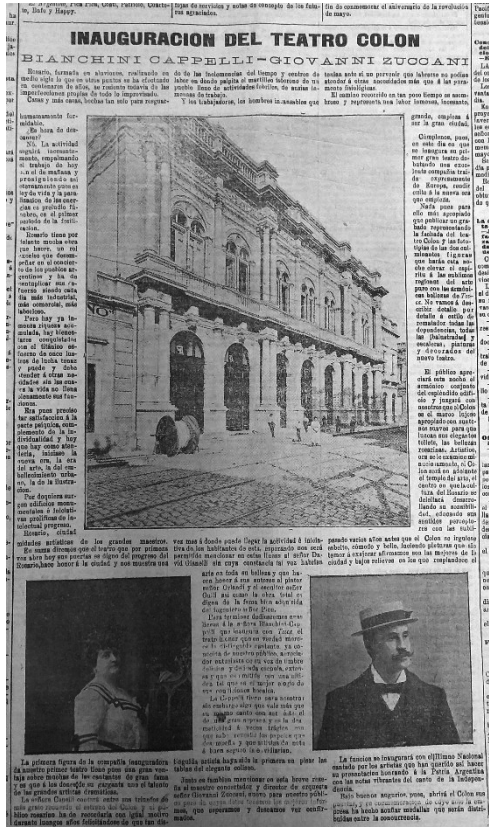
Para entonces, y dado el gran auge de la lírica que se vivía en la ciudad, *La Capital* no solo cubrió en detalle la fecha inaugural (Figura 5),

38 CHDBA El Municipio *Teatro Colón. Una rápida ojeada*, 20/5/1904.

39 HBACM *La Capital Sociales. Teatro Colón*, 27/5/1904.

sino que comenzó a incluir columnas especialmente dedicadas a explicar los argumentos de las óperas puestas en escena, así como también, breves biografías con fotografías de los tenores y sopranos que actuaban en ella, con un marcado carácter “pedagogizador”.⁴⁰

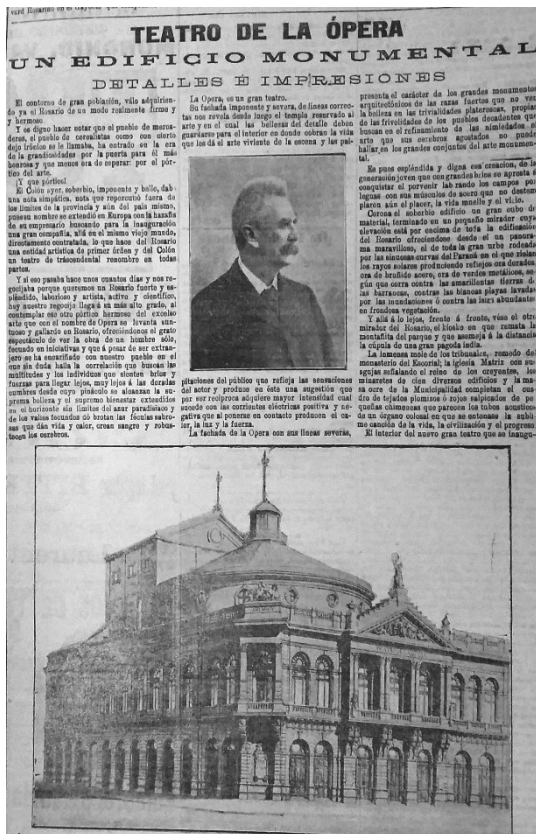
Figura 5. Cobertura periodística a página completa de la inauguración del Teatro Colón



Fuente: HBACM – La Capital (1904).

40 HBACM La Capital Teatros. Elena Bianchini-Cappelli, 11/05/1904; “Colón. Lohegrin”, 8/6/1904; “Teatros”, 7/06/1904.

Figura 6. Cobertura periodística a página completa de la inauguración del Teatro La Ópera



Fuente: HBACM – La Capital (1904).

Por su parte, la Ópera celebró su velada inaugural el 7 de junio siguiente, poniendo en escena otro clásico de la ópera italiana, Otello de Verdi, a cargo de la gran compañía lírica italiana del maestro Arturo Padovani y con destacadas figuras líricas. La primera temporada continuaría con un variado repertorio de reconocidas óperas – Aída, La Bohème, Il Trovatore, Rigoletto, Mefistófeles –, muchas de las cuales estaban siendo puestas en escena contemporáneamente en el Colón. No obstante, cabe destacar una diferencia que quizás responda a la necesidad del propietario de congraciarse con la sociedad rosarina: según los anuncios en la prensa, la recaudación de las ocho funciones de abono

de la temporada de inauguración sería destinada para el Hospital de Caridad y Asilo de Huérfanos.⁴¹ Y no es que Schiffnerno tuviera necesidad de amortizar sus inversiones. De hecho, no había escatimado en gastos: además de convenir con la compañía de Padovani, para culminar las obras había contratado al ingeniero y arquitecto alemán George Gollammer – especialista en acústica –, a la empresa constructora Bianchi, Vila y Cía. para llevarlas a cabo, y a artistas de reconocimiento internacional para las ornamentaciones, como los italianos Giuseppe Carmignani y Salvador Zaino. Algunos comentarios sobre su arquitectura y la puesta en escena pueden evidenciarse en las detalladas apreciaciones publicadas por *La Capital* respecto a la gala de inauguración, en las que se elogiaban sus elegantes y modernas instalaciones y la cuidada interpretación de los cantantes (Figura 6).⁴² *El Municipio* por su parte, si bien ratifica que el espectáculo inaugural fue brindado a sala llena, también en este caso resalta la no conclusión de las obras constructivas y evita dar su veredicto sobre la actuación de los artistas ya que, por falta de localidades, el cronista no pudo presenciar la ópera completa.⁴³ Evidentemente, más allá de la monumentalidad que caracterizó a estos teatros posteriormente, en la carrera por la inauguración de sus coliseos, tanto los propietarios del Colón como el señor Schiffner, privilegiaron iniciar las actividades para no perder público frente a la competencia a cuidar las primeras impresiones arquitectónicas.

De cualquier manera, la Ópera junto al Colón, destacaron en la historia de la ciudad por ser dos teatros que no solo impresionaban por su capacidad y monumentalidad arquitectónica – podían albergar más de 1300 personas en sus salas – sino que además supieron trascender la esfera local, compitiendo con los mejores del mundo; por primera vez, los empresarios y representantes de las celebridades corrieron su vista de Buenos Aires y comenzaron a demostrar interés en estas salas. (ENSINCK, 1973) Así, desde 1904, año de esplendor cultural de la ciudad, Rosario recibió la visita de célebres figuras artísticas internacionales.

41 CHDBA El Municipio, *Espectáculos*, 7/6/1904.

42 HBACM La Capital, *Teatro de La Ópera. Un edificio monumental. Detalles e impresiones*, 7/6/1904 y Teatros. *La Ópera, Otello*, 7/6/1904.

43 CHDBA El Municipio, *Crónica social*, 8/6/1904.

les como Ermette Zacconi, Pietro Mascgani, Sarah Bernhardt, Elenora Duse o Enrico Caruso, las cuales en muchos casos han elogiado sobremanera la excelente acústica de La Ópera.

En cuanto al valor de las entradas de estos dos teatros, por lo que se puede observar en los anuncios promocionales de sus espectáculos aparecidos en la prensa local, eran similares. El costo de las localidades en sus temporadas inaugurales rondaban en torno a \$30 y \$10 para los palcos – sin entrada, y según los niveles –, \$6 la tertulia de platea y balcón (con entrada), \$3,50 las lunetas altas (con entrada), \$2 los asientos de grada (con entrada) y \$1,50 asientos de paraíso. El valor de la entrada incluida en muchos casos era de \$2 para entrada general y \$1 para grada y paraíso. Ahora bien, si analizamos comparativamente con este amplio abanico de precios con otros consumos de la época, podemos considerar que acudir a los espectáculos presentados en estas salas – aún en las localidades más baratas – no era del todo accesible para los sectores populares menos acomodados, quienes sin embargo podían optar por asistir a las funciones de otros teatros con entradas más económicas. Sin embargo, el momento de esplendor lírico y teatral de Rosario sería relativamente efímero.

La intensa competencia por el público, sumadas a las dificultades económicas que algunos de los empresarios y administradores teatrales se veían apremiados por resolver, comenzaron a complicar el funcionamiento redituable de estas salas. Como evidencia de la difícil situación encontramos un petitorio presentado ante el Consejo Deliberante Municipal y firmado por Eugenio Pérez, Eduardo Pérez y Alfredo Rouillón – en representación de los teatros Olimpo, La Ópera y Colón respectivamente –, para solicitar la exención de impuestos municipales de barrido, limpieza y alumbrado del año 1906 y del siguiente. Como fundamentación de este pedido los empresarios argumentaban:

[...] Que la pavimentación de madera construida en las Calles donde respectivamente están situados los teatros que representamos nos ha ocasionado fuertes erogaciones que representan su costo; y el poco éxito de las Empresas de Espectaculos que han tenido lugar desgraciadamente hacen

que esta clase de Empresa que tanto propician la cultura artística y social de un pueblo no ofrezcan beneficios de utilidad positiva.⁴⁴

Este breve fragmento permite observar que pocos años después del cenit teatral experimentado, los empresarios dedicados a esta actividad comenzaban a percibir el estancamiento que se avecinaba y se acentuaría en la década siguiente, cuando a esto se le sumara el surgimiento de numerosos cinematógrafos, como un entretenimiento mucho más accesible y popular, que se diseminaría inclusive en los barrios más alejados de la ciudad.

Se vuelve evidente, incluso antes del comienzo de la siguiente década, que dos salas teatrales de semejante magnitud sumadas a las ya existentes difícilmente podrían resultar redituables económicamente en una ciudad con una población de ciento cincuentamil habitantes. La situación se volverá mucho más crítica durante los años de la guerra, en los que la llegada de compañías líricas extranjeras quedó totalmente paralizada, y con la posterior por crisis de la década de 1930, que genera innumerables quiebras empresarias, entre ellas las de muchas gestiones teatrales.

Como epílogo de este recorrido podemos reseñar que de las dos principales salas líricas de la ciudad, actualmente solo pervive como teatro el edificio de La Ópera, el cual fue rescatado de la demolición por la Asociación cultural El Circulo en 1943. El teatro Colón no corrió la misma suerte, siendo demolido en 1958. Por su parte, algunas salas más pequeñas como es el caso de La Comedia, lograron pervivir reconvirtiéndose durante largo tiempo en salas de cine.

Reflexiones finales

El surgimiento y desarrollo de la actividad teatral es un factor determinante para repensar el conjunto de consumos culturales musicales y

44 ABGSM Expediente libro de la Sala de Comisiones Municipal, 28/9/1906.

ciertos aspectos de la sociabilidad local en la ciudad de Rosario. Del mismo modo, refleja con claridad los anhelos de proyección como sociedad moderna y culta de gran parte de la burguesía rosarina.

Por otro lado, la particular aflicción del público rosarino a géneros como la ópera y la zarzuela – el cual motorizó en más de un caso el surgimiento de salas teatrales – mucho tiene que ver además con el arribó a la ciudad durante esos años de numerosos inmigrantes españoles e italianos, quienes se propusieron recuperar de alguna forma su identidad natal y al mismo tiempo dejar su impronta en la vida cultural de la nueva ciudad que los alojaba.

Esta escala de análisis nos permitió asimismo delimitar una periodización propia, que en muchos casos puede habilitar comparaciones con las de otras localidades del interior de Argentina, la capital misma o incluso, de América Latina. El surgimiento de salas líricas y teatrales durante el periodo es casi un factor común en los centros urbanos más poblados, pero al mismo tiempo el fenómeno del espectáculo lírico y teatral cobra una dimensión excepcional en Rosario, demostrando un crecimiento y desarrollo, que hacia la tercera etapa señalada la coloca solo detrás de Buenos Aires.

De hecho también son múltiples los puntos en común con la capital porteña en este sentido. Si bien durante la primera etapa las pocas salas teatrales que existieron se caracterizaron más bien por la precariedad de sus instalaciones y la austeridad de sus puestas en escena – mucho de ello se debe también a la escasez de músicos, cantantes y conjuntos orquestales fijos –, con el correr de los años vemos como se replica, con ciertos matices, la diferenciación y jerarquización de los públicos y como esta empieza a plasmarse también en las estructuras arquitectónicas mismas de las nuevas salas teatrales. Hacia la segunda etapa previa al cambio de siglo, pueden evidenciarse también las diferenciaciones entre las diversas salas teatrales y los consumos culturales a los que los distintos sectores del público podían acceder, aunque sin llegar a ser tan tajantes como en la capital. De hecho, la misma burguesía rosarina que adquirió posteriormente palcos en las principales salas líricas, también podemos encontrarla en espectáculos propios del teatro-circo. Y es

que en cierto punto, muchos de sus miembros más destacados veían a la lírica y a los espectáculos teatrales como uno más de sus emprendimientos comerciales, más allá del necesario desarrollo cultural que estas salas representaban para la ciudad. Los permanentes solapamientos entre algunas de las normativas municipales y los intereses económicos de algunos de los empresarios teatrales estudiados, así lo confirman.

Por otra parte, hacia este momento el rol como espacio cultural pero también social de teatros como El Olimpo, ya es una realidad indiscutida. Su sala era utilizada tanto para la puesta en escena de artistas de renombre, como para organizar mítines políticos, conferencias, galas de beneficencia, banquetes y cualquier celebración de gran relevancia para la ciudad.

Finalmente, la última etapa – a pesar de ser efímera duración –, se caracterizó por una proyección de la modernidad en el teatro que cristalizó completamente en la arquitectura de sus salas y en las programaciones de sus temporadas. Las dos salas más importantes con las que contará Rosario – La Ópera y el Teatro Colón – se construirán imitando fielmente los modelos de salas líricas europeas, centrándose en resolver la problemática de la acústica e intentando al mismo tiempo, brindar todas las comodidades y seguridades al público asistente. Las temporadas por su parte, fueron muestra de una feroz competencia por atraer a compañías y figuras de relevancia internacional para poner en escena, tanto las obras más canónicas de la lírica italiana como las novedosas operas wagnerianas, siendo expresión de los intentos de los empresarios teatrales de situar a Rosario de modo permanente como un centro cultural de reconocimiento internacional.

Referencias

ÁLVAREZ, J. *Historia de Rosario (1689-1939)*. Rosario: UNR Ed. Municipal de Rosario, 1943.

BRARDA, A.; DE GREGORIO, R.; MESANICH, V. *et al.* La fábrica de un espacio cultural. *Teatro El Circulo 1904-2007*, Rosario: Asociación Cultural El Círculo, p. 39-63, 2007.

- CENTRANGOLO, A. E. Ópera e identidad en el encuentro migratorio. El melodrama italiano en Argentina entre 1880 y 1920. 2010. Tesis (Doctorado en Musicología) – Departamento de didáctica de la expresión musical, plástica y corporal, Faculdade de Filosofia y Letras, Universidad de Valladolid, 2010.
- COZZI, D. *La Creación musical en Rosario*. Rosario: UNR Ed., 2007.
- DECERTEAU, M. *La invención de lo cotidiano*. México: Universidad Iberoamericana. 1979.
- DÓCOLA, S. Fotografía y ciudad, Alfeld y Rosario en 1866. In: HISTORIA DE LA FOTOGRAFÍA. MEMORIA DEL TERCER CONGRESO DE HISTORIA DE LA FOTOGRAFÍA EN ARGENTINA, 1., 1995, Buenos Aires. *Actas [...]*. Buenos Aires, 1995. p. 155-160.
- ENSINCK, O. L. *El Teatro en Rosario*. Rosario: [s. n.], 1973. Tomo 5.
- FALCÓN, R.; STANLEY, M. *La Historia de Rosario*. Economía y sociedad. Rosario: Homo Sapiens, 2001. Tomo 1.
- FERNÁNDEZ, S. Sociabilidad y amistad. Los desafíos de una relación interdisciplinaria. Presentación. *Revista Páginas*, Cordoba, v. 4, n. 6, p. 3-11, 2012. Disponible en: <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/91/91>. Acceso en: 19 ago. 2016.
- FRANCOIS, M. La lavandería, la producción cultural, y la economía política en la ciudad de México. In: PORTER, S.; FERNÁNDEZ ACEVES, M. T. (ed.). *Género en la encrucijada de la historia social y cultural de México*. Morelia: El Colegio de Michoacán y CIESAS-Occidente, 2015.
- FUMERO VARGAS, P. *Teatro, público y estado en San José, 1880-1914: una aproximación desde la historia social*. Costa Rica: Ed. Universidad de Costa Rica, 1996.
- GALASSI, G. Ciudad y Modernidad: Rosario bajo la lente. In: FERNÁNDEZ, S. *Gritos y susurros*. Separatas de historia sociocultural rosarina. Rosario: CONICET: Ombú Bonsái, 2012. p. 1-44
- GESUALDO, V. *Historia de la Música en la Argentina. 1536-1900*. Buenos Aires: Beta, 1961.
- HOURCADE, E. Rosario, ciudad-puerto en el siglo XIX. In: FALCÓN, R. *La Historia de Rosario*. Economía y Sociedad. Rosario: Homo Sapiens Ed., 2001. p. 273-282.

- MAN, R.; ALVIRA, P. El centro y los márgenes: la expansión urbana. In: FERNÁNDEZ, S. *Gritos y susurros*. Separatas de historia sociocultural rosarina. Rosario: CONICET: Ombú Bonsái, Rosario, 2012. p.1-52
- MONTALDO, G. *Museo del consumo*. Archivos de la cultura de masas en Argentina. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2016.
- PASOLINI, R. La ópera y el circo en el Buenos Aires de fin de siglo. Consumos teatrales y lenguajes sociales. In: DEVOTO, F.; MADERO, M. *Historia de la vida privada en Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 1999. p. 222- 268. Tomo 2.
- ROSSELLI, J. The Ópera Business and the Italian Immigrant Community in Latin American, 1820-1930: the example of Buenos Aires. *Past and Present*, Oxford, n. 127; p. 155-182, 1990.
- RUSIÑOL, S. *Un viaje al Plata*. Madrid: V. Prieto y Compañía Ed., 1911.
- VÁZQUEZ, H. G. Un mes de 1902 en el Teatro Olimpo de Rosario. El cruce de lo musical y lo social a través de la visión de dos publicaciones. *Revista del Instituto Superior de Música*, Santa Fé, n. 11, 2007. Disponible en: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/ISM/article/view/564>. Acceso: 11 nov. 2016.

ENTRE ROSARIO Y MAR DEL PLATA O EL MAR MIRADO DESDE LA LLANURA...

*crónicas de sociabilidad y ocio
a fines de la década de 1920*

ALDANA PULIDO
PAULA CALDO

Introducción

El presente capítulo comunica un estudio de caso en torno a las formas de narrar, describir y prescribir las prácticas de sociabilidad vinculadas al ocio y al descanso durante los veranos en un momento particular de la historia argentina. El que coincide con el advenimiento de la sociedad del consumo y, por ende, con la ampliación del público consumidor, en la bisagra de las décadas de 1920 y 1930. (PASTORIZA, 2011; ROCCHI, 1999)

Para lograr nuestro cometido nos concentraremos en una situación que atrapó nuestra atención. Concretamente, el aumento de noticias sobre los personajes y las familias que veraneaban en Mar del Plata que el diario *La Capital* (1929), principal medio de prensa y más antiguo de la ciudad de Rosario (Provincia de Santa Fe), publicó desde el comienzo de la estación estival hasta el otoño – pasada lo que se llama Semana Santa –, en el período antes señalado.¹ Sabido es que, desde el año 1867

1 Aclaramos que Rosario y Mar del Plata no sólo forman parte de dos administraciones provinciales diferentes, la primera es provincia de Santa Fe en tanto la segunda es

en adelante, de forma ininterrumpida, este medio gráfico comunicó a los rosarinos y a las rosarinas como así también a los habitantes de las ciudades aledañas, las principales noticias del mundo de la política, la economía, la sociedad y la cultura tanto en clave de la ciudad y de la provincia como del país.

Sin intenciones de reseñar la historia de *La Capital* (1929), a la sazón el diario más antiguo de la Argentina, puntualizamos en el paulatino incremento del interés por describir, promocionar y cuestionar acontecimientos del mundo social, entre ellos, los referidos a distintos sucesos ocurridos durante los veranos en Mar del Plata, no exclusivamente protagonizados por sujetos oriundos de Rosario. La profusión de esta sección se incrementó en el ocaso de los años 1920. Entonces nos preguntamos: ¿por qué el principal órgano de prensa de una ciudad santafesina dedicaba tanta atención a las andanzas, anécdotas, agendas de actividades, reuniones sociales y demás acontecimientos de un lugar de vacaciones situado en otra provincia y alejado geográficamente?

Sin dudas, la respuesta a este interrogante alcanzará mayores niveles de complejidad analítica sí la construimos en clave de los aportes que el enfoque de la historia regional y de la historia local contribuyen a los estudios de la historia nacional. Es decir, Mar del Plata es un enclave local cuya densidad historiográfica merece ser mensurada al calor de las tramas regionales que entreteje. La ciudad balnearia fue el epicentro de reunión de las élites argentinas que, siendo portadoras de referencias regionales, durante los veranos integraban el grupo dominante nacional. Así, familias bonaerenses, santafesinas, mendocinas, cordobesas, entre otras adquirían propiedades, proyectaban prácticas de beneficencia, sostenía instituciones y demás referencias a los fines de sobrellevar esos tres meses de verano. En esos itinerarios se puede

Mar del Plata, sino que ambas están distanciadas por 751 km. Aclaramos que fue muy lenta la construcción de trazados de vías terrestres de comunicación. En una primera instancia el medio fue el tren (ferrocarril) y luego el tendido de rutas nacionales y provinciales. (PIGLIA, 2014)

pensar la construcción de los espacios de sociabilidad recreativa y cultural de las elites.

Aquí nuestra hipótesis, Mar del Plata como objeto de la pluma de los rosarinos tiene un antecedente crucial, los *Veraneos marplantenses* (1923), de Elvira Aldao de Diaz. Este relato no sólo da cuenta de la nostalgia de la dama por los tiempos donde una pequeña porción de familias argentinas accedían a los veranos en el mar, sino que sitúa a la ciudad balnearia como epicentro de la sociabilidad de las élites argentinas. (CALDO, 2010) Así, esas familias pioneras de los veranos en el mar manifestaron un profundo desagrado teñido con notas nostálgicas al ver ampliar la composición social de los visitantes que, lejanos de la disponibilidad material y simbólica de los antiguos veraneantes, comenzaron a experimentar durante la temporada estival vacaciones en clave de turistas.

Precisamente, las notas de *La Capital* (1929), sin cita a pie, retoman pero de modo ambivalente el hilo de sentimientos desplegado por Elvira. En esta dirección, por momentos marcará la selectividad de los protagonistas del verano y, por otros, invitará a otros públicos a ser parte de esa experiencia. De manera recurrente, el diario ofreció de mirador para observar las prácticas de sociabilidad vinculadas al ocio y al descanso de un sector de la sociedad que, para los últimos años de la década de 1920, estaba ampliando y transformando su composición en términos económicos, políticos y culturales. Sin dudas, *La Capital* (1929), de Rosario, miró a Mar del Plata desde la lógica de los y las veraneantes que eligieron ese destino como punto de descanso, pero también como lugar para encontrarse con otros varones y mujeres de diferentes lugares del país, empero con los mismos intereses políticos y culturales. Ingresar a Mar del Plata implicaba suspender las connotaciones regionales para constituirse como vecinos de una ciudad que en términos de ciudadanía no les correspondía, sin embargo, sí en términos de propiedad y distinción social. Por lo cual, los editores de *La Capital* (1929) se encargaron de dar a leer a diario las novedades de los días de verano en el mar.

De acuerdo a lo expresado por el diario, durante la temporada estival Mar del Plata se tornó segunda ciudad, la que se habitaba durante

los veranos y, en esa dinámica, complejizó la figura del ciudadano con la adjetivación “veraneante”. Esto es, alguien que reúne las condiciones materiales óptimas para suspender su rutina cotidiana e instalarse en las costas del mar a descansar.

Finalmente, el presente artículo toma como disparador la categoría sociabilidad para, a partir de ella, describir en términos analíticos los relatos de *La Capital* (1929) sobre la vida social en Mar del Plata a fines de los años 1920. En este sentido expondremos, primero una breve presentación de Mar del Plata y su valor crucial para los estudios de la sociabilidad vinculada al ocio, pero también a la política en la Argentina del cruce de los siglos XIX y XX; luego, realizaremos una somera caracterización de la sección alusiva a los veraneos. Para finalmente ahondar en el contenido de las mismas, puntualizando en los sujetos, los veraneantes y las veraneantes; las tensiones en términos epocales, socioculturales y económicas y, finalmente, los problemas de posicionamiento social y sanciones culturales expresadas.

El lugar de la sociabilidad durante los veranos: Mar del Plata

la entrada teórica que orienta esta investigación es la que estudia las sociabilidades. En esta perspectiva, seguimos a Maurice Agulhon. (CALDO; FERNÁNDEZ, 2009) Según sus aportes, la expresión “sociabilidad” cabalga entre dos polos de significados. El autor dirá: por un lado, la sociabilidad es la aptitud de los seres humanos para vivir en grupos, tendencia que separa a los hombres de los animales; por otro, es la aptitud de los individuos para “frecuentarse amigablemente”. Aquí, las prácticas de sociabilidad son las garantes de la moderación, del trato amable y pacífico en el marco de las relaciones humanas. Sin embargo, Agulhon (2009) explica que, en tanto el primer polo nos resulta demasiado amplio – todo objeto sería meritorio de un análisis en clave de sociabilidad –, el segundo se expresa, por oposición, de modo acotado y reducido – el abordaje de la sociabilidad sólo se aplicaría al tratamiento de las formas de la civilidad, la urbanidad y la cortesía. De esta suerte,

el problema de la sociabilidad se inscribe en medio de ambas entradas, más allá del individuo y más acá de la especie, en las relaciones sociales situadas. Entonces en esta línea de estudios adquiere crucial valor “el lugar” donde esas prácticas ocurren. Es en este sentido que aludimos a la Mar del Plata recreada por *La Capital* (1929), una ciudad elegida, sostenida, acondicionada y recreada como ámbito de sociabilidad de los sectores económicamente pudientes de Rosario, pero también de todas las ciudades importantes del país. En otras palabras, peinando a contrapelo las elites representativas de las diferentes regiones argentinas se perfila la condición social de los habitantes de la ciudad balnearia durante los veranos, al menos fue así en el cruce de los siglos XIX y XX.

¿Por qué es importante el lugar? Agulhon (1994, p. 57) dirá:

No existe asociación, ya sea informal (simple reunión de parroquianos) o formal (con estatutos, reglas escritas) sin que exista un lugar de reunión estable. Ese lugar es un bien material, un capital. Para el rico la dificultad no resulta grande. La sociabilidad informal de la vida de salón se lleva a cabo, precisamente en los salones, de las grandes viviendas aristocráticas o burguesas. La sociabilidad formal del círculo de hombres se lleva a cabo en un local alquilado o comprado por cooperación; con gastos, sin embargo, fáciles de sobrellevar. El obrero, en cambio, es muy pobre y vive en gran estrechez. El estudio de la sociabilidad obrera exige la pregunta: dónde se reunían [...].

La cita es precisa y nos invita a ensayar respuestas en torno a por qué en el cruce de los siglos XIX y XX, esta ciudad balnearia comenzó a distinguirse como el lugar preferido para pasar la temporada estival por las familias más importantes de Argentina en general y de Rosario en particular. El historiador es claro, las prácticas de sociabilidad de los sectores económicamente acomodados cristalizan en viviendas, construcciones, reglamentos, objetos tangibles e incluso ciudades o trayectos dentro de una urbe. Por el contrario, la sociabilidad obrera transcurre en contextos que, muchas veces, van redefiniendo su funcionalidad de acuerdo a

la actividad desarrollada. El ejemplo de la habitación para dormir alquilada y colectivamente compartida por los obreros y/o jornaleros era un lugar donde no solo se descansaba de la rutina sino que se conversaba de temas generales, se comía, se divertía y también se tramaban reclamos políticos o laborales. Esa superposición es justamente la que vuelve escurridiza la demarcación de la especificidad de las prácticas como así también el estudio de las huellas dejadas a lo largo del tiempo.

Ahora bien, Mar del Plata surgió como “el solar veraniego de las clases altas”. (PASTORIZA; TORRES, 2000, p. 49) Desde la década de 1880 y incluso hasta pasado el centenario, esas playas fueron la cita estival de las familias adineradas argentinas. Si en un principio el paisaje fue agreste pero atractivo para un pequeño círculo que, entre conversaciones, bailes, fiestas, comidas y luego baños de sol y de mar pasaba su verano, alojándose en hoteles. Esas familias no demoraron en construir sus propias casas de descanso logrando así que la fisonomía de la ciudad cambie. (PASTORIZA, 2011)

A partir de la inauguración del ferrocarril y la instalación hotelera, la ciudad comenzó a crecer rápidamente mientras las llegadas de los viajeros se intensificaban. Estos primeros veraneantes que se preparaban para una extensa temporada de tres meses – por lo que su desplazamiento implicaba también el oneroso traslado no sólo de las familias sino de todo su personal de servicio –, primeramente, adquirieron lotes y construyeron elegantes mansiones y chalets. Pero pronto, las ambiciosas demandas de la elite debieron ser satisfechas por el emplazamiento de los hoteles de lujo. Cuando en 1888 abrió sus puertas, el Hotel Bistol en una fiesta en la que se encontraba el vicepresidente de la Argentina, el Dr. Carlos Pellegrini, se estaba consagrando la ciudad de Mar del Plata como el lugar exclusivo de veraneo para las clases altas, adecuado al buen gusto de éstas, templado en las urbes europeas. (LARRINAGA; PASTORIZA, 2009)

Así, al menos dos circuitos sociales atraviesan la estructura de la ciudad, la de los habitantes del verano y la de aquellos que residen formalmente en el lugar, fundamentalmente actores vinculados a los servicios de los veraneantes. La elite itinerante buscó diferenciarse de los vecinos

permanentes definidos por prácticas de sociabilidad y comportamiento más modestos y replegados, elaborando una serie de rituales basados en la idea de buen gusto y en la construcción de una imagen distinguida caracterizada por el refinamiento, la excentricidad, los modales refinados, la sofisticación; puestos en juego para figurar, ver y ser vistos. (ZUPPA, 2004)

Sin embargo, esta exclusividad ostentada por las clases altas fue prontamente amenazada. Avanzada la segunda década del siglo XX la composición social de los sectores dominantes argentinos irá complejizándose y la presencia de “nuevos ricos” generará prejuicios y fenómenos de distinción en el mar. La ciudad balnearia por definición, en palabras de Elisa Pastoriza (2004, p. 83), “representó una muestra simbólica, una tribuna y vidriera privilegiada para el conjunto del país, caja de resonancia de tendencias y cuestiones que cruzaban y atravesaban su sociedad”.

Precisamente, la ya citada Elvira Aldao de Diaz (1924, p. 85-86) explicó:

Aunque el Ocean es visitado por numerosas familias, algunas concurren al salón y otras quedan en la parte externa. Aunque esto parezca una cuestión voluntaria, no lo es tanto. Esto surge de una sola causa: el entredicho latente entre las dos cremas, la batida y la sin batir.

Siguiendo la huella de la distinción, Elvira logra construir una taxonomía de las diferentes texturas que caracterizan a la crema – al conjunto de los turistas – que veranea en Mar del Plata en los años 1920. Por un lado, la crema de la crema o la crema batida, compuesta por las familias ilustres, cultas y adineradas del país. Se trata de los mentores del veraneo en el mar. Aquellos que gozan de las veladas acontecidas en los salones de Ocean Club o en los de las mansiones de La Loma. Son quienes, motivados por el “gusto de libertad” (BOURDIEU, 2000), viven, visten, comen, caminan y conversan en el marco de las buenas maneras y la cortesía. En cambio, la crema sin batir incluye a los advenedizos. Las familias de nuevos ricos que, infatuados por el dinero, quieren pertenecer a un mundo que, a todas luces, siempre se les revelará extraño.

Son los contingentes que poblarán los hoteles sencillos y que permanecerán en la vereda del Ocean.

Aunque la cuadrícula social parece claramente demarcada, existe en ella un punto misceláneo: la rambla. *Elvira Aldao de Diaz* (1924, p. 101) afirma: es

en la rambla, donde cambian los saludos las dos cremas. En plena brisa marina las cremas se entremezclan en algunos momentos, más (sic) no se funden nunca: la crema espesa es refractaria a la crema chirle. En lo que más discrepan las modalidades de las dos cremas es en la sociabilidad.

Sociabilidad que se distingue por los lugares donde acontece y por la forma y contenido de las prácticas. No obstante, el aspecto en el cual las dos cremas se distinguen enfáticamente es en la *cultura de la conversación*. (CRAVERI, 2004) Mientras que la crema batida se expresa regulada por reglas que rigen sobre: tonos, interlocutores, espacios y temas; la crema sin batir conversa animadamente sobre todo tipo de temas, sin respetar géneros o jerarquías y en cualquier sitio. Esa tensión que fija trayectos, recorridos y modos de habitar el verano, será transformada en noticia en las páginas de *La Capital* (1929).

El mar mirado desde la llanura: las notas de *La Capital*

Como dijimos, *La Capital* (1929) fue el medio de comunicación gráfico más antiguo de la ciudad y del país. El objetivo perseguido por esta publicación fue acompañar, desde un espacio independiente del Estado, la construcción de un paisaje urbano que ordenara las diferencias sociales que afectaban a la ciudad de Rosario. (CALDO, 2013; EUJANIAN; SAN ROMÁN, 1993) Su soporte editorial siguió los derroteros de todos los de su especie, teniendo primero un formato de página amplio que fue reduciéndose al ritmo de la ampliación de los públicos lectores y de maniobrabilidad de producto. De formato más pequeño, no así con menos secciones, el mundo de la política, de la economía, de la justicia y, entre

otros temas, la sociabilidad y el ocio se veían reflejados en sus páginas. Así, encontró su lugar la columna *Notas de Mar del Plata*. Esta no tenía un día fijo de aparición más su presencia en las páginas del diario era muy asidua, llegando a publicar una nota diaria, aunque a veces podían pasar dos o tres días entre una y otra. Generalmente, las *Notas de Mar del Plata* aparecían en la misma página de la columna *El Día Social* o que las noticias de *Deportes* y más raramente cerca de la sección “Pueblos y colonias”. No sólo su frecuencia era notable sino también su extensión, que, si bien variaba, muchas veces ocupaba más de mitad de página incluyendo en casi todas sus ediciones al menos una fotografía. En las imágenes que acompañaban el texto, podían encontrarse fotografías de personalidades destacadas, vistas de la ciudad, de sus más representativas edificaciones, o incluso, de casas privadas.

Esta columna sobre la ciudad balnearia no se atribuía a un autor en particular sino a “nuestra agencia y corresponsalía” y en el mismo tono recurría al plural (nosotros) para su escritura. Se estructuraba en base a una serie de subtítulos, la mayoría de contenido informativo, aunque también los había de opinión. Cada nota estaba compuesta por varios subtítulos, llegando en algunos casos a la decena.

Estos subtítulos representaban lugares, espacios o acontecimientos vinculados a la sociabilidad. Los más frecuentes eran los nombres de los hoteles con las listas de familias alojadas en ellos: Hotel Bristol, Hotel Nogaró, Royal Hotel, Hotel Odeon, Hotel Hurlingham, Regina Hotel, Victoria Hotel; las listas de alojados podían contener varias docenas de apellidos en la fórmula nombre y apellido del varón o sólo su/s apellido/s seguido de “y Sra., o y familia”.

Otros subtítulos estaban dados por lugares de recreación y socialización: Club Mar del Plata, Restaurante Conte, Teatro Trianón, Palace Theatre, Rotary Club, Club de Pesca, Glof Club, Club Pueyrredón. Bajo estos nombres en general, la narrativa pasaba por dos instancias, primero se anunciaba una actividad a modo de recomendación: te danzante, bailes, fiestas, *dinerdanzant*, concursos; luego de sucedida, en una nueva nota, se comentaba la misma, evocando generalmente con halagos, los mejores episodios, la música escuchada, el ánimo de los concurrentes o la duración de la reunión o festividad.

Un tercer grupo de subtítulos no referenciaban el lugar sino la actividad: Comida, Reunión, Excursión, Almuerzo. En general, estas actividades no eran promocionadas, ya que revestían carácter privado y no representaban una invitación pública a asistir ni a presenciar el acontecimiento. Por lo que las *Notas...* se limitaban a comentar, por ejemplo, que una familia había ofrecido un almuerzo en su residencia a sus “selectas amistades” o “en honor de su hija”, algunas veces se listaban los asistentes, en estos casos, poco numerosos.

Las actividades religiosas y benéficas también tuvieron su espacio en la columna. Bajo subtítulos como Obras de beneficencia, Pro Hospital, Pro Colegio Stella Maris, Colonia de Niños, Cultos Religiosos; se listaban este tipo de actividades con una cuidadosa referencia a los miembros, generalmente damas distinguidas, que constituían las comisiones.

Dentro de estos subtítulos, además de promocionar las actividades y recomendar al veraneante programas para realizar durante su estadía en Mar del Plata, *La Capital* (1929), lejos de ser un comentarista pasivo, emitía opinión acerca de los eventos, a saber, sobre cómo debían realizarse las fiestas o los concursos. Pero también se emitían críticas a las autoridades, a la legislación vigente, a la organización del tráfico, a ciertas dependencias como la Oficina de Correos, y al Estado en general por no ocuparse de las instituciones públicas.

Los y las veraneantes

si preguntamos, ¿para quiénes y sobre quiénes escribe *La Capital*? La respuesta es: para los veraneantes. Estos son varones, mujeres y niños que tienen la posibilidad de suspender sus rutinas para instalarse en la villa balnearia durante la temporada estival. El veraneante también es nombrado por el calificativo de viajero, más nunca como turista. Pese a que en los años 1920 la figura del turista ya existía, el diario evita la expresión. Entendemos que el turismo es una expresión que recorta un tipo de viaje “organizado y prescripto” (MISERES, 2017) os viajeros provenientes de las clases altas de fines de siglo XIX evitaron ser definidos como turistas, ya que estos últimos no gozaban de la experiencia

distintiva y exclusiva que permitía el contacto y la familiaridad con la ciudad que los hospedaba, a tal punto de concebirse como conocedores de sus secretos. El turista, que carece de la extensión de tiempo necesaria para el logro de tal familiaridad, se limita, muchas veces, a recorrer las ciudades de forma solitaria y anónima. (MISERES, 2017)

Por ello, el diario omite la categoría de turistas, utilizando como ya dijimos, el adjetivo de viajero o veraneante. Precisamente, son éstos quienes se encuentran en posición de prolongar su estadía durante todo el período estival hasta incluso los inicios del otoño. Necesariamente el veraneante es quién puede pausar sus actividades por esa larga temporada y disponer de un tiempo improductivo en términos económicos para dedicarlo, en cambio, al ocio y la recreación. Sólo un determinado sector social puede, en los albores del siglo XX en Argentina, permitirse tan onerosa travesía.

La Capital (1929) los distingue, y menciona a estos habitantes del verano con nombre y apellido. Gran parte de la columna se limitaba a la confección de largas listas de familias que arribaban al balneario, indicando siempre su lugar de hospedaje y/o su presencia en los principales eventos de sociabilidad. En estas nóminas no se distinguen procedencias regionales, dando a entender que los lectores tenían la capacidad de hacerlo o que no era un dato relevante en tanto se pintaba la postal de los veraneantes. Pero, sí aparece una clara demarcación generizada de las familias. A quien se privilegia presentar es al varón dueño del apellido, en tanto la mujer se presenta como “señora de” y los hijos también unidos al núcleo por la preposición “de”. Así, la asimetría entre los géneros se hace explícita. Las mujeres sólo son individualizadas cuando no pueden listarse en compañía de un varón, suponemos que éstas son viudas distinguidas, sin embargo, la presencia masculina se refuerza igualmente en la fórmula “de” y el apellido del difunto esposo.

Otro caso en que las mujeres son reconocidas por su nombre y apellido, es cuando ellas participan de instancias consideradas eminentemente femeninas, por ejemplo, las damas fundadoras de comisiones de beneficencia o las jóvenes participantes de un concurso de belleza. Justamente, la rambla, la playa, los clubes son pasarelas donde las damas pueden lucir su belleza natural como así también la capacidad de

consumo. Vestuario, joyas, zapatos, cosméticos entre otros objetos aparecen como elementos de distinción y posicionamiento social. (KACZAN, 2013; ZUPPA, 2013)

Desconociendo a los ciudadanos marplatenses y sus necesidades y costumbres, el diario interpela directamente a los veraneantes y se erige como defensor de sus intereses. En repetidas ocasiones, la columna se pronuncia en animosas críticas a todo lo que considera un obstáculo o una injusticia para aquellos, sin importar si para su defensa debe arremeter contra autoridades municipales, provinciales u organismos de relevancia nacional.

Si tomamos como referencia el verano de 1929, podemos encontrar varias muestras de la postura del periódico rosarino en apoyo a los veraneantes. A continuación, transcribimos dos fragmentos, el 24 de enero *La Capital* (1929, p. 12, énfasis nuestra) exponía:

Trabas a los veraneantes: Las dificultades con que tropiezan los veraneantes en Mar del Plata, se ven ahora aumentadas con la nueva actitud del Banco de la Nación, de no reconocer la libreta de enrolamiento y cédulas de identidad, como documento fehaciente para el pago de los giros. Otra innovación perjudicial es la de no pagar los giros librados por otra sucursal a la casa central, salvo que el destinatario tenga cuenta corriente o firma registrada. Esta actitud de molestar inútilmente, ha sido adoptada sin dudas para ponerse a tono con las autoridades provinciales, y a sus exigencias de que todo bañista debe forzosamente tomar boleto en un balneario y debe abstenerse de todo deporte que no sea la natación y el baño, y sobre todo de tomar baños de sol que están severamente prohibidos. Los niños tampoco han escapado a las consecuencias de esta manía prohibicionista, y no pueden llevar a la playa sus más inocentes juegos, sin incurrir en sanciones penales. Creemos sinceramente que raya en lo ridículo este afán de poner dificultades a quienes solo desean pasar aquí la descansada vida.

Y sólo unos días más tarde, el 5 de febrero, esbozaba una fuerte crítica a las autoridades municipales:

Los abusos: Indudablemente que nos agradaría mucho más elogiar que criticar, más esta vez (siempre poniéndonos del lado del público) no queda más remedio que puntualizar. Es así que nos llegó una advertencia y un pedido. Hay sobre la playa Bristol un restaurant o bar o lo que sea donde llama la atención del viajero un único cartel como de remate, con ésta o parecida leyenda: Mariscos, pescado fresco, pescaditos fritos, etc. ¿Quién no se siente a esa hora (1 p.m.) tentado y dispuesto a devorarse unos langostinos? Pero como nada advierte el abuso posterior a la injerencia de tan apetitoso manjar, las gentes piden sin economía y luego se dan cuenta de que han incurrido en un gran error: el precio. Allí no se cobra caro. Allí se saquea al pobre y desprevenido cliente, obligándole a desembolsar una suma exajerada (sic). [...] Ahora bien ¿Por qué no instala la municipalidad pequeños kioskos para la venta de pescado fresco y mariscos? ¿Y por qué no, como en Bruselas, figones limpios y relucientes dónde se pudiera por unos céntimos darse el gusto de comer unos mariscos con papas fritas? Sobre todo, la municipalidad marplatense dispensa irritante protección a los pescadores y otros sujetos perjudicando al público, cuando lo justo sería proteger (sic) a éste contra aquellos...Algo debe haber en Mar del Plata que escapa todavía a nuestras luces. Pero por más ocultos que estén esos intereses sabremos descubrirlos. (LA CAPITAL, 1929, p. 9, énfasis nuestra)

Muchas veces más, a lo largo de las *Notas...*, el diario reforzará su posición criticando los servicios de correo, la organización del tránsito o cualquier reglamentación que entorpezca la experiencia de los veraneantes, en quiénes no ahorra líneas al indicar con halagos su distinción e importancia.

Por otro lado, *La Capital* (1929) también aparece como un agente proactivo a la hora de sugerir actividades, entretenimientos y también de gestionarlos por medio de su corresponsalía en la ciudad, de modo que la oferta recreativa sea siempre la que considera adecuada a los visitantes. Todo su discurso se orienta en favor del veraneante, especialmente los distinguidos, aunque también a otros viajeros de posición menos favorecida; por sobre los intereses gubernamentales o de los residentes estables de la ciudad.

Añorar el pasado, ordenar el presente

La figura del veraneante como representante de los círculos más selectos y distinguidos del país, exponente del buen gusto, pronto mostró fisuras cuando se produjo, primero, el advenimiento de los “nuevos ricos”, y luego, el definitivo paso de un modelo de ocio aristocrático a otro más democrático en la década bisagra de 1930. (LARRINAGA; PASTORIZA, 2009)

Dos voces, aunque diferentes entre sí, nos permiten hacernos eco de las transformaciones en Mar del Plata y de los viajeros que llegaban a ella. Retomamos, en primera instancia, el relato autobiográfico de Elvira Aldao, al que hacíamos referencia en el primer apartado, que ilustra la añoranza de la elite aristocrática por los veranos de fines de siglo. (CALDO, 2010) Pocos años más tarde, *La Capital* (1929) hace lugar a una nueva tensión, ya no entre la aristocracia de origen y la aristocracia del dinero, sino entre las clases altas y las clases más populares que comienzan a acceder al balneario modestamente en los años 1930 y definitivamente con el advenimiento del peronismo. Los tiempos de los veraneantes aristocráticos terminarían simbólicamente con la demolición de la Rambla Bristol, que a su vez, señalaría el inicio de Mar del Plata como balneario de masas. (PASTORIZA; TORRES, 2002)

Nos centramos en el primero de los relatos. Elvira Aldao, nacida en Rosario en 1858, fue parte de una de las familias más distinguidas de la provincia de Santa Fe, los Aldao-Cullen, estirpe vinculada al pasado

colonial, a la explotación y propiedad de la tierra. Como ya dijimos, en su madurez, escribió un libro de memorias titulado *Veraneos marplatenses*, con tono de ensayo autobiográfico. Allí puso en palabras el primer nudo de tensión que mencionábamos, cuando el balneario aloja ya no sólo a las familias más ilustres sino también a una nueva aristocracia proveniente del comercio y los negocios. Lejos de estar conforme con la sociabilidad marplatense de los años 1920, la autora establece un juego de espejos entre el pasado y el presente de dichas prácticas, cuyo sentido final podemos percibir en algunas frases frecuentemente repetidas. Dice: “¡Con qué hondas remembranzas se contemplan esos grupos del pasado! [...] ¡Qué abismo separa las dos épocas!”. (ALDO DE DIAZ, 1924, p. 27-35) Épocas y grupos han cambiado, logrando que la misma Elvira se sienta extraña y, muchas veces, incómoda en el nuevo acontecer.

Ella añora una Mar del Plata que describe como un territorio casi virgen, que reposaba a la vera del mar. Invitadas por aquella belleza natural, en el año 1887, algunas pocas familias, las más ilustres del país, encontraron un refugio donde pasar los días del verano. Pocos son los puntos en los que se detenían los itinerarios trazados por los primeros veraneantes. Por entonces eran escasos, porque había una incipiente construcción edilicia, contrastada por la sobreabundancia de naturaleza. En la temporada de 1887-1888, sólo contaban con las instalaciones del Grand Hotel, emplazado frente al inmenso mar. De esta forma, las familias, al llegar, se hospedaban en dicho hotel, sitio que les ofrecía sus instalaciones para las reuniones de salón, como así también un rápido acceso a la playa, que dormitaba frente a su fachada. El itinerario diario consistía en: paseos matutinos por el campo o la playa, donde generalmente almorzaban en comunión con la naturaleza. Por las tardes, tomaban “amistosos baños” en el mar y luego, por las noches, se realizaban banquetes, bailes y, nuevamente, caminatas en la playa.

Pero la postal de aquel primer verano en el mar, cambió radicalmente en la segunda temporada. El verano de 1888-1889 trajo consigo la inauguración de la Rambla y del Hotel Bristol, que, erguido frente al Grand Hotel, ocultó la vista directa del mar. A medida que nos aproximamos al siglo XX, Mar del Plata fue ampliando su estructura urbana y, en consecuencia, de año en año arribaban mayores contingentes de

visitantes. En sintonía con ello, con cada temporada el Hotel Bristol iba imprimiendo innovaciones edilicias. Cambios aceleradores del proceso de distinción social (BOURDIEU, 2000), que colonizaba las playas e impregnaba las prácticas de sociabilidad. Justamente, el avance del siglo XX trajo consigo modificaciones que, si bien contribuyeron a complejizar la estructura urbana, enrarecieron el ambiente. Es decir, Mar del Plata comenzó a modernizar su estructura urbana. Elvira Aldao de Diaz (1924, p. 47) se lamenta y afirma:

Mar del Plata, al engrandecerse, ha dejado de pertenecer exclusivamente a la alta clase – descubridora de sus ventajas veraniegas –, para entregarse a todas las clases sociales, hoy pertenece a todo el mundo; hasta los mendigos de la capital veranean en sus brisas saludables.

Ella extraña los veranos de antaño. Los nuevos tiempos, no sólo democratizaron el acceso a la villa, sino que también cambiaron las formas de relacionarse entre los sexos. Varones y mujeres, semidesnudos, se mezclaban anárquicamente. Pero peor aún resulta la postura de las damas, quienes se habilitaron para jugar, fumar, aligerarse de ropas en público, etc. *Modas* que horrorizan a nuestra Elvira, impulsándola a tomar su pluma para escribir su malestar con la naciente cultura del verano.

Ahora bien, pocos años más tarde en sus notas, *La Capital* (1929) retoma esta tensión presente en el relato de Elvira. Sin embargo, su postura será mucho más ambigua que la de la ilustre rosarina. A pesar de erigirse como un defensor del buen gusto y la sofisticación, cuela entre sus líneas un *aggiornamento* del discurso que cuestiona apenas la añoranza de los sectores más encumbrados pero que permite pensar en una Mar del Plata algo más plural y al alcance de todos. Al respecto, puede leerse en la columna en el verano de 1929.

Guía del viajero: Sin pretender desvirtuar la utilidad de las agencias de información para los viajeros, creemos sumamente útil dar ciertos datos que puedan guiarlos en estas

playas. Mar del Plata es para todos los bolsillos, desde el más rico hasta el más modesto, hay hoteles, pensiones desde cuatro pesos diarios, todo incluido, hasta el gran hotel de lujo, que cobra veinte y cinco pesos diarios. Los gastos de transporte son ínfimos, el pasaje de ida y vuelta a la Capital Federal cuesta cuarenta pesos incluyéndole pequeños gastos se eleva a cincuenta. Aquí los autos y los coches tienen taxímetros, hay tranvías y ómnibus para los puntos más lejanos e interesantes, de tal manera que las excursiones pueden hacerse con muy poco dinero. Esto es muy importante, esto es lo que debe saber toda la persona que esté en condiciones de veranear. Y en cuyo servicio nuestra sucursal en Mar del Plata dará todos los informes que se le soliciten. (LA CAPITAL, 1929, p. 11, énfasis nuestra)

Y también,

Vista aérea de Playa Grande: La Playa Grande es algo como el resurgimiento de ese Mar del Plata antiguo, que tanto se complacen en evocar los que critican este Mar del Plata de hoy. Es la playa con sus casillas de madera, sus carpas y toldos pintorescos y con un enorme espacio, donde poder pasear y tomar el sol [...]. (LA CAPITAL, 1929, p. 11, énfasis nuestra)

Aunque estas notas no sean las dominantes, y el tono de la columna siempre se acerque más al reconocimiento de los veraneantes más distinguidos, listados por nombre y apellido en sus espacios de sociabilidad públicos como las fiestas, los té, o los bailes, y en su ámbito más privado, representado por reuniones más selectas desarrolladas en el círculo de amistades más íntimas; los fragmentos citados nos permiten entrever los inicios del cambio de fisonomía, no sólo del balneario, sino de los veraneantes, cada vez más próximos a la figura del turista. Y aquellos que añoran los tiempos de ayer, el Mar del Plata antiguo, parecen presentar cierta incomodidad a la voz del periódico, que indica que, si bien en circuitos sociales, de recreación y consumo claramente

delimitados y diferenciados – no es lo mismo el hotel de veinticinco pesos que el de cuatro, eso está claro – el balneario puede ser accesible a todos los bolsillos.

La mala educación

Ser parte de los veranos en el mar implicaba además de capital económico, poseer capital cultural, ese que permite disfrutar del gusto de libertad. (BOURDIEU, 2000) Uno de los componentes más exquisitos del capital cultural de los veraneantes fue el conocimiento y destreza en el manejo de la urbanidad, que permitía a los varones y a las mujeres comportarse correctamente en sociedad. El buen desempeño en sociedad implicaba la aceptación social o el rechazo, la vergüenza y el ridículo. (GODOY, 2017) Así, para ser aceptados había que ser parte de los bien educados.

Qué prácticas de sociabilidad desplegaron los veraneantes: bailar, comer, conversar, hacer deportes – primero tiro de paloma y luego el Golf –, bañarse en público, jugar en el casino, caminar, pasear, comprar, entre otras. No obstante, además de las formas permitidas, están aquellas otras consideradas “ridículas” o también prohibidas. Para habitar el verano y no desfallecer en el intento, había que manejar las reglas de la urbanidad y de las buenas maneras. Los expertos en ellas fueron los protagonistas del universo selecto del verano; los otros, los que las desconocían, pasaron a formar parte de las “cremas sin batir” o de los “igualados” que, queriendo ser y pudiendo serlo gracias al dinero, nunca estarían, en la visión de éstos, a la altura de los grupos selectos.

La lectura de las diferencias sociales estaba, sin duda, ligada a los modales, y los veraneantes, conscientes de ello, esgrimían un juego social en el que las manifestaciones el rostro, el hablar poco, la sobriedad, la armonía en los movimientos, debían caracterizar las exhibiciones en público; elaborando una pantalla visual caracterizada por la discreción, el encanto, y la gracia en los movimientos. (ZUPPA, 2004) Se apelaba constantemente al buen gusto, el cual tendía a la homogeneización

social. (LARRINGA; PASTORIZA, 2009) El diario lo expresaba en las siguientes palabras:

[...] ayer estuvo muy concurrida la rambla Bristol. Y en la amalgama, curiosa y pintoresca, era difícil hasta para el observador sagaz, descubrir notas disonantes o ridículas, todo tiene una homogeneidad de indudable buen gusto, de suerte que, el caricaturista, pronto siempre a descubrir el rasgo explotable, se ve defraudado. Progresamos de una manera indudable. (LA CAPITAL, 1929, p. 9)

Sin embargo, el tiempo del veraneo también implicaba la pausa en el disciplinamiento de las conductas habituales, por lo que se permitían la experimentación y la manifestación de ciertos permisos y licencias que, en las cercanías del mar, eran leídas y toleradas como extravagancias o excentricidades circunstanciales. (ZUPPA, 2004) Pronto, estas licencias se extendieron hasta límites que desafiaron los códigos de urbanidad de las élites, y allí, la voz de *La Capital* (1929, p. 9, énfasis nuestra) se alzó en favor de las costumbres más conservadoras en más de una ocasión:

La mala educación: Días pasados en una fiesta que se realizaba en el Club Mar del Plata, tuvimos la desagradable oportunidad de encontrar gente mal educada. Unos juvenuelos bien vestidos, bien peinados y con evidente elegancia daban la sensación agradable de personas civilizadas. Pero todo se reducía al aspecto exterior, según se verá. En efecto, tan pronto como dichos mozalbetes creyeron oportuno hacer las galas de su ingenio comenzaron a dar gritos y a golpear sobre la mesa, amén de otras manifestaciones de incultura. Los mal educados recibieron una lección más paternal que severa, pero como esto no es suficiente, menester sería proceder con más energía si el hecho se repite, castigando sin contemplaciones a los patoteros.

La cita deja al descubierto que el hábito no hace al moje, por el contrario, más allá del refinamiento en el vestuario que fácilmente da el dinero, los modales, portes y conductas son la clara expresión de un proceso educativo minucioso y de clase. La nota enuncia la mala conducta de los jóvenes, pero también observa la levedad del castigo que, quizás, no alcanza a reparar conductas. Es justamente un problema de educación lo que termina marcando la cartografía social que distingue los trayectos de los veraneantes.

Los mal educados: Hay un grupo de mocitos, bastante numeroso desgraciadamente, que hace gala de su incultura con tanto entusiasmo que, parecería quisieran imponer sus modalidades. Estos mocitos, en general hijos de buenas familias, de padres muy serios pero débiles de carácter, no tienen freno para manifestar su grosera mala educación en cuantas oportunidades les salga al paso. La Rambla, la playa, el club, el teatro, todos son lugares propicios para demostrar su grosería. Con estos mocitos se renueva aquella extinguida 'patota' que puso su sello desagradable en nuestras grandes ciudades, sobre todo en Buenos Aires, pero que desapareció ante la acción enérgica de un jefe de policía, ducidido (sic). Estas patotas incipientes, que se manifiestan aquí en forma que mortifica, deben ser reprimidas, sino por la acción policial, por la acción de la gente seria, que, si se pone en tarea lo consigue inmediatamente. La mala educación que, siempre traduce más que la falta de un hogar de buenos ejemplos, la calidad de los sentimientos del sujeto, se ha visto admirablemente representada en el último baile de Bristol donde, en pleno salón, los mocitos fumaban tranquilamente, vestidos, en su mayoría, con trajes de playa. Se nos ocurre que, en ese ambiente se les debió reprimir de inmediato, evitando así otras manifestaciones que, pretendían ser ingeniosas y no alcanzaban más que a revelar la pobre educación del protagonista. Si hemos alcanzado un grado de cultura

envidiable, no es justo que los desvaloricen estos mocitos irresponsables, a los que, repetimos, no costaría ningún esfuerzo ponerlos en vereda, todo está en que la gente se decida a hacerlo. (LA CAPITAL, 1929, p. 8, énfasis nuestra)

Esa mala educación que los varones expresaban con sus voces, gesticulaciones y conductas, las integrantes del género femenino podían exponerla con su vestuario. La exposición del cuerpo, tanto en la playa como fuera de ella, también fue una cuestión vinculada a la buena – o mala – educación, ya que planteaba un doble problema, vinculado al aspecto social y también a las cuestiones morales. (KAUFMANN, 2011) Las regulaciones respecto al traje de baño podían encontrarse desde las revistas femeninas que establecían las conductas aceptadas, hasta ordenanzas municipales que implicaban labrar un acta a aquellos bañistas que quisieran mostrar la pierna desnuda por encima de la rodilla. (KACZAN, 2013; ZUPPA, 2004, 2013) Las modas también podían entrar en contradicción con los preceptos estéticos y morales de las clases altas, y aunque no significaran una sanción legal, si la recibían en términos sociales. Nuevamente, las *Notas...* nos permiten ilustrar la reacción de los veraneantes más distinguidos:

Demasiado a la moda: Naturalmente que la discreción no es patrimonio de todo el mundo, ni de la edad, ni de la inteligencia. Hay gente de gran talento, y hay gente muy vieja que, no han aprendido a ser discreta. Y así se diría que, la discreción es una flor rarísima que no florece en cualquier vergel. Estas reflexiones, archifilosóficas, nos la sugiere la contemplación de tanta mujer elegante, joven y bonita que, por querer estar bien, demasiado bien, pues...está mal. La pollera, que ya se va (sic) se usa a una altura poco discreta, ha sufrido últimamente un corte atentatorio; atentatorio a la moral y a la estética. A la moral porque, atropellan un poco el pudor, y a la estética, porque decididamente, la figura va perdiendo altura y resulta fea. Estar demasiado a la moda es quizá peor que estar fuera de moda. Pero vaya

uno a predicar a gente convencida...Con todo, cumplimos con nuestro apostolado de controlar la vida. (LA CAPITAL, 1929, p. 12, énfasis nuestra)

La primera parte, nos dice que la discreción, el buen gusto, no son exclusivos de la edad o de la inteligencia ¿Quién los posee de manera excluyente, entonces? Inferimos que es una cuestión de prestigio ligada estrechamente a la pertenencia de clase. Ahora bien, llamamos especialmente la atención a la última frase de la nota, que funde cruzada moral y también religiosa y equipara el control sobre la indumentaria femenina con el control sobre la vida. Parece ser algo más profundo que el mero decoro, algo del orden del honor, un honor no sólo personal, sino familiar (del padre, del marido), se juega en el cuerpo y en el comportamiento de las mujeres. Cuestión de primer orden que no se negocia ni aún en el ambiente más relajado del veraneo.

Finalmente

Cuando un medio de prensa gráfica situado en la llanura mira los veranos en el mar, lo hace para ofrecer información a los veraneantes desconociendo, en principio, que esa vida social estival se despliega sobre una trama urbana que posee una población estable. Así, *La Capital* (1929) interpeló y defendió a los viajeros del verano. Asimismo, las noticias comentadas resultaron ambivalentes en tanto intentaron aferrarse a un pasado, donde un selecto grupo accedía al mar, pero no pudieron evitar que las transformaciones del presente lo transfiguraran invitando así a otros y otras, ahora en clave de turistas – tiempos pautados, cortos, económicos. Así, los de siempre convivieron con los nuevos. Estos últimos necesitaban ofertas, permisos y habilitaciones para disfrutar de aquello que los de siempre resolvían sin mayores preocupaciones.

Capital cultura y capital económico eran las condiciones de posibilidad de los veraneantes. Por lo cual, la década del 1920 provocó el advenimiento de los nuevos ricos logrando que la crítica social se aferró a ciertas normas de urbanidad de elite para marcar la distinción.

Es decir, todos poseen dinero para pertenecer pero no todos manejan las reglas de la sociabilidad que habilitan el ingreso y permanencia en los lugares privilegiados.

La riqueza que aporta la dinámica de la sociabilidad de los años 1920 es juntamente esa yuxtaposición de sectores sociales que comienzan a democratizar sus prácticas generando procesos de inclusión-excluyente. Esta tensión recorre las diferentes notas del diario. Por un lado, las editoriales juzgan conductas que reconocen la no pertenencia a las elites, pero, por otro, cuestionan precios y condiciones de acceso.

No obstante, para el caso de las mujeres parece seguir gravitando una lectura de las prácticas y conductas en clave doméstica que insiste, más allá de las condiciones materiales, en el pudor y el cuidado moral. En otras palabras, la conducta de la muchacha es el termómetro que permite mensurar la calidad de las familias. Así, el buen gusto en el vestir implica simpleza, delicadeza y decoro.

Finalmente, que el medio gráfico más importante de una ciudad comercial y portuaria dedique una columna de profusa salida a reseñar acontecimientos durante los veranos en el mar, invita a pensar que Mar del Plata tenía una relevancia que trascendía sus límites geográficos para volverse nacional. Esta preeminencia estaba dada por ser el lugar elegido por los grupos sociales destacados para experimentar el ocio, momento de suspensión de las rutinas que, en diálogo con las prácticas de sociabilidad, nos devuelve una postal de momentos donde el amor, los negocios y la política se mixturaban relajados y con otros ritmos para generar las solidaridades y amistades que luego, una vez en la rutina, marcaban los rumbos del país. Mar del Plata fue el lugar elegido por las elites, por eso los órganos de prensa oficializados hablaban de ella. No para reseñar lo genuinamente marplatense, sino para seguir la dinámica de sociabilidad de estos grupos veraneantes.

Referencias

AGULHON, M. *El círculo burgués. La sociabilidad en Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2009.

- AGULHON, M. *Historia vagabunda*. Etnología y política en la Francia contemporánea. México: Instituto Mora, 1994.
- ALDAO DE DIAZ, E. *Veraneos Marplatenses*. De 1887 a 1923. Córdoba: Buena Vista Editores, 1924.
- BOURDIEU, P. *La distinción*. Criterio y bases sociales del gusto. España: Taurus, 2000.
- CALDO, P.; FERNÁNDEZ, S. Sobre el sentido de los social. Asociacionismo y sociabilidad. Un breve balance. In: FERNÁNDEZ, S.; VIDELA, O. (coord.). *Ciudad oblicua*. Aproximaciones a temas e intérpretes de la entreguerra rosarina. Rosario: La quinta pata & camino, 2009. p.145-151.
- CALDO, P. Las cocineras de La Capital. Lectoras, amas de casa, ecónomas, consumidoras y saberes femeninos: una experiencia rosarina (1930-1945). *Revista Sociedad y Economía*, Lima, n. 24, p. 47-70, 2013.
- CALDO, P. Los recuerdos de Elvira Aldao de Díaz... O una mirada femenina acerca de los espacios y de las prácticas de sociabilidad durante los veraneos marplatenses, 1887-1923. *Revista de la Escuela de Historia*, Salta, v. 9, n. 2, p. 1-24, 2010.
- CRAVERI, B. *La cultura de la conversación*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- EUJANIAN, A.; SAN ROMAN, S. El papel de la prensa en la constitución de un orden urbano en Rosario hacia fines del siglo XIX. La Capital de Rosario, 1890-1893. *Anuario de la Escuela de Historia*, Rosario, n. 15, p. 117-126, 1993.
- GODOY, C. La memoria de la lectura: las virtudes privadas y los valores públicos en los manuales de buenas maneras. *Historia Regional*, Villa Constitución, n. 37, p.129-143, 2017.
- KACZAN, G. P. Belleza, salud, aire libre. Montaje de la apariencia femenina a orillas del mar (circa 1920-1940). *Arenal – Revista de historia de las mujeres*, Granada, v. 20, n. 1, p. 159- 157, 2012.
- KAUFMANN, J.-C. *Cuerpos de mujeres, miradas de hombres*. Sociología de los senos desnudos. Santiago de Chile: LOM ediciones, 2011.
- LA CAPITAL. Rosario: Santa Fe, 1867-. 1929. Consultado en Biblioteca del Consejo de Mujeres de la Ciudad de Rosario.

- LARRINAGA, C.; PASTORIZA, E. Dos balnearios atlánticos entre el fin de siglo y la crisis del treinta, San Sebastián y Mar del Plata. Un ejercicio comparativo. *Historia Contemporánea*, Madrid, n. 38, p. 277-310, 2009.
- MISERES, V. *Mujeres en tránsito*. Viaje, identidad y escritura en Sudamérica (1830-1910). Chapel Hill: University of North Carolina at Chapel Hill, 2017.
- PASTORIZA, E. *La conquista de las vacaciones*. Breve historia del turismo en la Argentina. Buenos Aires: Edhasa, 2011.
- PASTORIZA, E. Sociabilidad política en Mar del Plata. Manifestaciones discursivas y enfrentamientos en torno a las elecciones del 24 de febrero de 1946. In: ZUPPA, G. (ed.). *Prácticas de sociabilidad en un escenario argentino*. Mar del Plata 1870-1970. Mar del Plata: Universidad de Mar del Plata, 2004. p. 81-105.
- PASTORIZA, E.; TORRE, J. C. La democratización del bienestar. In: TORRE, J. C. (ed.). *Los años peronistas (1943-1955)*. Nueva Historia Argentina. Buenos Aires: Sudamericana, 2002. p. 257-312. Tomo 8.
- PASTORIZA, E.; TORRE, J. C. Mar del Plata, un sueño de los argentinos. In: MADERO, M.; DEVOTO, F. (ed.). *Historia de la vida privada en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000. p. 49-77. Tomo 3.
- PIGLIA, M. *Autos, rutas y turismo*. El Automóvil Club Argentino y el Estado. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.
- ROCCHI, F. Inventando la soberanía del consumidor: publicidad, privacidad y revolución del mercado en argentina, 1860-1940. In: DEVOTO, F.; MADERO, M. (dir.). *Historia de la vida privada en argentina II. La Argentina plural: 1870-1930*. Buenos Aires: Taurus, 1999. p. 312-322.
- ZUPPA, G. *Bajo otros soles*. Mar del Plata 1900-1970. Mar del Plata: Universidad de Mar del Plata, 2013.
- ZUPPA, G. Prácticas de sociabilidad en la construcción de la villa balnearia. Mar del Plata y el acceso al siglo XX. In: ZUPPA, G. (ed.). *Prácticas de sociabilidad en un escenario argentino*. Mar del Plata 1870-1970. Mar del Plata: Universidad de Mar del Plata, 2004. p. 52-79.

UN BALANCE METODOLÓGICO Y CONCEPTUAL ENTORNO A LOS ESTUDIOS REGIONALES Y LOCALES

*perspectivas comparadas de viajeros
sobre el ámbito regional santafesino*

RONEN MAN

Introducción

Este capítulo se inscribe en una línea de trabajos previos realizados por el autor, desde la intención fundamentalmente de ampliar el marco espacial, bajo la propuesta de realizar un análisis en escala y de carácter comparativo, entre dos urbes singulares de la realidad regional santafesina; la ciudad sureña de Rosario y la capital Santa Fe. A su vez, en cuanto al recorte temporal se propone delimitarlo al contexto de la década del Centenario, en torno a los años de 1910.

Se plantea como un análisis sustentado desde un marco teórico que pone su eje en una nueva historia social, atravesada por una renovada “historia cultural” (BURKE, 1993; CHARTIER, 1992); así como en los aportes de las historias regional y local. (BANDIERI, 2001, 2008; CARBONARI; 2009, 2019; CERUTTI, 1989b; FERNÁNDEZ, 2001, 2007) Estas se justifican en la dificultad de reconocer una historia homogénea en los márgenes del Estado Nacional y desde la convicción que los postulados elaborados desde ámbitos centralizados no pueden extenderse ingenuamente hacia

áreas regionales periféricas. Ante esto se propone como principio conceptual privilegiar los espacios descentralizados. Partimos de la convicción de que las dimensiones espaciales más modestas de los estudios regionales permiten una solidez en las conclusiones cualitativamente diferentes a las producidas en ámbitos globales/nacionales. Estos aportes en apariencias “marginales” servirían, en palabras de Raúl Fradkin (2001), para deconstruir ciertas imágenes historiográficas estereotipadas que se apoyan en evidencias empíricas parciales no mensuradas en su nivel de representatividad, pero que, paradójicamente, terminan transformándose en auténticos paradigmas simplificadores y homogeneizantes del conjunto, elaborando una “historia” supuestamente “nacional” al extender conclusiones fragmentarias elaboradas sobre recortes particulares sin realizarse estudios empíricos de base suficientes.

A su vez, la extensión espacial del objeto de estudio está sustentada metodológicamente, ya que no entendemos al “ámbito regional” como un territorio delimitado de previamente de antemano, sino como un “espacio social” flexible que puede desbordar – por momentos, con amplitud – a una región geográfica y territorialmente (pre)determinada. (CERUTTI, 1989b) Por lo tanto, se debe considerar a la región como un “sistema abierto” (DE JONG, 2001), como un objeto que se aborda mediante sucesivas aproximaciones, siendo el propio objeto de estudio el que produce la (re)definición del espacio en el proceso. Por ello es fundamental destacar desde una perspectiva teórica constructivista que la historia regional no parte de apriorismos teóricos, sino que partiendo de una metodología constructivista, está dispuesta a aceptar que las definiciones conceptuales se van produciendo en la medida en que avanza la experiencia de la investigación. Metodológicamente la validez de la perspectiva regional no se ve alterada por el hecho de reconocer que los espacios a estudiar pueden ser modificados en el trascurso de la investigación según se constaten ciertos fenómenos o variables, sino que inversamente ese factor contribuye a su dinamismo.

Tras una notable y perdurable determinación de la historia económica en las caracterizaciones espaciales durante los momentos inaugurales de las perspectivas regionales – Assadourian, Cerutti, Bandieri –, en la

actualidad, sin embargo, es posible trazar otras dimensiones analíticas que desplacen la centralidad de la clave económica a la hora de plantear los alcances del “ámbito regional”, en el cual las cuestiones relacionales y de sociabilidad, así como las culturales e identitarias, puedan ser también válidas para trazar nuevas dimensiones, que justamente partan de la centralidad de los actores y los sujetos involucrados en términos construccionistas y sin ningún tipo de apriorismo metodológico.

Otra apreciación de método fundamental es la importancia de introducir dimensiones espaciales de menor escala que permitan un manejo más sistemático y operativo de las fuentes y los datos, inscribiendo las evidencias empíricas locales en un contexto que les otorgue sentido comparativo. En la búsqueda que esta historia hace del accionar concreto de los actores y sujetos reales y sus experiencias vitales, al margen de las estructuras normativas omnipresentes, se entiende que la vida real siempre tiene un locus concreto, en el que mujeres y hombres en tanto actores sociales desarrollan sus acciones, en un contexto eminentemente localizado y no genérico. (SERNA; PONS, 2002, 2007) Es fundamental destacar que la historia regional no es, y no puede ser, una versión a escala más reducida de la “historia nacional” ya que, con las mismas precauciones que nos legaron los microhistoriadores, el enfoque regional no condice con la verificación en ámbitos reducidos de “modelos generales”. (LEVI, 1993)

A su vez, siguiendo los lineamientos del giro espacial y partiendo de una caracterización de lo regional desde una perspectiva de no contigüidad, privilegiando la posibilidad de trazar zonas y ámbitos donde puedan pensarse relaciones que abarquen realidades más allá de los puntos cardinales aislados que puedan separarlos desde una perspectiva territorialista, privilegiando en cambio la capacidad de trascender límites y barreras muchas veces impuestas arbitrariamente.

Por lo tanto, en este trabajo se indagará en las distancias y semejanzas entre ambas ciudades santafesinas, en cuanto a la constitución de sus concepciones urbanas; no solamente en términos discursivos, sino también materiales y urbanísticas, que no se vinculan exclusivamente con las referencias gubernamentales o estrategias ciudadanas

específicas, sino en las formas en que las clases dominantes de ambas ciudades concibieron esos espacios urbanos como instancias de legitimación, proyección y gestión de sus intereses particulares. Si bien estos sectores propusieron una serie de discursos y representaciones sobre el conjunto del espacio público en términos hegemónicos, es importante incorporar desde una matriz social y relacional, el estudio de como los sectores dominantes interactuaron y se definieron incluso en relación/oposición con los sectores políticos dirigentes a nivel local, provincial y nacional. A su vez, desde una perspectiva socioeconómica, el sentido de modernidad rosarino, por momentos caracterizado como “excesivamente moderno”, se erigiría de manera ambivalente frente al mayor tradicionalismo de la capital santafesina. Por ello, en la clave comparativa propuesta se indagará el proceso de elevación cultural de las principales ciudades de la región, entendiendo que en buena medida las imágenes y representaciones que circulaban sobre estos centros urbanos se conformarían a manera de espejos de opuestos complementarios, constituyentes, a la vez que contrapuestos.

La historiografía que se ha ocupado de ambas ciudades menciona y comparte una característica distintiva fundamental. Mientras que Santa Fe es una fiel exponente del proceso de formación tradicional de las ciudades coloniales; la conformación de Rosario como ciudad se realiza desprovista de un pasado colonial, que nace fundamentalmente como hija directa de su propio proceso de modernización. Esto le otorgaría a esta última cierto carácter singular y de excepcionalidad en su desarrollo urbano, comparativamente con las demás ciudades de la provincia y del país. Pero sobre todo la diferencia es determinante si la cotejamos con la tradicional capital santafesina, ya que Rosario carecía de una solemne fundación, no contaba con herencia colonial, no era asiento de gobierno, ni tenía autonomía política, no era sede del obispado, ni tenía legado universitario. En tanto ciudad moderna, se mantenía alejada de las esferas gubernamentales y de los poderes políticos, sin posibilidades de autonomía y limitada a los márgenes de acción que permitía la gestión municipal en términos administrativos en oposición a las formas tradicionales de la política. (TERNAVASIO, 1991)

Una serie de conceptos y categorías se tornan imprescindibles para abordar el tema propuesto, desde el análisis de las prácticas asociativas estructuradas a partir del estímulo de distintos sectores sociales; pero en particular también de aquellas otras que pretendieron constituirse como espacios superadores de las diferencias sociales al operar sobre ámbitos considerados de múltiple incumbencia. Esos puntos de contacto cristalizan en expresiones complejas de sociabilidad que interactúan en el espacio público hallando canales de diálogo y negociación, pero también de disenso, conflicto y enfrentamiento. Este sistema relacional nos conduce a la categoría de *sociabilidad*, la cual es entendida siguiendo la propuesta renovadora del segundo Maurice Agulhon (1994), cuando la define como una aptitud humana provocada por una asociación voluntaria de individuos con diversos grados de formalidad o informalidad y diversos niveles de institucionalidad, la cual resulta pertinente para analizar tanto al “círculo burgués”, así como también a los sectores subalternos. (AGULHON, 1994) A su vez respecto a los conceptos de *espacio público* y *esfera pública* en fundamental retomar, para discutir y repensar las categorías clásicas habermasianas (HABERMAS, 1987, 1997), a la luz de los debates en torno a la aparición de los contrapúblicos por las nuevas teorías de género, de clase y raciales. (ELEY, 2008; FRASER, 1989; 1994; LANDES, 1984; THOMPSON, 1996; VAN HORN MELTON, 2009)

Tal como lo venimos planteando, la referencia principal es de orden metodológica, en el sentido de apostar hacia un acercamiento comparativo y de síntesis entre una serie de estudios previos basados en experiencias particulares, estudios de casos y trabajos de base para el ámbito regional santafesino. Entendemos por ello que el análisis comparativo es pertinente porque nos permitirá a su vez marcar líneas de contacto y continuidad, pero también de resaltar puntos de tensión y de contraste, tendientes a un trabajo de síntesis sobre la historia de la región santafesina, pero privilegiando las experiencias de base.

Como principal aspecto metodológico de trabajo proponemos un cotejo fluido de las fuentes y documentos, mediante el proceso comparativo de la triangulación, destacando la potencialidad de los cruces en términos interdisciplinarios. Nos interesa remarcar que esta inves-

tigación se sustenta en un amplio abanico de soportes documentales, que además de las clásicas fuentes editas y textuales, pueda incorporar otro tipo de formatos en las múltiples facetas de los documentos sociales, como lo son los soportes audiovisuales y gráficos. Por ello se propone el análisis de una amplia serie de “artefactos culturales” en el sentido que los entiende la nueva historia cultural (BURKE, 1993, 1995; CHARTIER, 1992) y desde la perspectiva de pensar a “la ciudad como texto” (FRITZSCHE, 200; RAMA, 1982; ROMERO, 1977), así como también sobre las prácticas de recepción y de incorporación que estos textos debieron haber generado en sus públicos destinatarios y como a partir de ellos orientaron ciertas acciones. Estas series documentales están compuestas por un conjunto de fuentes heterogéneas conformado por emprendimientos editoriales, literarios, periodísticos, así como gráficos, publicitarios, censales y demás registros que reproduzcan discursos y representaciones complejas sobre el objeto de análisis. En esta oportunidad, en particular, nos proponemos centrar el análisis en el aporte de cierta literatura de época, que conforma el género de los relatos de viajes.

El viajero como etnógrafo

Cuando nos referimos al relato de viaje moderno lo entendemos como un tipo de documentación que hoy se encuentra plenamente aceptada como fuente historiográfica. A semejanza del diario de campo de un etnógrafo, en este tipo de documentación, se conjuga la tirantez entre una exploración empírica y la confirmación de ciertas ideas consabidas. Como lo han demostrado los acercamientos metodológicos al respecto y teniendo en cuenta las propiedades de toda narración, resulta imprescindible realizar algunas apreciaciones sobre los relatos de viajes como fuente histórica, ya que antes que conformarse en un registro plenamente realista y por tanto objetivo, es menester destacar que todo testimonio en tanto relato, está permeado por aspectos subjetivos.

De todas maneras, siguiendo a autores como De Oto y Rodríguez (2008), la inicial pregunta sobre el estatuto de la literatura de viajes

como fuente histórica debe encararse de una manera diferente de la que partió la clásica crítica positivista. El peso de la respuesta debe buscársele en el orden de la amplitud y versatilidad que han ganado actualmente las fuentes históricas, aceptando que cualquier huella o testimonio sobre el pasado puede, en principio, ser factible de convertirse en un documento viable para la disciplina histórica. Todo esto nos permite no descartar de plano a los relatos de viajes bajo el prejuicio de que estos serían “meros relatos literarios cargados de subjetividades”, sino que la riqueza de los nuevos aportes historiográficos que utilizan estos registros, consisten en que de alguna manera ponen en cuestionamiento al documento y a las fuentes históricas tal como la disciplina las concibió originalmente. Por ello, los relatos de viajes tienen tanta – o tan poca – validez historiográfica, como cualquier otro documento, pasibles todos de ser sometidos a cuestionamientos metodológicos y mecanismos de validación.

Después de arduos debates y discusiones hoy en día se puede postular que el “relato de viajes moderno es una forma textual comúnmente aceptada como historiográfica, es decir, es una forma que presenta narrativamente sucesos o eventos, que por su carácter empírico se la considera una *narratio vera*”. (DE OTO; RODRÍGUEZ, 2008, p. 21) Pero, si bien en el relato de viajes se construye y presenta una realidad, no se puede afirmar que se presente y describa tal cual el viajero la vio; de hecho, no se puede afirmar que el viajero hable sólo de lo que ha visto, sino que “muchas veces, esa realidad desconocida es sólo un motivo para hablar de lo consabido. Esta es otra de las características del género, que siempre tiene dos vertientes: una producida por la observación – la empírica – y otra recibida de la traición – lo ‘ya sabido’ o lo supuesto –”. (DE OTO; RODRÍGUEZ, 2008, p. 22)

La vertiente tradicional presente en todo relato de viajes es la que da cuenta de las relaciones discursivas que componen la matriz o cuadrícula desde donde el viajero ve el mundo por el que transita y es, a la vez, la que le confiere un conjunto de certezas para explicarlo y evaluarlo. El viajero en tanto sujeto de la lectura, ya sea de otros relatos u otras noticias sobre el lugar de destino, termina abrevando en una tradición, en un sentido amplio, en un conjunto de saberes transmitidos por

diversos medios que cruzan y conforman su imaginario. Dichas relaciones discursivas se conforman, al menos en la modernidad, en lo que Edward Said (1990) llamó “estructura de actitudes y referencias”, en tanto marco sistematizado de discursos en el cual la tradición se corrobora. Lo que también podría denominarse el “ojo de la época” del veedor europeo que viene como el especialista a evaluar una situación determinada. (PRATT, 1997) Este sería claramente el componente *Etic* presente en esta fuente documental.

Pero, a su vez, en casi todo relato de viajes hay una tensión, una oscilación entre un sujeto de la experiencia que se enfrenta a “lo real”, entre un sujeto de la lectura que se presenta frente a un espacio presupuesto o pre-sabido conformado por aquella tradición.

Esta oscilación abre un intersticio en el relato de viajes: entre ‘lo que se ve’ y lo que ‘se presupone’ hay muchas veces una zona ‘no dicha’ que necesita de un esfuerzo de la palabra: ya que ‘lo que se ve’ durante el viaje no encuentra [...] en el conjunto de herramientas que proporciona la tradición, su lugar. (DE OTO; RODRÍGUEZ, 2008, p. 23)

Este aspecto otorgaría mayor preponderancia al componente *Emic*, permitiendo que nuestro viajero pueda experimentar empíricamente su sensación de haber estado allí, de haberlo visto y vivido.

Un claro ejemplo de este hiato puede apreciarse en la experiencia del viajero catalán Santiago Rusiñol, quien apenas descendido del barco que lo deposita en Argentina y ante la desorientación que le produce la ciudad de Buenos Aires, que se le presenta como “fantasmagórica”, estima que llegado a este puerto uno tiene que

[...] aprender á volver á mirar y á ver cosas casi olvidadas; necesita uno preparar la vista; se comprende que se llega á un mundo nuevo. La distancia y el deslumbramiento nos hacen comprender que hay que olvidar muchas cosas de las que se sabían, si no queremos que nos sirvan de estorbo [...]. (RUSIÑOL, 1911, p. 63, énfasis añadido)

Con estas aseveraciones, Rusiñol está intentando dejar de lado ciertos prejuicios, que seguramente lo acompañaban antes del viaje, en las lecturas e ideas que sobre la Argentina se habría preformado. En tanto sujeto de lecturas previas, ya sean estas otros relatos de viajeros u otras noticias sobre América, la tradición en tanto conjunto de saberes transmitidos por diversos medios impregnaba el imaginario del catalán; pero éste es consciente que deberá quitarse ese velo previo. La tensión que antes mencionábamos puede percibirse en la frase en la cual menciona que “[...] los ojos se van acostumbrando á cosas que desconocían” (RUSIÑOL, 1911, p. 75) aquí la realidad percibida empíricamente se pone en juego con la estructura de referencias previas.

La nunca interrumpida corriente de viajeros que arribaron a la Argentina durante el siglo XIX alcanzó un renovado impulso en los años en torno al Centenario. Estos viajeros modernos, si bien no venían necesariamente en misiones oficiales como aquellos de los “ojos imperiales”, tenían una evidente intención de medir el desarrollo y progreso de la Argentina y de sus principales ciudades, para entre otras cuestiones, evaluar las posibles reorientaciones del intercambio comercial en el renovado mercado capitalista mundial de comienzos de siglo XX. (REGUERA, 2008) Así, tanto los viajeros españoles como los franceses que trabajaremos a continuación tendrían, además de la explícita tarea de evaluar los logros de la joven nación, la implícita intención de medir nuevas posibilidades para los mercados de sus países, que en tanto potencias de segundo orden en el nuevo equilibrio mundial, estaban buscando abrir oportunidades para los futuros intercambios. Sobre todo en el complejo caso español, que estaba inmerso en una profunda crisis económica y de confianza tras haber visto como acababa de desmoronarse su antiguo imperio colonial y que estaba atravesado por los inquietantes planteos “regeneracionistas”. (TABANERA GARCÍA, 1997)

Estudiaremos, entonces, los relatos de algunos viajeros que, llegados a la Argentina fundamentalmente para presenciar los festejos por la conmemoración del Centenario de 1910, al pasar en viaje por las ciudades de Rosario y Santa Fe dejaron también sus impresiones sobre las mismas, afectando en la visión que desde el extranjero se construye sobre ambas urbes y en la imagen que los contemporáneos locales

se formaron de sus ciudades y sus sociedades. Como ha demostrado la obra de Adolfo Prieto sobre los viajeros ingleses durante la primera mitad del siglo XIX, más allá de las intenciones particulares que los movilizaban, la mirada de los viajeros determinaron, en muchos casos, la percepción con la que los propios contemporáneos se observaron a sí mismos. (PRIETO, 1998)

En el mejor de los casos, algunos viajeros le dedicaron a Rosario un par de capítulos de sus libros, pero en otros fueron sólo algunos escuetos párrafos o incluso algunos fragmentos dispersos en un relato mayor. Podríamos decir que, para todos, Rosario sería una ciudad digna de visitarse, ya que en su gran mayoría compartieron el diagnóstico previo de que “Rosario es la segunda ciudad de la República”, esta idea se conformaría como una de esas herencias tradicionales que traerían como pre-concepto en tanto estructura de actitudes y referencias. Por ello, la ciudad les parecía plenamente comparable con la gran Capital, ya que “Rosario es una Buenos Aires en miniatura”, o en palabras de uno de sus visitantes más ilustres, “la ciudad reproduce en pequeño a Buenos Aires...” A comprobar la validez o lo infundado de estos axiomas dedicaron sus recorridos.

De todas maneras, el relato de viaje no nos interesa tanto por lo que nos dice a nosotros como actuales historiadores, sino por lo que pudo haberles dicho a los contemporáneos involucrados en sus descripciones. Para la ciudad de Rosario, el trabajo de Oscar Videla constituye un buen antecedente general para analizar al relato de viajes como fuente historiográfica en el período del Centenario hacia 1910. (VIDELA, 2005) Otros autores que han tomado al relato de viajes como registro para analizar la ciudad lo han hecho para el período de la segunda mitad del siglo XIX (MEGÍAS, 2014; TICA, 1991); o bien para considerar algún viajero en particular como en el caso del catalán Santiago Rusiñol. (DIODATI; FERNÁNDEZ, 1998) En el contexto que nosotros trabajamos, podemos apelar a una rica serie de viajeros que dejaron sus testimonios, siendo numerosos los visitantes de origen español – como en los casos de Vicente Blasco Ibáñez, Santiago Rusiñol y Adolfo Posada –, aunque también los habría franceses – tales como

Jules Huret y Georges Clemenceau – y en menor medida de otras nacionalidades, principalmente italianos.

Para los viajeros de las primeras décadas del siglo XX, la provincia de Santa Fe no fue y no podía serlo tampoco, el destino privilegiado de su viaje. Sería a lo sumo una escala, una parada, una posta, a lo largo de un itinerario mayor. Pero se conformaría también en uno de los destinos recurrentes de casi todos los viajeros que se atrevieron a salir de la capital Buenos Aires. Justamente Rosario, en tanto ciudad estratégicamente situada, se convirtió para ellos en una ciudad de paso, aunque obligada e imprescindible, en sus marchas, tanto fluviales como ferroviarias, hacia otros destinos, ya fuera Córdoba, Santa Fe, Paraná, Tucumán, el Chaco o la cordillera de los Andes.

El viaje tras la experiencia: el catalán Santiago Rusiñol

Rusiñol le dedica a Rosario, a Santa Fe y al Río Paraná unos breves capítulos, pero muchas de las cuestiones que plantea sobre Buenos Aires, sobre los argentinos y los extranjeros pueden tener su correlato en las ciudades santafesinas, ya que, por ejemplo, Rosario comparte con la Capital Federal algunos de sus aspectos positivos y casi todos los negativos. Pero, si la modernidad de Buenos Aires y Rosario le provocan estas sensaciones encontradas ante el constante fluir y la vorágine de los cambios, lo que no le permite rastrear herencias ni tradiciones; continuar el viaje fluvial por el Paraná hacia la ciudad de Santa Fe, le provoca el reparo, el necesario descanso ante tanto movimiento, tanto trajín, un ansioso apaciguamiento de los ánimos. Santa Fe le resulta simpática a primera vista. Pero no por algo que la ciudad tradicional tenga que la destaque, sino justamente por la falta, por lo que ésta no tiene, porque allí la modernización todavía no llegó tan drásticamente. Porque Santa Fe todavía tiene su parte antigua y colonial, porque allí todavía el río es agua y no puerto y muelles y sobre todo porque Santa Fe tiene herencia y tiene historia, porque pareciera “...un pedazo de *España*, con sus recuerdos y su historia [...] en estas tierras tan lejanas”. (RUSIÑOL, 1911, p. 232, énfasis añadido)

Esta asociación entre la capital provincial y lo español es justamente la que le otorga una raigambre de herencias y tradiciones tan necesaria y a la vez tan faltante en las grandes urbes como Rosario. Esto nos permite pensar que, en la clave de un Rusiñol, el ingreso de los valores hispanos podría ser reparador y un símbolo distintivo para elevar espiritualmente a estas urbes excesivamente modernas.

Santa Fe es simpática en seguida. No serán las siluetas, porque la ciudad es llana como todas las de la Argentina: no será la irregularidad, porque también es de las de cuadratura; ni la urbanización de las calles, porque ya nos hemos acostumbrado á ella; ni la limpieza que domina por todas partes; ni las casas bajas de techo, ni las tiendas que son como todas, ni un hermoso teatro, ni la escuela de dibujo, ni los cafés, etc., *será tal vez, más que por todo eso que tiene, por algo de ello que le falta*; será por que venimos acostumbrados al trajín de angustia que mueve las otras ciudades y ésta no trajina tanto, ó porque entre las filas de casas regulares y parejas se encuentra aquí de cuando en cuando una tapia sin estucar con ramas de naranjo que salen por encima de las paredes burlándose de la disciplina; *que el río, aquí, todavía no es puerto, y tiene orillas y campo para extenderse*; que en los patios, estucados, se permiten tiestos con flores, y que las flores no son de trapo, y sobre todo, *y más que nada, porque el pueblo tiene un poco de historia, y de la historia aún le quedan casas que ya empiezan á tener pátina y plazas que empiezan á tener hierba, y cosas que ya tienen recuerdos, y en un sitio como esta América, en que todo está hecho el día antes, al encontrar algo; de más atrás parece que se ensancha el corazón. El polvo de un poco de ruina es tan necesario al espíritu [...]* (RUSIÑOL, 1911, p. 229-230, énfasis añadido)

A pesar de su militante regionalismo catalán (FERNÁNDEZ; DIODATI, 1998), Rusiñol destaca que la herencia española sería lo único que puede dotar a las nuevas ciudades de una tradición que pueda contraponer

y balancear el exorbitante peso que la modernidad ha provocado en ellas. En ese sentido, sería válido postular para Rosario la posibilidad de dotarse con un manto español o hispanista, ya que quizás mediante ello la ciudad pueda trascender el estigma y acceder al deseado mundo de las bellas artes.

El arquetipo del viajero moderno: el francés Jules Huret

Desde la óptica civilizatoria francesa, contamos con el registro de viajes de Jules Huret quien, en tanto cronista profesional y de contar con una pluma refinada, se conforma como un experto en itinerarios de viajes, con travesías por América y Europa, por lo que, se propone como el personaje que mejor se ajusta a la fidelidad del canon del viajero moderno. Sus crónicas contienen un relato de la travesía, la descripción de los lugares más característicos, los diálogos que exponen el contrapunto de las ideas, las estadísticas que corroboran los juicios emitidos, la anécdota que sirve para ilustrar un concepto, (PIERINI, 2008) Para Huret (1913, p. 132),

Á pesar de esa prosperidad que hace de Rosario la segunda capital de la República, esta población moderna y adelantada depende del gobierno de Santa Fe, capital de la provincia. Los habitantes de Rosario, gente animosa y ardiente, enamorada del progreso, se sienten molestos por la supremacía de aquella ciudad dormida, retrógrada y paralizada, según ellos. Se creen perjudicados en sus intereses, cohibidos en su afán progresivo por los celos mezquinos de la capital. Y algunos piensan que ha llegado la hora de sacudir ese yugo, de exigir una autonomía completa ó de trasladar á Rosario la sede del gobierno de la provincia.

Uno de los interlocutores y guías de Huret en la ciudad de Rosario sería a la vez uno de los organizadores de la Liga del Sur, entidad que representaría los intereses del espacio sursantafesino. Si bien Huret

no menciona su nombre creemos que podría tratarse del político local, Lisandro De la Torre, quien también haría las veces de cicerone en la visita de Georges Clemenceau. Éste “honorable” liguista le confiesa al viajero la gravedad de la disputa política que atraviesa la provincia y le informa que gran parte de las impresiones que Huret mismo había recabado sobre la ciudad se deben en parten a la pésima consideración que sobre Rosario emiten los publicistas santafesinos capitalinos. Estos...

tratan desdeñosamente [...] (a) Rosario, considerándola como una ciudad de abaceros y de gente sin cultura, mientras que ellos se jactan del pasado histórico de Santa Fe, de sus bibliotecas, de sus librerías, de su colegio de jesuitas y de los hombres de mérito que de allí salieron. Dejémosles en su *apoteosis* [...] (HURET, 1913, p. 132, énfasis añadido)

El liguista somete a Huret a una tensión. Si bien el mismo había mencionado y comprobado empíricamente las endeble condiciones culturales y espirituales de Rosario, subsumidas por sus evidentes condiciones materiales, éste quiere convencerlo de que esas ideas son calumnias impulsadas desde Santa Fe para desprestigiar la imagen moderna de Rosario en plena lucha autonómica.

Igualmente, en los términos del liguista, la balanza estaba a favor de Rosario. Pero no porque Rosario disponga ya de todas las bondades culturales e ilustres, sino porque Rosario es una ciudad que tiene un don natural y esta estratégicamente ubicada, por lo que su éxito futuro es indudable. En cambio, en Santa Fe toda mejora es artificial y vana ya que como le expresa su interlocutor “no se crean corrientes comerciales; vale más seguir aquellas que se forman naturalmente”.

[...] hagan lo que hagan, su ciudad no tiene porvenir. [...] Se ha intentado infundir vida en esa población dormida, dotándola de una nueva línea férrea – privando de ella a Rosario – que debía de llevar a la población los productos

del Oeste, de San Juan y de la Rioja. De aquí á cuatro ó cinco años, será preciso construir un empalme con la ciudad de Rosario [...]. (HURET, 1913, p. 132, énfasis añadido)

Después de este largo comentario que Huret le brinda al personaje y si bien el francés se cuida de no hacer cometarios ni apreciaciones al respecto, retoma su texto con una frase, que al mencionar las palabras “en efecto” pareciera dar por ciertas las afirmaciones del liguista, abalando con ello y con el amplio espacio que en el texto se le otorga, la prédica de los rosarinos. “Rosario debe, en efecto, su prosperidad á su situación privilegiada...”.

Un cierre provisorio: por una constelación de fuentes para su puesta en valor

Más allá de las características singulares de la experiencia sensorial del viajero, es sin dudas mediante su presencia, su haber estado allí, quien al legarnos sus registros según variables y parámetros meta-textuales, permite que se multipliquen nuestras posibilidades de que seamos sorprendidos por eventos y documentos imprevistos, de los cuales no teníamos sospechas de su existencia. Al igual que el etnógrafo y su trabajo de campo en una sociedad que le es totalmente ajena y por su propia capacidad de extrañamiento, el registro del relato de viaje posee una serie de descripciones densas y de detalles empíricos que nos aportan una serie de indicios singulares, únicos y particulares, de carácter no necesariamente cuantitativo, pero sí de orden cualitativo que enriquece exponencialmente las lecturas y análisis posibles. Es este factor de extrañamiento y sorpresa el que puede dinamizar el proceso de investigación, favoreciendo la aparición de nuevas problemáticas y de conocimiento en su faceta plenamente original.

A su vez, también se debe mensurar el factor de impacto que el relato construido por el visitante genera en dos aspectos claves: primero respecto a la influencia que genera su visión que desde el extranjero se construye sobre las urbes descritas; pero, en segundo lugar y más

fundamentalmente, en la imagen que los propios actores contemporáneos locales se formaron de sí mismo y de sus ciudades/sociedades. Los primeros son los senderos atravesados con las referencias que nos marcan los presupuestos y las tradiciones – lo que comúnmente se denomina el “*contexto ETIC*” en los estudios culturales, la lingüística y la antropología cultural. Mientras que el segundo sendero es el guiado por la evidencia empírica y la experiencia concreta, el que hace mención al contexto compartido por los propios actores contemporáneos – el denominado “*contexto EMIC*”, el de los nativos en las investigaciones y en los trabajos de campo etnográficos.

Esta tensión entre dos registros, *Etic* y *Emic*, tienen la capacidad de dejar en suspenso nuestras categorías, (pre)conceptos y (pre)supuestos, nuestro sentido común historiográfico, para dejar paso al aspecto más intuitivo e irracional, al exploratorio y azaroso; como nos lo propone otro de los referentes de la microhistoria italiana, “la investigación no debe tomar como punto de arranque a las grandes categorías conceptuales sino a ciertos puntos de partida concretos (y también casuales), captados intuitivamente y después profundizados sucesivamente”. (GINZBURG, 2004b, p. 95) Son evidentemente las posibilidades concretas de explorar los contextos Emic haciendo surgir una concatenación de “constelaciones” de datos y hechos no mediados o contaminados por las categorías tradicionales y los (pre)supuestos Etic del investigador, lo que nos permitirá despojarnos, en términos epistemológicos, de nuestros sentidos comunes previos, para poder repensar y valorizar las categorías propias de los actores contemporáneos analizados.

Referencias

ADAGIO, N. *Antología*. La biblioteca de la arquitectura moderna. Argentina 1929-1963. Escritos, imágenes, diálogos. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2012.

ADAGIO, N. Rosario urbana: la gestión municipal de 1886 a 1890. *Estudios Sociales*, Santa Fé, v. 4, n. 1, p. 161-173, 1993.

- AGULHON, M. *El círculo burgués. La sociabilidad en Francia, 1810-1848*. Argentina: Siglo XXI, 2009.
- AGULHON, M. *Historia vagabunda. Etnología y política en la Francia contemporánea*. México, DF: Instituto Mora, 1994.
- ALTAMIRANO, C. (dir.). *Términos críticos de sociología de la cultura*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- ALTAMIRANO, C.; SARLO, B. *Ensayos argentinos. De Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Compañía, 1997.
- ARMANDO, A. Entre los Andes y el Paraná: La Revista de “El Círculo” de Rosario. *Cuadernos del Centro Interdisciplinario de Estudios de América Latina*, Santafé de Bogota, año 4, n. 5, p. 79-88, 1998.
- ARMIDA, M.; FERNÁNDEZ, S. Una ciudad en transición y crisis (1930-1943). En: ALBERTO, P. L. A (coord.). *Rosario en la historia (de 1930 a nuestros días)*. Rosario: UNR Ed., 2000, p. 23-151. Tomo 1.
- ARTUNDO, P. (ed.). *De la Comisión Municipal de Bellas Artes al Museo Castagnino. La institucionalización del arte en Rosario, 1917-1946*. Buenos Aires: Fundación Espigas, 2012.
- ARTUNDO, P.; FRID, C. (comp.). *El coleccionismo de arte en Rosario: coleccionismos, mercado y exhibiciones, 1880-1970*. Buenos Aires: Fundación Espigas: CEHIPE, 2008.
- ASCOLANI, A. (comp.). *Historia del Sur Santafesino. La sociedad transformada (1850-1930)*. Rosario: Ed. Platino, 1993.
- ASSADOURIAN, C. Integración y desintegración regional en el espacio colonial. Un enfoque histórico. *Mercados e historia*, México, DF, p. 11-22, 1991.
- BANDIERI, S. La dimensión regional como alternativa analítica para pensar otros espacios y nuevas periodizaciones. In: BANDIERI, S.; BLANCO, G. BLANCO, M. *Las escalas de la historia regional comparada*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. p. 331-333.
- BANDIERI, S. La noción de espacio económico en Carlos Sempat Assadourian y sus posibilidades de uso en historias regionales de lugares y tiempos diferentes. *Estudios del ISHiR*, Rosario, v. 2, n. 4, p.1-19, 2012. Disponible en: <http://www.revista.ishirconicet.gov.ar/index.php/revistaISHIR/issue/current>. Acceso en: 28 ago. 2018.

- BANDIERI, S.; BLANCO, G.; BLANCO, M. *Hecho en Patagonia: la historia en perspectiva regional*. Buenos Aires: Universidad Nacional del Comahue, 2006.
- BANDIERI, S.; BLANCO, G.; BLANCO, M. (comp.). *Las escalas de la historia regional comparada*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.
- BANDIERI, S. La posibilidad operativa de la construcción histórica regional o como contribuir a una historia nacional más complejizada. In: FERNÁNDEZ, S.; DALLA CORTE, G. (comp.). *Lugares para la Historia*. Espacios, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporáneos. Rosario: UNR Ed., 2001. p.91-118.
- BARRIERA, D. (dir.). *Instituciones, gobierno y territorio*. Rosario, de la Capilla al Municipio (1725-1930). Rosario: ISHiR-CONICET, 2010.
- BARRIERA, D. (dir.). *Nueva Historia de Santa Fe*. Rosario: Prohistoria-Diario La Capital, 2006. Tomo 7-10.
- BERJMAN, S.; GARCÍA ORTÚZAR, R. *Reflexiones sobre Joseph Bouvard y el paisaje de Rosario*. Rosario: UNR Ed., 1996.
- BONAUDO, M. (dir.). *Imaginario y prácticas de un orden burgués*. Rosario, 1850-1930: Los actores entre las palabras y las cosas. Rosario: Prohistoria, 2005. v. 1.
- BONAUDO, M. *La organización productiva y política del territorio (1853-1912)*. Rosario: Prohistoria, 2006. Tomo 6.
- BOURDIEU, P. *La distinción*. Criterios y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus, 1988.
- BOURDIEU, P. *Las estrategias de la reproducción social*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.
- BURKE, P. La nueva historia socio-cultural. *Historia Social*, Valencia, n. 17, p. 105-114, 1993.
- BURKE, P. Obertura: La nueva historia, su pasado y su futuro. *Historia Social*, Valencia, p. 13-36, 1995.
- CALDO, P. FERNÁNDEZ, S. Sobre el sentido de lo social: asociacionismo y sociabilidad. Un breve balance. In: FERNÁNDEZ, S.; VIDELA, O. (comp.). *Ciudad oblicua: aproximaciones a temas e intérpretes de la entreguerra rosarina*. Rosario: Quinta Pata & Camino Ed., 2008. p. 145-151.

CARBONARI, M. R.; CARINI, G. *Río Cuarto y su región en clave histórica: huellas, fragmentos y tensiones con los macro-relatos 1786-1955*. Río Cuarto: UniRío Ed., 2019.

CARBONARI, M. R. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 19-34, 2009.

CERUTTI, M. Burgueses y burguesías productoras. In: CERUTTI, M.; VELLINGA, M. *Burguesías e industria en América Latina y Europa meridional*. Madri: Alianza, 1989a.

CERUTTI, M. Monterrey y su ámbito regional (1850-1910). Referencia histórica y sugerencias metodológicas. *Revista Secuencia*, México, DF, n. 15, p. 97-113, 1989b.

CERVERA, F. J. *La modernidad en la ciudad de Santa Fe, 1886-1930*. Historia de un desarrollo incompleto. Santa Fe: Siglo XXI, 2010.

CHARTIER, R. *El mundo como representación*, Barcelona: Gedisa, 1992.

COLLADO, A.; BERTUZZI, M. L. *Santa Fe 1880-1940*. Cartografía histórica y expansión del trazado. Santa Fe: Universidad nacional del litoral, 1995.

COLLADO, A. *Santa fe*. Proyectos urbanísticos para la ciudad 1887-1927. Santa Fe: Universidad nacional del litoral, 1994.

COUDANNES, M. *El 'escándalo revisionista' en Santa Fe: debates y controversias en torno a la acción del Instituto de Estudios Federalistas, 1938- 1943*. [S. l.: s. n.], [19-]. Mimeo.

COUDANNES, M. Pasado, prestigio y relaciones familiares. Elite e historiadores en Santa Fe, Argentina. *REDES: Revista hispana para el análisis de redes sociales*, Barcelona, v. 13, 2007.

COUDANNES, M. ¿Profesionales o políticos de la historia? La historiografía santafesina entre 1935 y 1955. In: SUÁREZ, T.; TEDESCHI, S. (comp.). *Historiografía y sociedad: discursos, instituciones, identidades*: Santa Fe: UNL, 2009. p. 27-68.

CUTRUNEO, J. *Arquitectos y mercado inmobiliario*. Vivienda e innovación tipológica. Rosario 1920-1948. 2011. Tesis (Doctorado en Historia) – Universidad Nacional del Rosario, Rosario, 2011.

CUTRUNEO, J. Herramientas conceptuales y proyectuales en la construcción de la vivienda mercancía moderna en Rosario en el segundo cuarto del siglo XX. *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, v. 50, n. 2, p. 65-112, 2015.

DALLA CORTE, G.; PIACENZA, P. *A las puertas del Hogar*. Madres, niños y Damas de Caridad en el Hogar del Huérfano de Rosario (1870-1920). Rosario: Prohistoria Ediciones, 2006.

DE JONG, G. M. *Introducción al método regional*. Neuquén: LIPAT, 2001.

DE MARCO, M. A.; DE MARCO, M. A.; PASQUALI, P. *et al. Historia de Santa Fe*. Rosario: Ed. Librería Apis, 1992.

DE MARCO, M. A.; ENSINCK, O. *Historia de Rosario*. Rosario: Ed. EMR, 2016.

DE OTO, A.; RODRIGUEZ, J. Sobre fuentes históricas y relatos de viaje. In: FERNÁNDEZ, S.; GELI, P. PIERINI, M. (org.). *Derroteros del viaje en la cultura: mitos, historia y discurso*. Rosario. Prohistoria ediciones. 2008. p. 21-32.

DEVOTO, F. *Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna: una historia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

DIODATI, L.; FERNÁNDEZ, S. La mujer y la familia en el campo. Reflexiones de Carlos Lemée. In: TEMAS de Mujeres, perspectivas de género. Tucumán: CEHIM: Universidad Nacional de Tucumán, 1998.

ELEY, G. *Una línea torcida*. De la historia cultural a la historia de la sociedad. Valencia: PUV, 2008.

FALCÓN, R.; STANLEY, M. (dir.). *La Historia de Rosario*. Economía y Sociedad. Rosario: Homo Sapiens, 2000.

FEDELE, J. *Ciudad y Río: la construcción histórica de un paisaje (Santa Fe 1886-1952)*. 2009. Tesis (Doctoral en Arquitectura, Urbanismo y edificación) – Universidad Politécnica de Catalunya, Barcelona, 2009.

FEDELE, J. *El Río en la ciudad del Plan*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2011.

FEDELE, J.; UCEDO, J. Proyecto urbano y fragmentación de la ciudad: el caso de los terrenos ferro-portuarios en Santa Fe. *Cuaderno Urbano*. Espacio, Cultura, Sociedad, Buenos Aires, v. 12, n. 12, p. 44, 69, 2012.

- FERNÁNDEZ, S. (comp.) *Más allá del territorio. La historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones*. Rosario: Prohistoria Ed., 2007.
- FERNÁNDEZ, S. (coord.) *Temas de historia sociocultural santafesina (principios del Siglo XX)*. Rosario: Ediciones del ISHiR: CONICET, 2015.
- FERNÁNDEZ, S.; DALLA CORTE, G. (comp.) *Lugares para la Historia. Espacios, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Ed., 2001.
- FERNÁNDEZ, S.; DIODATI, L. Regionalismo y modernismo. La geografía literaria de Santiago Rusiñol. In: ENCUENTRO de dos mundos entre dos fines de siglo. Rosario: CIESAL-UNR: Ed. Universidad, Rosario, 1998. p. 183-189.
- FERNÁNDEZ, S. (dir.) *La ciudad en movimiento*. Rosario: Ediciones del ISHiR, 2012.
- FERNÁNDEZ, S. *Identidad y vida cotidiana (1860-1930)*. Nueva Historia de Santa Fe: Prohistoria Ed., 2006a. Tomo 8.
- FERNÁNDEZ, S. *La revista El Círculo o el arte de papel. Una experiencia editorial en la Argentina del Centenario*. Murcia: EDITUM – Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 2009.
- FERNÁNDEZ, S. *Los burgueses rosarinos en el espejo de la modernidad: prácticas, representaciones e identidad: Rosario a comienzos del siglo XX*. 2006. Tesis (Doctoral en Humanidades y Artes.) – Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, 2006b.
- FERNÁNDEZ, S.; PONS, A.; VIDELA, O. Las burguesías regionales. In: BONAUDO, M. (comp.) *Liberalismo, Estado y orden burgués (1852-1880)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999. Tomo 4.
- FERNÁNDEZ, S. *Sociabilidad, corporaciones, instituciones (1860-1930)*. Rosario: Nueva Historia de Santa Fe: Prohistoria Ed., 2006c. Tomo 7.
- FERNÁNDEZ, S.; VIDELA, O. *Ciudad oblicua: aproximaciones a temas e intérpretes de la entreguerra rosarina*. Rosario: Quinta Pata & Camino Ed., 2008.
- FERNÁNDEZ, S.; VIDELA, O. La evolución económica rosarina durante el desarrollo agroexportador. In: FALCÓN, R.; STANLEY, M. (dir.) *La Historia de Rosario. Economía y Sociedad*. Rosario: Homo Sapiens, 2001. p. 55-109.

FINCHELSTEIN, F. *Fascismo, liturgia e imaginario*. El mito del general Urriburu y la Argentina nacionalista. Buenos Aires: FCE, 2002.

FLORIO, S. Diferenciaciones estéticas, instituciones y agrupaciones artísticas. El arte de Rosario entre el Centenario y el inicio del Peronismo. In: FERNÁNDEZ, S. (dir.). *La ciudad en movimiento*. Rosario: Ediciones del ISHiR, 2012.

FRADKIN, R. Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la historia regional. In: FERNÁNDEZ, S. DALLA CORTE, G. (comp.). *Lugares para la Historia*. Espacios, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporáneos. Rosario: UNR Ed., 2001. p.119-135.

FRASER, N. Reconsiderando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia existente. *Revista Entrepasados*, Buenos Aires, n. 7, p. 87-114, 1994.

FRASER, N. *Unrulypractices*. Power, discourses and gender in contemporary social theory. University of Minnessota Press, 1989.

FRITZSCHE, P. *Berlín 1900*. Prensa, lectores y vida moderna. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Ed., 2008.

FUNES, P. *Salvar la nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

GALIMBERTI, C. I. Planificar el territorio metropolitano: historia de la planificación regional de Rosario (1935-1976). *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, v. 51, n. 1, p. 69-101, 2016.

GARCÍA, A. Una comunidad de lectores urbanizados. La visita, espacio de sociabilidad burguesa en la ciudad de Rosario, principios del siglo XX. In: BONAUDO, M. (dir.). *Imaginario y prácticas de un orden burgues*. Rosario, 1850-1930: los actores entre las palabras y las cosas. Rosario: Prohistoria, 2005. v. 1, p. 135-145.

GINZBURG, C. Conversar con Orión. *Tentativas*, Rosario, p. 229-240, 2004a.

GINZBURG, C. El inquisidor como antropólogo. *Tentativas*, Rosario, p. 73-96, 2004b.

GINZBURG, C. *El juez y el historiador*. Acotaciones al margen del caso Sofri. Barcelona: Muchnik, 1988.

GINZBURG, C. *El queso y los gusanos*. El cosmos según un molinero del siglo XVI. Barcelona: Muchnik, 1981.

- GINZBURG, C. *Historia nocturna*. Barcelona: Muchnik, 1991.
- GINZBURG, C.; PONI, C. *El nombre y el cómo: intercambio desigual y mercado historiográfico*. Valencia: Historia Social, 1991.
- GINZBURG, C.; PROSPERI, A. *Giochi di pazienza*. Turín: Einaudi, 1975.
- GLÜCK, M. Juan Álvarez y la consagración historiográfica de un mito de orígenes para Rosario: la hija de su propio esfuerzo. In: MEGÍAS, A.; MEGÍAS, A.; PRIETO, P. et al. *Los desafíos de la modernización: Rosario, 1890-1930*. Rosario: UNR Ed., 2010. p.163-197.
- GORELIK, A. *La grilla y el parque*. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936. Bernal: UNQuilmes, 1998.
- GORELIK, A. *Miradas sobre Buenos Aires*. Historia cultural y crítica Urbana. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
- GRAFTON, A. La lectura futura en. *Trama & Texturas*, Madrid, n. 5, p.17-26, 2008.
- GRAFTON, A. *Los orígenes trágicos de la erudición*. México, DF: FCE, 1998.
- GRAMUGLIO, M. T. *Nacionalismo y cosmopolitismo en la literatura argentina*. Rosario: EMR, 2013.
- GRENDI, E. ¿Repensar la microhistoria?. *Entrepasados*, Buenos Aires, n. 10, p. 131-140, 1996.
- HABERMAS, J. *Historia y crítica de la opinión pública*. La transformación estructural de la vida pública. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987. Tomo 2.
- HURET, J. *En Argentine*. De Buenos-Aires au Gran Chaco. París: Charpentier, 1913.
- LANCIOTTI, N. *De rentistas a empresarios*. Inversión inmobiliaria y urbanización en la pampa argentina. Rosario, 1880-1914. Santa Fe: Ediciones de la Universidad Nacional del Litoral, 2009.
- LANDES, J. Women and the public sphere: a modern perspective. *Social Analysis*, [s. l.], n. 15, p. 20-31, 1984.
- LIERNUR, J. *Arquitectura en la Argentina del siglo XX: la construcción de la modernidad*. Buenos Aires: Fondo Nacional de las Artes, 2001.

LIERNUR, J.; SILVESTRI, G. *El umbral de la metrópolis: transformaciones técnicas y cultura en la modernización de Buenos Aires (1870-1930)*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1993.

LEVI, G. Sobre microhistoria. In: BURKE, P. (ed.). *Formas de hacer historia*. Madrid: Alianza, 1993. p. 119-143.

MACOR, D. Elites estatales en los orígenes del peronismo. El caso santafesino. *Estudios Sociales*, Santa Fe, v. 4, p. 61-80, 1993.

MALOSETTI COSTA, L.; GENÉ, M. (comp.). *Impresiones porteñas*. Imagen y palabra en la historia cultural de Buenos Aires. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

MAN, R.; ALVIRA P. *El centro y los márgenes: la expansión urbana*. Rosario: El Ombú Bonsai: CONICET, 2012.

MAN, R. ¿Cómo decantar la modernización materialista a través del modernismo literario? El legado hispanista desde las letras en pro de una exaltación artística del ambiente local rosarino en las primeras décadas del siglo XX. *Revista Historia Regional*, Villa Constitución, n. 41, 2019a.

MAN, R. Cultores del pensamiento conservador en una ciudad 'plural y cosmopolita'. El caso de Antonio F. Cafferata. In: BANDIERI, S.; FERNÁNDEZ, S. (comp.). *La historia Argentina en perspectiva regional*. Nuevas investigaciones para viejos problemas. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2017b. p. 260-300. Tomo 2.

MAN, R. De órgano de expresión institucional local a publicación de vanguardia regional: las dos épocas de la revista de El Círculo de Rosario en la modernidad cultural de los años '20'. *Antítesis*, Londrina, v. 12, n. 23, p. 221-256, 2019b.

MAN, R. El archivo y el catálogo. Apreciaciones desde los aportes de las humanidades digitales. In: GÓMEZ, S.; D'AGOSTINO, V. ; MASÁN, L. A. (ed.). *Hilando perspectivas sociales*. Abordajes en torno a problemas argentinos. Buenos Aires: Siglos XIX, 2019. p. 52-61.

MAN, R. *Estrategias de distinción cultural*. Imágenes y representaciones sobre la ciudad de Rosario hacia las primeras décadas del siglo XX. 2017. Tesis (Doctorado en Historia) – Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2017b.

MAN, R. La microhistoria como referente teórico-metodológico. Un recorrido por sus vertientes y debates conceptuales. *Revista Historia Actual*

Online, [España], p. 167-173, 2013. Disponible en: <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/index>. Acceso en: 10 out. 2018.

MAN, R. La noción de frontera como espacio social de interacción y como unidad de análisis para la historia regional. *Anuario de la Escuela de Historia*, Rosario, n. 24, 2012a. Disponible en: <http://anuario.rosarioconicet.gov.ar/ojs/index.php/Anuario/article/view/211/251>. Acceso en: 10 out. 2018.

MAN, R. Recuentos seriales o construcciones cualitativas. La incidencia de los relevamientos censales en la conformación de una imagen representativa sobre la ciudad de Rosario en el tránsito entre los siglos XIX y XX. *Coordenadas*. Revista de Historia Local y Regional, Buenos Aires, v. 4, n. 1, p. 23-56, 2017c. Disponible en: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/coordenadas/issue/view/670/showToc>. Acceso en: 14 out. 2018.

MAN, R. *Rosario en el Centenario: movilizaciones sociales, conflictividad, ciudadanía política y opinión pública en torno a 1910*. Rosario: Quinta Pata & Camino Ed., 2011.

MAN, R. Sociabilidades rosarinas de entreguerras, el oxímoron de un urbanismo patriótico. In: FERNÁNDEZ, S. (comp.). *La ciudad en movimiento*. Espacio público, sociedad y política, Rosario 1910 -1940. Rosario: Ediciones del ISHiR: CONICET, 2012b. p. 51-75.

MAN, R. Una apuesta espacial con perspectiva histórica. El ámbito regional sursantafesino. In: FERNÁNDEZ, S.; SEDRAN, P.; MAN, R. (coord.). *Santa Fe en el escenario de la entreguerra: conflicto, solidaridades y tendencias*. Rosario: Ediciones del ISHiR-CONICET, 2019c. p. 45-68.

MAN, R. Una ciudad desde la perspectiva de los datos oficiales. Rosario en la primera década del novecientos. In: FERNÁNDEZ, S. (coord.). *Temas de historia social santafesina (principios del Siglo XX)*. Rosario: Ediciones del ISHiR-CONICET, 2015. p.117-137.

MARTÍN, M. P. El mundo católico rosarino a comienzos del siglo XX. Orden, progreso y cristiandad en el espacio local. In: MEGÍAS, A. GLÜCK, M.; MARIA, P. et al. *Los desafíos de la modernización: Rosario, 1890-1930*. Rosario: UNR, 2010. p. 123-160.

MAURO, D. *De los templos a las calles: catolicismo, sociedad y política*. Santa Fe, 1900-1937. Santa Fe: UNL, 2010.

MAURO, D. *Reformismo liberal y política de masas: demócratas progresistas y radicales en Santa Fe: 1921-1937*. Rosario: Prohistoria Ed., 2013.

- MCGEE DEUTSCH, S. *Contrarrevolución en la Argentina, 1900-1932: la Liga Patriótica Argentina*. Bernal: UNQ, 2003.
- MEGÍAS, A.; MEGÍAS, A.; PRIETO, P. *et al. Los desafíos de la modernización: Rosario, 1890-1930*. Rosario: UNR, 2010.
- MEGÍAS, A.; MONTINI, P.; MARTIN, M. P. *et al. Las batallas por la identidad. Visiones de Rosario*. Rosario: EMR, 2014.
- MÉNDEZ, L. Circuitos económicos en el Gran Lago. La región del Nahuel Huapi entre 1880 y 1930. In: BLANCO, G. ; VARELA, G.; BANDIERI, S. *et al. Hecho en Patagonia. La historia en perspectiva regional*. Neuquén: CEHIR-EDUCO-UNCo, 2006. p. 29-46.
- MÉNDEZ, P. *Experiencias de urbanismo y planificación en la Argentina 1909-1955*. Buenos Aires: Cedodal, 2012.
- MONTINI, P. El programa cultural de la burguesía: museos y colecciones. In: PRIETO, A.; D'AMÉLIO, R.; MEGÍAS, A. *et al. Ciudad de Rosario*. Rosario: Museo de la Ciudad-EMR, 2010. p. 57-71.
- PALTI, E. *La Nación como problema. Los historiadores y la "cuestión nacional"*. Buenos Aires: FCE, 2003.
- PARERA, C. Arquitectura y modernización en una capital de Provincia. La Casa de Gobierno de Santa Fe como símbolo de un Estado moderno. *Registros*, Mar del Plata, v. 13 n. 2. p. 109-123, 2017.
- PERSELLO, A. V. *Historia del radicalismo*. [S. l.]: Edhasa, 2007.
- PIERINI, M. Viajeros europeos en el Buenos Aires del centenario. In: FERNÁNDEZ, S.; GELI, P.; PIERINI, M. (org.). *Derroteros del viaje en la cultura: mitos, historia y discurso*. Rosario: Prohistoria ediciones. 2008. p. 307-318.
- PLA, A. (coord.). *Rosario en la historia (de 1930 a nuestros días)*. Rosario: UNR Ed., 2001. Tomo 1.
- PRATT, M. L. *Ojos imperiales. Literatura de viajes y transculturación*. Bernal: UNQ, 1997.
- PRIETO, A. El mito del centro laico. In: MEGÍAS, A.; MONTINI, P.; MARTIN, M. P. *et al. Las batallas por la identidad. Visiones de Rosario*. Rosario: EMR, 2014. p. 47-67.
- PRIETO, A. *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina 1820-1850*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

- PRÍNCIPE, V. El museo antes del museo: la colección histórica del doctor Antonio Cafferata. In: ARTUNDO, P.; FRID, C. *El coleccionismo de arte en Rosario: colecciones, mercado y exhibiciones 1880-1970*. Buenos Aires: Fundación Espigas, 2008. p. 69-114.
- RAMA, Á. La ciudad letrada. In: MORSE, R.; HARDOY, J. E. *Cultura urbana latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO, 1982. p. 11-37.
- RAMA, Á. *Los poetas modernistas en el mercado económico*. Montevideo: Universidad de la República, 1968.
- RAUSCH, G. Dos visiones sobre la planificación regional en el final del auge desarrollista: las propuestas de orientación del crecimiento urbano (Santa Fe, Argentina, 1980). *Estudios Socioterritoriales*, Tandil, v.14, p. 133-158, 2013.
- RAUSCH, G. La ciudad y el depósito material de sus deseos: Santa Fe (Argentina) y las imágenes de su periferia. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 40, p. 89-100, 2011.
- REGUERA, A. De las biografías a los estudios de caso. La construcción de la diferenciación social: destinos individuales y realidad colectiva. In: BONAUDO, M.; REGUERA, A.; ZEBERIO, B. (coord.). *Las escalas de la historia comparada. Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008. p. 49-66.
- REVEL, J. Microanálisis y construcción de lo social. *Entrepassados*, Buenos Aires, n. 10, p. 141-160, 1996.
- RIGOTTI, A. M. La promesas del urbanismo como alternativa tecnocrática de gestión (1928/1958). In: BEN PLOTKIN, M.; ZIMMERMANN, E. *Los saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012. p.153-179.
- RIGOTTI, A. M. *Viviendas para los trabajadores*. El municipio de Rosario frente a la cuestión social. Rosario: Prohistoria, 2011.
- ROLDÁN, D. Formación y reforma del municipio. In: BARRIERA, D. G. (dir.). *Instituciones, gobierno y territorio*. Rosario, de la Capilla al Municipio (1725-1930). Rosario: ISHiR-CONICET, 2010. p.111-189.
- ROLDAN, D. Inventarios del deseo. Los censos municipales de Rosario, Argentina (1889-1910). *História*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 327-353, 2013. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/his/v32n1/18.pdf>. Acceso en: 24 out. 2015.

- ROLDÁN, D. *La invención de las masas: ciudad, corporalidad y culturas*, Rosario, 1910-1945. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2012.
- RÓLDAN, D. *La sociedad en movimiento*. Expresiones culturales, sociales y deportivas (Siglo XX). Nueva Historia de Santa Fe. Rosario: Prohistoria, 2006. Tomo 10.
- ROMERO, J. L. *Latinoamérica*. Las ciudades y las ideas. Buenos Aires: Siglo XXI, 1997.
- RUSIÑOL, S. *Um viaje al Plata*. Madrid: V Prieto, 1911.
- SÁBATO, J. F. *La clase dominante en la Argentina moderna*. Formación y características. Buenos Aires: Cisea-Gel, 1998.
- SAID, E. *Orientalismo*. Madrid: Libertarias, 1990.
- SEDRAN, P. Caridad, control y desarrollo urbano. Definiciones del otro social en los discursos de la Sociedad de Beneficencia y la prensa local. Santa Fe, período de organización nacional. In: BONAUDO, M.; RICHARD-JORBA, R. (coord.). *Historia Regional*. Enfoques y articulaciones para complejizar una historia nacional. La Plata: Edulp, 2014. p.111-125.
- SEDRAN, P. *La conformación de un orden urbano moderno en la ciudad de Santa Fe (1856-1890): entre el control y las resistencias*. 2016. Tesis (Doctorado en Historia) – Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 2016. Mimeo.
- SERNA, J.; PONS, A. *Como se escribe la microhistoria*. Ensayo sobre Carlo Ginzburg. Madrid: Cátedra, 2000.
- SERNA, J.; PONS, A. En su lugar. Una reflexión sobre la historia local y el microanálisis. *Prohistoria*, Rosario, n. 6, 2002.
- SERNA, J.; PONS, A. *La historia cultural: autores, obras, lugares*. Madrid: Akal, 2005.
- SERNA, J.; PONS, A. Más cerca, más denso. A historia local y sus metáforas. In: FERNÁNDEZ, S. (comp.). *Más allá del territorio*. La historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007. p.17-30.
- SONZOGNI, É. En tiempos de la globalización precoz: Rosario en la década del '20. Modernización a la europea en una ciudad de provincia. In: ACTAS de las Terceras Jornadas de Historia Moderna y Contemporánea: Rosario Facultad de Humanidades y Artes, 2002. Não paginado.

- STONE, L. *El pasado y el presente*, México, DF: FCE, 1986.
- SURIANO, J. (comp.). *La cuestión social en Argentina, 1870-1943*. Buenos Aires: Colmena, 2000.
- SURIANO, J. (ed.). *Nueva Historia Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999. Tomo 4.
- TABANERA GARCÍA, N. El horizonte americano en el imaginario. *Estudios Interdisciplinarios De América Latina Y El Caribe*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 67-85, 1997.
- TCACH, C.; MACOR, D. *La invención del peronismo en el interior del país*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2003.
- TERÁN, O. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)*. Derivas de la cultura científica. Buenos Aires: FCE, 2000.
- TERNAVASIO, M. *Municipio y Política, un vínculo histórico conflictivo*. 1991. Disertación (Maestría en Antropología social y política) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 1991.
- THOMPSON, J.B. La teoría de la esfera pública. *Voces y culturas*, Barcelona, n. 10, p. 703-728, 1996.
- TICA, P. *Historia social santafesina en tiempos de la Confederación*. Rosario: UNR, 2001.
- VAN HORN MELTON, J. *La aparición del público durante la Ilustración europea*. Valencia: PUV, 2009.
- VIDELA, O. *El siglo veinte*. Problemas sociales, políticas de Estado y economías regionales (1912-1976). Nueva Historia de Santa Fe. Rosario: Prohistoria-Diario La Capital, 2006. Tomo 9.
- VIDELA, O. La literatura como forma de conocimiento histórico e historiográfico: burguesía y burgueses rosarinos a través de una novela histórica. *Canadian journal of Latin American and Caribbean studies (CJLACS)*, Abingdon, v. 27, n. 55, p. 127-161, 2003.
- VIDELA, O. Representaciones de la ciudad de Rosario en los viajeros del Centenario. Ideas acerca de lo propio y proyecciones en lo ajeno. In: BONAUDO, M. (dir.). *Los actores entre las palabras y las cosas*. Rosario: Prohistoria, 2005. p. 74-90.
- WHITE, H. *Metahistoria*. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX. México, DF: FCE, 1992.

AUTORIDAD CRIOLLA
SOBRE MORAL Y CIVILIZACIÓN
el lugar de los comportamientos en
las cartas de viaje de Gabriel Carrasco –
Santa Fe, Argentina, 1890

PAULA SEDRAN

Introducción

La legitimación del nuevo orden social fue crucial para las modernizaciones vividas por la sociedad argentina a partir de la segunda mitad del siglo XIX. Si se considera la dimensión discursiva – escrita, de la cual podemos acceder a fragmentos – de estos cambios, existe gran cantidad de ensayos, cartas, textos científicos, administrativos, literarios, poéticos, periodísticos, entre tantos otros, que abordan esta temática. En tal sentido, estudios pioneros han puesto de manifiesto mecanismos de construcción de los grandes relatos decimonónicos sobre la formación de la nación y la modernización de la sociedad y llaman nuestra atención sobre la incidencia de ciertos escritos, luego canonizados, en la conformación de un sentido hegemónico sobre el orden social.

Hacia finales del siglo XIX, la lucha por la legitimidad simbólica en Argentina mostraba caracteres distintivos. Participaron de ella diversos actores y sus discursos delimitaron una arena de disputa por direccionar el camino del Progreso en la cual, dentro de los tópicos presentes,

fue recurrente el de los comportamientos, con especial énfasis en la necesidad de diferenciar la distinción burguesa de la costumbre de los sectores populares.

Los relatos que dieron sentido a la Nación se encarnaron y disputaron en una diversidad de escalas sociales y espaciales, que resulta indispensable considerar para poder construir una explicación históricamente adecuada de ellos. Como ha sido puesto de manifiesto (FERNÁNDEZ, 2018) la principal virtud del reconocimiento y observación de diferentes escalas no es ajustar, para ver con mayor detalle, elementos previamente reconocidos en la generalidad, ni se trata meramente de una herramienta para la comparación de casos de estudio: las escalas nos permiten ver nudos problemáticos distintos, propios de cada una de ellas. En este sentido, analizar las representaciones sobre comportamiento realizadas por Carrasco implica considerar al menos tres espacios: el local-regional, dado por la misión que se le encomienda de proveer de inmigrantes europeos las colonias en el territorio santafesino; las zonas de contacto y vínculos que Carrasco establece en su itinerario europeo donde es primordial su capacidad de producir vínculos; y el espacio “propiamente cultural” de sus cartas a las autoridades provinciales, al periódico rosarino y la posterior compilación y publicación de su libro, que visibilizan su puja por posicionarse como un referente al interior de la clase gobernante.

A su vez, la cuestión acuciante de la inmigración que, como veremos, Carrasco toma como bandera, está firmemente anclada en el espacio ya que, en esos años, el gobierno provincial daba sus últimos pasos firmes hacia el pleno control del territorio frente a los pueblos originarios y a disputas con provincias limítrofes. Será muy interesante tomar esto en consideración pues se trata de un problema que se inmiscuye en sus impresiones más ideológicas en defensa de la “inmigración libre” así como en sus consejos a potenciales inmigrantes sobre las bondades culturales de Santa Fe, donde los habitantes hablan y se desenvuelven, dice, con formas europeas, a diferencia de otras provincias del interior nacional.

Siguiendo a Sandra Fernández (2018), nos preguntamos por la pertinencia de lo advertido por Jacques Revel (2015) sobre la naturaleza de las

relaciones entre las distintas escalas de análisis posibles en un estudio, esto es, si priman entre ellas las relaciones de jerarquía o de paridad. En nuestro caso, un análisis de corte micro (GRENDI, 1996) centrado en la producción cultural de un sujeto de la elite regional santafesina permite establecer, entre los espacios locales, limítrofes e intercontinentales que transita, los vínculos que establece en su viaje y las nociones que prescribe en sus escritos, una relación de paridad que ilumina la dimensión experiencial del sujeto, presente en la construcción de sus impresiones sobre los comportamientos, la moral y la civilización.

Las disputas por el sentido de las prácticas legitimadas se desplegaron en una variedad de registros discursivos. En el universo de las producciones culturales, esta diferencia no sólo se corporizó en contenido, sino también en una división de cuáles géneros se abocaron a hablar de una y de otra. Así, cada vez más, los discursos que sirvieron de referencia para hablar de las costumbres de los “otros” en construcción – trabajadores, hombres pobres, mujeres, vagos, mendigos, otros ilegales – fueron el de la ciencia – sociología y criminología entre otras disciplinas – (ARMUS, 2007; HUERTAS GARCÍA ALEJO, 1991; RUGGIERO, 2004)¹ y el de la ley – en especial, códigos y reglamentos policiales y municipales.

En el espacio santafesino, la obra de Gabriel Carrasco – que abarcó estudios estadísticos, crónicas de viajes, leyes y códigos, entre otros – ejemplifica con claridad las interacciones entre distintos discursos de las elites regionales santafesinas sobre el orden. Si bien, sus obras más conocidas son de estadística y de orden sociológico, elaboración de censos provinciales, códigos y leyes, también produjo textos de corte periódico, literario y epistolar, en los cuales reflexionó sobre el problema del orden.

A través de una de sus obras menos difundidas, proponemos un acercamiento a uno de los costados más disputados en la construcción del orden, ese “algo escurridizo e importante” (BURKE, 2006, p. 13) que fueron los comportamientos, vínculos e interacciones establecidos como legítimos y su contracara en los excluidos del orden social imaginado.

1 Ver: Huertas García Alejo (1991) y Armus (2004).

En su *Cartas de Viaje, Del Atlántico al Pacífico y Un argentino en Europa* (1890), en base a su experiencia como emisario del gobierno provincial, como científico y como “tourista”, identifica diversos modos de comportamiento, sus actores y formas, y sobre ello realiza valoraciones, construidas pensando explícitamente en Santa Fe y Argentina de fines de siglo.

Nuestro objetivo es dar con aquellos rastros (manifiestos en su discurso) que el autor propone sobre los vínculos, interacciones y comportamientos – sostenidos y recurrentes – que no sólo identificó, sino que eligió describir, como parte de la reconstrucción de una mirada más general sobre la dimensión simbólica del orden social de fines de siglo. Un orden que, para la sociedad argentina, se gestó al calor de transformaciones sociales, económicas políticas y culturales que, transformando la vida, generaron para las élites “la necesidad de saber no sólo dónde encontrarse sino también a partir de qué y cómo”. (GAYOL, 2000, p. 11) En este sentido, consideramos a este texto, una crónica de viajes compilada en un libro en base a cartas publicadas previamente en la prensa en ediciones semanales, en tanto “fuente histórica que se vuelve pensable como tal cuando puede constituirse en los rastros de los documentos que parece atesorar”. (DE OTO; RODRÍGUEZ, 2018, p. 21-33)

Por otra parte, para pensar la manera en que Carrasco identifica, define, describe y valora los comportamientos que enuncia a lo largo de su viaje, la categoría de sociabilidad (GONZÁLEZ BERNALDO, 2001) resulta instrumental, dado que enmarca las prácticas concretas y recurrentes de los actores involucrados en las interacciones descritas, a la vez que hace parte de su sentido a los circuitos y espacios en que éstas tienen lugar. En tal sentido, resultará complementaria del concepto de zona de contacto, que plantea a las percepciones, preconcepciones y decisiones de los sujetos como parte central de la interacción cultural (PRATT, 2010) En este sentido, entendemos a la sociabilidad como

todo lo que afecta a la interrelación entre los individuos, entre éstos y la sociedad o de ésta en su conjunto; en todos los ámbitos, ya sean los personales, los derivados de los

procesos de socialización, de sus resultados institucionales o incluso del propio Estado; y tanto en la esfera de lo público, de lo político, de lo laboral o, cómo no, del ocio y la vida cotidiana. (NAVARRO, 2006, p.109)

Como propone Burke (2006) para la historia cultural, conviene pasar de la reflexión sobre el objeto a una sobre la forma de estudio, es necesario recalcar que la definición anterior de sociabilidad se vuelve pertinente sólo en tanto responde al reconocimiento de una preocupación explicitada en la fuente por los vínculos que presencia y experimenta en su viaje. Recorremos, entonces, una manifestación cultural puntual, los relatos de viaje de Carrasco, considerada como una organización de sentidos, identificando aquellos lazos sociales, aquellos comportamientos que el autor dejó registrados.

En términos de un análisis sociocultural, este enfoque resulta pertinente porque la instauración de un orden (cultural) burgués fue central en el período y, a su vez, crucial para éste fue “el discurso asociacionista [que fue] utilizado con frecuencia por la elites culturales y políticas para pensar el lazo social”. (BERNALDO, 2008, p. 37)² “En función de ello, y del lugar ocupado en esa elite cultural por Carrasco, realizamos este recorrido por ciertos valores compartidos, actitudes y formas simbólicas en las cuales cobran cuerpo”, (GAYOL, 2000, p. 12) desde la perspectiva de la historia cultural, que estudia la dimensión simbólica de las relaciones sociales, esto es, una búsqueda por la creación, producción o interpretación de sentido.

Los interrogantes anteriores pueden desglosarse en preguntas más acotadas: ¿Qué comportamientos y formas de interacción retrata el autor? ¿Qué valores y objetivos reconoce en cada una? ¿Qué actores sociales se relacionan en ellas? ¿Qué lo lleva a valorar positiva o negativamente a cada una de ellas? Las respuestas a estas preguntas integran un orden que el texto propone, un orden social simbólicamente cimentado en la

2 Pilar González Bernaldo destaca cómo “la asociación es concebida por ellas como una forma de pedagogía cívica mediante la cual el ciudadano hace el aprendizaje de la cosa pública, constitutiva de la comunidad”.

tensión entre la “pedagogía cívica de los lazos asociacionistas” (GONZÁLEZ BERNALDO, 2001, p. 37) y lo disoluto de las costumbres populares.

¿Por qué carrasco, por qué cartas?

La figura de Gabriel Carrasco es muy conocida entre los historiadores santafesinos. Su vida, sus variadísimas obras y su participación en los gobiernos de los años de consolidación del Estado Provincial contribuyeron a hacer de este autor una referencia ineludible para quien quiera decir algo sobre la sociedad santafesina del período.

Carrasco cumple con esa doble condición de haber sido un hombre público y un hombre de la cultura y del mundo intelectual: no sólo escribió muchísimo, y sus vínculos estrechos con la cultura letrada se ven tanto en las definiciones que hace de sí mismo como en los rasgos que han elegido destacar los historiadores,³ sino que ocupó un arco amplio de puestos clave en el gobierno provincial en años críticos de la formación estatal. Por ello, el análisis de esta pieza particular de su prolífica obra permite poner en cuestión la mirada canonizada sobre la producción de hombres como Carrasco, a los cuales, como señala Paula Bruno para el caso de los hombres de pluma de la

generación intermedia [bonaerense,] se describió como apéndices del mundo político y se consideró que sus acciones, sus libros, sus intervenciones, se habrían derivado [...] del rol que éstos ocuparon en la organización estatal y no el ámbito de la cultura. (BRUNO, 2009, p. 368)

Gabriel Carrasco nació en 1854 en el seno de una familia acomodada. Su padre, que llegó a Rosario emigrado de Buenos Aires en 1853 fue,

3 De Marco (1996, p. 15) describe las “bibliotecas, óleos, grabados, libros, folletos, novenas, mapas, cajas de pinturas, correspondencia de los grandes hombres de la organización nacional, los raros ejemplares bibliográficos, tan caros como el más noble de los muebles que había en la casa paterna, diciendo que “no era fastuoso materialmente, pero sí rico en elementos culturales”.

entre otras cosas, concejal, maestro, co-fundador de los periódicos *El Comercio* y de *La Capital*. Asimismo, fue “impresor y librero”, (DE MARCO, 1996, p. 16) y ello estrechó la cercanía de Gabriel con el mundo de la prensa. Gabriel alcanzó un temprano reconocimiento como uno de los escritores más jóvenes de la provincia (DE MARCO, 1996, p. 22) y su producción fue variada y constante: desde sus más conocidos trabajos de estadística hasta redacción de códigos de policía, pasando por la Guía civil y comercial de Rosario y los anales de Rosario escritos en conjunto con su padre. Abogado de profesión, ocupó cargos públicos como la secretaría de la Jefatura de Policía de Rosario; fue ministro de Instrucción Pública y Hacienda, inspector de escuelas e integrante del Consejo Federal de Educación. También fue profesor de física en el Colegio Nacional de Rosario y cronista para diarios locales y nacionales. (DE MARCO, 1996; MEGÍAS, 1996) Estos datos ayudan a dimensionar hasta qué punto Carrasco fue un referente del discurso de su tiempo en la provincia.

A esta condición del autor, puede sumarse unas características específicas del discurso que analizamos. *Cartas de Viaje* es el producto de un viaje realizado por Carrasco que, encomendado por el gobierno provincial, representa a Santa Fe en la Exposición Universal de París, de 1889. Además, en el libro se dejan ver claramente lo que Pratt (2010, p. 26) denomina “dos formas complementarias de autoridad burguesa” en el mundo cultural, que son la literatura de viaje científica y sentimental.

El autor comenzó su viaje visitando Mar del Plata, Mendoza, Santiago y Valparaíso en Chile; volvió a Santa Fe y de allí se dirigió a Buenos Aires para embarcarse camino a Europa. La razón de esta primera parte del viaje y la primera pista de que nos hallamos ante unas “cartas” y “crónicas” sui géneris, la da él mismo, cuando se pregunta “¿Cómo presentarse en estrañas naciones sin conocer siquiera lo más notable de la propia?”. (CARRASCO, 1890a, p. 28) Y afirma que conocer Chile es necesario para satisfacer “mi anhelo de adquirir conocimientos que puedan robustecer mi juicio sobre el estado general de la civilización en esta parte de América”. (CARRASCO, 1890a, p. 99)

Esta precisión es una primera señal sobre la posibilidad de incluir a *Cartas* en lo que Mary Louise Pratt ha llamado “libros de viaje criollos

sobre Europa” – tradición de la que Domingo Faustino Sarmiento es uno de los antecesores más destacados. El libro de Carrasco presenta alguno de los rasgos que la autora enumera para este tipo de escritos que, según ella, invierten en un ejercicio de las élites periféricas, la voz de quien explora y conoce. Como veremos, la “autoridad discursiva” del narrados así como la “posición legítima del discurso” (PRATT, 2010, p. 345) se sostienen en dos operaciones: la descripción de una “América arqueologizada” (PRATT, 2010, p. 248) – cuya grandeza reside en su naturaleza, que debe ser admirada y conquistada – y la defensa de la superioridad blanca y europea en paralelo al reclamo de cierta autonomía frente a Europa.

Esta disposición se deja ver, ya, en su precaución por conocer la tierra propia antes de “presentarse” ante Europa. Este cuidado, sintomáticamente, no estuvo presente años antes, al realizar un viaje a Paraguay – del que también nació un libro. Es decir, el conocimiento previo requerido para viajar a Europa no fue necesario para presentarse ante Paraguay. Podría pensarse que, al ser Paraguay una nación vecina, se trata de un pueblo más conocido que desconocido y, por tanto, la necesidad de “presentarse” se vuelve fútil. Sin embargo, al avanzar en la lectura, se comprueba que el único momento en que el país vecino aparece, lo hace presentándolo como un valor “etnográfico” y se lo incluye, como dice Pratt (2010), siendo ya parte del pasado. En el siguiente fragmento, vemos cómo la autoridad discursiva científica de Carrasco se cimienta blandiendo ante Europa su poder clasificatorio – en este caso concretamente, separando el pasado y el futuro. Refiriéndose al stand de la delegación paraguaya en la Exposición Universal, dirá:

Expone principalmente su yerba y sus tabacos, riquísimos bordados de ñandutí y una espléndida colección de maderas [...] Presenta también una importante colección de sustancias tintóreas y muchas armas y utensillos de uso de los indígenas. En cuanto a esto último, muy importante en el museo de etnografía, lo creo, no solamente inútil, sino contraproducente en una exposición industrial, porque contribuiría a dar una mala idea del país y conviene hacer

que se conozcan, no las armas de los salvajes, sino los progresos que la civilización ha originado ya en ese rico país. (CARRASCO, 1890a, p. 247)

Esto está en consonancia con expresiones que destacan la grandeza natural de América y la contrastan con la grandeza civilizatoria de Europa, tales como “perdido, en el centro de Londres, como un grano más de trigo en los depósitos celulares de los graneros de Rosario”. (CARRASCO, 1890a, p. 403) Este es uno de los ejemplos que ilustran cómo las estrategias del autor involucran la “creación de unas culturas autónomas conservando los valores europeos y la supremacía blanca”. (PRATT, 2010, p. 213) Ahora bien, esta cultura no se construye sólo “hacia afuera” (frente a Europa), sino también “hacia adentro,” esto es “en relación con las masas tanto europeas como no europeas que intentaban gobernar”. (PRATT, 2010, p. 213) Como dijimos, nuestra pregunta ronda en torno a qué incidencia tuvieron los escritos de estos hombres, en el contexto de modernización social y consolidación estatal de fines del siglo XIX, en la institucionalización de un determinado conjunto de comportamientos para los distintos actores sociales. Es, por tanto, una pregunta sobre la forma concreta de interrelación en un momento determinado, entre la dimensión simbólica y la institucionalización de relaciones sociales concretas sostenidas en el tiempo.

Viaje escrito, escrito viajado

A la par del viaje mismo – de la *acción de viajar* – la comparación es el hilo del texto y existe una tensión fundante entre la vocación científica de la comparación para el conocimiento, – muchas de sus apreciaciones son rubricadas por aportes de datos científicos – y su advertencia de que “este libro es de impresiones y no debe buscarse en él otra cosa so pena de engañarse”. (CARRASCO, 1890a, p. 11) Es una tensión, no una contradicción: expresa que esa verdad que se redacta es la de la experiencia inmediata (no mediada) y se logra mediante el registro inmediato “[...]”

tal como me ha sido inspirado, en los *sitios y tiempos* en que ha sido efectuado”. (CARRASCO, 1890a, p. 10, nuestro énfasis)

En este libro, la comparación y el registro se hacen “en la matriz cultural que se configura en el ojo del viajero y en el peso de la tradición y esta se dispone [...] en el orden de lo ya sabido”. (DE OTO; RODRÍGUEZ, 2008, p. 25) Las Cartas presentan algunas de las características nodales del relato de viaje como género. En principio, “hay una oscilación entre un sujeto de la experiencia que se enfrenta a ‘lo real’ y un sujeto de la lectura que se enfrenta a un espacio presupuesto o pre-sabido”. (DE OTO; RODRÍGUEZ, 2018, p. 25) Ahora bien, establecido ese esquema de referencias, el viaje mismo es una puesta en juego del imaginario de las sociedades de origen. Así como en el caso de los viajes europeos a América o África pusieron de manifiesto, e incluso generaron, la “inestabilidad a las suposiciones corrientes” de estos imaginarios de origen, veremos cómo en *Cartas de Viaje* el universo cultural europeo se reafirma, cimentando una explícita tarea moralizante. En este sentido, los principales tópicos que se comparan con sistematicidad capítulo a capítulo, son descriptos en función de sus implicancias morales para la sociedad y validados por el discurso científico.

Otra de las características destacadas es, de la mano de la “fugacidad” de la experiencia que el autor recuerda al lector frecuentemente, la presencia de la reflexión sobre el acto de viajar, sobre su identidad como viajero y sobre cómo la vorágine y la inmediatez de la experiencia sensible debe estar mediada por la reflexión científica – fuente principal de su autoridad discursiva. El texto cuenta con cerca de 25 entradas en las que Carrasco reflexiona *en off*. En primer lugar, sobre cómo la escritura se halla subordinada en todo momento al acto de viajar:

“No bastan los ojos para seguir el movimiento, ni la mente para la reflexión, cuando el panorama ya ha cambiado y la idea ha tenido que cambiar también [alude a su viaje en tren de España a Francia]”. (CARRASCO, 1890a, p. 244) “Aprovecho los instantes en que mi mula se detiene [mientras realiza el cruce de Los Andes] para tomar notas en mi cartera”. (CARRASCO, 1890a, p. 86) “Vuelvo con la imaginación unos días atrás [...]”. (CARRASCO, 1890a, p. 190)

Luego, sobre cómo se concibe así mismo en tanto viajero – cuándo es hombre de Estado; cuándo, científico y, cuándo, “tourista”: “No quería entrar súbitamente en París: creí necesario irme preparando para conocer la gran ciudad, pasando primer por otras menos importantes, para poder así graduar mis impresiones”. (CARRASCO, 1890a, p. 250)

llama mi atención; de todo quiero imponerme simultáneamente y el efecto es cierto aturdimiento. Pero no: procedamos con método, viajemos estudiando y para estudiar es lo primero dividir racionalmente su tiempo y las materias que se han de observar. (CARRASCO, 1890a, p. 193)

“Lo hice, me bañé en el río, cuyas rápida corriente amenazó arrastrarme pero al salir pude consignar entre mis más gratos recuerdos de viaje que me había sumergido en las históricas aguas del Rhin”. (CARRASCO, 1890a, p. 332)

En relación a la estructura del libro, se apela, intercaladamente, al género de relato de viajes y al epistolar. Dentro del texto, las cartas escritas a un destinatario, y que cumplen con las formalidades del género, son cuatro: una, al gobernador Cafferata y tres al director de El Mensajero – a quien enviaba los relatos a medida que los iba completando. Más allá de los rasgos particulares del género epistolar (FERNÁNDEZ; CALDO, 2010; HINTZE; ZANDANEL, 2012) nos interesa señalar el efecto que esta decisión provoca en la lectura del libro, al crear una atmósfera intimista en pasajes clave de un texto que, según su autor, se sostiene en la legitimidad de su conocimiento científico y en su reconocimiento oficial. Así, la voz de un hombre que está en Europa como representante del Estado adquiere un tono más individual. Repitiendo una y otra vez que la información que se comparte en las cartas es transparente y, más aún, inmediata, mantiene firme ese “desorden de espíritu [que da] solidez a mis impresiones, tales como ellas se agolpan bajo el impulso de la inspiración”. (CARRASCO, 1890a, p. 42)

En este juego entre fugacidad y reflexión, hallamos también “imágenes que no siempre respetan el orden y la jerarquía cultural.” En un texto como este, tan cuidado y de una espontaneidad tan pensada, estas

imágenes no tienen la forma de afirmaciones abiertas, sino de gestos fugaces. Son manifestaciones de impresiones viscerales, que fueron luego reformuladas para acomodarlas al decoro general del escrito, pero que permanecen titilando. Un ejemplo de ello son sus impresiones acerca del juego ilegal en Mar del Plata – en las que encontramos la primera entrada sobre lugares y formas de comportamiento.

Carrasco describe las prácticas de los concurrentes al casino. Según el mismo admite, el juego es un fenómeno presente en todas las clases sociales; es un “cáncer social” ante el cual su “alma indignada no puede mantener la calma”. (CARRASCO, 1890a, p. 20) Es una práctica que genera “hediondeces de ramera” y se despliega en medio del bullicio, con gente reunida en torno de una “mesa fatal”. (CARRASCO, 1890a, p.19) Ahora bien, si el juego es inmoral siempre, la descripción del autor discierne muy bien entre las casas de juegos para los ricos y para los pobres, y lo hace señalando grados de inmoralidad. En el caso de los “ricos”: “¡Todo es pelarse! Por un lado, la mujer bailando. Por el otro, su marido, que sin duda no encuentra ya la felicidad en los castos brazos de su esposa, la busca más ardiente en los azares del juego”. (CARRASCO, 1890a, p. 23)

Aquí, si bien Carrasco (1890) reprende lo que ve, se destaca que la enunciación es hasta en cierta medida moderada; hay un cuadro que se propone como desnaturalizado: la mujer baila (por su cuenta), y el marido, abandonado, no tiene otra opción que jugar. Incluso, puede entenderse que Carrasco (1890) enfatiza es responsabilidad femenina – una mujer cuyos brazos ya no son “ardiente[s]” (CARRASCO, 1890a, p. 14) para su marido, lo obliga al calor del juego. En esta escena, la práctica del vicio es casi una fatalidad. Este esquema se repitió, en las últimas décadas del siglo XX y primeras del siguiente, para interpretar la presencia de ciertas prácticas en los sectores respetables en la provincia. En el caso del juego ilegal, se señaló cómo los “victimarios” y “viciosos” del juego, hombres criollos pobres, empujaban “por la pendiente perniciosa del vicio” a las “víctimas,” principalmente a los jóvenes de los

sectores medios.⁴ (SEDRAN, 2015) Por el contrario, cuando habla de los lugares de juego de los pobres, dice que “el espectáculo es igual, pero algo más repugnante, allí el vicio tiene hasta mal olor.” (CARRASCO, 1890a, p. 13) Volveremos a encontrar este contraste entre una sanción formulada de manera casi comprensiva y una repulsión completa ante las costumbres de los sectores pobres.

En buena medida, esto se corresponde con la “zona de contacto” que enmarca la experiencia del viaje para Carrasco. Con esta noción, “Pratt pretende llevar a primer plano las dimensiones interactivas y de improvisación de los encuentros” (FERNÁNDEZ; NAVARRO, 2008, p. 35), nos ha permitido tener en cuenta, en el análisis, que Carrasco no fue un viajero más; su particular condición fue parte activa en la conformación de esa “zona de contacto” que vemos plasmada en anécdotas, intervenciones, apreciaciones e, incluso, influyó fuertemente en la elección de cuáles lugares visitar y cuáles no.

Un contraste interesante con el lugar antes descrito lo representa su elección de visitar la Sociedad Geográfica de París, donde tiene una alocución pública y cuyo contexto describe minuciosamente. (CARRASCO, 1890a, p. 342) Sin embargo, luego de una introducción en la que destaca la majestuosidad de ese “templo” de la ciencia y del progreso del espíritu humano, en que pondera las formas gentiles y decorosas y los encendidos discursos de sus miembros, se centra en construirse a él mismo, un americano, como una voz de autoridad en ese círculo tan selecto. Un americano que, por mérito, podría ser uno más de esos hombres europeos de ciencia, los mismos que coronan su intervención con un aplauso cerrado y legitiman su autoridad como científico.

La figura del emisario sudamericano como autoridad científica y moral se construye progresivamente en el texto, y en esa construcción juegan un papel importante las precisiones sobre los círculos sociales que el viajero frecuenta. Asiste a eventos diplomáticos, se hospeda en

4 En casos como el de la bebida, se la distinguió señalando que tanto las bebidas – vinos finos, champagne, aperitivos, cervezas de moda – como los lugares donde se las consumía – restaurantes respetables, hoteles renombrados, cafés y la mesa familiar – eran estrictamente distintos a las costumbres de los sectores pobres. (FERNÁNDEZ; SEDRAN, 2019)

hoteles prestigiosos sólo por recomendación de los hombres influyentes locales, entre otros ejemplos. El criollo no está a la deriva en su viaje, sino que se muestra como perteneciente, y ese formar parte se sustenta discursivamente en su inclusión en los lugares de sociabilidad de las elites culturales europeas. Esta estrategia se completa en el alegato descrito al final del libro, en el cual se atribuye haber logrado que la comisión que dirigió la Exposición Universal de París vote “contra los deseos de las potencias coloniales [su apoyo al modelo de la] inmigración libre”. (CARRASCO, 1890a, p. 381)

Otra de las estrategias, utilizada en diversos pasajes, genera un efecto particular en la lectura. Aunque de manera predominante, la dimensión moral del progreso nacional es planteada como una precondition de sus dimensiones materiales, en varias oportunidades se presentan giros como los siguientes:

Pienso asistir al baile que nuestro distinguido ministro, el Dr. Paz, dará en la legación el 25 de mayo, que promete estar espléndido.

Estas fiestas en que á la distancia se conmemoran los hechos notables de nuestra historia, tienen para nosotros un encanto que no puede conocerse sino cuando uno se encuentra lejos de la patria. A cada instante, al ver la hermosura que en arquitectura y artes tiene esta gran ciudad, me acuerdo de las nuestras y quisiera que pudiéramos imitarla.

¡Qué pavimentación! (CARRASCO, 1890a, p. 255)

¡Qué pequeños somos los argentinos comparados con este grandioso pueblo inglés! Mientras aquí hay un culto a la memoria de sus grandes hombres, culto revelado a cada instante en las estatuas de sus parques y museos, [...] nosotros no tenemos en Buenos Aires ni siquiera una colección de los retratos de nuestros grandes hombres (CARRASCO, 1890a, p. 400).

De esta manera, se transforma el último requisito expuesto – material, acotado y realizable – en la condición a cumplir para la consecución del universal planteado con anterioridad – global, identitario, inmaterial. Es una estrategia que se acompaña del relato de sus propias acciones durante su estadía en París, como su defensa a ultranza de la “inmigración libre,” o en cómo es “alabado” su trabajo estadístico en la Sociedad de Geografía de París. También, de cómo corrige al “ingeniero constructor” del globo terráqueo que se expone por “varios errores y omisiones,” en la cartografía de Argentina, entre otros. En sus múltiples registros, este es un libro de acción y ésta tiene lugar, eminentemente, en los lugares en los que se imparte una “pedagogía” cívica sobre los comportamientos.

Vínculos a promover, costumbres a censurar

La comparación es uno de los carriles con que puede recorrerse todo el texto. Estando en Barcelona, Carrasco dice que “de las comparaciones de esta ciudad con las de nuestra América, pueden quizás surgir ideas de mejoras, tan necesarias siempre”. (CARRASCO, 1890a, p. 199)

El autor visita Chile, Barcelona, Bélgica, Alemania, Génova y Venecia, Londres, Suiza y reside, por sus actividades en relación a la exposición, unos tres meses en París. En las descripciones de todos esos lugares, hay elementos que se comparan metódicamente: las autoridades, el ferrocarril – y el puerto, donde lo hay –, la naturaleza, la población, la arquitectura, el urbanismo y la higiene, la ciencia y la cultura, los monumentos y la historia... y las “costumbres”. Se trata de anotaciones metódicas y ordenadas, que se conectan entre sí e incluyen siempre una comparación con la Argentina. Se compara tanto el adelanto o atraso de un lugar con respecto a otro y generalmente se incluye una reflexión moralizante. Algunos ejemplos de esto, en consonancia con los tópicos señalados como parte de las crónicas criollas sobre Europa son:

Quiero decirles [a los europeos] que yo he dormido en una cabaña cubierta por la nieve [...] a una distancia en que las águilas europeas no tendrían una roca en qué posarse. [...]

Sólo después de haber examinado esas casuchas y atravesado estas cordilleras, he podido darme cuenta del valor, de la heroicidad, que necesitan, emplear esos infelices que conducen la correspondencia entre las dos naciones ¡Y qué mal recompensados! (CARRASCO, 1890a, p. 84)

Con la buena intención del médico cuando descubre el mal, [compara la gran afluencia de inmigrantes a Argentina con la situación chilena, país en que] casi no existe la clase media y los que llamaríamos *land lords* cultos, honorables, muy patriotas, pero [...] no dan esperanza al pobre de poseer un pedazo de tierra. [Así, la falta de acceso la tierra y la pobreza] impiden establecer corrientes de inmigración que tanto necesita para prosperar. (CARRASCO, 1890, p. 109, énfasis añadido)

Verdad es que estamos en Bélgica, la nación más densamente poblada del continente europeo y la que mayor intensidad industrial tiene en la tierra. Aquí, los habitantes no tienen espacio para moverse, para desarrollarse, y mucho menos para crecer – entre nosotros, nos ahoga el desierto, que golpea a las puertas de nuestras ciudades. (CARRASCO, 1890a, p. 319)

A estas reflexiones se suma que, en cada trayecto que realiza en tren por Europa, incluye un lamento en base a la comparación de sus cultivos, “anticipadas visiones del futuro” (CARRASCO, 1890a, p. 296) y de la falta de ellos en Argentina.⁵ Su mirada sobre las costumbres también se organiza alrededor de su valoración moral:

5 Nos permitimos una digresión a este respecto y que concierne a lo que anteriormente llamamos “cruzada” por la inmigración de Carrasco. Al volver sobre su *Descripción geográfica y estadística de la provincia de Santa-Fé* (1890b), vemos cómo la promoción de la inmigración europea, motivo central del escrito – ya que “en población, ante todo, importa la *calidad*” – se construye sobre tres pilares: demostrar científicamente las condiciones naturales inmejorables para el cultivo de la provincia, enumerar las medidas propiciadas por el gobierno progresista para el desarrollo económico y finalmente, incansables entradas destacando el carácter civilizado de las costumbres, especialmente en las colonias, a las cuales los inmigrantes europeos no sólo se podrán acostumbrar con

En la ciudad [de Barcelona] existen ciertos usos y costumbres que no están en armonía con los adelantos de la civilización moderna. Así es, por ejemplo, la mendicidad, es una plaga social tolerada por las autoridades, puestos que no le ponen remedio [...] La insistencia con la que no solamente piden, enseñando llagas y mutilaciones horribles, sino con que salen al paso del transeúnte y hasta lo detienen, es tan fastidiosa como repugnante [...] Se ha extendido tanto este modo de vivir que niños y niñas sanos. Sin motivo alguno, detienen al transeúnte para pedirle dinero, sin invocar para ello siquiera un pretexto [...] Existiendo asilo de mendigos, estos prefieren la vagancia por las calles, que les resulta más lucrativa. (CARRASCO, 1890a, p. 206)

La mendicidad es un modo de vida, una manera en que el pobre se vincula con el hombre respetable – y es, además, es una elección. Esta costumbre fastidiosa y repugnante hace del hombre respetable una víctima, expuesta al horror de llagas y mutilaciones. Es un comportamiento que tienen muchos, en un espacio que no está delimitado, sino residualmente – es el espacio compartido, la calle, la vereda, que está fuera de los otros espacios delimitados y pautados descriptos por el autor.

facilidad sino que no querrán nunca abandonar –“el extranjero se encuentra pues rico, considerado, bien recibido y no piensa en volver a su patria más que á paseo”. (CARRASCO, 1890b, p. 252) Carrasco, Gabriel, *Descripción geográfica y estadística de la provincia de Santa-Fé* (1890b), Stillier & Laass, Buenos Aires 1890, p.234. Aquí también, el progreso sólo elude al que carece de voluntad: “en la Provincia de Santa Fe, raro es el hombre de campo que no posee algunas vacas; los que no las tienen es únicamente a consecuencia de su mala conducta ó vicios, como la embriaguez y el juego, que los hace incapaces de todo ahorro y trabajo”. (CARRASCO, 1890b, p. 252) Finalmente, la mejor invitación es la comunidad de valores y costumbres que se ofrecen los potenciales inmigrantes. Carrasco afirma que “los europeos adoptan fácilmente las costumbres del país, que por otra parte son muy semejantes a las europeas”. (CARRASCO, 1890b, p. 103) Adjudica ello a que “el idioma castellano es hablado con pureza en las clases acomodadas, no existiendo en Santa Fe ninguna clase de ACENTO ESPECIAL o TONADA, como la que tanto fastidia al escuchar, por ejemplo, a CORDOBESES, TUCUMANOS o CORRENTINOS que de maneras diversas dan a su vez, una entonación característica que los hace conocer entre mil”. (CARRASCO, 1890b, p. 253)

El comportamiento protagonizado por los pobres es aquel que necesita ser regulado, legislado y transformado; asimismo es uno que se desarrolla en espacios no delimitados sino residualmente y cuya motivaciones son moralmente reprobables. Ello puede verse también en otro ejemplo: “El pouiboire, la propina, es el dios de las clases inferiores de París y la carcoma del viajero. Nuestra civilización argentina, ganosa de imitar a la francesa, lo está ya introduciendo”. (CARRASCO, 1890a, p. 285)

Nuevamente, el vínculo entre pobres y ricos se da en los límites del espacio que unos ocupan y al que los segundos no acceden sino como empleados: las veredas de teatros, hoteles y cafés selectos son los puntos “elegidos” por los oportunistas que victimizan a los incautos.

Al describir otra forma simbólica de relacionarse, la moda, el tono de la descripción cambia, al cambiar el actor social en la mira:

En parís y no hablar de modas? ¡Imposible! Pues bien: las telas color verde de todos los matices, son las que están ahora en gran voga. [...] A cada instante, viendo alguna elegante parisiense, vestida de verde, se me viene a las mientes nuestro dicho criollo [la vergüenza era verde y] se la comió el burro! Pero la moda es moda, y no hay más que hacer. (CARRASCO, 1890a, p. 277)

Hay, finalmente, otro tipo de sociabilidad consignada: aquella que se desenvuelve en el papel, concerniente al mientras tanto de la escritura de los capítulos enviados para publicarse en la prensa. En el momento mismo de la redacción, Carrasco es informado de un debate que está teniendo lugar en Argentina, fruto de unas críticas publicadas sobre la muestra argentina en la Exposición de París. Al respecto, denuncia que:

“Nadie o casi nadie piensa como él. [Paul Fouché, quien publicó la nota descalificando el stand nacional]. Aquí hay la creencia unánime de que nuestro país ha hecho una exhibición que sobrepasa á las demás naciones americanas”. (CARRASCO, 1890a, p. 372-373)

En este caso, también es su pertenecer lo que fortalece su autoridad y legitimidad discursivas. De la “creencia unánime” de la superioridad argentina son parte también los anfitriones europeos, aquellos que lo

han reconocido previamente y a los cuales ha incluso corregido – como en el caso del Globo – o convencido – de tomar partido por su postura en uno de los temas más importantes de las discusiones en la exposición como lo fue la inmigración.

Algunas consideraciones finales

Este sucinto recorrido por *Cartas del Viaje, Del Atlántico al Pacífico y Un argentino en Europa* (1890a) de Gabriel Carrasco nos ha permitido poner de relieve los comportamientos que llamaron la atención del autor y la evaluación que hizo de ellos, en el marco de los horizontes de civilización y progreso que buscaba atraer para la provincia y con el propósito de revisar cómo discursos de la esfera cultural participaron de la legitimación de un discurso del orden en el paso al siglo XX.

Para ello, identificamos asimismo las coordinadas discursivas que organizan el libro. En este sentido, importa destacar cómo Carrasco construye un lugar protagónico al interior de estos vínculos. No es un sujeto pasivo: protagoniza – desde un lugar de autoridad y legitimidad cimentado en gran medida en su condición de hombre de ciencia – los momentos cruciales de vínculo e interacción que describe. Por ejemplo, se dirige a la Sociedad Geográfica de París y describe cómo es aplaudido de pie y debate en pie de igualdad y convence a los delegados en la Exposición de París para que favorezcan en su comunicado a las nuevas naciones propiciando un modelo de inmigración “libre”.

Los comportamientos descritos se hallan incorporados a la cadencia del discurso, dada por la comparación metódica de ciertos elementos en cada lugar que visita. Esa estrategia, que construye un abismo entre pasado y futuro, entre atraso y civilización, incluye contraponer la presencia y la ausencia de los elementos materiales clave de la civilización – ferrocarriles, calles anchas, bibliotecas, entre otros –, aunque también se comparan formas de comportarse: desde las más refinadas, de los bailes diplomáticos, el teatro y el turismo, hasta la mendicidad y la estafa de la propina, en Barcelona. En este contraste – entre vínculos

civilizados y moralmente reprobables – median aquellas costumbres de la burguesía que, aunque no aprueba, le merecen reflexiones humorísticas o incluso comprensivas, como el juego – de los ricos o la vanidad de la moda.

La identidad que el autor construye para sí no es la que, a priori, podría hallarse entre un criollo y los europeos. Recorriendo el libro, la mayor oposición no es la de Europa y América – aunque sí se hace más patente cuando Carrasco describe los adelantos materiales del viejo continente – sino que, por el contrario, está dada por la estratificación social, formulada ésta como abismo moral. Al momento de describir las costumbres de los sectores populares, propone un discurso solemne, que condena cada una de las prácticas que ve. Incluso más, centra sus críticas en aspectos que refuerzan la dimensión voluntaria de estos comportamientos: la estafa de la propina, la imposición y el miedo que generaba la mendicidad, el olor nauseabundo del juego, entre otros.

Los gestos de complicidad están en su relato de los vínculos con otros hombres respetables, aunque no tema a criticar, siempre con el objetivo de apuntalar su lugar de autoridad. Incluso, si volvemos sobre el principal objetivo político-económico de la misión de Carrasco, atraer inmigración para el interior provincial, también se ve que el autor se preocupa por marcar el perfil europeo de la población santafesina, que la aleja de otras provincias atrasadas, más vinculadas con el pasado indígena o con la herencia colonial. Esto, a su vez, es un rasgo que está presente en otras obras del autor.

Si se toma este libro como uno de tantos ejemplos de las prácticas culturales que integran un discurso hegemónico a propósito del orden en la Argentina de fines del siglo XIX, hallamos en ellas los grandes temas de la agenda social del período organizados como tales para la lectura de un público urgido de coordenadas con qué pensar la realidad de transformaciones vertiginosas que vivía, de saber no sólo dónde encontrarse sino también a partir de qué y cómo. A su vez, puede pensarse que este libro de acción, pensado para su lectura casi inmediata – fue publicado por entregas en la prensa rosarina, antes de ser compilado en formato libro –, apeló, como estrategia de encuentro con los lectores,

a un lenguaje compartido y establecido: aquel del decoro, de la respetabilidad y de la distinción. Se trataba, en la Santa Fe del giro del siglo, de una dimensión de la vida social que comenzaría a cambiar a pasos agigantados, ampliando el espectro de personas que podrían acceder a ciertos espacios y consumos y, con ello, reforzando la necesidad de saber quién era quién y cómo debía comportarse en consecuencia.

Referencias

- AGULHON, M. *Historia vagabunda*. Etnología y política en la Francia contemporánea, México, DF: Instituto Mora, 1994.
- ARMUS, D. *La ciudad impura*. Salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires, 1870-1950. Buenos Aires: Editorial Edhasa, 2007.
- BARRIENDOS RODRÍGUEZ, M.; BETANCOURT POSADA, A. Hablar, narrar, callar: otras voces en la historia cultural. Entrevista a Peter Burke. *Revista Alteridades*, México, DF, v. 17, n. 33, p.103-110, 2007.
- BERNALDO, P. G. *Civilidad y política en los orígenes de la nación argentina*. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- BONAUDO, M. Cuando las tuteladas tutelan y participan. La Sociedad Damas de Caridad (1869-1894). *Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM*, México DF, p. 70-97, 2006.
- BRUNO, P. La vida letrada porteña entre 1860 y el fin-de-siglo. Coordinadas para un mapa de la élite intelectual. *Anuario IEHS*, Adchat Tantil, n. 24, p. 339-368, 2009.
- BURKE, P. *¿Qué es la historia cultural?*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CARRASCO, G. *Cartas de Viaje, Del Atlántico al Pacífico y Un argentino en Europa*. Buenos Aires: Casa Editora de Jacobo Peuser, 1890a. Disponible en: <https://archive.org/stream/delatlanticoalpac00>. Acceso en: 3 abr. 2016.
- CARRASCO, G. *Descripción geográfica y estadística de la provincia de Santa-Fé*. Buenos Aires: Stiller & Laass, 1890b. Disponible en: <https://archive.org/stream/descripcingeogr00carrgoog#page/n12/mode/2up>. Acceso en: 15 mar. 2016.

- CLEMENTI, H. *José María Ramos Mejía ante la condición humana*. Rosario: Editorial municipal, 1996.
- DE MARCO, M. *Gabriel Carrasco*. Rosario: Editorial municipal, 1996.
- DE OTO, A.; RODRÍGUEZ, J. Sobre fuentes históricas y relatos de viaje. *Quinto Sol*, Santa Rosa, v. 22, n. 3, p. 13-51, 2018.
- FERNÁNDEZ, S. Escala, espacio, lugar. Reflexiones sobre la perspectiva regional/local. In: CERDA, J. M.; MATEO, G. (coord.). *La ruralidad en tensión*. Buenos Aires: Teseo, 2018. p. 75-110.
- FERNÁNDEZ, S.; CALDO, P. Cartas para Olga y Leticia. Aproximación al tratamiento del epistolario de las hermanas Cossettini. *Anuario de la Escuela de Historia*, Córdoba, n. 22, p. 183-203, 2010.
- FERNÁNDEZ, S.; GELI, P.; PIERINI, M. (ed.). *Derroteros del viaje en la cultura, mito, historia y discurs*. Rosario: Prohistoria, 2008.
- FERNÁNDEZ, S.; NAVARRO, F. (comp.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosario: La Quinta Pata & Camino editores, 2011.
- FERNÁNDEZ, S.; NAVARRO, F. La literatura de viajes en perspectiva. In: FERNÁNDEZ, S.; GELI, P.; PIERINI, M. (ed.). *Derroteros del viaje en la cultura, mito, historia y discurso*. Rosario: Prohistoria, 2008. p. 33-47.
- FERNÁNDEZ, S.; SEDRAN, P. Consumo respetable visibilizado: publicidades del alcohol en los medios gráficos argentinos. Primeras décadas del siglo XX. *Anuario Colombiano de Historia Social*, Bogotá, v. 46, n. 2, p. 209-235, 2019.
- GAYOL, S.; MADERO, M. (ed.). *Formas de historia cultural*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- GAYOL, S. *Sociabilidad en Buenos Aires*. Hombres, honor y Cafés 1862-1910. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2000.
- GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, P. *Civilidad y política en los orígenes de la nación argentina*. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- GRENDI, E. Micro-analisi e storia sociale. *Quaderni Storici*, Bologna, v. 35, p. 502-520, 1996.
- HINTZE, G.; ZANDANEL, M. A. Algunas consideraciones sobre el género epistolar a propósito de las cartas de Francisco Romero. *Cuyo*, Mendoza, v. 29, n. 2, p. 13-33, 2012.

- HUERTAS GARCÍA ALEJO, R. *El delincuente y su patología*. Medicina crimen y sociedad en el positivismo argentino. Madrid: cuadernos Galileo de Historia de la ciencia: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991. Tomo 12.
- MEGÍAS, A. *La formación de una elite de notables-dirigentes, Rosario 1860-1890*, Buenos Aires: Editorial Biblos-Fundación Simón Rodríguez, 1996.
- NAVARRO, J. Sociabilidad e historiografía: trayectorias, perspectivas y retos. *Saitabi*, Valencia, n. 56, p. 99-119, 2006.
- PRATT, M. L. *Ojos imperiales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- REVEL, J. *Juego de escalas*. Experiencias de microanálisis. Buenos Aires: UNSAM Edita, 2015.
- RUGGIERO, K. *Modernity in the flesh*. Medicine, law and society in Turn-of-the-century Argentina. Palo Alto: Stanford University Press, 2004.
- SEDRAN, P. Orden y moralidad en los discursos periodísticos: la valoración del 'otro' en la región santafesina (1890-1915). *Boletín americanista*, Barcelona, v. 71, p. 170-187, 2015.
- TERÁN, O. *Vida intelectual en el Buenos Aires de fin de siglo (1880-1920), derivas de la "cultura científica"*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

LAS COMUNIDADES FERROVIARIAS DE SAN CRISTÓBAL Y LAGUNA PAIVA

trabajo ferroviario, sociabilidades y prácticas entre 1920 y 1940

LUISINA AGOSTINI

Introducción

Dentro del Sistema Ferroviario Nacional organizado en función de los diferentes ramales que recorrían lo ancho y largo del territorio, Santa Fe ocupaba, desde fines del siglo XIX, un lugar estratégico como provincia con importantes talleres de producción y reparación de vagones, como así también productores de insumos ferroviarios lo que evidenciaba un dinamismo económico presente en múltiples localidades. Laguna Paiva y San Cristóbal se formaron al calor del funcionamiento de las locomotoras, constituyéndose en núcleos socioeconómicos fuertes dentro del desarrollo regional ferroviario. Primero dentro del recorrido del Ferrocarril Central Norte (FCCN) y luego de la nacionalización del sistema ferroviario de la década de 1940 como parte del Ferrocarril General Manuel Belgrano (FCGMB).¹ Sus talleres ferroviarios se destacaron

1 Para finales del siglo XIX el Ferrocarril Central Norte (FCCN) tenía 1.049 kilómetros de longitud y estaba organizado en dos secciones. La sección Norte se extendía desde Tucumán a Salta y Jujuy hasta la frontera con Bolivia y la sección Sur que comprendía desde Tucumán a San Cristóbal en Santa Fe. Este fue el puntapié inicial del posterior

como lugares de trabajo especializados, calificados y generadores del empleo mayoritario para la población de estos lugares y zonas cercanas.

Cuando comenzamos a estudiar sobre el mundo del trabajo ferroviario nos convocaba la intención de indagar en las formas de lucha que los trabajadores y sus familias habían llevado adelante durante la huelga nacional ferroviaria de 1961 en la localidad santafesina de Laguna Paiva. (AGOSTINI, 2018) Frente a las medidas de racionalización ferroviaria planteadas por el gobierno nacional de Arturo Frondizi como parte de un plan antiferroviario y con el propósito de solucionar el déficit y el atraso tecnológico de la Empresa de Ferrocarriles Argentinos (FA) se clausuraron ramales, se cerraron talleres ferroviarios, se indemnizaron por la fuerza muchos trabajadores generando una crisis económica y social con mayor impacto en los pueblos que debían su desarrollo histórico-social al trabajo ferroviario.

Resultaba que entre las jornadas de paro por tiempo indeterminado establecidas por las centrales sindicales del riel, La Fraternidad y la Unión Ferroviaria (UF), durante 42 días, desde el 30 de octubre al 10 de diciembre de 1961, las que se habían desarrollado en Paiva no solo sorprendieron a sus habitantes sino a todo el movimiento obrero ferroviario nacional al ser episodios de manifestación espontánea de hombres, mujeres y niños en defensa de los lugares de trabajo. Esa huelga ferroviaria también fue importante en San Cristóbal, pero más significativas fueron las acciones que se llevaron a cabo en 1979 durante la dictadura cívico-militar para defender el funcionamiento de los talleres.² En ese año, los trabajadores del riel sancristobalenses y sus familias organizaron un agasajo para las autoridades nacionales de facto con el propósito de que conozcan las instalaciones ferroviarias y detengan los planes de clausura de las mismas.

desarrollo de la red del Estado que se llevó a cabo durante las primeras décadas del nuevo siglo. Ver: Abril y Blanco (2016).

2 El ex ferroviario Armando Garrido participó activamente de las acciones para impedir el cierre de los talleres de San Cristóbal en 1979 y escribió sus memorias en el libro de su autoría: *Talleres del Ferrocarril Belgrano. Historia de un proyecto. Historia de una Batalla*. Edición propia, 2018.

Lejos de describir los acontecimientos de 1961 y de 1979 como parte de una historia ferroviaria anecdótica y heroica, es que esos momentos en los que los trabajadores y sus familias crearon formas de acción para enfrentarse a las políticas que atentaban contra sus fuentes laborales nos invitan a preguntarnos por la trama social construida en estos espacios relacionados con el ferrocarril.

La existencia de un pueblo en torno a las vías no resulta linealmente en una comunidad ferroviaria. Creemos que en estas localidades durante el período de entreguerras, se conformaron comunidades identificadas con el mundo del trabajo ferroviario resultado de un proceso social de construcción, realizado por sujetos particulares y situados que han establecido relaciones sociales, laborales, culturales, políticas entre ellos, que se han identificado con el trabajo ferroviario, con los talleres de producción y que han diseñado identidades singulares y colectivas. Los momentos de tensión social, como los que describimos, son coyunturas interesantes para visibilizar la trama comunitaria ferroviaria existente, al ser situaciones en las que las personas deciden actuar movilizadas por diferentes razones pero enmarcadas en identificaciones colectivas.

Mirta Lobato (2001, p. 51) plantea que “Las bases materiales (población, vivienda, instituciones) son sólo un aspecto del desarrollo de la comunidad: para poder definirla como tal es necesario analizar el proceso mediante el cual sus habitantes fueron dotando a esa comunidad de un significado”, consideramos necesario rastrear la constitución de la materialidad de la comunidad entre las décadas de 1920 y 1940 período en el que los talleres ferroviarios de ambas localidades presentaron desarrollos importantes, provocando también la urbanización de los pueblos y el establecimiento de instituciones sociales asociadas a las prácticas sindicales, de ocio, culturales, educativas y políticas. Entendemos que los momentos de movilización popular vividos en estas localidades en las décadas de 1960 y 1970 responden al arraigo de identidades individuales y colectivas conformadas en un proceso histórico previo. Seguimos los postulados de Anacleto Pons y Justo Serna (2007) cuando plantean que, el trabajo desde la historia local, supone entender el

contexto como una reconstrucción minuciosa del espacio local en el que se insertan las vidas de los sujetos que estudiamos, los lugares asociados al andar cotidiano, al trabajo en los talleres ferroviarios, el tránsito diario por los barrios ubicados entre las vías, son espacios desde y en los que los sujetos de Laguna Paiva y San Cristóbal se pensaron, subjetivaron sus prácticas y habitaron los espacios.

A continuación revisaremos las características geográficas de estas localidades con el objetivo de ubicar sus posiciones dentro del sistema ferroviario nacional, también indagaremos en los espacios relacionados con el trabajo ferroviario, nos centraremos en la construcción, desarrollo y modernización de los talleres como también en las particularidades de la mano de obra requerida, es decir, en quienes eran los trabajadores.

Luego, atenderemos a las formas de sociabilidad construidas por los obreros en su lugar de trabajo como también en otros espacios públicos. Prestaremos atención a la conformación de la “familia ferroviaria” calificativo que demostraba no solo una identificación colectiva con el ferrocarril sino las relaciones de poder tejidas desde la patronal hacia los empleados, también entre los trabajadores y sus instituciones sindicales, como aquellas transmitidas a la vida privada del hogar en familias construidas en torno al trabajo del varón, proveedor del sostén económico.

Para finalizar, esbozaremos conclusiones que nos permitan articular estos períodos de construcción de las comunidades ferroviarias de acuerdo a un contexto político y económico que consideraba al ferrocarril un sistema de transporte fundamental para el desarrollo del país con los de la segunda mitad del siglo XX en los que las decisiones políticas cuestionaron el funcionamiento del sistema ferroviario y no generaron políticas a largo plazo que defiendan la existencia de las comunidades fomentando la existencia de “pueblos fantasmas”.³

3 Nos referimos a una expresión que nuestros entrevistados paivenses tienen sobre la suerte de las localidades ferroviarias, esto supone que no hay ofertas laborales que permitan el crecimiento demográfico porque se asiste desde la década de 1990 a una alta población anciana y poca población joven y en edad activa. Por ejemplo, Laguna Paiva al estar a pocos kilómetros de la ciudad capital de Santa Fe se convirtió en una

Talleres y trabajadores

La creación del sistema ferroviario argentino, a fines del siglo XIX, necesitaba de mano de obra especializada que pudiera desempeñar las funciones de mantenimiento de la estructura férrea y del material rodante. Eso generó creación desde fines del siglo XIX de talleres ferroviarios que se desarrollaron y modernizaron durante la primera mitad del siglo XX y tuvieron que ver con una industria destinada a la producción de coches motores, fábrica de vagones, ensamble de material importado, conformando así un complejo industrial importante sostenido por los establecimientos de talleres y depósitos de Tañi Viejo (1912), Junín (1886), Liniers (1904), Remedios de Escalada (1901), Rosario (1866), Pérez (1915), Laguna Paiva (1913), San Cristóbal (1892), Cruz del Eje (1891), entre otros.⁴ Estos nudos laborales estaban habitados por trabajadores con diferentes saberes en torno al funcionamiento del sistema ferroviario.

La primera línea ferroviaria en tierras de lo que sería el pueblo de San Cristóbal fue el ramal de Santa Fe a las Colonias, y comenzó su servicio público en 1887, a partir de una iniciativa provincial que extendió el tramo desde Santa Fe, pasando por Rafaela y Lehmann, hasta llegar a San Cristóbal, su funcionamiento se relacionaba con el servicio a la estancia de capitales ingleses que llevaba ese nombre. Poco tiempo después, se autoriza a construir y explotar una línea férrea desde la estación San Cristóbal hasta la ciudad de Tucumán en manos de la Compañía Francesa de Ferrocarriles, “FivesLilles”.⁵ En diciembre de 1892, se inauguraron los talleres en el lugar en el que actualmente está emplazado el tendido

localidad dormitorio porque sus habitantes viven en Paiva pero estudian y trabajan en Santa Fe, solo vuelven a dormir a sus hogares.

4 Cada fecha corresponde a la inauguración de los talleres.

5 Para Regalsky (1998), Fives Lille era, tal vez, la principal firma francesa especializada en la producción de material ferroviario, maquinaria pesada, puentes y estructuras metálicas. Con una dilatada actuación en la construcción de ferrocarriles en Europa, la declinación de ese mercado la habría llevado a buscar nuevas oportunidades en tierras de ultramar. La Compañía Francesa de Ferrocarriles de Santa Fe se constituyó en diciembre de 1888 a poco de firmada la transferencia de la red provincial.

ferroviario central.⁶ En ese momento, ya se contaba con 300 empleados, quienes se ocupaban de ocho secciones: carpintería coches, vagones y muebles, herrería, fundición, ajustaje, caldería, tornería y levante de vagones y junto a todas ellas un depósito de almacenes. Hasta 1896, los talleres pertenecían a la compañía francesa, momento en el cual pasan a manos del Estado como parte del FCCN.⁷

Los talleres ferroviarios de San Cristóbal se articulaban con los de Tafi Viejo, en Tucumán, que comenzaron a construirse en 1902 como parte del complejo técnico que necesitaba el FCCN desde 1882 para su funcionamiento. Antes de la creación de los talleres de Laguna Paiva estos dos emplazamientos ferroviarios se destacaron por ser espacios de trabajo artesanal pero también contar con profesional técnico necesario que debía organizar, gestionar e introducir las mejoras técnicas necesarias para el sostenimiento de la red.

Elena Salerno (2013) y Silvana Palermo (2015) indagaron en la construcción de una burocracia estatal asociada a la empresa de ferrocarriles como también, a la existencia de los ingenieros como grupo especializado en introducir principios de organización científica del trabajo para racionalizar el trabajo de mantenimiento de locomotoras y llevar a cabo la reparación, armado y construcción de coches y vagones en serie. Para Palermo (2015), la creación del Ministerio de Obras Públicas (MOSP, 1898) y de la Administración General de los Ferrocarriles del Estado (AGFE, 1909) generaron la profesionalización de la administración de ferrocarriles, la expansión de las líneas, la consolidación del Estado como propietario de mayores extensiones de la red. Así, “entre 1900 y 1905, la Administración aumentó las inversiones

6 Al respecto agradecemos los aportes de Franco Vissani sobre el desarrollo ferroviario del predio central de San Cristóbal para quien fue el punto receptor, donde se instalaron las compañías ferroviarias francesa FCSF y nacional del FCCN y fue el predio que vio nacer el ferrocarril y los talleres ferroviarios de San Cristóbal.

7 Sobre la historia institucional y social de San Cristóbal existen trabajos periodísticos de Osvaldo Giussani que se toman en cuenta en este artículo agradeciendo la gentileza de su hijo Enrique Giussani quien compartió con la autora el material periodístico de su padre. También se recuperan los aportes y se agradece el material compartido por Andrea Lescano (2013), Vicente Assensa (2018) y al Museo Ferroviario de San Cristóbal.

en infraestructura y modernizó la planta de los talleres existentes. En 1905, los ingenieros de los talleres San Cristóbal, se enorgullecían de esta decisión que había permitido ensayar la construcción de los primeros coches de pasajeros realizada en dicho taller” (PALERMO, 2015, p.42), frente a la ampliación del tráfico que se esperaba de la inauguración de la línea internacional a Bolivia y la conexión hacia el sur con el puerto de Santa Fe, la AGFE impulsó la construcción del taller de Tafi Viejo “cuya ubicación en el centro de la red lo hacía apto para la reparación de locomotoras de la división Sud y Norte”. (PALERMO, 2015, p. 42)

El tendido del ramal San Cristóbal – Santa Fe correspondiente al FCCN dejó como resultado la habilitación de la estación Laguna Paiva en 1908 en campos que eran propiedad de Reynaldo Cullen. La necesidad que tenían las máquinas a vapor de abastecerse de agua puede haber constituido una de las causas del establecimiento de la estación en el recorrido del ramal, lo cierto es que esto fomentó el poblamiento del lugar, el desarrollo de la planta urbana, el establecimiento de las primeras instituciones. Ese año se sancionó también la Ley 6011 por la que el congreso de la Nación autorizaba al Poder Ejecutivo a construir nuevos ramales. El ingeniero Enrique Boassi fue el director de la construcción del ramal Laguna Paiva a Deán Funes, la localidad paivense fue el asiento del personal de dirección y trabajo. Paralelo a la construcción del ramal comenzaron las obras para crear el depósito de locomotoras que se inauguró en 1913. Esto produjo la instalación de otras instituciones que acompañaron el crecimiento poblacional de la localidad fundándose en ese año el pueblo Reynaldo Cullen que debido a la impronta del nombre de su estación ferroviaria se denomina popularmente Laguna Paiva y será convertida en ciudad en la década de 1960.

El ferrocarril ejerció una fuerte influencia en el trazado urbano, ya que los primeros espacios que se fueron loteando se ubicaban en las proximidades de la estación de trenes, y del depósito de locomotoras, y a lo largo de las vías de los ramales Deán Funes y San Cristóbal. Fueron necesarios locales comerciales para proveer artículos de consumo a los

obreros de las cuadrillas de trabajo como también instituciones públicas que se fueron creando en los primeros años de la década de 1910.⁸

Los talleres ferroviarios de ambas localidades se posicionaron como dinamizadores económicos y sociales de estos pueblos. La tecnología aplicada a los mismos, el número de obreros empleados en las instalaciones, las secciones y especializaciones de cada unidad de producción y trabajo fue cambiando a lo largo del siglo XX.

Silvana Palermo (2015, p. 44-45) plantea que

Ponemos en conocimiento de S.E. que ellos recibían un pago a jornal y no tenían una estabilidad laboral e ingresos asegurados, lo cierto es que contaban con saberes específicos, una formación especializada y conocimientos técnicos. Precisamente fue en nombre de esos saberes de oficio que estos trabajadores cuestionaron la arbitrariedad de los capataces así como los esfuerzos racionalizadores que dotaban de un creciente poder a técnicos y supervisores en el mundo laboral.

De esta manera en el Ferrocarril Central Norte nos vamos a encontrar con descontento laboral en los trabajadores de oficio cuando se apliquen estas medidas de racionalización y se generen huelgas como por ejemplo las de 1917 y 1919. Palermo (2015, p. 57) concluye que,

[...] tanto en San Cristóbal como en Laguna Paiva, la división del trabajo fue introducida gradualmente de una sección a otra, debido a la oposición sostenida que enfrentaba. A comienzos de 1920, los ingenieros se ilusionaban con el eventual éxito de este método de organización del trabajo, pero a la vez reconocían que por el momento los resultados eran limitados.

8 Agradeciendo los aportes del profesor Oscar Paúl (2015) quien plantea que en 1908 se creó la escuela elemental mixta, hacia fines de 1910 una junta de vecinos solicita al poder ejecutivo provincial la creación de una Comisión de Fomento, Juzgado de Paz y Oficina del Registro Civil en 1911, mientras que el Centro de Defensa Comercial fue creado en 1918.

El Diario Santa Fe en 1921 se preocupaba por aclarar que los talleres de Laguna Paiva no serían levantados – como decía la versión que circulaba en el pueblo – sino modificados en su funcionamiento, como parte de la reorganización en la forma de trabajar de todos los talleres de los Ferrocarriles del Estado y según sus informantes, sostenía el diario, con esta distribución aumentaría el número de obreros de los talleres. La nota publicada el nueve de julio de 1921 decía que los talleres, que antes dependían de la administración ahora están a cargo de un ingeniero jefe director que es quien ha dispuesto esta nueva organización, buscando el mejor rendimiento de las secciones a su cargo. Así,

los talleres de Laguna Paiva tendrían a su cargo la reparación necesaria a los vehículos de carga y atenderá la conservación de locomotoras y demás material rodante en circulación entre las estaciones de Santa Fe, Macha y San Justo. Esta es la labor que se les ha asignado a los talleres de Paiva haciéndose lo mismo con los de San Cristóbal, Cruz del Eje y Tañi Viejo. (DIARIO SANTA FE, 1921, p.1)

Debemos tener presente entonces que en la década de 1920 la AGFE se ocupó e invirtió en la modernización de los talleres, en adquirir maquinaria, en renovar material rodante, en introducir la división de tareas entre el personal concentrando mayor autoridad en los técnicos y personal especializado, pero esta situación no logró sostenerse en la década de 1930, de ahí que resulte interesante preguntarse por el lugar de las experiencias y saberes del trabajo socialmente construido por los obreros en sus lugares de trabajo y por las formas en que la transmisión del conocimiento asociado a los oficios fue posible en tiempos de crisis económicas y desinversión técnica.

Retomando la hipótesis de Ayuso, Jimenez, Sessano y Telias (2010, p. 65) el mundo laboral en los talleres suponía la imbricación entre oficio, experiencia y transmisión de conocimientos que no se reducían a un saber técnico sino que estos trabajadores edificaron un Sistema de Trabajo Ferroviario (SSTF) es decir, “un conjunto integrado y articulado de conocimientos técnicos y no técnicos, experiencias, hábitos y

costumbres legadas, tradiciones, rutinas, representaciones sobre el trabajo ferroviario, mitos y leyendas que como entramado de saberes constituye parte del 'patrimonio colectivo' de todos los ferroviarios". Para los autores, el mundo del trabajo en los espacios ferroviarios suponía roles, jerarquías que no iban de la mano con la propuesta de organización totalizante del modelo de la Organización Científica del Trabajo. Eso no implicaba encontrar reglamentos de trabajo, pero los mismos no alcanzaban a dar cuenta de la totalidad de saberes que cada trabajador debía tener, por lo tanto, y ahí radica la fortaleza de este argumento que compartimos, sostienen que el mundo de los trabajadores ferroviarios se basaba en la transmisión de una cultura, costumbres, rituales, legados familiares, herencias colectivas, que no podían materializarse en ninguna disposición.

De esta manera, podemos conocer que en la década de 1920 los cronistas de los diarios locales manifestaban la centralidad de los lugares de trabajo en la dinámica de las poblaciones locales y seguían con atención los reclamos laborales de los obreros que tenían que ver con la mejora de salarios y condiciones de higiene y salubridad. También los periódicos se hacían eco de las manifestaciones del resto de la sociedad civil tanto paivense como sancristobalense en apoyar y defender el trabajo ferroviario como fuente de dinamismo económico y sostén de otras actividades como el comercio. En 1918 se creó el Centro de Defensa Comercial de Laguna Paiva, sus miembros se solidarizaban con la causa ferroviaria porque la falta de ingresos a los trabajadores afectaba el desarrollo del comercio local, el 19 de marzo de 1918 enviaron un telegrama al Ministro del Interior manifestando que

Ponemos en conocimiento de S.E.⁹ que en actitud de resistencia con la administración de los ferrocarriles del Estado, por falta de cumplimiento con los obreros, nos hemos adherido al movimiento huelguista, cerrando nuestras puertas por el término de 48hs. (DIARIO SANTA FE, 1918, p. 5.)

9 S.E. corresponde a Su Excelencia.

Espacios habitados y sociabilidad ferroviaria

En Paiva, la vida cotidiana transitaba por un paisaje urbano signado por elementos ferroviarios que caracterizaban la dinámica del pueblo. Para Oscar Paúl (2001), la pasarela, el paso a nivel y el cabín,¹⁰ la plaza y la estación constituyeron la materialización de la vida entre las vías. La pasarela y el paso a nivel fueron y son signos ferroviarios que marcan la distancia entre el denominado Pueblo Viejo – centro fundacional – y el Pueblo Nuevo – extensión urbana que se desarrolló entre 1940 y 1950. La plaza central del pueblo y la estación de trenes eran los lugares elegidos para realizar la tradicional “vuelta del perro”, caminata de jóvenes y parejas de diferentes edades que transitaban estos espacios típicos de la localidad. También, la salida a los cines y la asistencia a los bailes que se organizaban en clubes marcaban los rituales de ocio de los fines de semana. Estos lugares se completaban con el ritual particular que se observaba al fin de la jornada laboral en los talleres: “la salida de los operarios constituía todo un espectáculo cuando centenares de ellos ganaban, con sus clásicos uniformes azules, las calles de acceso a la principal fuente de trabajo que rápidamente comenzaban a transitar, a pie o montados en rústicas bicicletas, en busca de sus hogares”. (PAÚL, 1998, p. 9) Para Juan Carlos Cena (1998, p. 57), ex obrero ferroviario que transcurrió su niñez en San Cristóbal y aprendió del oficio por su padre,

la ciudad había sido construida alrededor del ferrocarril. La estación, el depósito de locomotoras y el taller también dividían al pueblo. Los del lado de la estación y las oficinas del taller eran los cogotudos. El banco, el club social, el club Talleres San Cristóbal, el cine ‘XX de setiembre’, la cooperativa de consumo ferroviaria y la estatua e San Martín sin caballo (no alcanzó la plata para el matungo). Broncas de un lado y del otro. Si ibas a chupar de este lado, no podías ir del otro. Así era la cosa.

10 Cabín de guardabarreras refiere a las cabinas de señaleros y guardabarreras que se encuentran en el paso nivel.

El relato de Cena exhibe ciertos significados que tenían lugares, sujetos, prácticas para un hijo de ferroviario y las formas en las que se daba ese juego de la sociabilidad, en el que es necesario pensar en las formalidades como también en las informalidades de la sociabilidad. (CALDO; FERNÁNDEZ, 2008)

Todas estas imágenes de la vida cotidiana constituyen escenas donde los sujetos interaccionan en estos espacios, es decir, el espacio no es solo una delimitación geográfica sino que existe como espacio habitado, al decir de Milton Santos (1996, p. 28) “como el conjunto indisociable del que participan, por un lado, cierta disposición de objetos geográficos, objetos naturales y objetos sociales, y por otro, la vida que los llena y anima, la sociedad en movimiento”. Nos interesa entonces abordar los lugares, las formas y las prácticas de las manifestaciones de sociabilidad de los sujetos (NAVARRO, 2006), entendiendo a la sociabilidad como una herramienta de análisis de las prácticas sociales en esos espacios habitados, construidos por los trabajadores y sus familias, de sus prácticas sociales cotidianas, ociosas, educativas, sindicales que daban cuenta de sus intereses de clase, de sus necesidades, de sus formas de expresión como parte de un colectivo de trabajadores. Por eso, acordamos con Sandra Fernández (2006, p. 10) que la sociabilidad tanto formal como informal “necesita una trama que la sostenga [...] que proviene de la densa red de relaciones sociales que afecta a todos los involucrados y permite la circulación de bienes y servicios”, así las formas de relación que se crean, fueran múltiples y diversas, cuentan con un componente de clase y de género que regula los vínculos.

Cuando reconstruimos esa dinámica social de Laguna Paiva, nos encontramos con el lugar protagónico de la Biblioteca Popular Juan Bautista Alberdi, creada en 1925, y de la Revista Guión.¹¹ Las comisiones directivas

11 La Revista Guión era elaborada por la Biblioteca Popular Juan Bautista Alberdi de Laguna Paiva. Sus fechas de aparición no respondieron a un orden regular debido, primero, al alto costo del papel y, segundo, al hecho que la biblioteca, en su movimiento financiero, priorizaba la compra de libros. La biblioteca posee en guarda cuarenta y seis ejemplares, aparecidos desde 1948 hasta 1958, encuadernados en dos tomos. Información disponible en la página web de la Biblioteca, ver: <http://www.lagunapai-vaweb.com.ar/Servicios/Minisitios/bibalberdi/revistaguion.htm>. Si bien en el presente artículo el arco temporal es entre 1920 y 1940 creemos necesario recuperar algunos

de los primeros 30 años de la biblioteca estuvieron compuestas por inmigrantes y trabajadores ferroviarios. La inmigración fue importante en Paiva no solo llegaron personas para trabajar las tierras y en el ferrocarril sino también docentes, como, por ejemplo Leandro Fuentes que fue el primer maestro del pueblo y presidente de la Comisión de Fomento. La educación primaria tuvo un rol protagónico en la localidad, porque antes de que se funde el pueblo en 1913 la creación de la escuela era un hecho consumado. La población escolar debió ser numerosa como para justificar la apertura de la institución educativa en el lugar.

Llama la atención el crecimiento que tuvo la Biblioteca Popular Juan Bautista Alberdi que, al tener casa propia contaba con muchos libros donados, diferentes espacios para la realización de actividades culturales y una propuesta artística variada. Por ejemplo, el diario La Nación apuntaba,¹² en 1949:

existe algo importante en Laguna Paiva. No es el esfuerzo del músculo, el trajinar de los talleres ni la suma de salarios. Es una biblioteca, una biblioteca de pueblo, con lectores [...] Pequeños lectores, ensimismados en el seguimiento de sus héroes a través de aventuras fabulosas. Más tarde llegarán hombres trabajadores para reanudar su amistad con los libros. El hallazgo nos reconcilia con el medio ambiente. Laguna Paiva, sus hombres, sus niños, han aprendido a embellecer sus horas. (DIARIO LA NACIÓN, 1949)

Este relato rescata de manera romántica el sentido que tenían los libros en un pueblo que parecía dedicado exclusivamente al trabajo. La lectura en los niños puede deberse a que la educación primaria estaba

de los temas que se trataban en la revista, en años posteriores, porque refieren a las preocupaciones locales y las actividades sociales que se fomentaban desde ese espacio literario relacionado con los trabajadores. En este artículo colocamos el tomo en el que se encuentra el fragmento que citamos con el número de página que corresponde al folio del encuadernado porque los números de páginas originales en algunos casos no están consignados.

12 Ver: http://www.lagunapaivaweb.com.ar/Historia/imagenes/lanacion_octubre1949.jpg.

arraigada como dijimos antes. El obrero que vuelve de los talleres y se dedica a leer, o a realizar actividades culturales da cuenta de otros parámetros de sociabilidad construida fuera del lugar de trabajo, pero entre los trabajadores con algunos intereses que parecen contrastar con la imagen de trabajador cansado, burdo, sucio que puede imperar en el imaginario colectivo al tratarse de un trabajo ferroviario que tenía falencias en salubridad.

La localidad paivense producía una dinámica social donde la lógica de la vecindad imperaba y, la biblioteca fue el resultado de un emprendimiento común, de sujetos diferentes no de un colectivo homogéneo ya que las actividades y producciones que se realizaron atravesaron variados temas de interés para un público amplio. La biblioteca convocó a un público variado, desde funcionarios y personas de la elite local hasta personas de los sectores populares que se reunían con diferentes fines atraídos por los eventos que la biblioteca organizaba y que las páginas de la Revista Guión pregonaban. Realizaban torneos de ajedrez, actos conmemorativos de las fechas patrias, jornadas literarias, entre otras actividades.

La Revista Guión evidencia un interés por la escritura de textos con temas que iban desde la ciencia, arte, literatura, interés general e informaciones de la localidad paivense. Podemos advertir la referencia constante al pueblo ferroviario, al obrero como baluarte del crecimiento de la localidad. El jefe de redacción, Luciano Atienza, se dirigía a los lectores de la revista desde la biblioteca que “había nacido al calor de las inquietudes de un pueblo de trabajadores” (REVISTA GUIÓN, 1948a, p. 1) y que al cumplirse un aniversario de su creación en 1948 decía que

si nos detenemos a considerar su estado floreciente, la jerarquía que ha llegado a alcanzar y lo que ella representa para la cultura de nuestra población que no por ser eminentemente obrera piensa tan solo en la vida material, sino que tiene inquietudes superiores (como lo demuestra el movimiento diario de libros, las mesas de lectura casi

siempre ocupadas y el público que colmando la capacidad del salón de actos concurre a las conferencias y recitales artísticos) [...]. (REVISTA GUIÓN, 1948a, p.10)

Feliz Ario, uno de los ciudadanos que escribía en la revista, realizó, con cierta preocupación, un interesante comentario acerca del desarrollo de la economía local. Escribía que el dinero que los obreros cobraban, les permitía tener un buen nivel de vida, pero no existía una preocupación por el ahorro para tiempos de escasez: “Bares y confiterías, salas de espectáculos y lugares de esparcimiento, dan una sensación de holgura y bienestar”. El autor de la nota recuperaba la importancia de las instituciones privadas y personas que realizaban el trabajo de protección social para aquellos que no vivían del ferrocarril y se encontraban en situaciones de pobreza. Destacaba también que “Laguna Paiva solidaria con el dolor y la desgracia ajena, ha respondido siempre que se le ha hecho un llamado”. (REVISTA GUIÓN, 1948b, p. 12) La revista visibilizaba las formas de comportamiento social aceptadas y esas que no correspondían al espíritu del pueblo con fuerte impronta inmigrante y que traía la cultura del trabajo como emblema de organización.

La Fraternidad era el sindicato de maquinistas y foguistas que tenía su local social en San Cristóbal desde 1905. La vida sindical va a ser muy importante para los trabajadores ferroviarios y sus familias, porque no solo la cuestión gremial significaba interpelar al obrero como trabajador, sino que las actividades sindicales abarcaban variadas propuestas culturales, educativas, sociales de más amplio alcance que se dirigieron a “la familia ferroviaria”, con todas las implicancias de las relaciones de género que eso suponía en un entramado laboral típicamente masculino y patriarcal.¹³

13 Reconocemos que la perspectiva de género abre nuevos interrogantes y explicaciones sobre el funcionamiento de las comunidades, no solo de trabajadores sino de sus familias. Las contribuciones de Natalie Zemon Davis en la década de 1970 y Joan Scott en los años 1990 del siglo XX rompen con el binarismo de los sexos y plantean la necesidad de estudiar las experiencias de las mujeres con relación a los hombres, no por oposición, dentro de las relaciones sociales, de poder, sexuadas. En Argentina, vamos a encontrarnos con investigaciones que adhieran a estos enfoques desde una historia social en perspectiva de género que son las que tomamos como referencia para escribir este

La prensa sancristobalense de la década de 1920 ofrecía discursos interesantes que están cargados de posicionamientos sobre las cuestiones de clase, sobre las prioridades y problemas más importantes de la localidad. En este sentido el periódico *El Ajis*, dirigido por el anarquista Dante Sasseti se separaba de los intereses que publicaba el diario *La Opinión* al decir que “nosotros somos el pueblo y *La Opinión* un periódico asalariado, baldón del honroso periodismo, del departamento que por dignidad y honor colectivo debería desaparecer”. (PERIÓDICO EL AJIS, 1924, p. 1) *El Ajis* se orientaba a la masa de trabajadores del ferrocarril cuando, por ejemplo, invitaba y también apelaba al deber del ferroviario para asistir a la conferencia de la Confraternidad Ferroviaria que se realizó en el salón XX de setiembre de la localidad en marzo de 1925 y que versó sobre la jubilación y la situación irregular del directorio de la caja de jubilaciones y pensiones,

notamos en los oradores, hechos en el yunque del trabajo, todo corazón y alma en sus frases (sic); sus gestos y su verbo no fueron los que se adquieren rozando el traste en las aulas universitarias, pero si fueron aprendidas con la experiencia cotidiana en el yunque del trabajo, y los que en carne propia han experimentado a diario en la árdua (sic) lucha por la existencia. (PERIÓDICO EL AJIS, 1925, p.1)

Los militantes ferroviarios locales, como Antonio Alvarez fueron quienes presentaron a los oradores que desde Buenos Aires realizaban la actividad sindical para informar de los problemas laborales. Entre los trabajadores, no solo fraternales sino de los talleres que desde 1922 van

artículo. Por ejemplo, Andrea Andújar, Laura Caruso, Florencia Gutiérrez, Silvana Palermo, Valeria Pita y Cristiana Schettini (2016). También el dossier presentado por D´Antonio, Débora y Scheikman, Ludmila (editoras) (2015) propone nuevas miradas, preguntas y objetivos sobre temas tradicionales del movimiento obrero, por ejemplo, exploran la vida sindical, las comunidades obreras, las formas de trabajo y las prácticas de lucha de hombres y mujeres pensando en las tensiones de las identidades generísticas con las sindicales, en las construcciones de las masculinidad y femineidad en diversos mundos laborales de la Argentina durante el siglo XX. También se reconocen los trabajos de Palermo, Silvana (2007) y Badaloni, Laura (2010).

a estar agremiados en la Unión Ferroviaria, se realizaban jornadas deportivas, se conformaban equipos de fútbol que competían en torneos formalizados entre las diferentes localidades vecinas que tenían a los ferroviarios como su mano de obra más numerosa. En 1918, se había creado el club de fútbol Talleres del Ferrocarril Central Norte, la Revista Cultura de San Cristóbal se hacía eco en 1927 del encuentro deportivo entre San Cristóbal y Tráfico de Laguna Paiva. También, existían actividades de ocio organizadas por la empresa ferroviaria del Central Norte Argentino, así los festejos por el Día del Riel se llevaron a cabo en San Cristóbal, “[...] a las 12hs. se sirvió una comida criolla con un sabroso asado con cuero, pasando el día de la fiesta los jefes de las reparticiones junto con los empleados y obreros en franca camaradería, concurren alrededor de 500 personas”. (DIARIO EL ORDEN, 1931, p. 5)¹⁴

En 1926 se creó la Escuela Técnica Nicolás Brandí dependiente de La Fraternidad en San Cristóbal, “[...] con el propósito de enseñanza técnica y práctica del gremio Ferroviario”.¹⁵ Brandí era un maquinista de la localidad que murió en un accidente de trabajo, era muy común que el sindicato reivindicó a quienes murieron en sus funciones y coloque la profesión y los saberes como baluarte a la hora de asegurar la profesionalización del oficio, lucha que el sindicato emprendió desde su fundación en 1887 hasta 1927 cuando se obtiene la “legalidad” por el gremio que es reconocido por el Estado y las empresas en la constitución de mesas de exámenes para acreditar idoneidad. La necesidad de capacitar a los obreros también implicaba remarcar que el fraternal debía cumplir con determinados deberes morales asociados a la responsabilidad y no a los excesos como, por ejemplo, la embriaguez. La familia ferroviaria, entendida como un calificativo que refería no solo a los obreros como colectivo de trabajadores del ferrocarril sino que, se ampliaba a los integrantes del espacio privado de sus hogares constitu-

14 “Todo el personal ferroviario celebro con gran entusiasmo en San Cristóbal el Día del Riel”. (DIARIO EL ORDEN, 1931, p. 5)

15 Artículo 1ero. del Estatuto de la Escuela Técnica Nicolás Brandí. Ver: Ayuso (2017, p. 10), este trabajo es la publicación de la tesis doctoral que la autora realizó como contribución al estudio de la relación entre trabajo y educación. El gremio fraternal es indagado para poder estudiar la forma de construir al sujeto fraterno.

yó un elemento para forjar una identidad particular del trabajador, su familia y su trabajo. Los usos que los actores sociales le dieron a “la familia ferroviaria” variaban según se trate de las empresas ferroviarias, de los sindicatos, de la prensa.

Lo que encontramos cuando realizamos entrevistas a ex obreros ferroviarios es una suerte de construcción simbólica que se materializaba en la transmisión del oficio de padres a hijos, la memoria del trabajo suponía que las experiencias acumuladas, los saberes de los ferroviarios se enseñaban a las nuevas generaciones y si eso coincidía con personas de la misma sangre se tejían lazos más personales entre los integrantes de las secciones del ferrocarril. Esta familia tenía una matriz patriarcal adonde el varón era el proveedor de los alimentos al hogar y la mujer su compañera, sus hijos varones, si los tuviera, seguirían reproduciendo ese patrón de organización. Estas cuestiones las vemos reflejadas en los momentos de tensión social, cuando por ejemplo las huelgas ferroviarias afectaban el salario y la cotidianeidad del hogar.¹⁶

Estos territorios ferroviarios santafesinos compuestos por los talleres, las herramientas, las vías, las casas obreras, los horarios de entrada y salida del trabajo, la sirena que convocaba a los obreros, las instituciones relacionadas con los sindicatos del riel, las actividades deportivas, culturales dependientes de organismos sindicales conformaron un “ambiente de vida, de acción, de pensamiento de una comunidad asociados a procesos constitutivos de identidad”.¹⁷ La existencia de ese territorio dado, dispuesto desde fines del siglo XIX por la acción política y económica del Estado Nacional y de las empresas ferroviarias que gestionaron el desarrollo del sistema ferroviario no tiene sentido sino se estudia como territorio apropiado por la trama de relaciones sociales, de poder, de género,

16 Sobre estas cuestiones nos hemos referido en Agostini (2018) y compartimos los planteos de Sagastume (2016).

17 Tizón (1995) concepto de territorio en sentido antropológico presente en Flores (2007). La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible.

económicas y políticas construidas por los habitantes del espacio en función de su necesidad de pertenencia e identificación con la cultura local.¹⁸

Desde la creación de instituciones, a partir del establecimiento ferroviario, San Cristóbal y Laguna Paiva estuvieron atravesados por el ferrocarril, sus espacios públicos se marcaron con signos y símbolos ferroviarios. Entonces la construcción de la identidad ferroviaria trascendió a los trabajadores y la familia de los ferroviarios también edificó una relación simbólica con el mundo del trabajo ferroviario.

En un proceso histórico larga duración las comunidades se identificaron con el tren como propio, como objeto generador de empleo, con los talleres como lugar de trabajo casi sagrado, con el obrero como el sostén económico de la familia y su salario como dinamizador del comercio local. Pese a los vaivenes económicos y políticos de la historia Argentina del siglo XX, donde las políticas ferroviarias no han sido duraderas y positivas para los trabajadores y para el sostenimiento de una red ferroviaria nacional, moderna e integrada, estudiar a las comunidades ferroviarias de localidades pequeñas tiene sentido porque es el resultado del tejido social construido y arraigado en la identidad local de sujetos que han sabido transmitir experiencias de trabajo y lucha.

Referencias

AGOSTINI, L. La comunidad ferroviaria de Laguna Paiva durante la huelga nacional de 1961. Sociabilidades, identidades y prácticas. 2018. Dissertación (Maestría en Ciencias Sociales y Humanidades Mención Historia) – Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires, 2018.

ABRIL, M.; BLANCO, M. El Ferrocarril Central Norte Argentino durante la década de 1920. Un análisis estadístico de las cargas y los pasajeros transportados en la provincia de Tucumán. *In: JORNADAS DE ECONOMÍA Y SOCIEDAD DEL NOA*, 14., 2016, San Miguel de Tucumán. *Actas [...]*. San Miguel de Tucumán: [s. n.], 2016. p. 657-678.

18 “La cultura local se refiere a las relaciones sociales existentes en espacios delimitados y pequeños en los que se establecen formas específicas de representación concódigos comunes (FEATHERSTONE, 1993)”. (FLORES, 2007, p. 37)

- ANACLET, P.; JUSTO, S. Más cerca, más denso. La historia local y sus metáforas. In: FERNÁNDEZ, S. (comp.). *Más allá del territorio*. La historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria, 2007. p.17-30.
- ANDÚJAR, A.; CARUSO, L.; GUTIÉRREZ, F. P. et al. *Vivir con lo justo*. Estudios de historia social del trabajo en perspectiva de género. Argentina: Siglos XIX y XX; Rosario: Prohistoria, 2016.
- ASSENSA, V. *El ferrocarril es futuro*. Talleres San Cristóbal. Buenos Aires: La nave de los locos, 2018.
- AYUSO, M. L. *Red de escuelas técnicas de autogestión obrera*. La Fraternidad, entre La política y La pedagogía (1887-1927). Rosario: Prohistoria, 2017.
- BADALONI, L. La familia ferroviaria a principios del siglo XX: bienestar y lealtades de hierro en el Ferrocarril Central Argentino. In: DICÓSIMO, D.; SIMONASSI, S. (comp.). *Trabajadores y empresarios en la Argentina del siglo XX: indagaciones desde la historia social*. Rosario: Prohistoria, 2010. p. 145-159.
- CALDO, P.; FERNÁNDEZ, S. Sobre el sentido de lo social: asociacionismo y sociabilidad. Un breve balance. In: FERNÁNDEZ, S.; VIDELA, O. (comp.). *Ciudad oblicua*. Aproximaciones a temas e intérpretes de la entreguerra rosarina. Rosario: La Quinta Pata & Camino Ediciones, 2008. p. 145-151.
- CENA, J. C. *El Guardapalabras*. Memorias de un ferroviario. Buenos Aires: La Rosa Blindada, 1998.
- D'ANTONIO, D.; SCHEIKMAN, L. Una aproximación desde los estudios de género al análisis de los trabajadores, el movimiento obrero y las izquierdas. *Revista Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, [s. l.], año 4, n. 7, p. 9-14, 2015.
- DIARIO EL ORDEN. [S. l.: s. n.], 25 jul. 1931. Disponible en: <http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/1237/?page=1>. Acceso en: 4 ene. 2021.
- DIARIO LA NACIÓN. [S. l.: s. n.], 23 oct. 1949.
- DIARIO SANTA FE. [S. l.: s. n.], 19 mar. 1918.
- FERNÁNDEZ, S. Sociabilidad, corporaciones, instituciones (1860-1930). In: BARRIERA, D. G.; NOBILE, J. *Nueva Historia de Santa Fe*. [S. l.]: Ed. Prehistoria y La Capital, 2006. Tomo 7.
- FLORES, M. La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible. *Revista Opera*, Bogotá, n. 7, p. 35-54, 2007.

- GARRIDO, A. Talleres del Ferrocarril Belgrano. *Historia de un proyecto. Historia de una Batalla*. [S. l.]: Propia, 2018.
- LESCANO, A. *Estado y modernidad como configuradores de la construcción de pertenencia comunitaria*. El caso de la localidad de San Cristóbal, Santa Fe, luego del cierre de los ferrocarriles. 2013. Proyecto Final de Curso (Licenciatura en Sociología) – Universidad Nacional del Litoral Santa Fe, Argentina.
- LOBATO, M. Z. *La vida en las fábricas*. Trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso (1904-1970). Buenos Aires: Prometeo Libros Entrepasados, 2001.
- NAVARRO, J. Sociabilidad e Historiografía: Trayectorias, Perspectivas y Retos. *Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, Valencia, n. 56, p. 99-120, 2006.
- PALERMO, S. La racionalización del trabajo en la Argentina de principios del siglo XX: el caso de los Ferrocarriles del Estado. *Hindustri@*, Buenos Aires, año 9, n. 16, p. 35-66, 2015. Disponible en: <http://ojs.econ.uba.ar/ojs/index.php/H-ind/>. Acceso en: 22 ene. 2021.
- PALERMO, S. ¿Trabajo femenino y protesta masculina? La participación de las mujeres en la gran huelga ferroviaria de 1917. In: BRAVO, M. C.; GIL LOZANO, F.; PITA, V. (comp.). *Historia de luchas, resistencias y representaciones*. Mujeres en la Argentina, siglos XIX y XX. Tucumán: Editorial de la Universidad Nacional de Tucumán, 2007. p. 91-121.
- PAÚL, O. *Fundación y desarrollo de Laguna Paiva*. 2. ed. Santa Fe: Imprenta Lux, 2015.
- PAÚL, O. *La declaración de ciudad del Pueblo Reynaldo Cullen*. Santa Fe: Imprenta Lux, 2001.
- PAÚL, O. *Los ferrocarriles en la vida de Laguna Paiva*. Santa Fe: Historia y Perspectiva, 1998.
- PERIÓDICO EL AJIS. San Cristóbal: [s. n.], 21 sep. 1924.
- PERIÓDICO EL AJIS. San Cristóbal: [s. n.], 26 mar. 1925.
- REGALSKY, A. *La compañía Francesa de Ferrocarriles de Santa Fe*. Buenos Aires: Fundación Antorchas, 1998. Archivo fotográfico del Ferrocarril en Santa Fe 1891-1948.
- REVISTA GUIÓN. [S. l.: s. n.], año 1, n. 1, 1948a.

REVISTA GUIÓN. [S. l.: s. n.], año 1, n. 7, 1948b.

SAGASTUME, A. L. *El mundo ferroviario Memorias de trabajadores de Ferrocarriles Argentinos Junín, 1948-1993*. Buenos Aires: Ed. Maipue, 2016.

SALERNO, E. La burocracia técnica en los Ferrocarriles del Estado, 1909-1948. In: JORNADAS DE HISTORIA DE LA INDUSTRIA Y LOS SERVICIOS, 4., 2013, Buenos Aires. *Actas [...]*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires – Facultad de Ciencias Económicas, 2013. p. 1-24.

SANTOS, M. *Metamorfosis del espacio habitado*. España: Oikos-Tau, 1996.

VÍAS Argentinas. Ensayos sobre el ferrocarril. [Buenos Aires]: Ed. Milena Caserola, 2010.

LA IMPRONTA DE LA CUESTIÓN REGIONAL EN EL ESTUDIO DE LAS ORGANIZACIONES ARMADAS DURANTE LAS DÉCADAS DE 1960 Y 1970 EN ARGENTINA

LAURA PASQUALI

Presentación

Abrir el abanico de experiencias políticas de la década de 1960 e 1970 del siglo XX en Argentina, proyecta un muy complejo panorama en el que se articulan, chocan y ponen en tensión una pluralidad de grupos, partidos, organizaciones, entre los cuales comienzan a destacarse aquellos que proponen la vía armada como camino a la revolución socialista; en ese proceso ascendente las organizaciones de la izquierda revolucionaria vieron incrementado el número de militantes y su gravitación en la vida política regional y local. Desarrollaremos aquí algunos problemas en torno a las particularidades regionales de la militancia; sostenemos que antes que responder inesperadamente a lineamientos generales de las estructuras partidarias nacionales, las acciones que definieron la relación entre las organizaciones armadas y los sectores sociales entre los que activaban dependieron en gran medida de las características de la militancia y de la estructura laboral y social propia de la región.

Esto se comprende cuando comprobamos que las particularidades sociales de cada espacio regional se hallaban representadas en la

propia conformación de la guerrilla. El desarrollo de los frentes de masas, las acciones armadas, los vínculos con otras organizaciones, el crecimiento cuantitativo y cualitativo, los posicionamientos ante la realidad política y social, nacional y internacional, entre otros son fenómenos fuertemente implicados en lógicas en que el espacio local y regional tenía incidencia.

La prensa periódica, los testimonios de militantes y simpatizantes, la documentación producida por las organizaciones, nos advierten la centralidad de lo regional para pensar en clave histórica ese complejo y excepcional panorama político de los años de 1960 e 1970 argentinos.

Argentina y el Gran Rosario en la segunda mitad del siglo XX

Aquellos temas y problemas y su marco de referencia admiten ser leídos dentro de un mapa general abierto en 1955 y en el proceso particular de los cambios en la estructura socioeconómica argentina a lo largo de los años 1960. Hacia 1955, la alianza político social que derrocó al peronismo en el gobierno reunía a numerosos sectores de las Fuerzas Armadas, a la burguesía agraria y la industrial, a segmentos de los sectores medios, partidos políticos y la Iglesia católica. Con el objetivo de “desperonizar” la sociedad y la economía, el gobierno militar surgido de la “Revolución Libertadora” impuso una serie de disposiciones, entre ellas la proscripción del partido peronista. Sin embargo, pronto se evidenció que los sectores mayoritarios de la sociedad no estaban dispuestos a perder los beneficios que habían obtenido durante las gestiones de Perón.

El nuevo modelo económico que se presentaba favorable a la burguesía agraria y a la industrial, requería inversiones de capital externo que a su vez no llegarían si no se controlaba previamente al sector obrero organizado y movilizado; en este sentido, la prohibición de la actividad sindical y partidaria hacía juego con las restricciones de la nueva política económica.

El rol tutelar que se habían autoasignado las Fuerzas Armadas para no permitir ningún tipo de política o práctica que permitiese el retorno del peronismo a la escena política y controlase la conflictividad social, crecientemente mostró su fracaso. El frágil sistema político agudizó la inestabilidad económica, que se manifestó en una alternancia de planes de ajuste y estabilización e intentos de retornar a la distribución del ingreso a favor de los sectores asalariados. Durante los gobiernos radicales,¹ se agudizaron los conflictos sociales y un nuevo golpe de estado elevó el telón para la entrada en escena de la “Revolución Argentina” en 1966.

En la provincia de Santa Fe la gestión de la intervención militar estuvo marcada por el signo nacionalista católico del proceso nacional que tensionaba cada vez más una realidad compleja donde los conflictos sociales fueron protagonistas. Especialmente el año 1969 significó un cambio radical, constituyéndose como síntesis del proceso iniciado en 1955 y punto de partida de los aún más convulsionados años que restaban antes del golpe de Estado de 1976.

Desde 1966 la dictadura buscó formatear el funcionamiento de la economía capitalista en Argentina, con los costos sociales que fuese necesario asumir, facilitado por la disolución de las legislaturas y la suspensión de la actividad partidaria. El sindicalismo combativo, amplios sectores de las clases medias y las organizaciones de la izquierda revolucionaria cuestionaron la capacidad de los partidos tradicionales para proponer cambios profundos a la sociedad; y la aparición y desarrollo de la Nueva Izquierda expresó la crisis del sistema político argentino. En esta conformación adquirieron nuevas formas el protagonismo de obrero, estudiantil, docente incluso de algunos grupos de la Iglesia católica.

El escenario de ese desarrollo se consolidó hacia mediados de la década de 1960, cuando el estímulo industrializador dio a la ciudad de Rosario y al cordón industrial diseñado por el Río Paraná un carácter productivo particular y cuya característica más relevante fue la alta densidad industrial y una importante concentración de obreros. El cambio

1 Arturo Frondizi – Unión Cívica Radical Intransigente (UCRI), 1958/1962 – y Arturo Illia – Unión Cívica Radical de Pueblo (UCRP), 1963/1966.

de fisonomía de la región fue notable, se instalaron fábricas de maquinaria agrícola como John Deere y Massey Ferguson, y petroquímicas como Petroquímica Argentina SA (PASA) y Duperial. Los departamentos del sur de la provincia de Santa Fe, en especial el cordón industrial del Gran Rosario, fue el destino principal de las inversiones del período, más del 60% de los establecimientos industriales estaban concentrados en esa región. (SIMONASIS, 2006) Además, la concentración lo era también en términos de ramas de actividad, ya que el 80% de esos capitales se orientaron a la industria química y petroquímica. (CERUTI; MARIANO, 2006)

Sostenidamente, esas transformaciones conmovieron la sociedad rosarina hasta que entre mayo y septiembre de 1969, se sucedieron una serie de movilizaciones que culminaron en la más importante coyuntura de confrontación social de la década. Las movilizaciones denominadas “Rosariazos” – como el Cordobazo – fueron el inicio de un proceso de agudización de la protesta social y la lucha armada que, desde entonces y por varios años se desarrolló en la sociedad argentina, impulsado por el cuestionamiento a las relaciones sociales que imponía el nuevo proceso de acumulación de capital. No casualmente, solo un área de gobierno se había visto efectivamente reforzada, la de seguridad, en respuesta a la actividad de la guerrilla y la conflictividad obrera y popular: el Servicio Antisubversivo de Rosario tuvo como objetivo la represión de las izquierdas organizadas, estudiantes, curas tercermundistas y militantes obreros.

El breve pero convulsionado período que se extendió hasta terminar la década de los 1960 podría caracterizarse de explosivo, puesto que emergió lo acumulado en años previos, se produjo el estallido de la rebelión popular y se conformaron movimientos sociales de oposición al régimen que ensayaron nuevos repertorios de confrontación. Fue ese momento el que marcó el inicio de la descomposición de la Revolución Argentina. De norte a sur de la provincia la conflictividad social encarnada por los más variados sectores populares se convirtió en el fenómeno más significativo de la época.

Hacia los años 1960 del siglo XX, el Gran Rosario presentaba un heterogéneo panorama de experiencias militantes tempranas: el desarrollado

activismo estudiantil, tanto secundario como universitario, la capacidad de presión de las comisiones de familiares de presos políticos, la precoz expansión de experiencias guerrilleras y la creciente participación de las mujeres en el activismo político y sindical; todo esto ha conformado un espacio de ebullición en uno de los principales polos de desarrollo económico industrial del país. De ese conjunto de experiencias nos detendremos en una de las organizaciones armadas revolucionarias, cuyo horizonte era el socialismo y cuyos orígenes y desarrollos caracterizaron a la región. Precisamente el estudio del Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP) nos permite desplegar un mapa en el que se articulan de modo singular los elementos de la estructura socioeconómica local con un tipo de activismo gestado de la mano del movimiento social regional. Entre las tesis que orientan esta investigación, sostenemos que antes que responder a lineamientos generales del partido a aplicarse en todo el territorio del nacional, las acciones tendientes a insertarse entre los sectores sociales y especialmente la clase obrera, dependieron en gran medida de las características de los militantes y de la estructura laboral y social propia de la región.

Al desplegarse el panorama de la militancia armada de mediados de los años 1960 sobre el Gran Rosario se encuentran comandos sin vínculos con organizaciones mayores, las primeras formaciones de las Fuerzas Argentinas de Liberación (FAL), algunas acciones de grupos formados por militantes del PRT – que aún no había fundado el ERP y que con diversos nombres realizaban algunas acciones menores pero de impacto local –; asimismo, también las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) han tenido desde fines de los años 1960 una presencia significativa en el mapa de la conflictividad social del momento; bastante más tarde apareció en sociedad la organización Montoneros.² Por supuesto que estos grupos no gravitaron del mismo modo en la política nacional y regional y entre las organizaciones marxistas el más significativo crecimiento cuantitativo lo ha sufrido el PRT-ERP.

2 Para una caracterización de las organizaciones armadas en el período ver: Pablo Pozzi (1993).

El Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo

El PRT se constituyó en 1965 en la integración de dos organizaciones: el Frente Revolucionario Indoamericano Popular (FRIP) y Palabra Obrera (PO).³ El primero organizaba a los hacheros y los obreros del azúcar del noroeste argentino, tenía llegada a comunidades originarias y sus referencias inmediatas eran la Alianza Popular Revolucionaria Americana (ATRA) peruano y la Revolución Cubana. Por su parte, PO era una organización trotskista con incidencia en Buenos Aires, Córdoba, Tucumán y Rosario; los ámbitos de inserción eran los estudiantiles universitarios y obreros industriales. Casi de inmediato, y sumado a las guerrillas que se iniciaban y desarrollaban en el continente, se comenzó la discusión en torno a la necesidad de iniciar la lucha armada en la Argentina. Y a su vez, esto provocó profundas discusiones entre las dos vertientes que habían confluído en la organización. En el IV Congreso del PRT, la organización se dividió en dos, un sector dirigido por Mario Santucho, caracterizado por su publicación “El Combatiente” y el otro liderado por Nahuel Moreno, que se llamó “PRT- La verdad”; aquí nos ocuparemos del primero.

En 1969, el PRT inició la lucha armada, y un año después creó el ERP. El PRT era un partido de cuadros, el ERP era caracterizado como un “ejército popular” y no todos los miembros del PRT desarrollaban acciones armadas. El alcance nacional de la militancia del PRT-ERP debe valorarse en virtud de ser una organización marxista que planteaba la lucha armada para la toma del poder a fin de construir una sociedad socialista. Bajo esa luz, la organización logró concitar las voluntades militantes que provenían de formaciones e identidades políticas muy diversas. Así, con disímiles niveles de desarrollo e inserción, y por su-

3 Para un estudio completo y complejo del Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP) remito a los trabajos de Pablo Pozzi, que indudablemente es quien más ha investigado sobre el tema, especialmente considerando las realidades regionales, lo que le confiere a sus textos un carácter de mayor representatividad que aquellos que “nacionalizan” el caso bonaerense. Véase del autor: *Por las sendas argentinas. El PRT/ERP, la guerrilla marxista argentina* (2001).

puesto desde distintos momentos, el PRT-ERP funcionó en Tucumán, Santiago del Estero, Jujuy, Córdoba, Santa Fe, Chaco, Formosa, Buenos Aires, Mendoza, en algunas regiones de la Patagonia. Obviamente la presencia no fue homogénea; en algunas provincias se trató de militancia sólo en algunas localidades. (POZZI, 2001)

Los orígenes del PRT en Rosario⁴ tienen varias fuentes y momentos. Una de ellas puede delinearse a partir de la militancia de ex-miembros de la Federación Juvenil Comunista de la Argentina (FJC), que fueron luego los primeros referentes de Vanguardia Comunista y más adelante se sumaron a las filas de PO al momento que ésta iniciaba sus vínculos con el FRIP. Ese grupo era muy pequeño, pero habían atravesado un intenso período de lecturas políticas. Otro conjunto se constituyó en la universidad, especialmente nucleados en las facultades de ciencias económicas y ciencias exactas. Finalmente, el tercero devino de algunos militantes obreros y estudiantes del comando “Che Guevara” que se organizó en 1968 y realizó sus primeras acciones en 1970.

El debate sobre el inicio de las acciones armadas ha sido y es un problema central puesto que una de las discusiones – de y sobre el período – circula alrededor del interrogante sobre si el lanzamiento de la lucha armada se ha resuelto en un contexto de intensa movilización social y avance de las masas o en una realidad aislada, lo que distinguiría a la práctica armada como foquista. Nos ocuparemos aquí de poner en tensión las estrategias de inserción social de la organización, el desarrollo y el activismo en los frentes de masas especialmente durante el período caracterizado por algunos investigadores como “militarista”. Para avanzar en la cuestión es prioritario indagar en los criterios que primaban en cada organización, las formas de llevarlo a la práctica y de qué modo era considerado por la población entre la que activaba.⁵

4 En los casos que se transcriben testimonios, las entrevistas fueron realizadas por la autora, quien también es transcriptor, con la excepción de una cita, debidamente aclarada. Se ha resuelto no utilizar nombres propios – ni reales ni ficticios –, sino género, organización y lugar de militancia.

5 Pablo Pozzi (1993) intenta saldar este tema proponiendo algunos elementos que al estar presentes en las organizaciones armadas permiten afirmar que no pueden caracterizarse como foquistas; los criterios que establece son: contar con organismos

Indudablemente, se pone en juego aquí la concepción misma de lucha armada; para unos a pesar de la inexistencia de condiciones para la guerrilla, el foco se propondría como generador de conciencia. En cambio, otros consideraban que era la lucha de clases aquello que ponía en cuestión las relaciones sociales de dominación capitalista y la cuestión armada era el vector para agudizar los conflictos. Precisamente sobre esta observación, en los testimonios de militantes de los primeros comandos, la tónica parece ser el reconocimiento de una etapa inicial más influenciada por un carácter foquista, para pasar a profundizar, impulsados por el movimiento social, una estrategia que privilegiaba el trabajo con las masas.

El momento caracterizado por algunos como “la etapa militarista” del PRT-ERP, (MATTINI, 1990; SANTUCHO, 1986) no es fácil de localizar en el Gran Rosario, nuestra región de análisis. Si nos guiamos por los supuestos de los ex-dirigentes de la organización esa “desviación militarista”, correspondería al momento en que los líderes históricos y más representativos estaban presos. Pero si esto fue posible, debió serlo porque las propias condiciones dentro del partido estaban dadas para esa “desviación”. Luis Mattini caracteriza este momento, que tendría su germen en el V Congreso de 1970, como “la debacle”; entiende que desde la segunda mitad de 1971, cuando mueren o son apresados los miembros de la dirección condujo a que se hiciesen cargo de las responsabilidades los militantes menos capacitados políticamente. A su vez, esto estuvo en consonancia con un auge en las masas que el PRT-ERP no habría podido capitalizar, puesto que el resultado del Comité Central de octubre “significó la imposición franca y llana en las estructuras dirigentes del “foquismo urbano”, (MATTINI, 1990, p.111) versión argentina del militarismo en las organizaciones latinoamericanas”. Se daría inicio a la desviación militarista.

y trabajo de masas, la construcción de frentes legales y frentes sindicales, organizar agrupaciones estudiantiles, producir publicaciones. Según estos criterios, de las organizaciones armadas revolucionarias argentinas, las Fuerzas Armadas Peronistas (FAP), Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR), Fuerzas Armadas de Liberación (FAL), Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) y Montoneros no podrían ser caracterizadas como foquistas. Aún así es necesario observar qué llegada tenían las publicaciones, cómo y quiénes organizaban el trabajo de masas, si este era sostenido y en base a qué alianzas, y si es posible confirmar tal tesis en esta región.

A un similar resultado arriba Julio Santucho, quien sostiene que el germen del militarismo ya estaba presente en el IV Congreso, y no logró ser superado, pues al desestimar la guerra de masas “dejaba de lado el único criterio válido de legitimación de la acción armada”. (SANTUCHO, 1986, p. 113) A su vez, este error de lectura y apreciación del contexto, le habría impedido al PRT observar y actuar en forma consonante con las expectativas de las masas durante el proceso que se abre con el llamado a elecciones para marzo de 1973. En el caso de la indagación sobre la historia reciente en la Argentina, el peso del presente (del relato) ha sido determinante al momento de hacer historia oral. Las investigaciones realizadas en medio de los años 1990 y en un contexto de significativa fractura social y económica a nivel nacional y regional tuvieron condiciones de posibilidad muy diferentes a aquellas “beneficiadas” con el clima en el cual el tema de la militancia setentista y los derechos humanos eran parte de la agenda gubernamental. (PASQUALI, 2014)

La hipótesis de Pablo Pozzi (2011) sobre esto es que en el período se produjo una autonomización de lo militar respecto a lo político, que ello no podría ser caracterizado como militarismo en tanto este refiere a “lo militar guiando a lo político”. De todos modos, el problema residiría en que las más significativas acciones se habrían separado de las necesidades políticas del PRT-ERP.

En 1972, la dirigencia del PRT-ERP había enviado un militante a reorganizar la regional de Rosario motivado por la necesidad de reconstruir los vínculos con simpatizantes y colaboradores que se habrían dispersado por la desviación militarista; ese activista habría informado a la dirigencia su asombro por la subutilización de recursos en la región. Este diagnóstico resultó en la subdivisión del espacio de acción y se concentraron los esfuerzos en el cordón industrial con eje en la ciudad de San Lorenzo. Lo que la dirigencia y su enviado no consideraron que entre 1970 y 1973 el desarrollo del PRT residía en los frentes legales cuya actividad sin dudas estaba más silenciada que otras.⁶ Precisamente

6 Tal vez porque no tuvo la difusión y la contundencia que desde 1973, el trabajo de articulación con los conflictos obreros en la región tampoco es tenido en cuenta por Mattini. De hecho, el trabajo en el cordón industrial no se inició en 1972, sino antes.

cuando buena parte de la militancia estaba en la cárcel, la actividad de los frentes legales era imprescindible y se activó de acuerdo a las necesidades que imponía el contexto. Asimismo, al referirse a esos años los testimonios dan cuenta del activismo junto a los trabajadores en conflicto en fábricas del norte del cordón industrial,⁷ incluso en el marco de la experiencia de la Intersindical de Gremios.⁸

No solamente quienes fueron dirigentes tributaban a aquellas ideas, sino aquellos que estuvieron presos en esos años tienden a coincidir;⁹ en cambio, en los relatos de quienes quedaron militando en la zona se expresa de otro modo. Entonces la hipótesis de la desviación militarista en la regional Rosario parece estar sostenida por quienes no militaron durante el período en esa región y cuyas memorias coinciden con la propia historia del partido.

Las versiones “oficiales” de las organizaciones y partidos son aceptadas y difundidas, no solamente porque eran (o son) las voces de los dirigentes, sino porque los militantes muchas veces las toman como propias. Pero aquí estamos orientadas a construir una historia que profundice precisamente en aquellas experiencias que no siempre han tenido lugar en las historias oficiales – por ser cuestionadoras o díscolas, por no ser escuchadas, por imposibilidad de decirse o porque las particularidades regionales sólo son rescatadas en los casos que abonan esas historias oficiales. Asimismo, durante muchos años, la escasez de estudios sobre el PRT-ERP ha dado lugar a la divulgación sin más de las versiones sobre la “etapa militarista”, pero el desarrollo creciente de investigaciones regionales sobre las organizaciones armadas aporta a la

7 John Deere, Molinos Río de la Plata, INCOMET. En algunos casos, se produjeron incorporación de militantes al partido.

8 La Intersindical estaba formada por el Sindicato Obreros Empleados Petroquímicos Unidos (SOEPU), Sindicatos de químicos y papeleros, Sindicatos de químicos de San Lorenzo, Sindicato de aceiteros, Comisión interna de Sulfacid, Sindicato de ceramistas y otras agrupaciones de base. (CERUTI; MARIANO, 2006)

9 Aunque el libro de Mattini, por el momento en que fue escrito y por ser la voz de una de las líneas en que se dividió el partido en 1977, ha contribuido a formar una versión – atendiblemente sesgada – sobre el PRT-ERP

complejización de estos análisis y da centralidad a las particularidades regionales de la militancia.¹⁰

Aun entre quienes militaron en la organización y son más críticos con su partido, tampoco es clara la consideración sobre este problema. Algunos, con evidente interés de evitar el tema, argumentan que en ese momento existían importantes dificultades, que tenían que ver fundamentalmente con la represión; y con las caídas.¹¹ En otras ocasiones se pone el énfasis en que los esfuerzos de la organización estaban orientados a la preparación de la fuga del penal de Rawson.¹² En ocasiones, quienes mencionan el crecimiento de la actividad militar lo hacen en tercera persona; muchos dicen haber estado en otros frentes. Y otros estaban en la cárcel. Aquellos registros provienen de los relatos de militantes de características, formación, clase y nivel de responsabilidad muy diferentes.

El otro aspecto era las caídas, hubo muchas caídas. Entonces nosotros de una fuerza que en el V Congreso éramos sesenta, setenta compañeros, pasamos a ser trescientos, pero teníamos ciento cincuenta en cana [...] Entonces ese era otro factor, la represión. Porque la represión no era tanto a los compañeros que caían sino que la actividad tuya era dificultada por la represión: si a nosotros nos agarraban pintando y, bueno, perdíamos. Este... entonces todas las actividades eran... eh, para nosotros eran más complicadas.¹³

10 María Gracia Tell, para el caso santafesino, Ana Noguera sobre Córdoba, Violeta Ayles Tortolini en Mendoza, entre otras exploraciones sobre el tema.

11 El término se refiere a las muertes en combate

12 El penal de Rawson (Provincia de Chubut) es una cárcel de máxima seguridad, condición por la cual durante la "Revolución Argentina" el presidente de facto Alejandro Lanusse destinó allí a los presos políticos de organizaciones armadas, estudiantiles, sindicales y gremiales. En 1972, las organizaciones Montoneros, Fuerzas Armadas Revolucionarias y PRT-ERP planearon una fuga coordinada: el 15 de agosto un grupo de guerrilleros tomó el control del penal y algunos lograron huir; quienes no pudieron escapar, se rindieron y 16 de ellos fueron fusilados el 22 de agosto.

13 Varón, militante de base del PRT-ERP en Rosario, Córdoba y Buenos Aires. Rosario, 16 de febrero de 2007.

“Después se da el gran crecimiento. O sea, en esta época hay crecimiento pero decrece. Claro, el 25 de mayo¹⁴ de golpe el partido se duplica o se triplica porque salimos todos los que estábamos en cana”.¹⁵

Lo anterior no significa ausencia de cuestionamientos hacia el modo en que se orientaba la lucha armada, sino que esas críticas no se hallan focalizadas ni en el momento del militarismo – pues no se recurre a esa expresión –; el factor determinante es la represión.

La tesis sobre la “desviación militarista” y el desarrollo de los frentes legales del PRT-ERP

Los frentes legales tuvieron un importante desarrollo desde 1970, cuando tomó impulso la Comisión de Familiares de Presos Políticos, Estudiantiles y Gremiales (CoFaPPEG). Si bien era una comisión sin identificación partidaria, en la región del Gran Rosario quienes la coordinaban eran los familiares y militantes del PRT-ERP. Aún así, como relata una militante, este nucleamiento era “la niña mimada” de los partidos políticos y los gremialistas. Por ejemplo, las primeras reuniones se realizaron en el sindicato de los trabajadores estatales y tuvieron apoyo del gremio gráfico. Debido al incremento de la represión, los encuentros eran cada vez más numerosos.¹⁶ Más adelante, un grupo de estos militantes del partido también activaban en el Movimiento de Solidaridad con los Presos Políticos (MSPP). Experiencias como la de la CoFaPPEG, en algunas ocasiones fueron el primer paso hacia la militancia revolucionaria.

Yo ya en el '71 en la Comisión me conecto con gente que yo no sabía en ese momento que eran del partido y ahí me empiezo a conectar, no formamos

14 El día de la asunción del presidente electo Héctor Cámpora, el 25 de mayo de 1973, fueron liberados la mayoría de los presos políticos.

15 Varón, militante y dirigente del PRT-ERP en varias ciudades y provincias del centro y norte del país. Rosario, 8 de marzo de 2007.

16 En ese mismo momento, varios militantes de esta región estaban involucrados en los preparativos de la fuga del penal de Rawson.

una porque éramos legales, empezamos a funcionar con unos compañeros que nos interesaba con los responsables [...] y empecé a funcionar como legal en el partido. Después empezó todo eso del MSPP. Te digo, en esa época era todo un comodín, nosotros trabajábamos en CoFaPPEG y en el MSPP a mi me toco ir a las reuniones de Villa Constitución hacíamos pintadas por el ERP, por el partido, es decir yo en ese momento conocía a un grupito de gente, nada más.

P: ¿Cambió en algún momento el grupo de relación dentro del PRT o siempre seguiste trabajando en el frente legal? ¿Siempre en Rosario?

R: Yo trabajé en el mismo frente hasta el '73, en el frente legal, es decir, hacíamos otras cosas por eso te digo que un comodín fue.¹⁷

En Rosario, el PRT-ERP ya había desarrollado una tarea de captación de militantes en el período previo, y ese entrenamiento dio resultados más evidentes, como indican las investigaciones sobre el resto del país, a partir de 1973. Además pesaron la experiencia del trabajo sindical de la militancia trotskista de la región y también los efectos del activismo posterior.

Entre las evaluaciones sobre el crecimiento y desarrollo del PRT-ERP algunos relatos presentan márgenes para la revisión crítica o las dudas; otros, basándose en la vorágine del momento, minimizan los riesgos que conllevaba el crecimiento tan vertiginoso. Pero sobre lo que no parece haber dudas es acerca de que la organización se ocupó de desarrollarse en la sociedad en la que activaba, insertándose entre los sectores sociales – a veces con gran éxito, otros con menores resultados. Por supuesto que es controversial el debate en torno a la inserción de la guerrilla en la sociedad, aunque nuestras investigaciones nos indican que el PRT-ERP, entre las organizaciones armadas marxistas, pensó y llevó adelante estrategias de inserción en la sociedad, especialmente en el movimiento obrero. La existencia, desarrollo, promoción y apoyo de los llamados frentes legales nos dan algunos indicios de la importancia de

17 Mujer, militante de base del PRT-ERP en Rosario y Buenos Aires. Rosario, 12 de abril de 2003.

esta línea para el PRT-ERP en esta región. Pero, sobre todo, un supuesto que hay que poner en discusión es la existencia de una oposición absoluta entre la actividad de masas y la actividad militar.

Para considerar las dimensiones de la inserción del partido podríamos comenzar por evaluar su desarrollo; con esa expresión nos referimos al crecimiento sostenido del grupo, en términos cualitativo y cuantitativo; ese incremento puede verse en el tránsito de los comandos a las organizaciones, pero también en el encuentro entre los primeros grupos del PRT rosarinos, como vimos antes. En forma paralela se trata también de la expansión de los vínculos hacia otros ámbitos diferentes a aquellos donde se inició la militancia, de desplegar estrategias hacia nuevos sectores. Los términos del desarrollo cualitativo y cuantitativo también se encuentran en la diversidad de sectores sociales que formaron el PRT-ERP en Rosario: obreros y obreras, estudiantes, familiares de militantes, trabajadores y trabajadoras.

Sin embargo, en el caso del Gran Rosario, la inserción también se trató del reconocimiento de los militantes en los espacios en los cuales se activa. Es decir, el hecho de que alguien recuerde haber escuchado en las asambleas universitarias más de una vez a un miembro del PRT y se haya acercado para “ver de qué se trataba” indica que esos estudiantes eran identificados como militantes. También pensamos que podemos hablar de inserción con independencia de la incorporación efectiva de miembros a ese partido. Por ejemplo, como se demuestra en el caso de la fábrica Galizia Bargut,¹⁸ el indicador de inserción no es que algunos obreros se incorporaron al PRT-ERP, sino el hecho de que esa organización y sus militantes eran conocidos como tales, sobre

18 Hacia fines de 1973 el PRT-ERP realizó una breve toma y ocupación de la fábrica, motivada porque los dueños no reconocían en forma correspondiente las horas extras a los obreros, sino que se les pagaba como simples. Galizia Bargut tenía más de una unidad productiva, era fabricante de ventiladores con una producción importante, de hecho se exportaba a países limítrofes. La patronal no permitía la elección de delegados, y los obreros no estaban afiliados al sindicato. A partir de la intervención del partido, el conflicto se radicalizó, todos los trabajadores participaron de las asambleas y adhirieron a las huelgas, es decir que el PRT-ERP orientó esa lucha. Ponderamos esto, más que la incorporación efectiva de militantes, al momento de dar cuenta de un grado de inserción. Ver: Laura Pasquali (2007).

todo porque el contribuyeron a crear las condiciones para que los trabajadores se organizaran.

Ahora bien, a esas reflexiones llegamos recurriendo especialmente a los testimonios y eso nos habla de las expresiones y representaciones de las experiencias; al incorporar estas dimensiones al análisis complejizamos la caracterización del desarrollo e inserción de una organización política en la región, incorporando los atributos de la memoria. Podemos observar entonces cómo los caminos que condujeron a estas estrategias de inserción se constituyeron como eventos¹⁹ en los relatos y las memorias de los entrevistados; nos preguntamos qué lecturas hizo y hace la militancia sobre esto, las tensiones o acuerdos entre testimonios, y la confluencia de ambas esferas de trabajo – de masas y militar – en los objetivos generales de las organizaciones armadas.

Un repaso por las acciones armadas en principio daría la impresión de que al frente militar se le otorgó más esfuerzos que al resto. Aquí es ilustrativa la observación de Pozzi sobre lo sobrerrepresentados que estaban algunos sectores, entre ellos el frente militar, dentro del PRT-ERP.²⁰ Las menciones en los diarios locales a aquello que nosotros podemos reconocer como indicadores de inserción son ocasionales. Por ejemplo, la CoFaPPEG tiene muy escasa presencia en la prensa; las intervenciones de las organizaciones armadas en asambleas de fábricas en conflicto tampoco son registradas, más sí los asaltos a comisarías o las recuperaciones de armas y dinero. Es inobjivable que aquellos fenómenos son indicadores de una singular profundidad de las relaciones con la comunidad en la que se activa.²¹ Sobre eso nos hablan también

19 Hemos mencionado que la historia que registramos no existe naturalmente; es el producto de un encuentro en el que quien narra pretende contar las cosas “tal como han ocurrido”, e instituye con lo histórico un pacto referencial que convive con el deseo de hablar de sí y representarse. Alessandro Portelli (2004). En algunos de los testimonios que tomamos en este apartado, ese pacto encubre varios “pares” de tensiones: entre las decisiones de la dirigencia y la realidad de la zona en la que se militaba, entre elegir contar un proceso significativo para la historia del partido o para el propio testimoniantes; en suma, entre el pasado que se narra y el presente de la entrevista.

20 Pablo Pozzi (2001, p. 67) “Una persona entregada en cuerpo y alma a la revolución”.

21 Por ejemplo, dijimos antes que, a pesar de que buena parte de la documentación sobre FAL indica solamente sus acciones armadas, los testimonios hablan de “impresionante

los relatos que dan cuenta de la inexistencia de un divorcio entre la cuestión armada y la militancia de masas, sino que por el contrario había una línea de continuidad, y que vender la prensa en un colectivo obrero que circulaba en mismo el barrio en el que se vivía y dónde en breve se participaría de un importante acción militar era parte del mismo acontecimiento. Una militante del PRT de Rosario narra un día más o menos típico de 1971:

En una reunión por ejemplo se estudiaba, se planificaba, planeábamos las cosas que íbamos a hacer, hacíamos prácticas de tiro, los domingos nos íbamos a un lugar alejado de Rosario y hacíamos prácticas de tiro. Y de ahí en esa semana se combinaba todo lo que se iba a hacer, relacionado con el MSPP,²² cuáles eran las políticas a seguir con la Comisión de Familiares después... y todo un estudio de marxismo.²³

Queremos decir con esto que es necesario leer en la propia clave de los testimonios la significación de las acciones armadas. Por supuesto que los relatos militantes no son representativos del resto de la población, más sí nos explican por qué parte de ella, la guerrilla rosarina, no lo vivía como contradictorio. Además cada militante implicaba una red de contactos, conocidos o simpatizantes que también indicaban sobre el apoyo a la guerrilla.

Teniendo presente que en los testimonios no siempre se refleja una separación entre el desarrollo en los frentes legales, inserción obrera y lucha armada, trataremos de abordarlos en forma particular.

desarrollo”, “venían en la misma línea que nosotros”, “acá en la zona eran muy fuertes”, etc. La observación sobre aquello que no halla registro en la prensa vuelve destacable a aquellos procesos o eventos a los que sólo puede accederse a través de las fuentes orales.

22 Movimiento de Solidaridad con los Presos Políticos

23 Mujer, militante de base del PRT-ERP de Rosario. 16 de marzo de 2003.

La actividad de los frentes legales del PRT-ERP según los testimonios

Como vimos, si bien las prácticas de inserción de la guerrilla no se limitaban a los frentes legales, buena parte de su desarrollo tuvo que ver con estos. También planteamos las particularidades del desarrollo cualitativo o el éxito del trabajo de masas, por cierto difícil de mensurar puesto que la simpatía, el prestigio o el apoyo hacia una organización se encuentra en el ámbito de las consideraciones subjetivas. (POZZI, 2001) Nuevamente nos asisten los testimonios de las y los militantes de la región estudiada, donde además de la importancia de los frentes legales del PRT, más adelante se intensificó la militancia barrial, universitaria y sindical.²⁴ Este costado de la militancia suele ser mencionado como “el trabajo con la gente”. Y ello involucra una multiplicidad de experiencias.

Rosario trabajó mucho en base. Yo estuve siempre afuera. Acá trabajamos mucho en legal, yo empecé en la comisión de familiares y en una época en que hacíamos de todo, '70-'71. Era un momento en que hacíamos todo, todos. Lo que veíamos era que había necesidad de formar algo que aglutinara más gente. Todo a nivel de trabajar en los barrios. [...] Y había personas de los gremios que ayudaron mucho a la Comisión de familiares, CoFaPPEG en esa época, incluso el gremio de gráficos, prácticamente fue la época en que después empezó a caer mucha gente y... la CoFaPPEG fue la niña mimada de los partidos políticos de los gremialistas... todo el mundo... si la CoFaPPEG decía blanco, todo el mundo decía blanco, no sé si por convicción política o por conveniencia. Y eso fue... a fines del '70 y ya en el '71.²⁵

24 En ese mismo momento, una de las líneas de las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) que había iniciado contactos más frecuentes con Montoneros, también desarrolló un intenso trabajo en los barrios de la zona sur del Gran Rosario.

25 Mujer, militante de base del PRT-ERP en Rosario y Buenos Aires. Rosario, 12 de abril de 2003.

Hay relatos que aun desde lo anecdótico dan cuenta de la importancia del desarrollo de los frentes legales en la región en comparación con otros lugares donde militaron. Como alegoría o reflexión, se reitera en testimonios de militantes que no participaban de los frentes legales y también en las entrevistas a obreros.

Cuando el PRT-ERP empezó a trabajar con los familiares de los presos políticos, se acercó a ellos una importante cantidad de gente, por lo general jóvenes, pero también los padres. De estos, jóvenes y no tanto, muchos se incorporaron al ERP y luego al PRT. Es decir que no fue solamente una estrategia circunstancial por la propia situación familiar sino que eso se tradujo en un involucramiento mayor. También algunos militantes recuerdan que la comisión de familiares generaba simpatías y apoyo, pero: *“Lo que faltó fue el paso del ‘Che, que bien, sigan así’ a che que bien, que hacemos”*.²⁶

Creo que se quedó en lo primero.

Acá en Rosario, te vuelvo a decir, no había mucho problema en las discusiones, es decir nosotros recién empezábamos, recién nos estábamos fogueando... acá se trabajaba mucho con la gente. A mí lo que me costó más fue cuando fui a Capital... hasta lloraba, me quería volver. Porque yo no estaba de acuerdo, yo acá estaba acostumbrada... nosotros íbamos a las fabricas, volanteábamos colectivos... ¡volanteábamos cines! Nos íbamos una noche al cine y con los compañeros volanteábamos por los presos o lo que sea. Y en Buenos Aires eso no se hacía. Entonces yo... al estar en una casa tabicada, me sentía presa. Y a mí me parecía que lo más correcto era el trabajo con la gente: es lo que va a ayudar a salvarte o a seguir adelante, que yo creo que fue una falencia nuestra no apoyarnos en la gente; yo creo que la cosa pasó por ahí. Nosotros acá íbamos a los barrios con un volantito y una bolsita pedíamos comida para los presos. Y la gente te daba, y te hablo de zona sur, de zona oeste, zona norte. [...] Porque la discusión que había en ese momento era el trabajo de base, que era lo que yo siempre planteo, que si vos no hacés un trabajo de base y tenés a toda la gente al lado, las cosas fracasan, porque lo que te salva es la gente. Era la discusión

26 Varón, militante del PRT-ERP en Rosario y Buenos Aires. Rosario, 1 de abril de 2000.

que había en esa casa [operativa]. Yo creo que [fue error del partido]. Yo creo que sí. Y te digo yo siempre fui de la idea, siempre planteé el trabajo de base; quizá porque me 'crié' en el partido con el trabajo de base, quizá por eso. Incluso te digo, cuando ellos [sus familiares] cayeron en cana, yo trabajé mucho con las mujeres de los presos comunes; mi relación fue mucha con los presos comunes; incluso con prostitutas. Y el día del golpe militar, voy a Villa Diego, voy a una reunión en la casa de un compañero y me encuentro con la mujer que está con el marido, que vivían al lado, que había estado preso con él. Y me dijo si vos necesitás algo, mi casa está a tu disposición. Eso no cualquiera te lo hace, porque no es lo mismo caer por choro que caer por guerrillero, ¿viste? Ellos me ofrecieron su casa, y yo digo que eso todo se debe al trabajo que vos tengas con la gente.²⁷

El activismo en los barrios más pobres de la región del Gran Rosario se desarrolló especialmente hacia la zona sur, dónde se encontraban una pluralidad de organizaciones activando, aunque ello no parece haber generado conflictos. El trabajo barrial muchas veces se articulaba con los repartos de alimentos, ropa o útiles escolares.²⁸ Y esos repartos solían hacerlos militantes armados.

P: ¿Estaban ustedes solos en esa zona, había otros grupos, se dividían las zonas?

R: Si bien era una zona de izquierda, a lo mejor podría haber habido algunos grupos del PC [Partido Comunista], pero... el PRT tenía más incidencia hacia el lado del Swift, en esa zona. No había enfrentamiento entre las organizaciones ni las agrupaciones, no. Podías trabajar con alguien que fuera de otra organización. En las asambleas si... ¡se mataban! Había discusiones y había chicanas y todo lo demás, pero después uno podía trabajar con otros. Yo creo que en algún momento, no me acuerdo con quien ahora, se trabajo con otro grupo porque por ahí había algún conflicto; me parece que podría haber sido con alguien del PRT, lo que pasa es que era

27 Mujer, militante de base del PRT-ERP de Rosari. Rosario, 14 de abril de 2004.

28 Si bien esto era característico del PRT-ERP los grupos de superficie de Montoneros también recurrían a esta estrategia.

más amplia la zona, donde se pidió de juntar firmas, no hacerlo nosotros sino que lo hagan ellos.²⁹

Yo me voy a vivir a un pueblo en el '75, no conocía a nadie, en Pueblo Esther, y me voy a vivir con mis viejos porque no tenía donde vivir. Y empiezo a trabajar con la gente. Primero me ligo con los vecinos, con una vecina, yo estaba sin laburo y esta vecina... ¿te digo lo que estaba haciendo yo en esa casa? yo iba con mi hijo a remover el chiquero para encontrar cosas y entonces me pagaban: yo encontraba cucharitas'.³⁰

Me volví acá, a Rosario, me vine con mi hermana... y yo me incorporo al grupo que funcionaba con gente independiente y gente del Peronismo de Base.

P: ¿Cómo estaba organizado ese grupo? ¿Qué hacían?

R: Trabajos barriales, fundamentalmente se ponía todo desde donde vos vivías, en la formación de agrupación en el barrio. En la idea de que de lo social se arribara a lo político.

P. ¿Vos te habías desvinculado del PRT?

R.: Si, me desvinculé, obviamente, pasé a formar parte de otro grupo; me desvinculé al venirme para acá. Pero no me desvincule... [risas] de lo que después sería mi pareja durante algún tiempo. Él seguía militando en el PRT.³¹

Observando la mayoría de los testimonios de militantes de la guerrilla que hemos recabado, deducimos que muy habitualmente al tratar el problema de la inserción surge el tema de la cuestión armada y los vínculos con la gente de los lugares en que se realizaban esas acciones. Pero especialmente nos indica que el fenómeno de la guerrilla y su consideración social deben ser periodizados.

29 Mujer, militante de FAR en Villa María (Córdoba) y Rosario. Rosario, 13 de junio de 2007.

30 Mujer, militante del PRT-ERP en Rosario y Buenos Aires. Rosario, 12 de abril de 2003.

31 Mujer, militante del PRT-ERP y el PB en Rosario y Resistencia. Rosario, 14 de diciembre de 2004.

P.: *¿Qué se logró en Rosario respecto al trabajo en los Comité de Base?*

R: *Yo creo que lo que se logra es una mayor absorción en la gente de las ideas del partido y permite un mayor desarrollo en todo un estamento de trabajadores, se permite mayor participación de compañeros obreros dentro del partido. La gente del Swift, de Villa Gobernador Gálvez, el cordón industrial, que a pesar de seguir con ciertos rasgos militaristas, van desarrollando un buen trabajo en las empresas más fuertes de Rosario, hasta Villa Constitución.*³²

Entre las resoluciones del Comité Central de 1972 del PRT-ERP se planteó una línea de trabajo legal a través de la intensificación de la tarea de los Comité de Base. El tono general de esas resoluciones se refiere a la inminente salida electoral, la caracterización de esa situación y la actitud que debería tomar el partido. En ese mismo documento se sugiere a las zonas y regionales que deben “ingeniarse” para aplicar la línea. Estos comités serían la base y sustento de la ligazón con las masas. (DE SANTIS, 1998) Unos meses antes, la editorial de *El Combatiente* de julio del mismo año, señalaba que uno de los objetivos de estos comités era, a través de una estructura que creciera de lo particular hacia lo más general, “desenmascarar la farsa electoral”. Desde los barrios y pueblos hasta la unificación nacional, los comités de base se articularían con la lucha por los presos políticos, contra la represión y la tortura. (PASQUALLI, 2011)

El marco general de estas proposiciones era la discusión sobre la participación o no en el proceso electoral; por el momento se suponía que

la más intensa intervención con el boicot activo o la participación por medio de los Comité de Base permitirá un amplio aprovechamiento de los resquicios legales, el desarrollo de una amplia propaganda revolucionaria y el entrelazamiento de la lucha democrática con las movilizaciones de las masas y el combate guerrillero. (EL COMBATIENTE, 1972)

32 Varón, militante del PRT-ERP en Rosario y Buenos Aires. Rosario, 1 de abril de 2000.

En general, testimonios de militantes de muy diverso carácter coinciden en que la línea de los Comité de Base no pudo ser aplicada con la contundencia – no exenta de contradicciones – que planteaban los documentos del partido.

F. P. que era un compañero muy bueno, muy valiente, muy bueno, pero era ¿cómo te podría decir? Era tan valiente el tipo, iba para el frente siempre, siempre estaba haciendo actividades. Pero no tenía, de política no quería ni saber, entonces él en ese aspecto dejaba mucho que desear... él empezó a inclinarse, digamos, por el peronismo, en la cuestión electoral, a plantear un apoyo un poco la posición de ‘Cámpora al gobierno, Perón al poder’ un poco apoyando esa salida, ¿no? Pero él acataba la disciplina en la medida que... pero él más o menos decía que había que apoyar al peronismo en las elecciones. Y la línea del Partido era otra, la línea del Partido era tratar de formar un Comité de Base, y a través de los Comités de Base uno buscar relaciones con el pueblo y ahí ver si participar o no participar en las elecciones. Pasa que nosotros, la línea de los Comités de Base apenas si se aplicaron en algunas zonas y las zonas que se aplicaron fueron ahí donde estaba... Mattini. Y ahí la aplicó un compañero ‘Madera’, un viejo compañero nuestro ‘Madera’, le decíamos ‘Madera’, que era como una especie de líder así de masas, ya era un hombre bastante grande. Y él consiguió armar ahí unos Comités de Base. Pero después en ningún lugar se aplicó, logró aplicarse. Que ellos después le llamaban ‘desviación militarista’ y todo eso. En realidad los compañeros no estaban en condiciones políticas de poder aplicar esa línea pero por problemas propios, digamos, de los compañeros, no estaban en condiciones porque venían de otra práctica...³³

Sobre la base de la experiencia de los comités de base del PRT-ERP, se construyó el Frente Antiimperialista por el Socialismo (FAS); en realidad, el propósito fue convertir a esos comités en organismos del FAS.³⁴

33 Varón, militante de base del PRT-ERP en Rosario, Córdoba y Buenos Aires. Rosario, 16 de febrero de 2007.

34 “El FAS fue una experiencia fundamental para el PRT-ERP puesto que logró reunir una cantidad de grupos dispersos sobre la base de un claro programa antiimperialista y socialista”. (POZZI, 2001, p. 355) Pozzi (2001) dedica un capítulo de este libro a desarrollar

En tanto su desarrollo dependía de la preexistencia de trabajos de base y barriales, las regiones donde se consolidó fueron Rosario, Tucumán y Córdoba. De hecho, el FAS surgió como iniciativa del PRT-ERP, aunque en sus congresos participaron otros grupos como el Frente Revolucionario Peronista y El Obrero.³⁵

El VI Congreso del FAS se realizó en Rosario, y fue el más multitudinario de todos. Muchos de nuestros testimoniantes participaron de ese encuentro; en unos casos, nos dicen claramente que era un frente del PRT-ERP; en otros enfáticamente se dice que el PRT-ERP no lo conducía, que había militantes de ese partido pero también de otros. De hecho, al considerar el documento producido por ese Congreso, las menciones a las organizaciones son escasas y lo que se trasunta es el carácter masivo del encuentro como indicador de la movilización de la época:

El FAS, que surge de las movilizaciones y luchas populares, que intenta aportar con la fuerza de la unidad el camino de la liberación nacional y social, convoca de este sexto Congreso a buscar todas las formas posibles de coordinar nuestras fuerzas en la lucha por las libertades democráticas de nuestro pueblo contra la tortura y la represión, contra el imperialismo y las clases explotadoras, por la unidad de todos los explotados en el camino de la movilización y la lucha por la Patria Socialista. (NUEVO HOMBRE, 1974)

la cuestión de la democracia para el PRT-ERP, y allí se proponen las líneas de análisis para pensar el desarrollo, funcionamiento y decadencia del FAS.

35 “Las luchas obreras y populares de I.M.E., Perkins, Smata, Docentes de Córdoba, las de Villa Constitución, de Insud, Mattarazzo, Propulsora, de los aborígenes del Chaco la respuesta del pueblo cordobés contra las bandas fascistas encabezadas por la policía de Navarro; las organizaciones políticas, sindicales del pueblo como la J.P., el peronismo de base, la izquierda revolucionaria, los diputados del Pueblo, la juventud Radical, el Movimiento Sindical Combativo, el Movimiento Sindical de Base, la Intersindical, fueron madurando desde las entrañas mismas de la clase obrera y el pueblo, desde su conciencia, su organización y sus luchas, el proyecto de la Patria Socialista”. (NUEVO HOMBRE, 1974)

Algunas consideraciones sobre la inserción de la guerrilla en la región

Nos propusimos abordar las dimensiones de la inserción de la guerrilla marxista en la región del Gran Rosario, y en ese recorrido pudimos exhibir una serie de problemas estrechamente vinculados al desarrollo del PRT-ERP. Indudablemente una de las aristas desarrolladas presenta fuertes diferencias con los estudios sobre el PRT en el plano nacional, al cuestionar la preeminencia de las llamadas “tendencias militaristas” en esta regional. Y decimos que esto está supeditado a la persistencia de la militancia en los frentes legales. Curiosamente, son muy pocas las referencias a los Comité de Base o al Movimiento Sindical de Base entre los militantes del Gran Rosario, lo que sumado a otras fuentes de referencia, indicaría que el tema no fue impulsado; pero eso no implicó descuido de los trabajos de masas, ya que las actividades en los frentes legales se realizaban con independencia de las estrategias electorales.

Las características de la sociedad del Gran Rosario en el período marcó profundamente las distinciones de la militancia regional, y las organizaciones armadas marxistas también bebieron de esa conformación social. Por eso decimos que la experiencia de la inserción de la guerrilla debe observarse a partir de lo distintivo de los militantes y de la estructura laboral y social propia de la región. Esto pudo ser posible porque las particularidades de la sociedad rosarina en el período se hallaban representadas en la propia conformación de la guerrilla. Este supuesto a su vez nos permite inferir que las pautas singulares del crecimiento cuantitativo y cualitativo también se hallan en que la guerrilla estuvo conformada por una pluralidad de sectores sociales y ello permitió que se ingresara a múltiples espacios de activismo.

Es sabido que de los lineamientos generales del PRT-ERP a nivel nacional, las concepciones obreristas y las indicaciones de potenciar la militancia entre los obreros, se presentaron con fuerza desde el V Congreso. Sin embargo, en la región de Rosario esos desarrollos fueron anteriores. Aun los pocos militantes que formaron el PRT desde mediados de los años 1970 en esta ciudad, desplegaban tareas en fábricas y en otros lugares de concentración de trabajadores; y teniendo en cuenta

el panorama de la burocracia sindical peronista local, ese activismo fue exitoso. Recurrir a los testimonios en forma integral, no sólo nos permite aproximarnos a un relato social, montado por múltiples experiencias que dan cuenta de una particular conformación de la subjetividad, sino que también nos ayuda a observar los encadenamientos entre los temas de la narración.

Uno de los momentos en que reparamos en esto fue ante los nexos que los entrevistados establecen entre los espacios de su militancia. Y nuevamente hallamos vínculos con lo anterior, ahora con el escaso impacto de las tendencias militaristas: para los militantes rosarinos no existió una contradicción entre la cuestión armada y la militancia de masas; evidentemente no plantear dicotomías entorno a los ámbitos de militancia también indica inserción. Y eso va de la mano del hecho que estamos ante un partido marxista y revolucionario, y no puede soslayarse que una de las dimensiones que tornan particular a la militancia de estas organizaciones es el compromiso; aunque esto a veces sea difícil de mensurar, el deber que implica militar en un partido cuyo objetivo es terminar con el capitalismo conlleva una cualidad distinta a aquel que se propone reformarlo, profundizarlo o “humanizarlo”. Asimismo, formar parte de un partido de cuadros como el PRT-ERP implicaba compartir con otros miembros una visión de la época, pero además de las relaciones humanas que también son objeto de cambio. Evidenciamos que esto se trasunta en las entrevistas y en los testimonios de estos militantes hallamos condensada aquella experiencia social.

La multiplicidad de espacios de activismo en la región implicaba la construcción de redes sociales múltiples, diversas y en muchos casos crecientes. Y ello también se evidencia en que los ámbitos en los que se lograba la inserción solían estar articulados entre sí. Este carácter multiplicador del activismo de cada militante se hace presente también en los testimonios, cuando los entrevistados asumen un relato interpretativo, comprenden su pasado desde una situación hermenéutica determinada (HANS-GEORGE, 1997) y en ese sentido las narraciones adquieren un carácter interpretativo, por estar ellos en la situación. En este caso las “evidencias” de la militancia como un hecho integral toman forma en los testimonios y las interpretaciones del pasado que conllevan.

Referencias

- CERUTI, L.; MARIANO, R. *Democracia directa y gestión obrera*. El SOEPU, la intersindical de San Lorenzo y la coordinadora de gremios. 1962-1976. Rosario: Ediciones del Castillo, 2006.
- DE SANTIS, D. *A vencer o morir*. Buenos Aires: Eudeba, 1998. v. 1. PRT-ERP documentos.
- EL COMBATIENTE. [S. l.: s. n.], n. 70, 1972.
- FERNÁNDEZ, S. El revés de la trama. Contexto y problemas de la historia regional y local. In: BANDIERI, S.; BLANCO, G.; BLANCO, M. (coord.). *Las escalas de la historia comparada: empresas y empresarios. La cuestión regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008. p. 233-246. Tomo 2.
- HANS-GEORGE, G. *Verdad y Método*. Fundamentos de una hermenéutica filosófica. Sígueme: Salamanca, 1997.
- MATTINI, L. *Hombres y mujeres del PRT-ERP*. La pasión militante. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1990.
- NUEVO HOMBRE. Buenos Aires: [s. n.], año 6, n. 66, 1974.
- PASQUALI, L. (comp.). *Historia social e historia oral*. Experiencias en la historia reciente de Argentina y América latina. Rosario: Homo Sapiens, 2008.
- PASQUALI, L. *El PRT-ERP en Rosario, entrevista con Luis Ortolani*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad, 2011.
- PASQUALI, L. Éramos jóvenes pero también obreros. La política obrera del PRT-ERP y la Juventud Guevarista en Rosario. In: ENCUENTRO NACIONAL, 8.; CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA ORAL: LAS FUENTES ORALES: SU APLICACIÓN EN EDUCACIÓN, INVESTIGACIÓN Y GESTIÓN, 2., 2007, Buenos Aires. *Actas* [...]. Buenos Aires: [s. n.], 2007.
- PASQUALI, L. Más allá de la entrevista. Consideraciones sobre el uso de fuentes orales en la investigación histórica. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [s. l.], 26 nov. 2014. Disponible en: <http://nuevomundo.revues.org/67400>. Acceso en: 25 ene. 2021.
- PORTELLI, A. El uso de la entrevista en la historia oral. *Anuario 20*, Rosario, p. 35-47, 2004.

POZZI, P. Los setentistas: Hacia una historia oral de la guerrilla. *Anuario 16*, Rosario, 1993.

POZZI, P. *Por las sendas argentinas, El PRT/ERP, la guerrilla marxista argentina*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

SANTUCHO, J. *Los últimos guevaristas*. Buenos Aires: Punto Sur, 1986.

SARTELI, E.; CAMERA, P. Del cristianismo al trotskismo. Una entrevista con Gregorio Flores, a propósito del Cordobazo y el PRT-ERP. *Razón y Revolución*, Buenos Aires, n. 8, p. 1-23, 2001.

SIMONASI, S. Perfil industrial y dinámica social en la Provincia de Santa Fe, 1943-1976. In: AGUILA, G. (comp.). *De los cordones industriales al eje de integración Mercosur (1940-2005)*. Rosario: Nueva Historia de Santa Fe, La Capital: Prohistoria, 2006. p. 144-160 .Tomo 11.

SOBRE OS AUTORES

Aldana Pulido

É licenciada em História e Economia e mestre em Ensino de História pela Universidad Nacional de Rosario (UNR). Atualmente é pesquisadora da Unidad Ejecutora en Red Investigaciones Socio-Históricas Regionales (ISHIR) vinculada ao Conselho Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) da UNR. Atua nas linhas de pesquisa de história de mulheres na perspectiva de gênero a partir do registro cultural.

Jackson Ferreira

Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor adjunto com dedicação exclusiva da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), curso de Licenciatura em História do Departamento de Ciências Humanas, *Campus IV*, Jacobina, Bahia. Membro permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN).

José Jorge Andrade Damasceno

Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2009 e mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1998. Tem experiência na área de história, com ênfase em história social, atuando principalmente nos seguintes temas: história da cidade; urbanização e lugares de memória; literatura, memória e história; e se interessa em história do rádio e da radiodifusão; história da religião e das religiosidades. É professor titular na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e professor permanente no Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN).

Keite Maria Santos do Nascimento Lima

Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em História Regional e Local pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – *Campus II*. Atualmente compõe o corpo docente da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS) em Alagoinhas (BA). Ocupou o cargo de diretora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) de Alagoinhas-BA (2017-2019) e, atualmente, ocupa o cargo de secretária adjunta municipal. Possui certificação internacional no Professional Executive Coach Certification (PECC®). Tem interesse por pesquisas relacionadas ao binômio história/educação.

Laura Pasquali

É doutora em História pela Universidad Nacional de Rosario (UNR) e pesquisadora da Unidad Ejecutora en Red Investigaciones Socio-Históricas Regionales (ISHIR) vinculada ao Conselho Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) da Universidad Nacional de Rosario (UNR). É docente da Facultad de Humanidades y Artes; atua nas linhas de pesquisa sobre história de gênero, mulheres, militância e mundo do trabalho demarcado pela história econômica e social argentina contemporânea.

Luisina Agostini

Licenciada em História, mestre em Ciências Sociais pela Universidad Nacional de Rosario (UNR), pesquisadora da Unidad Ejecutora en Red Investigaciones Socio-Históricas Regionales (ISHIR) vinculada ao Conselho Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) da UNR. Trabalha com história social do movimento operário ferroviário, com especialidade nas práticas sociais, conflitos e transformações durante o período desenvolvimentista argentino.

Micaela Yunis

É licenciada em História, pesquisadora da Unidad Ejecutora en Red Investigaciones Socio-Históricas Regionales (ISHIR) vinculada ao Conselho

Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas (CONICET) da Universidad Nacional de Rosario (UNR), atualmente pesquisa história socio-cultural (consumos culturais) – história regional/local.

Moiseis de Oliveira Sampaio

É doutor em História pela Universidad Nacional de Rosario (UNR) e mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente é docente no curso de História na UNEB *Campus I* – Salvador e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN).

Paula Caldo

Tem bacharelado em História e licenciatura em Ciências Sociais, é doutora em Humanidades e Artes pela Universidad Nacional de Rosario (UNR). Atua como docente no ensino médio e superior em Rosario, Argentina. É pesquisadora adjunta da Unidad Ejecutora en Red Investigaciones Socio-Históricas Regionales (ISHIR) vinculada ao Conselho Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas (CONICET) da UNR. Atualmente pesquisa história de mulheres na perspectiva de gênero partindo do registro cultural.

Paula Sedran

Tem bacharelado e doutorado em história, é pesquisadora da Unidad Ejecutora en Red Investigaciones Socio-Históricas Regionales (ISHIR) vinculada ao Conselho Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas (CONICET) da Universidad Nacional de Rosario (UNR), com ênfase na história sociocultural argentina.

Ronen Man

Bacharel e doutor em história pela Universidad Nacional de Rosario (UNR), pesquisador da Unidad Ejecutora en Red Investigaciones Socio-Históricas Regionales (ISHIR) vinculada ao Conselho Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas (CONICET) da UNR. Desenvolve pesquisas com ênfase em história regional e história regional e local.

Sandra Fernández

É doutora em História pela Universidad Nacional de Rosario (UNR) e mestre em Ciências Sociais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Atualmente é pesquisadora principal do Conselho Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas (Conicet), e diretora da Unidad Ejecutora en Red Investigaciones Sociohistoricas Regionales (ISHIR) vinculada ao Conicet da UNR. Também é professora titular da cátedra de História Regional do curso de História da UNR e docente de pós-graduação em distintas universidades argentinas e estrangeiras.

	COLOFÃO
FORMATO	16 x 23 cm
TIPOGRAFIAS	Swift Milo OT
PAPEL	Alcalino 75g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
IMPRESSÃO E ACABAMENTO	I. Bigraf
TIRAGEM	300 exemplares



Este trabalho se destina aos pesquisadores da história regional latino-americana que, na tentativa de abordar Brasil e Argentina, buscam compreender o regional dentro de distintas perspectivas e abordagens. Busca diferenciar-se de outros trabalhos demonstrando, em perspectivas diferentes, o regional tanto no Brasil como na Argentina, evitando simples comparações ou escalas de valores sobre o que acontece em ambos os países.